

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**OS FERROVIÁRIOS NA CARTOGRAFIA
DE FORTALEZA: REBELDES PELOS
CAMINHOS DE FERRO**

Nilton Melo Almeida

Fortaleza

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**OS FERROVIÁRIOS NA CARTOGRAFIA
DE FORTALEZA: REBELDES PELOS
CAMINHOS DE FERRO**

Nilton Melo Almeida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adelaide Gonçalves.

Fortaleza

2009

A498f Almeida, Nilton Melo.

Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro / Nilton Melo Almeida. Fortaleza, 2009.
306 f.; il ; 30cm

Orientadora: Profa. Dra. Adelaide Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará,
Departamento de História, Fortaleza, 2009.

1. Ferroviários. 2. Movimento operário - Ceará. 3. Memória. 4.
Ditadura militar. I. Gonçalves, Adelaide (Orient.) II. Universidade
Federal do Ceará - Mestrado em História Social III. Título

CDD 385.092

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**OS FERROVIÁRIOS NA CARTOGRAFIA
DE FORTALEZA: REBELDES PELOS
CAMINHOS DE FERRO**

Nilton Melo Almeida

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, no dia 16 de julho de 2009, pela orientadora e pelos demais membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Adelaide Gonçalves – UFC
(Orientadora)

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes – UFC

Prof.^a Dr.^a Ruth Ann Needleman – Indiana University
School of Social Work Northwest

Prof.^a Dr.^a Kênia Sousa Rios – UFC
(Suplente)

Dedico este trabalho aos ferroviários cearenses
que lutaram por dias melhores para sua classe;

a meu pai e minha mãe,
um comerciário e uma dona de casa
cuja prioridade na vida foi proporcionar estudos aos filhos.

Agradecimentos

Em minhas leituras sabáticas, aprendi que um professor tem tanto mérito quanto os pais, pois, enquanto estes dão a vida, aqueles ensinam “razões de viver”. Por isso, contribuir para formação de alunos equivale a “procriar filhos”. Nesse sentido, sinto-me membro da privilegiada família que minha orientadora Adelaide Gonçalves formou ao longo de sua vida acadêmica. Com ela, em todos os momentos, construí este trabalho, procurando seguir a lição dos sábios: “interrogar com método e responder com precisão”. Sou-lhe eternamente grato, não apenas pela orientação, mas pelo empréstimo generoso de obras de sua biblioteca particular e pelos momentos de reflexão sobre nossa cidade e sobre nosso Estado. Nunca esquecerei as lições de espírito solidário e coletivo; os gestos de amizade. Guardarei para sempre nossos agradáveis instantes de “confidências culturais”.

De modo geral, o sentimento em relação ao mérito é extensivo aos seguintes professores:

Eurípedes Antônio Funes, em cuja obstinação encontrei instigação para desenvolvimento de minha pesquisa. Suas sugestões criteriosas, seu senso perspicaz tiveram muita importância para o resultado deste estudo.

Ruth Ann Needleman, a envolvente professora que transforma aulas em verdadeiras lições de vida, fez-me lembrar o ensinamento de Cecília Meireles: o professor deve ter largura de vistas e calor de simpatia humana.

Franck Ribard, meu primeiro professor no Mestrado, ensinou-me os primeiros passos nos caminhos complexos da história e da memória;

Frederico de Castro Neves, exemplo de mestre, para quem o rigor científico é pressuposto inarredável; e

Ivone Cordeiro, com os ouvidos sempre atentos para as inquietações dos alunos.

Não tive o prazer das aulas com os professores Kênia Sousa Rios e Francisco Régis Lopes, mas lhes agradeço o incentivo e as sugestões pertinentes e esclarecedoras por ocasião da banca de qualificação.

Com os colegas de turma, senti-me mais jovem e revivi, naquele espaço do Benfica, os bons tempos de aluno do curso de Comunicação Social.

Dona Maria Regina Roncy dos Santos Jucá, uma grande perda para a secretaria do Mestrado, em função da aposentadoria, e Sílvia, foram sempre afáveis e tempestivas nas minhas demandas.

Devo imensamente aos meus entrevistados: Antônio Bonifácio Parente, José Elias Gonzaga, Luís Ribeiro Martins e Valdemar Cabral Caracas (ferroviários), com eles percorri trajetórias das facetas desses trabalhadores; Maria de Jesus Guedes Nobre, Maria de Lourdes Jesus Teixeira e Maria de Nazareth Daniel de Aguiar (viúvas), mulheres corajosas; Anísio Ferreira de Melo, Íris Stela Maria Barbosa Serra, Josival de Jesus Teixeira, Marlene Ferreira de Melo e Maria Eliene Costa (filhos e filhas), nos quais vi resistir o orgulho da família ferroviária. Embora não os tenha entrevistado, Jamaci Oliveira e Juraci Oliveira cederam-me cópias de documentos.

Com o engenheiro José Hamilton Pereira não fiz, rigorosamente, uma entrevista. Foram “n” conversas no apartamento dele, regadas a bolos e café, servidos por dona Selma. Esse casal me recebeu como a um velho amigo.

No Arquivo Público do Estado do Ceará, não só revi muitos amigos como recebi toda atenção do ex-diretor Márcio de Souza Porto; de Maria do Socorro Gomes Bandeira, a dona Bandeirinha, do desenhista Osmar Onofre e do atual diretor Henrique Jorge de Oliveira Barreira.

O mesmo tratamento amigável me foi dispensado na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, principalmente pela amiga Maria Enide Chaves Vidal e pelos funcionários João Elmadan Machado Maia, Gertrudes Costa Sales e Luiza Zilar de Oliveira.

Na Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, tive acesso à documentação que me inspirou a apresentar o projeto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Meu obrigado, em especial a Francisco Adenil Barbosa Pinto, secretário da Comissão, e a todos os membros da Comissão, no período 2003-2006, com quem muito aprendi.

Minha peregrinação pelos arquivos só surtiu resultados por conta da paciência e do profissionalismo de muitos: Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez), uma acolhida simpática; os irmãos Mário e Célio Miranda de Albuquerque, da Associação 64-68 Anistia, confiaram em mim sem reservas; Angélica Martins, que intermediou meu acesso ao arquivo do Instituto Médico Legal, onde, embora nada tenha encontrado, contei com a boa acolhida do Moacir

Rodrigues Brasil; Inês Aparecida Felício Coelho e Papito de Oliveira facilitaram-me a pesquisa na Superintendência Regional do Trabalho; e Marcondes Holanda Diniz, responsável pelo setor de Recursos Humanos da RVC/RFFSA, dedicou-me atenção todas as vezes que recorri ao Arquivo da Rede.

No Sindicato dos Ferroviários, com seu arquivo inexpugnável, não venci as barreiras para ter acesso a livros de atas ou fichas de associados. Mesmo assim, consegui exemplares do *Locomotiva* pelo esforço do assistente de tração Manoel Pereira da Silva, secretário da entidade.

Outros amigos apoiaram-me de diferentes formas: Luiz Eduardo Moraes presenteou-me com o *Tratado de estradas de ferro*; Nerilson Moreira cedeu-me a lista telefônica que me levou a familiares de José Nobre Parente; Oswald Barroso me deu boas dicas; Rogério de Aguiar Moraes doou-me originais datilografados de entrevistas que realizou com ferroviários e exemplares do *Locomotiva*; meu ex-aluno Thiago Coutinho colocou-me em contato com seu avô ferroviário; Leal Mota Filho, também ex-aluno, enviou-me de São Paulo o *Dossiê dos mortos e desaparecidos*; Ananda Escobar Pioner fez a ficha catalográfica e Walda Mota Weyne sempre torcendo por mim.

Para produzir os mapas, contei com a gentileza do arquiteto e professor José Sales Costa Filho, do técnico Francisco Joviniano Mendes Júnior e da colega Maria do Carmo Nunes Campos. Antônio Carlos Vieira e André de Lima ajudaram-me com algumas fotografias.

O Banco do Nordeste, empresa da qual sou funcionário, liberou-me por noventa dias para que eu me dedicasse à escrita da história, graças à sensibilidade do diretor Oswald Serrano de Oliveira, da superintendente de Desenvolvimento Humano, Eliane Brasil, e dos gerentes José Maurício de Lima da Silva e Angélica Albuquerque de Paiva.

Dos meus irmãos Wilton, Idismar e Rejane recebi o incentivo de sempre.

Como dizem que os últimos serão os primeiros, minha mulher, Germana Cabral, socorreu-me em muitos momentos de aperreios com o computador e, mais do que isso, deu-me tranquilidade e segurança necessárias para dedicar-me à pesquisa, cuidando de nossos filhos, Clara e Filipe, compreensivos durante esses dois anos e meio e companheiros da viagem à cidade ferroviária do Cedro.

Resumo

O eixo essencial deste estudo traduz a presença dos ferroviários na cartografia de Fortaleza, expressa em diferentes temporalidades e nas diversas formas de sociabilidade construídas por esses sujeitos na história do movimento operário cearense. A pesquisa evidencia a ação desses trabalhadores no cotidiano da cidade e analisa o processo de formação das entidades organizativas da categoria, momentos nos quais enfrentam conflitos com empresa e governo e sedimentam um ponto de coesão da “família ferroviária”. Sua experiência nas lutas sociais da classe trabalhadora ganha outra dimensão após o golpe de 1964, quando passam a sofrer perseguições, prisões, torturas e morte nos cárceres da ditadura militar.

Palavras-chave: ferroviários, movimento operário, ditadura militar.

Abstract

The main aim of this study shows the presence of the railway workers in Fortaleza, at different times and different ways of sociability built by such elements in the history of the labor movement in Ceará. The research shows the activity of these workers on the daily life of the town and examines the formation process of the organizational entities of the category, such moments in which face conflicts with companies and government and get some agreement for the "railway family". Their experience on social conflicts as well as the ones towards working class turned into another dimension after the coup of 1964, when they began to suffer persecution, imprisonment, torture and death in prison of military dictatorship.

Key words: railway workers, labor movement, military dictatorship.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Lista de siglas e abreviaturas | 10 |
| Tabelas | 12 |
| Mapas | 13 |
| Figuras | 14 |
| Introdução: Sobre os trilhos de Fortaleza | 22 |
| Capítulo I: Os espaços do mundo ferroviário | 34 |
| 1.1 A cidade provinciana na era dos trilhos | 34 |
| 1.2 As veredas de ferro penetram o interior | 45 |
| 1.3 Por trás dos dormentes, os operários-sertanejos | 55 |
| 1.4 Formas de organização e sociabilidade | 71 |
| 1.5 Vilas ferroviárias: moeda de troca | 88 |
| Capítulo II: Construindo os lugares da luta social | 106 |
| 2.1 Os “ferroviários-soldados” contra Acióli | 106 |
| 2.2 A “grande força operária” | 119 |
| 2.3 O desejo de nação com dignidade | 139 |
| 2.4 A militância no Partido Comunista Brasileiro | 161 |
| Capítulo III: Entre memórias de dor, saudades e canções | 183 |
| 3.1 O assassinato de José Nobre Parente | 183 |
| 3.2 Encenação para a morte | 190 |
| 3.3 Tecendo tarrafas, gravando xilos | 227 |
| 3.4 Solidariedade: alívio na luta pelo ganha-pão | 248 |
| Considerações finais | 266 |
| Fontes | 269 |
| Referências bibliográficas | 277 |
| Anexos | 294 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AFAC – Associação dos Ferroviários Aposentados do Ceará
AP – Ação Popular
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNH – Banco Nacional da Habitação
CAPs – Caixas de Aposentadoria e Pensões
CEF – Caixa Econômica Federal
CFN – Companhia Ferroviária do Nordeste
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CJM – Circunscrição da Justiça Militar
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DCT – Departamento de Correios e Telégrafos
DENERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais
DEOPS/SP – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo
DOPS – Delegacia da Ordem Política e Social
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EFB – Estrada de Ferro de Baturité
EFS – Estrada de Ferro de Sobral
FAC – Ferroviário Atlético Clube
FALTAC – Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores na
Agricultura do Estado do Ceará
FNF – Federação Nacional dos Ferroviários
IAPI – Institutos de Aposentadoria e Pensões
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
IML – Instituto Médico Legal
INPS – Instituto Nacional da Previdência Social
IPPS – Instituto Penal Paulo Sarasate
MDB – Movimento Democrático Brasileiro

METROFOR – Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos
MVOP – Ministério da Viação e Obras Públicas
ORM-Polop – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PL – Partido Libertador
PRC – Partido Republicano Conservador
PRP – Partido Republicano Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSL – Partido Social Liberal
PST – Partido Social Trabalhista
PUA – Pacto de Unidade e Ação
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RVC – Rede de Viação Cearense
SSP/CE – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará
SSP/PE – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFB – União dos Ferroviários do Brasil
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Var-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

TABELAS

Tabela 1

Um perfil dos ferroviários, p. 65.

Tabela 2

Bairros onde moravam ferroviários nas décadas 1960-1970, p. 105.

Tabela 3

Documentos que evidenciam a militância dos ferroviários no PCB, p. 167.

Tabela 4

Funções exercidas por José Nobre Parente na RVC/RFFSA, p. 186.

MAPAS

Mapa 1

Estações e Oficina no mundo do trabalho ferroviário, p. 37.

Mapa 2

Bairros de Fortaleza cortados pelos caminhos de ferro, p. 38.

Mapa 3

Os espaços de sociabilidade e organização classista, p. 73.

Mapa 4

Lugar de morada nas vilas ferroviárias, p. 104.

Mapa 5

Os locais de concentração e percurso das passeatas, p. 156.

Mapa 6

Cárceres onde os ferroviários foram presos e torturados, p. 231.

FIGURAS

Capítulo I

Figura 1

Obelisco que marcou a inauguração da Avenida Demóstenes Rockert, p. 42.

Foto Antônio Carlos Vieira/Acervo do autor.

Figura 2

Placa registra a inauguração da Avenida Demóstenes Rockert, p. 43.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 3

Ferrovários constroem vagões na Oficina do Urubu, em Fortaleza, p. 44.

Arquivo RVC/RFFSA.

Figura 4

Alunos da Escola Dr. Hugo Rocha, em Cedro, p. 48.

Acervo Museu Ferroviário do Cedro.

Figura 5

O PSF Ferroviários, em Cedro, p. 48.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 6

Praça dos Ferroviários, em Cedro, p. 49.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 7

Ferrovários paralisam Inspetoria no Cedro, p. 50.

Acervo Particular José Hamilton Pereira.

Figura 8

Inscrição no verso da foto 7, na qual Raimundo Celestino registra os passos do movimento paredista, em Cedro (CE), p. 51.

Acervo Particular José Hamilton Pereira.

Figura 9

Mulheres ferroviárias nas atividades escritório. Nas horas vagas, a organização de festas e encontros, p. 70.

Arquivo RVC/RFFSA e Acervo Particular José Hamilton Pereira.

Figura 10

Grupo de ferroviárias professoras, p. 70.

Arquivo RVC/RFFSA e Acervo Particular José Hamilton Pereira.

Figura 11

Nas ferrovias da Catalunha mulheres complementavam o trabalho doméstico com o ofício de “guardabarrera” ou “guardesa”, p. 71.

Guia Museu del Ferrocarril: sube al tren de la História. Vilanova i la Geltrú (Barcelona): Museu del Ferrocarril-Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 1997, p. 36-37/*Acervo do autor.*

Figura 12

O túmulo coletivo da Sociedade Beneficente dos Ferroviários, no cemitério São João Batista (Fortaleza), p. 74.

Foto do Autor/Acervo do autor.

Figura 13

Mausoléu do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, no cemitério São João Batista (Fortaleza), p. 75.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 14

Maria Luciene Ferreira, filha, Edson Luís Ferreira e Elaine Luiza Ferreira, netos, visitam o túmulo do mecânico Francisco Ferreira Lima Santos, no cemitério São João Batista (Fortaleza), p. 78.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 15

Os irmãos Francisco Adailton Lopes Pinto, eletricitista de locomotiva, e João Emídio Lopes Pinto, supervisor de mecânica, reverenciam a memória do pai, Francisco Assis Pinto, p. 79.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 16

A Cooperativa dos Ferroviários, p. 81.

Arquivo Nirez.

Figura 17

Bênção marca construção dos alambrados do campo do Ferroviário, p. 85.

Arquivo Nirez.

Figura 18

Título de sócio-proprietário do Ferroviário Atlético Clube, p. 86.

Acervo Particular José Hamilton Pereira.

Figura 19

Lançamento da pedra fundamental das casas da Vila Demósthene Rockert, ao lado da Oficina do Urubu, p. 92.

Arquivo RVC/RFFSA.

Figura 20

Casa da antiga Vila Demósthene Rockert, na Avenida Francisco Sá, p. 92.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 21

Anúncio de venda de terrenos para construção de vila operária, em Fortaleza (CE), p. 95.

O Povo, ano III, n.º 701, 29/08/1930. Fortaleza, p. 8/Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 22

Notícia sobre lançamento da pedra fundamental das vilas ferroviárias nos bairros Otávio Bonfim e Aldeota, em Fortaleza, p. 97.

O Povo, ano XI, n.º 1975, 27/12/1938. Fortaleza, p. 4/Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 23

Casas da vila ferroviária de Otávio Bonfim, p. 99.

Foto do autor/Acervo do autor.

Figura 24

Imprensa destaca inauguração da Vila Valdemar Falcão, projetada com vários tipos de casa, escola, açougue e farmácia, p. 101,

O Povo, ano XIV, n.º 4.678, 28/04/1941. Fortaleza, p. 7/Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 25

Casa de portas de ficha na vila Valdemar Falcão, p. 102.

Foto Antonio Carlos Araujo/Acervo do autor.

Capítulo II

Figura 26

Panfleto “Adesão”, p. 118.

Arquivo Marechal Fernando Setembrino de Carvalho. FSC-CPDOC/FGV – 14/00/16.

Figura 27

Sindicato, União e Pacto Sindical funcionavam na sede da Sociedade Beneficente, p. 123.

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0.

Figura 28

A greve de 1961 mobiliza ferroviários de todo o Ceará: reivindicações econômicas e movimento “Fora Humberto Moura” no Ipu (Ceará), p. 128.

Acervo Particular José Hamilton Pereira.

Figura 29

Barracão montado em frente à Oficina do Urubu (Fortaleza), p. 128.

Arquivo RVC/RFFSA e Arquivo Nirez.

Figura 30

Na barraca da resistência, a manifestação de só recuar com a vitória, p. 129.
Arquivo Nirez.

Figura 31

RVC em pé de guerra, p. 130.

Unitário, ano XLIII, n.º 32.057, 12/11/1961. Fortaleza, p. 1.ª/Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 32

Ferrovários de Sobral (Ceará) em greve, p. 131.

IPM-1964, v. n.º 2, livro 3, s.p./Arquivo Associação 64-68 Anistia; e Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 44.

Figura 33

Prefeito de Sobral (Ceará), Cesário Barreto, entre os grevistas, p. 132.

IPM-1964, v. n.º 2, livro 3, s.p./Arquivo Associação 64-68 Anistia; e Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 49.

Figura 34

Ferrovários fazem o “V” da vitória no “meeting comemorativo”, p. 134.

Unitário, ano XLIII, n.º 32.059, 15/11/1961. Fortaleza, p. 1.ª/Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 35

Carta sindical do Sindicato dos Ferrovários, p. 142.

Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará/Setor de Relações do Trabalho.

Figura 36

O ferroviário Afonso Bento Bezerra com a delegação cearense durante o III Congresso Nacional Sindical, realizado no Rio de Janeiro, em 1960, p. 144.

Foto cedida ao autor por Amaury Cândido Bezerra.

Figura 37

Cédula única para eleição do Sindicato dos Ferrovários, p. 154.

Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará/Setor de Relações do Trabalho.

Figura 38

Disco com o *Hino dos Ferrovários*, p. 158.

Arquivo Nirez.

Figura 39

O sindicalista e músico José Jatahy, p. 158.

Arquivo Nirez.

Figura 40

Santinho da campanha política de Francisco Pereira, p. 162.

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, Processo n.º 04024377-0, p. 40.

Figura 41

Panfleto do Comitê Político dos Ferroviários, p. 163.

IPM-1964, v. n.º 2, Livro 3, fls. 705/Arquivo Associação 64-68; e

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 42.

Figura 42

“Doc. 4”, com o organograma do Comitê Central do PCB, p. 175.

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Capítulo III

Figura 43

Boletim de Merecimento do caldeireiro Raimundo Ferreira de Melo, p. 189.

Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

Figura 44

Jornal *Gazeta de Notícias* questiona por que José Nobre Parente ficou com o cinto, p. 196.

Gazeta de Notícias, ano XXXIX, n.º 11.319, 22/05/1966. Fortaleza, p. 6.

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 45

Atestado de óbito de José Nobre Parente assinado pelo médico Edson Lopes, p. 200.

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 0426990-8, p. 10.

Figura 46

O Povo registra o “enforcamento” de José Nobre Parente, no canto direito inferior da primeira página, p. 204.

O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 1.ª/Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 47

Destaque da matéria de *O Povo*, p. 205.

O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 1.ª/Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 48

O discurso jornalístico reforça a versão da empresa e da polícia, p. 207.

O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 2/*Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.*

Figura 49

Destaque da continuação da matéria de *O Povo*, p. 208.

O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 2.

Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem – Brasil, Fortaleza-CE.

Figura 50

O jornalista Edmundo Maia acusa o engenheiro José Walter Cavalcante de mandar espancá-lo, p. 215.

Última Hora, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, matutino/*Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.*

Figuras 51 e 52

Carteira de identificação do jornalista Edmundo Maia, correspondente do jornal *Última Hora* no Ceará, p. 216.

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024385-0, p. 33.

Figura 53

Última Hora dá a José Nobre Parente a condição de preso político, p. 217.

Última Hora, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, p. 1.ª, Caderno 1.º, vespertino/*Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.*

Figura 54

A matéria interna com denúncias de terror e delação na RVC/RFFSA, p. 218.

Última Hora, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino/*Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.*

Figura 55

Dona Francisca, viúva de Parente, acha estranho o suicídio, p. 220.

Última Hora, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino/*Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.*

Figura 56

Detalhe de dona Francisca com as filhas Glede, Sara e Ruth, p. 221.

Última Hora, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino/*Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.*

Figura 57

Ao receber o cadáver do marido, dona Francisca diz que Parente recebeu uma grande pancada na cabeça, p. 222.

Última Hora, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino/*Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.*

Figura 58

A morte de Parente não para as perseguições aos ferroviários, procurados em bares, casas de lanche e lojas do centro de Fortaleza, p. 223.

Última Hora, ano XV, n.º 5.075, 30/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, vespertino.

Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

Figura 59

A polícia resolve abrir inquérito para investigar a morte de Parente, p. 224.

Última Hora, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, matutino/*Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.*

Figura 60

Benedito e dona Maria de Lourdes com os nove filhos, p. 230.

Foto cedida por dona Maria de Lourdes.

Figura 61

No IPPS, Nascimento, Waldemar Menezes e Benedito, p. 230.

Foto cedida por dona Maria de Lourdes.

Figura 62

Xilogravura produzida pelos presos do IPPS, pedindo liberdade e anistia, p. 234.

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Figura 63

Visitantes do IPPS eram obrigados a preencher ficha, p. 235.

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Figura 64

Os presos de Crateús (Ceará), dentre os quais seis ferroviários, p. 237.

Última Hora, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, matutino/*Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ*

Figura 65

Prontuário de Jonas Daniel na DOPS, p. 239.

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Figura 66

Registro Geral de Jonas Daniel na DOPS, p. 240.

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Figura 67

Atividades “subversivas” de Jonas Daniel, p. 241-242.

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Figura 68

Jonas Daniel, a filha Aurice e dona Maria Nazareth, p. 244.

Foto cedida por dona Maria Nazareth Aguiar Daniel.

Figura 69

Aurice, com duas colegas, na Ucrânia, em manifestação do dia 7 de novembro, p. 244.

Foto cedida por dona Maria Nazareth Aguiar Daniel.

Figura 70

Jorge Pereira Nobre e dona Maria de Jesus festejam o primeiro aniversário do filho primogênito, Francisco Manoel, p. 253

Foto cedida por dona Maria de Jesus Guedes Nobre.

Figura 71

Jorge Pereira Nobre discursa na homenagem ao deputado Paulo Sarasate (em pé), observado por José Walter Cavalcante, p. 253.

Foto doada ao autor por Nirez.

Introdução: sobre os trilhos de Fortaleza

Evidenciar a presença dos ferroviários na cidade de Fortaleza e interpretar a história das lutas e da resistência desse grupo social, uma das categorias mais organizadas dentre os trabalhadores cearenses, constituem os objetivos principais desta pesquisa cuja fonte principal são os relatos de ferroviários, viúvas ou filhos encaminhados à Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, instituída com base na Lei. N.º 13.202, de 10 de janeiro de 2002 (Anexo 1).¹

Com efeito, a partir desse instrumento legal, começaram a emergir memórias de foguistas, mestres, fiscais de tráfego e de movimento, ajudantes de maquinistas, armazenistas, telegrafistas, escriturários, maquinistas e mecânicos, até então envoltas pelo silêncio.

Trata-se de uma espécie de memória autorizada pelo Estado, influenciada, em larga medida, pelo caráter indenizatório sinalizado às vítimas, até o valor máximo de R\$ 30 mil. Um valor simbólico, é verdade, mas que não elimina, por outro lado, o reconhecimento por parte do Estado do cerceamento à liberdade nem minimiza o *mea culpa* em relação à violência e à intolerância cometidas pelo aparato policial-militar contra cidadãos.

Devo dizer que algumas circunstâncias, de caráter eminentemente pessoal, levaram-me a interessar pelo tema. Como membro da Comissão de Anistia, no período 2003-2006,² representando a Secretaria do Governo do Estado do Ceará, tive a oportunidade de relatar diversos processos (de

¹ Dispõe sobre o direito à indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, ou hajam ficado sob a guarda e responsabilidade de órgãos da estrutura administrativa do Estado do Ceará, ou em quaisquer dependências desses órgãos. *Diário Oficial do Ceará*, Série 2, ano V, n.º 016. Fortaleza, 23/01/2002, p. 1-2.

² No período 2003-2007, a Comissão era composta pelos seguintes membros: Adahil Barreto (Assembléia Legislativa do Estado do Ceará), Francisco Assis Papito de Oliveira (Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente), Francisco Gilmar Lima Chaves (Secretaria da Cultura), Hélder Vasconcelos Frota (Secretaria da Administração), Marcus José de Paula Pessoa Costa e Silva (Ordem dos Advogados do Brasil-Secção Ceará), Maria Goretti Brito de Moraes (Procuradoria-Geral do Estado), Mário Miranda de Albuquerque (Associação 64-68-Anistia), Nilton Melo Almeida (Secretaria do Governo), Róscio Aguiar Rebouças (Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania), Vanja Fontenele (Ministério Público do Estado do Ceará) e Urico Gadelha (Conselho Regional de Medicina). Funcionou como órgão da Ouvidoria, 2003 até 2007, quando a Lei n.º 13.970, de 14 de setembro de 2007, a transferiu para a Secretaria da Justiça e Cidadania, passando a incorporar representantes da Secretaria do Planejamento e Gestão, para a qual foi transferida, e da Casa Civil. *Diário Oficial do Ceará*, Série 2, Ano X, n.º 185, Caderno 1/3, 28/09/2007. Fortaleza, p. 3.

professores, aposentados, jornalistas, militantes políticos, advogados). Dentre eles, coube a mim o que, no âmbito da Comissão, convencionou-se chamar de “grupo dos ferroviários”, assim como se deu a denominação aos pedidos do chamado “grupo de Crateús”.³ A noção de grupo, para os integrantes da Comissão, compreendia a ideia segundo a qual pessoas de um determinado grupamento haviam passado por situação semelhante, permitindo um parecer que, dadas as similaridades, abrangesse a todos.

Convém esclarecer que a leitura e análise de determinado processo, para efeito de elaboração do parecer, seguem um método, evidentemente. Depois de elaborado pelo parecerista (sempre um membro da Comissão), o parecer é submetido ao crivo de um colegiado. Embute-se neste ato, então, a responsabilidade estrita da tarefa a ser cumprida pelo servidor público ou por representante de uma entidade da sociedade civil, muitas vezes limitado a observar questões principalmente relacionadas ao princípio da legalidade estabelecido nas leis, nos decretos, nos regimentos e nas portarias.

Minha experiência levou-me a observar que o campo das interpretações, leituras de evidências e dos indícios, portanto, acabava submetendo-se à visão, quase sempre predominante no âmbito da Comissão – embora houvesse discordâncias –, de ordem absolutamente positivista, objetiva, porque, de modo geral, interessa ao burocrata, “o zeloso funcionário preocupado com a correta destinação do recurso público”, o fato comprovado, documentalmente ou por testemunho, que atenda direta e especificamente à “letra da lei”. Como em tese pairava esse princípio, surgia grave problema na medida em que o raio de análise, neste caso, ficava restrito, limitado, engessado, com sérios riscos de produzir-se um voto (passo seguinte ao parecer) injusto, induzindo os demais membros da Comissão, que, comumente, acompanhavam o voto do parecerista.

Ora, ao historiador também interessam “o fato”, “o documento” e o “testemunho”. A questão é que, nesse imbróglio, a camisa-de-força dificultava a

³ O grupo de Crateús era constituído de 16 presos políticos: José Fernandes da Silva, Shirley Jucá, José Bezerra de Melo, Manuel Ferreira dos Anjos, João Soares dos Santos, José Soares da Silva, José da Silva Palhano, José Gomes Moreira, Antonio Cruz Ribeiro, Norberto Ferreira Filho, Antônio José de Oliveira, Francisco Colares de Oliveira, Edmundo Pinho Brás, João Araújo, Antonio Paulino dos Santos e Francisco Silva Araújo. Ver *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3 (matutino). Ler também OLIVEIRA, Papito (org.) *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009, p. 247-272.

análise de elementos difíceis de serem medidos, avaliados ou mensurados monetariamente, dentro da faixa mísera entre R\$ 5 mil e R\$ 30 mil, valor mínimo e máximo, respectivamente, com os quais trabalha a Comissão de Anistia local. Uma realidade bem diferente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (Comissão de Anistia do Ministério da Justiça), que funciona sem limites de valores, decidindo por indenizações muitas vezes consideradas milionárias.

Nas entrelinhas dos processos, pois, tornava-se impossível desconhecer o caráter subjetivo dos eventos, seja do que estava dito (explícito), seja do não-dito, embora estivesse implícito. O problema emergia em todas suas *nuances*: como não levar em conta as emoções, os sentimentos, os traumas, as omissões, os exageros ou os medos, efetivamente decisivos para uma análise dessa ordem, se tudo isso se encontrava, de forma subliminar ou não, nos processos?

As discussões repetiam-se nas sessões da Comissão, entre dúvidas, constrangimentos, vergonhas e incertezas. Como afirmar, portanto, que a pessoa detida durante três meses sofreu mais ou menos que outra presa por apenas uma semana? Como garantir que determinado tipo de tortura causara mais dor e sofrimento do que outro? É possível medir a dor? A dor, na verdade, não tem como ser medida pelo outro. Assim como as lembranças, ensina Lowenthal ao citar Benjamim, a dor é individual, intensamente pessoal.⁴ E dessa forma, é possível dizer, as forças de cada um determinaram em graus diferenciados a resistência das pessoas, numa teia de diferentes perspectivas.

Por isso, mergulhar nessa documentação com espírito de pesquisador, a par dos conceitos da historiografia, movido por métodos da investigação empírica, atento às possibilidades de interpretação dos documentos, permitiu-me desvendar outros aspectos além daqueles sobre os quais a Comissão se debruçava porque - ainda por cima - havia outro inconveniente: era necessário, também, não ultrapassar o orçamento⁵ anual destinado às indenizações.

⁴ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 0. São Paulo: EDUC, 1981, p. 78-79.

⁵ A Comissão de Anistia teve os seguintes recursos no orçamento do Estado: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em cada ano do quadriênio 2003-2006; R\$ 601.000,00 (seiscentos e um mil reais) em 2007; e R\$ 1.090.000,00 (um milhão e noventa reais) em 2008, conforme informação da Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou.

Minha proposição inicial para este estudo, como disse acima, centrou-se na oportunidade de interpretar a história da repressão aos ferroviários cearenses com base nos processos da Comissão de Anistia. Os processos, no total de 24, somam 717 páginas e reúnem farta e rica documentação. No rol de documentos, portanto, encontram-se: a) requerimento: petição por meio do qual a vítima, familiar ou procurador solicita a indenização; b) relato dos fatos: descrição na qual a vítima, familiar ou procurador relata episódios, lembranças e memórias que fundamentam o requerimento; c) qualificação do requerente: documentos de caráter pessoal, como carteira de identidade, título de eleitor e Cadastro de Pessoa Física; d) comprovante de residência: conta de luz, água, telefone, Imposto Predial e Territorial Urbano, dentre outros; e) procuração: documento em que a vítima ou familiar nomeia e constitui um procurador para representá-lo junto à Comissão de Anistia; f) certidão de casamento: apresentada no caso de vítimas casadas, em geral acompanhado da relação de filhos; g) certidão de óbito: apresentada quando a vítima e/ou cônjuge já faleceram; h) atestados médicos e exames, utilizados para comprovar a relação da tortura com o dano físico causado à vítima ou mesmo para comprovar o estado de saúde precário do requerente (seja vítima ou familiar) e assim garantir urgência na análise do processo; i) informações, autos de busca e apreensão; j) autos de qualificação e de interrogatório; l) termos de declaração; m) termo de confrontação, todos no âmbito da DOPS; n) registro de empregado e boletim de pessoal, oriundos da RVC/RFFSA; o) certidão do STM; p) certidão da ABIN; q) declaração ou testemunho de terceiros; r) recortes de jornais; s) fotografias; t) telegramas.

Na realidade, os processos traduzem a ação organizada de vítimas, familiares, advogados, procuradores, no sentido de fundamentar, com esses documentos e testemunhos, a solicitação de indenização prevista em lei. Surgem daqui, conforme a acepção de Elisabeth Jelin, os “empreendedores da memória”.⁶ Familiares, filhos, viúvas e amigos passam a acionar mecanismos de memórias para lembrar fragmentos de um passado guardado até então, por razões as mais diversas e complexas.

⁶ JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

Nessa perspectiva, chamou-me atenção o “suicídio” (versão oficial) do ferroviário José Nobre Parente, um jovem que migrou de Quixeramobim (CE) para Fortaleza, entrou na RVC em 1946, ao completar 18 anos, e apareceu morto nas celas do 2.º Distrito Policial, em 1966, depois de ter sido preso no local de trabalho. A família (viúva e filhas) se recusa a dar testemunho oral. Apesar das várias tentativas que fiz, Sara Cavalcante Parente, filha de José Parente, argumenta que a “saúde da minha mãe está em primeiro lugar”. Dona Francisca, por sua vez, é contundente: “Não falo sobre isso. Você sabe o que é seu marido sair para trabalhar e voltar num caixão?”.⁷ Cheguei a ir à casa de dona Francisca, mas não fui recebido por ela.

Parcamente documentado, o processo da Comissão de Anistia, ano 2004, n.º 04269990-8, de José Nobre Parente, reúne apenas um breve relato assinado pela filha Sara Cavalcante Parente, como procuradora da mãe e das duas irmãs, certidões de casamento, de óbito e cópias de matérias publicadas em jornais.⁸ Faltam, por exemplo, o registro da prisão e o inquérito policial para esclarecer as circunstâncias da morte, documentos os quais não consegui encontrar em minhas buscas no Fundo Secretaria de Segurança Pública no Arquivo Público do Estado Ceará. No processo também não há testemunhos de amigos, vizinhos ou ferroviários com quem ele esteve preso.

Por outro lado, a documentação funcional sob guarda do Arquivo da RVC/RFFSA, em péssimo estado de conservação, de certa forma dificultou a “anatomia” do fato e sua interpretação, mas não impediu a análise de evidências à luz do contexto em que José Nobre Parente perdeu a vida duas vezes: a morte física e a omissão de seu nome dos registros de vítimas da ditadura militar. Isso reforça a noção de que as “memórias autorizadas” pelo Estado acabaram por trazer à tona histórias de lutas dos trabalhadores ferroviários até então à margem da historiografia, muito atenta, em termos locais, aos feitos dos estudantes dos setores médio da nossa cidade.

A certa altura da pesquisa, porém, compreendi que o mais importante não era o indivíduo José Nobre Parente ou sua ainda inédita história, mas o senso coletivo que juntou Ademar Paulino de Freitas, Afonso Bento Bezerra,

⁷ Ver *O Povo*, LXXIX, n.º. 25.927, 03/05/2006. Fortaleza, Cotidiano, p. 8.

⁸ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 1.ª e 2.; e *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, matutino.

Antonio Bonifácio Parente (primo de José Parente), Antonio Paulino dos Santos, Benedito Marques Teixeira, Francisco Carlos Alcantarino, Francisco Cláudio de Medeiros, Francisco Colares de Oliveira, Francisco Pereira da Silva, Francisco Silva Araújo, João Faria de Sousa, João Licínio da Silva, Jonas Daniel, José Duarte, Jorge Pereira Nobre, José Arimatéa de Lima, José da Silva Palhano, José Elias Gonzaga, José Maria Oliveira, Francisco Pereira da Silva, Manoel Graciano de Macedo, Raimundo Santana da Costa, Ramyses Selvas Braga, Vicente Dias Araújo, Raimundo Ferreira de Melo e o próprio José Nobre Parente na opção pelos caminhos rebeldes.

Esses ferroviários construíram páginas marcantes na história da cidade. Suas experiências são indelévels, apesar do longo processo de tentativa de apagamento. Aliás, falando sobre a experiência dos trabalhadores na Leopoldina, Demistóclides Batista, o “Batistinha”, percebeu: “Quiseram acabar com a memória ferroviária. Houve todo um trabalho nesse sentido”.⁹

Ao analisar os relatos e narrativas desses trabalhadores, procurei adentrar a história de suas vidas, para tentar compreender seus desejos, perceber seus dramas, sentir suas dores, “sofrer” as perseguições, prisões e torturas de que foram vítimas; conhecer onde moravam e como se divertiam; desvendar as redes de sociabilidade que construía; identificar as estratégias de sobrevivência diante da aposentadoria compulsória (caso dos estatutários) ou da simples demissão (quando se tratavam de celetistas); saber como conseguiram superar os estigmas numa época de “caça às bruxas”, desconfianças e delações; verificar como superaram, em muitos casos, a distância dos familiares; como enfrentaram o exílio em nosso próprio País; observar o espaço político e social roubado, as esperanças esvaindo-se. Ao ler tudo isso, foram descortinando-se outros aspectos que falam diretamente da experiência que os levou a serem partícipes da história operária no Ceará.

Nesse sentido, passei a observar quão rica tem sido a trajetória dos ferroviários no cotidiano de Fortaleza, pois ocorre que, *pari passu* às atividades de rotina na RVC/RFFSA, os ferroviários cujas memórias emergem agora

⁹ CAMPOS, Luiz Arnaldo. *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro de Memória Ferroviária/Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro da Central do Brasil, s.d., p. 29.

construíam espaços de lutas, organizavam greves, paralisações, comícios e passeatas. Concomitantemente, se envolviam na militância político-partidária, em especial no PCB, executando “tarefas” delegadas pelo Partido, vivência que traduz um longo percurso de aprendizado desses trabalhadores no processo de organização da categoria. Afinal, a gênese de sua formação como classe vem desde os tempos dos retirantes, durante as secas do final do século XIX, quando homens famintos eram transformados em operários para construir a infraestrutura capaz de conferir a Fortaleza a hegemonia no Ceará,¹⁰ atendendo de outro modo às exigências da nova Divisão Internacional do Trabalho.¹¹

Avançar na investigação permitiu-me atentar para o fato de que, durante o percurso de quase 140 anos desde que se implanta a modernidade da ferrovia no Estado, os ferroviários não apenas fincam dormentes e trilhos, mas rasgaram as ruas da então provinciana Fortaleza, seguindo, posteriormente, rumo ao interior do Estado, seja em direção ao sul (Paraíba e Pernambuco), seja em direção ao norte (Piauí).

No Capítulo 1, *Os espaços do mundo ferroviário*, o trabalhador ferroviário e a cidade são elos-chaves de uma mesma escrita, agentes que se imbricam num território de espaços quase sempre hostis, tensos e conflituosos. Discuto as razões pelas quais a cidade, nas duas últimas décadas do século XIX, ingressa na era dos trilhos. Fortaleza ainda disputava a hegemonia com outros núcleos importantes da província, daí porque um transporte de massa como o trem, novidade da Revolução Industrial, contribuiria para ligá-la às zonas produtoras – especialmente de café e algodão –, criando uma rede capaz de induzir a comercialização dos produtos, sobretudo para exportação.

Tento demonstrar que, ao longo de um século, os ferroviários, em diferentes contextos e temporalidades, reagem às investidas de controle da empresa. À medida que os trilhos cortam Fortaleza e penetram o interior do Estado, sertanejos transformam-se em operários. E longe de serem homens pacatos, como conviria às elites, fazem greve logo no início da formação da categoria, integram-se em sociedades beneficentes e ligas de assistência.

¹⁰ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p. 120 e 123.

¹¹ SILVA, José Borzacchiello da. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf, 1992, p. 48.

Anos mais tarde, com o avanço de sua organização, fundam clubes de futebol e de lazer, abrem escolas e brigam por moradia própria, deixando os sinais de sua presença por diversos pontos do traçado urbano.

À proporção que os caminhos de ferro cortam a cidade, torna-se possível observar as repercussões geradas pela infraestrutura da ferrovia, desde a arquitetura aos novos hábitos das viagens de trem. Desse novo tempo, emerge também a presença do trabalhador ferroviário a disseminar ideias, muitas vezes revolucionárias, por lugares antes isolados, longínquos dos centros urbanos. Nasce daí um mundo ferroviário que, aos poucos, delinea a Fortaleza não apenas do ponto de vista da linha férrea que corta ruas e bairros, mas da presença de trabalhadores construindo sua trajetória e deixando marcas.

Não se espere uma história linear neste trabalho. Por isso mesmo, no Capítulo II, *Construindo os lugares da luta social*, tento mostrar as ações – e demonstrar a vitalidade – com as quais os ferroviários envolvem-se na revolta popular contra a oligarquia do comendador Nogueira Acióli. Eles estão ao lado de outros trabalhadores lutando por novos rumos contra um Ceará arcaico. Que aprendizado extraordinário e tão excepcional quanto o percurso que os leva à criação do Sindicato que comandou “passeata monstro”, no centro da cidade, conforme a denominação policial. Os ferroviários participam da liderança do Pacto Sindical, provavelmente engrossam a Marcha do Pirambu, lutam pelas “reformas de base”, organizam greves, resistem dramaticamente ao golpe de 1964. Sua rebeldia impregna ruas, avenidas, praças, vilas e bairros de Fortaleza. Não interessa se venceram; importa que lutaram.

Nos partidos – PSB, PCB e PC do B –, os ferroviários escrevem outro capítulo de seus sonhos. Assumem tarefas e riscos. Aproveitam o espaço de trabalho para articular-se com outras categorias e organizações. Picham muros, “agitam a massa”, capacitam-se teoricamente em Moscou, em cursos financiados pelo Partido Comunista Russo, ingressam na clandestinidade, chefiam órgãos de imprensa e atendem ao chamado para organizar o partido em outras capitais.

No Capítulo 3, *Entre memórias de dor, saudades e canções*, minha reflexão mergulha nas memórias dos ferroviários construídas em outros lugares: os cárceres de Fortaleza. Aqui, vem à tona a morte de José Nobre

Parente, preso político que apareceu morto no 2.º Distrito Policial e à margem da historiografia. Na Escola de Aprendizes Marinheiros, no 23.º Batalhão de Caçadores, na 10.ª Região Militar, na Polícia Federal, no IPPS, os ferroviários sofrem diversos tipos de violência que estão relatados nos processos da Comissão de Anistia. Agressões verbais, torturas físicas e psicológicas, proibição de receber visitas, noites dormidas sobre folhas de jornal, a ameaça de degredo em Fernando de Noronha. O medo, a separação abrupta da família, o desligamento do emprego, as decepções, as mentiras e, por fim, a morte.

Essa discussão parece-me essencial para entender não apenas o descenso do movimento ferroviário como também a emersão de suas memórias, daí porque recorro a Jelin para justificar:

La profusión de textos testimoniales, algunos de carácter autobiográfico y otros basados em mediaciones y proyectos de terceros, así como las iniciativas de archivos de historia oral y las búsquedas personalizadas a través del cine son indicios de procesos sociales importantes que están ocurriendo en las sociedades de la región. No se trata de fenómenos ligados solamente al mercado (lo que los críticos literarios llaman “el boom” del testimonio y la biografía”) sino a complejas búsquedas de sentidos personales y a la reconstrucción de tramas sociales. De manera central, existe también un propósito político y educativo: transmitir experiencias colectivas de lucha política, así como los horrores de la represión, en un intento de indicar caminos deseables y marcar con fuerza el “nunca más”.¹²

Nesses lugares, masmorras da ditadura militar em Fortaleza, a vida continua como se a ninguém restasse a responsabilidade de lembrar, enquanto permanece o silêncio em relação aos ferroviários que tanto serviram à cidade e à população. As memórias dos ferroviários, silenciadas por um período de 40 anos, vêm à tona. Ferroviários, filhos, viúvas e amigos assumem o lugar de “empreendedores da memória”, acepção que tomo emprestado de Jelin.¹³

Importa aqui a possibilidade de desnudar os sujeitos em sua angústia, dor, desesperança, revolta e esperanças. Afloram aqui as formas de sobrevivência com outras atividades, as traições e solidariedades. As viúvas

¹² JELIN, Elisabeth. *Los trabajos... Op. cit.*, p. 95.

¹³ Na nota 8, à página 48 de sua obra, a autora considera que o empreendedor “se involucra personalmente en su proyecto, pero también compromete a otros, generando participación y una tarea organizada de carácter colectivo” e se caracteriza por ser “un generador de proyectos, de nuevas ideas y expresiones, de creatividad – más que de repeticiones”.

choram, as crianças sofrem. É o momento da recordação, das lembranças, no qual as memórias individuais imbricam-se com as memórias coletivas. Neste sentido, Halbwachs,¹⁴ Pollack,¹⁵ Lowenthal,¹⁶ Gomes¹⁷ e Eclea Bosi¹⁸ tecem os argumentos que me subsidiam.

A reflexão abrange ainda a intolerância *versus* os direitos humanos, tendo sempre como suporte para o debate as narrativas dos próprios ferroviários ou de seus parentes. Suas vidas têm algo em comum com Flávio Tavares (jornalista), Carlos Lamarca (capitão), Marcos Ana (poeta), Tito de Alencar Lima (frei), Vladimir Herzog (jornalista) e outros “velhos militantes”: a liberdade caminha sobre o limbo, e a intolerância é um vizinho sempre à espreita, mas o irrequieto desejo por justiça social, pelos direitos humanos, permanece.

Quando Todorov busca respostas à questão “como se comportar em relação ao outro?”, ele estabelece unidade de tempo (século XVI), unidade de espaço (região do Caribe e do México) e unidade de ação (percepção dos espanhóis em relação aos índios).¹⁹ O exemplo parece distante, mas os problemas que propõe minam a contemporaneidade, pois, no cerne do debate, impõe-se a necessidade de descobrir “semelhanças” e também “diferenças”: “o conhecimento de si”, afinal, “passa pelo conhecimento do outro”. Nesse aspecto, Arendt, para quem “a persuasão e a violência podem destruir a verdade, não substituí-la”,²⁰ assume papel relevante na discussão do capítulo. Sua reflexão tece um fio que me permite conectar à problematização dos ferroviários.

As lutas políticas pela memória social dos vencidos, exercício dos que se preocupam com o desejo do “nunca mais”, registram em nossa cidade um espaço rico para reflexão: a Sala Frei Tito, instalada no Museu do Ceará (Rua São Paulo, 51, Centro). Parece muito pouco, porém, considerando a

¹⁴ HALBWALCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, Beatriz Sidou (trad.), 2006.

¹⁵ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, vol. 2, n.º 3, 1989.

¹⁶ LOWENTHAL, David. *Como... Op. cit.*

¹⁷ GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

¹⁸ BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁹ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, Beatriz Perrone-Moisés (trad.), 2003, p. 5.

²⁰ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 320.

possibilidade de transformação de determinados lugares da repressão em lugares de memória dos trabalhadores perseguidos. É o caso do prédio onde funcionava a antiga DOPS, local em que ferroviários e outros trabalhadores sofreram simplesmente por terem defendido seus ideais.

Numa época na qual o trem - até a década de 1970, pode-se dizer - era o principal transporte de massa, os ferroviários demonstram força coletiva, no lastro de uma experiência que se construiu lentamente. Marcam a cartografia da cidade com suas ações, hoje envoltas pelo esquecimento. Eles ajudaram a configurar um novo desenho de Fortaleza com suas lutas pelos caminhos de ferro os quais, hoje, escondem a história de homens que moldaram suas vidas com a esperança dos sonhadores. Talvez por isso, eles formem um dos grupamentos mais representativos (25 pessoas) dentre os que solicitaram à Comissão de Anistia o direito de indenização proposto em lei pelo Estado.

Para atingir esse objetivo, segui alguns passos metodológicos. Paralelamente à interpretação dos documentos constantes nos processos da Comissão de Anistia, debruçei-me num levantamento bibliográfico que reúne estudos e pesquisas de historiadores, geógrafos, sociólogos e arquitetos. Conferi a mesma relevância aos relatos de cronistas de Fortaleza, identificando ainda elementos nos romances de época capazes de me fazerem “imaginar” e “penetrar” em ambientes, lugares, distâncias, eventos e pessoas. Esse material permitiu-me compreender a natureza e essência das identidades de uma das mais fortes categorias de trabalhadores do Ceará no século XX.

Os acervos de instituições e de particulares constituíram também fontes primorosas. A pesquisa em jornais, nas bibliotecas do Ceará e Rio de Janeiro, contribuíram, do mesmo modo, de forma decisiva para entender a presença dos ferroviários na cidade, particularmente no período de 1961 a 1979, quando a repressão se abateu mais fortemente sobre seus sonhos de classe. E esses mesmos sonhos, desventuras e alegrias ganharam outros contornos quando explicitados nas entrevistas que realizei.

Quando entrevistou velhos moradores da cidade de São Paulo, Eclea Bosi refere-se assim ao sr. Abel, ao sr. Antônio e a d. Brites: “São três autobiografias que aquecem a vida pública com o calor da subjetividade que

falta, em geral ao discurso histórico oficial”.²¹ As entrevistas podem até não trazer “informações novas e substantivas”, como alerta Ângela de Castro Gomes, pois “quase sempre ocorre uma convergência básica com os dados e as interpretações contidas nos documentos escritos”. Mas o importante é que elas agregam elementos cruciais que possibilitam ao “pesquisador rever os dados e interpretações já estabelecidos” a partir da “interação entre a experiência pessoal e o fio histórico dos acontecimentos”.²²

Esse, portanto, é o percurso que delineei na minha pesquisa, descortinando aos poucos a ação dos ferroviários como agentes que marcaram a cidade e, ao mesmo tempo, lhe estamparam duas faces: a Fortaleza²³ alheia às lutas dos seus trabalhadores, arredada, indiferente aos que a ela se entregam, cega à sua gente comum. Mas essa, em rigor, é a Fortaleza desenhada pelas elites e imaginada por alguns cronistas, na vã tentativa de mascarar as tensões de classe.

Os ferroviários, portanto, na relação permanente de conflitos que vivenciaram, não apenas romperam com “os mecanismos de controle” estrategicamente planejados, mas tentaram furar o isolamento imposto à “multidão anônima”.²⁴ Ao demonstrarem que moram, divertem-se, trabalham e lutam na cidade, buscaram quebrar a invisibilidade que lhes tentam envolver, construindo em sua experiência uma Fortaleza rebelde, atrevida, insubmissa, por isso mesmo dicotômica.

²¹ BOSI, Eclea. *Memória... Op. cit.*, p. 458.

²² GOMES, Ângela de Castro. *Velhos... Op. cit.*, p. 8.

²³ Os poetas são pródigos em criar epítetos para a cidade. No poema *A Fortaleza*, Francisco de Paula Ney a denomina “Loira desposada do sol” (<http://recantodasletras.uol.com.br/visualizar.php?id=44129>). AZEVEDO, Otacílio. *Fortaleza*. AZEVEDO, Otacílio. *Trigo sem joio*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1986, p. 166, cunhou a expressão “Fortaleza legendária”; e ADERALDO, Mozart. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar, 1993, fala da “Cidade amada”.

²⁴ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004, p. 12.

Capítulo I – Os espaços do mundo ferroviário

1.1 A cidade provinciana na era dos trilhos

Na Rua do Trilho, atual Avenida Tristão Gonçalves, numa pequena casa “encardida pela fuligem das locomotivas”, Zuza, o moço “filho de gente graúda”, conhece Maria do Carmo, a ingênua “noviça, moreno-clara, olhos cor de azeitona, carnes rijas”. É assim que Adolfo Caminha descreve em *A normalista* como começou o “namoro do Trilho de Ferro”, que ficava nos “confins da cidade”, distante do Benfica e a um quilômetro das matas da Aldeota, antigo outeiro.²⁵

A noção de local afastado é confirmada por Eduardo Campos. Sua família chega a Fortaleza, em 1923, proveniente de Pacatuba, e resolve mudar-se oito anos depois para a Rua do Imperador, “nas areias”. Nela vivia também o maquinista da RVC de nome Victor, uma figura “miúda, nervosa”, dado a contar histórias de desastres ferroviários. De lá, seguiam até a Estação Central, de onde embarcavam para matar as saudades:

Enfim, o trem partia; rolava a composição renteando o casario que grimpava o Morro do Moinho; adultos (sempre desocupados) e crianças (eram tantas) viam os carros passar. Logo por diante os fundos de quintal da Parangaba; mais meninos e mais gente, sem ter o que fazer, dando adeus, dizendo palavras que os passageiros não entendiam... Assim, vencendo as etapas da viagem, vinha Mondubim, Pajuçara, Monguba... E haja pregões de pães-de-ló, de amendoim torrãozinho, de roscas enfiadas numa vara, e por fim as deliciosas bananas-secas guarnecidas de papel encarnado.²⁶

Os trilhos da Companhia Cearense da Via-Férrea de Baturité²⁷ passavam pela Tristão Gonçalves até 1917, quando o pequeno núcleo urbano central cresce e os trilhos são transferidos para a Avenida José Bastos. Por essa razão, a antiga Rua do Trilho é mais larga do que as demais, tendo sido

²⁵ CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 15-16; p. 20-21; 42 e p. 171-174.

²⁶ CAMPOS, Eduardo. *Na flor da idade: memórias de infância e adolescência*. Fortaleza: Tukano, 1991, p. 28.

²⁷ A EFB nasce como empreendimento privado, é encampada, em 1878, no Império, e passa pelo ciclo de arrendamentos de 1898 até 1915, quando a União reassume o controle da empresa, denominando-a Rede de Viação Cearense (RVC). Em 1957, o decreto n.º 3.115 cria a Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), unificando as 22 ferrovias brasileiras. Em 1998, a RFFSA é privatizada, em regime de arrendamento, desta feita passando a RVC/RFFSA ao controle da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), por intermédio de concessão.

alargada em 40 palmos. Os trens, inclusive, abasteciam na caixa-d'água erguida na Praça da Lagoinha.²⁸

Os caminhos de ferro começam a configurar a Fortaleza provinciana descrita por Adolfo Caminha ainda em 1872, quando na tarde do dia 20 de janeiro inauguram-se os trabalhos da Via Férrea de Baturité, embora os trilhos sejam assentados somente a partir de 1.º de julho de 1873. De início, conforme contrato assinado entre o governo da província, senadores, barões, coronéis, negociantes, bacharéis e engenheiros, o assentamento dos trilhos de ferro devia cruzar as ruas de Fortaleza até Mecejana.²⁹

Por esse traçado inicial, os trilhos vão demarcando o espaço urbano de Fortaleza rumo ao Maciço do Baturité, primeiramente, e depois, a Sobral, através da Estrada de Ligação (Fortaleza-Itapipoca), que passaria, a partir de 1950, a denominar-se Estrada de Ferro de Sobral (EFS), incorporando o trecho de Sobral a Camocim, “a Cidade Vermelha”.³⁰

Rasgar a terra para nela fincar dormentes e trilhos significa para a capital não apenas “o advento da era da máquina”, criando oportunidades de progresso tanto nas comunicações como na mudança de hábitos.³¹ Hábitos, aliás, que já não significam a mesma coisa para “aquela gente” que, na década de 1960, espia o trem pelas janelas e portas de seus casebres:

O trem é tudo para eles. É relógio. Tudo se resolve à base da chegada do trem. Antes ou depois de o trem passar. Pois aquela gente só conhece dois marcadores do tempo. O sol, que nasce de manhã e se põe à tardinha. E o trem que passa. Ele traz notícias de longe. Traz o jornal. O boato. A última mentira e fofoca da capital. A última intriga política. Traz amigos parentes e conhecidos. Há sempre uma sugestão de novidade ou de felicidade no trem que chega.³²

²⁸ AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza/Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991, p. 31.

²⁹ STUDART, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Edição fac-similar, Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 209 e p. 216.

³⁰ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha: a militância comunista nos espaços de trabalho. Camocim-CE (1927-1950)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007. Ler também CARVALHO, Cid Vasconcelos de. *O trem em Camocim: modernização e memória*. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, p. 65.

³¹ CAMPOS, Eduardo. *A Fortaleza provincial: rural e urbana – Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879*. Fortaleza: Secretaria da Cultura, Turismo e Desporto, 1988, p. 116.

³² VIEIRA, Antônio. *Viajar de trem*. In VIEIRA, Antônio. *Sertão brabo*. São Paulo: Brasileira, 1968, p. 58-61.

O certo é que, ao começarem a pontilhar o mapa da cidade, os trilhos trazem também novos serviços e um conjunto de edificações (mapa 1) que alteram a paisagem urbana. O marco é a inauguração da Estação Central, atual João Felipe, que ainda hoje serve às linhas norte e sul. Vêm depois, ao sul, a estação de Parangaba, antiga Arronches, inaugurada também em 1873, e, em seguida, as de Mondubim e Maracanaú (1875), Marítima (1878), Pajuçara (1918), Otávio Bonfim (1922) e Couto Fernandes (1940). Ao norte, Antônio Bezerra, Caucaia (1917) e Álvaro Weyne (1926). Em 1926 e 1941, a Estrada inaugura, respectivamente, o sub-ramal da Barra do Ceará, por conta da existência do hidroporto no rio Ceará, e o ramal do Mucuripe, depois que o porto ali construído passa por obras de ampliação, concentrando o movimento de importação e exportação de mercadorias.

Assim, os caminhos de ferro cortam, em seu trajeto, nada menos do que 46 bairros (mapa 2) de Fortaleza, muitas vezes constituindo-se fronteira entre um e outro. Esses bairros não chegam a formar um conjunto, a exemplo do que ocorre em Salvador, Bahia, onde a formação de favelas e de assentamentos da população pobre ganhou a denominação de subúrbio ferroviário.

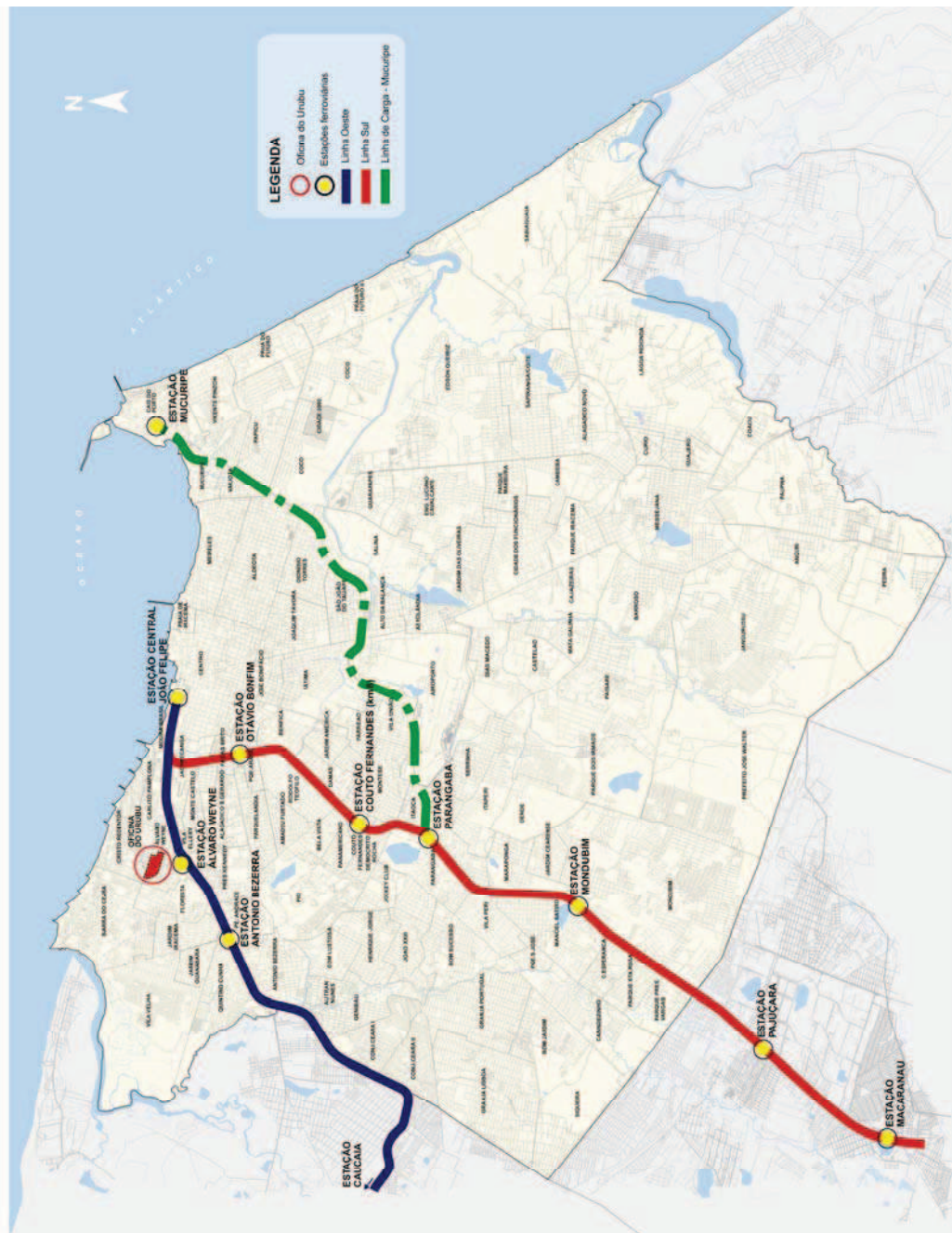
A cidade litorânea é pequena, nela vivem apenas “21.372 almas”³³ em 1872, mas as elites já pensam em uni-la com mais rapidez ao sertão.³⁴ Na interpretação de Raimundo Girão, sobressai a necessidade de ligar o litoral ao sertão, sobretudo ao Cariri, devido à fertilidade “daquelas serras ubertosas”. A estrada de Batutiré garante “o carreamento das riquezas serranas da Aratanha, Maranguape, Acarape”, em primeiro lugar, pela condução rodoviária, e, posteriormente, pelas “locomotivas, comendo a alma dos trilhos de ferro”.³⁵

³³ Diferentemente do número apresentado por Raimundo Girão, MENEZES, Raimundo de. *O primeiro apitar de trem*. In MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000, p. 56, refere-se a “cerca de 8.000 fortalezenses – a quase totalidade da população da capital cearense de então! – vieram, meio assombrados, assistir, na rua do Trilho de Ferro, hoje Tristão Gonçalves, à passagem barulhenta do primeiro trem que andou espantando todo mundo, na via pública, com o seu apitar estridente e esquisito”. STUDART, Barão de. *Datas... Op. cit.*, p. 216, fala em “7.000 pessoas, impellidas por justa curiosidade”.

³⁴ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 106.

³⁵ GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 2000, p. 360.

MAPA 1 ESTAÇÕES E OFICINA NO MUNDO DO TRABALHO FERROVIÁRIO



De fato, em 1870, em Fortaleza anda-se a pé ou monta-se cavalo, burro ou jumento. Nessas condições, a locomoção pessoal e a movimentação de mercadorias são lentas; o Ceará marca passo em sua integração; e a circulação da riqueza que se forma é precária.³⁶ Nesse sentido, a ferrovia assume caráter decisivo "para dinamizar a circulação de mercadorias exportadas e importadas", constituindo-se um dos mais relevantes acontecimentos que assinalam Fortaleza naqueles anos.³⁷

A chegada da ferrovia, em síntese, deve-se à inclusão do Ceará na Divisão Internacional do Trabalho, nomeadamente por conta do cultivo de algodão, aproveitando-se o momento de crise no cultivo do produto nos Estados Unidos.³⁸ As plantações expandem-se com rapidez e ocupam regiões "ainda não integradas totalmente na economia de mercado, como Sobral, Maranguape e Baturité", enquanto os algodoais espalham-se pelo Estado, contribuindo para elevar a exportação, com mais força a partir de 1865.³⁹ Essa década, por sinal, é fundamental para se compreender a implantação dos caminhos de ferro no Ceará, pois, no bojo dessa empreitada, duas⁴⁰ companhias inglesas de navegação iniciam a ligação direta de Fortaleza aos portos europeus e norte-americanos, colaborando definitivamente para os comerciantes ingleses suplantarem os portugueses.⁴¹

Nesse contexto, um novo grupo social começa a formar-se no ambiente da pequena urbe. São os ferroviários José da Rocha Silva (maquinista contratado no Rio de Janeiro), Henrique Pedro da Silva (foguista), Francisco Cândido Pereira Lins (agente da Estação Central), Eloy João Alves Ribeiro (condutor), Marcelino Leite (guarda freios) e Antônio Felício Vasconcelos (agente da Estação de Parangaba) que matam a curiosidade da pequena

³⁶ ARARIPE, J. C. Alencar. *A comunicação pelos caminhos de ferro*. In Revista de Comunicação Social, v. 2, Números 1-2. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia-Departamento de Comunicação Social, 1972, p. 36.

³⁷ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993, p. 32. O autor se refere ao século XIX.

³⁸ SILVA, José Borzacchiello da. *Os incomodados... Op. cit.*, p. 48.

³⁹ LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994, p. 107.

⁴⁰ Booth Steam Company Limited, desde 6 de abril de 1866, e a Red Cross Line of Mail Steamers, desde 12 de junho de 1869, conforme BEZERRA DE MENEZES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992, p. 39.

⁴¹ FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989, p. 22.

multidão. Juntamente com o inspetor de tráfego, engenheiro John James Foster, eles comandam o “espetáculo” da locomotiva *Fortaleza*, “ainda com odor de tinta fresca”. Os discursos são eloquentes, os aplausos, efusivos:

Quando o dia declinou, exatamente às 17h, o sino tocou; Mestre Rocha puxou uma corrente; a locomotiva silvou; a tração da máquina esticou os engates; os carros se movimentaram, e lá se foi o trem dobrando na Rua Trilho de Ferro em rumo Arronches. O Ceará entrava nos trilhos. Fortaleza passou a contar com seu primeiro transporte de massas.⁴²

Em 1875, os ferroviários já formam um grupo com cerca de cem trabalhadores distribuídos na direção geral, na construção (turma dos instrumentos), no tráfego, nas oficinas, na conservação da linha e tração. São escriturários, guarda-livros, feitores, serventes, agulheiros, inspetor, chefes de estação e de trem, almoxarife, ferreiros fundidores, malhador, ajuntador, carpinteiros, condutores, mestres carpinteiro e de linha, modelador, maquinista, foguistas, acendedores, vigias e um engenheiro chefe.⁴³ A formação da classe operária no Ceará toma impulso, e são os ferroviários que dosam de forma contundente “o fermento da consciência de classe”,⁴⁴ no contexto em que a elite local, por seu lado, assume arroubos de progresso com vistas ao mercado exportador.

Maria Auxiliadora Lemenhe, por exemplo, observa que a EFB amplia “facilidades do comércio de Fortaleza na captação dos produtos para o mercado externo e distribuição dos bens importados”, argumentando que a expansão das edificações públicas, dentre as quais se inclui a EFB, em 1880, confere à cidade “a marca de capital da Província”.⁴⁵ É logo no início dessa década que ocorre o interesse por mecanizar atividades produtivas e processos técnicos, para o que concorre a implantação da ferrovia. Mas poucos anos mais tarde, a economia cearense busca recuperar-se das graves consequências da seca de 1877-1879, reativando a importação de máquinas e ferramentas. Geraldo Nobre anota dois fatores relevantes: a construção da

⁴² LIMA, Francisco de Assis Silva de; PEREIRA, José Hamilton. *Estradas de ferro no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007, p. 48-49.

⁴³ MEMÓRIA, Otávio. *A origem da Viação Férrea Cearense*. Fortaleza: Typ. Comercial, 1923, p. 36-37.

⁴⁴ MÔNICA, Maria Filomena. *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 16.

⁴⁵ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões...* Op. cit., 120-123.

ferrovia, considerada “empreendimento de certo vulto para a época e o meio”, contribui para desenvolver “o espírito empresarial”, reativado em 1891; e o fato de a oficina da EFB fazer trabalhos de fundição.⁴⁶

Além disso, apesar de o uso de pontes metálicas nas rodovias anteceder o das pontes ferroviárias, Liberal de Castro considera a ponte ferroviária sobre o rio Coreaú, na cidade de Granja, “a primeira estrutura metálica de maior importância no Ceará”.⁴⁷ A ferrovia incorpora nas construções da cidade “a estrutura metálica na execução de pontes e armazéns, introduzindo um novo e prático método de construir. A consequência são as intervenções urbanas, a exemplo do Mercado de Ferro (1897) e do Teatro José de Alencar (1911).⁴⁸

Antes de deixar a RVC, em 1926, seu diretor Demóstenes Rockert elabora o anteprojeto da nova oficina, para ser construída no Urubu, em área do sítio Santo Antônio da Floresta, terreno doado pelo coronel Antônio Joaquim de Carvalho, que tinha interesse em valorizar suas terras. O anteprojeto prevê 12 pontes rolantes, formando um conjunto harmônico e eficiente, com 16 mil metros quadrados de área edificada com concreto armado. O empreiteiro chamava-se Dolabela Portela com plano geral do engenheiro Stevenson e projeto de Emilio Baumgart.⁴⁹

O projeto da oficina do Urubu, capaz de receber maquinaria moderníssima, é executado somente na administração Abraão da Silva Leite, diretor da RVC de 1.º de abril de 1927 a 30 de outubro de 1930. Em 1928, dois anos antes da conclusão da obra, observa-se a necessidade de uma artéria mais moderna, ao que o presidente do Estado, desembargador José Moreira da Rocha, e o prefeito Godofredo Maciel atendem, conforme previa a Lei n.º 188, de 17 de junho de 1926, com a construção da avenida Demóstenes

⁴⁶ NOBRE, Geraldo S. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI/DR-CE-Coordenadoria de Divulgação, 1989, p. 67-68 e p. 150-155.

⁴⁷ CASTRO, José Liberal de. *Arquitetura do ferro no Ceara*. In *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CVI, ano CVI, v. 106. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1992, p. 65-66; e CASTRO, José Liberal de. *Arquitetura do ferro no Ceará*. In DERENJI, Jussara da Silveira. *Arquitetura do ferro: memória e questionamento*. Belém: Cejup; Universidade do Pará, 1993, p. 115-116.

⁴⁸ FILHO, José Capelo. Patrimônio edificado de Fortaleza. In CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (Orgs.). *Ah, Fortaleza! 1880-1950*. Fortaleza: Terra da Luz, 2006, p. 158.

⁴⁹ MACEDO, Eurico. *Memórias de um ferroviário*. Bahia: s.e, 1950, p. 294-295.

Rockert, antiga Estrada do Urubu e atual Francisco Sá,⁵⁰ inaugurada em 25 de março de 1928,⁵¹ (figuras 1 e 2).



Figura 1 – Obelisco marca inauguração da Avenida Demóstenes Rockert, principal acesso para a Oficina do Urubu, em Fortaleza (CE).
Foto Antônio Carlos Vieira (2009).

⁵⁰ Engenheiro da EFB e ministro da Viação no governo de Artur Bernardes (1922-1926), quando foi sancionado, em 24 de janeiro de 1923, o decreto n.º 4.682 (conhecido por Lei Eloy Teles), que criou nas empresas de estradas de ferro a caixa de aposentadoria e pensões para os empregados. Sobre Francisco Sá ver CASTRO, José Liberal de. *O centenário de Emílio Baumgart*, p. 138, nota n.º 17. In Revista do Instituto do Ceará, tomo CIV – Ano CIV, v. 104. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1990.

⁵¹ *O Povo*, ano I, n.º 63, 24/03/1928. Fortaleza, p. 1.^a, e n.º 64, 26/03/1928. Fortaleza, p. 1.^a e p. 2.



Figura 2 - No detalhe, a placa de inauguração da Avenida Demóstenes Rockert. Foto do autor (2008).

Assim, a inauguração da oficina ocorre em quatro de outubro de 1930. Depois que a caravana governamental chega em dez automóveis, com “os *leais* servidores do povo”, segue-se o programa traçado por Abraão da Silva Leite. Mas o clima é tenso, o presidente Washington Luís luta para dar posse a Júlio Prestes, e seus aliados, no Ceará, estão envolvidos pelas *démarches* políticas. Tomam o *champagne* às pressas e não atentam para a casa de força ou para a ponte rolante capaz de levantar uma locomotiva de quase oitenta toneladas, “como um de nós levanta um livro”. Nada impressiona aqueles homens, decepciona-se Eurico Macedo.⁵²

Na oficina do Urubu, os ferroviários exercem habilidades de operários qualificados. Constroem vagões e carros para passageiros, fazem reparação de locomotivas diesel-elétricas, de truques de locomotivas e dominam os saberes na seção de tornos (figura 3). A excelência do seu trabalho ajuda a manter “aquela grande indústria, de respeitável complexidade, operando com capital fixo bastante superior a qualquer indústria do Ceará”. O equipamento moderno associado ao excelente nível técnico do pessoal torna o

⁵² MACEDO, Eurico. *Memórias... Op. cit.*, p. 340-341

Departamento de Mecânica da RVC/RFFSA a melhor unidade do gênero no Norte e Nordeste do País.⁵³



Figura 3 - Operários habilidosos, os ferroviários construíam vagões na Oficina do Urubu, no atual bairro Álvaro Weyne, em Fortaleza (CE).

Arquivo RVC/RFFSA.

Sobre as oficinas, o arquiteto e professor Liberal de Castro diz mais:

Quando o Excelsior Hotel foi inaugurado em 31 de dezembro de 1931, Fortaleza já contava com uma das obras mais notáveis para a época no campo da construção internacional em concreto armado, como eram os elegantes galpões das oficinas ferroviárias da Rede de Viação Cearense, na Floresta, calculados pelo talento do catarinense Emílio Baumgart. Um novo material e novas técnicas de edificação se consolidavam anunciando um capítulo renovador na história da arquitetura brasileira.⁵⁴

Os operários, porém, parecem estar menos preocupados com a grandiosidade da oficina, como se desconfiassem de que somente a engenheiros, calculistas e arquitetos coubesse o mérito. Chama-lhes atenção,

⁵³ RVC Notícias, Ano I, n.º 2, 04/1960. Fortaleza, s.p.

⁵⁴ CASTRO, Liberal. Arquitetura eclética no Ceará. In FABRIS, Annateresa. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Universidade de São Paulo, 1987, p. 244.

naquele momento, outro tema mais diretamente ligado aos seus interesses específicos.

Assim é que o chefe de divisão Humberto Monte, o residente Sant'Anna Junior, o chefe de Contabilidade Julio Silva, o chefe de tração Urbano Almeida, o contador George Moreira Pequeno, o secretário Ruy Guedis, o tesoureiro Francisco Rodrigues, o inspetor Raul Braga, o guarda-livros Jayme Gaspar, o subinspetor Antonio Bento, o agente Jáder Soares, o encarregado de Estatística, Pedro Menezes, o auxiliar técnico Virgílio Torres, o maquinista Julio Moreira, o escriturário Bezerra Lima, o chefe de trem Sabino Xavier e o conferente João Pedro Franco se dirigem ao deputado Maurício de Lacerda, solicitando-lhe apoio ao projeto dos senadores Tomaz Rodrigues e Francisco Sá que estende ao pessoal da RVC benefícios sociais previstos na Lei n.º 6.522. Trata-se de “ardente aspiração da numerosa classe de ferroviários, que devido à precariedade de seus vencimentos sofre como nenhuma outra as consequências da crise que assola a nação, acrescida da crise climatérica que presentemente aflige o Estado”.⁵⁵

E independentemente da *démarche* política, a construção do conjunto de “vastos *hangards*” naquela área de Fortaleza gera um efeito urbano contraditório. As oficinas do Urubu polarizam o bairro operário e sua maior favela, cerceando “o desenvolvimento do arrabalde elegante de Jacarecanga [...]”.⁵⁶ Nelas, os ferroviários experimentam, anos mais tarde, tempos de lutas e glórias no processo de construção de classe e no cotidiano de suas experiências rebeldes.

2.2 As veredas de ferro penetram o interior

Os trilhos provocam mudanças de toda ordem e mexem com as noções de velocidade e de tempo. A máquina conduzida pelo homem possibilita saber que, no Ceará, existem recantos, “com suas igrejas brancas e casas humildes, lugarejos obscuros e pacatos” que só acordam ao apito do trem.

Aos nossos olhos desfilavam ao vivo os aspectos mais variados da natureza, as serras e as planícies, o agreste e as várzeas, os sítios e os engenhos, as fazendas e os casebres cobertos de palha, os rios que

⁵⁵ *O Povo*, ano III, n.º 780, 20/09/1930. Fortaleza, p. 6.

⁵⁶ CASTRO, José Liberal de. *Arquitetura do... Op. cit.*, p. 244.

serpenteavam e o gado que pastava. Paisagens da terra, e do homem também, porque cada estação era assim como se fosse um caleidoscópio a refletir os diferentes matizes da população sertaneja.⁵⁷

Riachão, atual Capistrano, por exemplo, era uma pequena localidade localizada às margens do riacho Lagoa Nova, pertencente ao município de Baturité. Sua história muda com a chegada, em 8 de dezembro de 1890, da Estrada de Ferro. A nova estação passa a receber a madeira produzida nas cercanias, possibilitando ativar o comércio de Riachão com outras localidades e permitindo conquistar o título de povoado.⁵⁸

Os Inhamuns, na análise de Billy Chandler, só conquistam importância comercial fora da região no século XX, o que pode estar relacionado aos caminhos de ferro. A viagem até a estação de Senador Pompeu, a mais próxima (125 km) de Tauá, durava três dias, a cavalo,⁵⁹ e mesmo assim não havia outra maneira melhor de ligar-se com o restante do mundo. A EFB, embora só atingisse poucas áreas do sertão cearense, é único sinal de progresso relevante naqueles rincões até o final da década de 1920 e o melhor meio de transporte local, permitindo, então, aos Inhamuns, competirem em mercado mais amplo. As estradas de rodagem só aparecem meio século depois.⁶⁰

De outro modo, a EFB cria as condições fundamentais para o progresso econômico de Iguatu, passando a centralizar as atividades distribuídas em uma extensa área do interior cearense. Essa situação contrasta com a de Icó, município famoso no século XIX, que vê decair sua supremacia “a olhos vistos” e cede lugar à antiga Vila da Telha, seu antigo distrito.⁶¹ O poeta Antônio Girão Barroso guarda lembranças de quando morou no Icó, na década de 1920: “O

⁵⁷ ARARIPE, J. C. Alencar. *A comunicação... Op. cit.*, In Revista de Comunicação Social, v. 2, Números 1-2. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia-Departamento de Comunicação Social, 1972, p. 45.

⁵⁸ GIRÃO, Raimundo. *Os municípios cearenses e seus distritos*. Fortaleza: Sudec, p. 59.

⁵⁹ PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado: (Tauá – Fortaleza)*. Ed. Fac-similiar. Fortaleza: FWA, 2009, p. 12.

⁶⁰ CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930*. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro (trads.), 1980, p. 175-176; e CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião: o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, Sarita Linhares Barsted (trad.), 1980, p. 24.

⁶¹ NOGUEIRA, Alcântara. *Iguatu: memória sócio-histórica-econômica*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985, p. 159.

trem passava vindo de Orós, que naquele tempo era distrito de Icó e hoje é município. Passava num lugarzinho chamado Rochedo”.⁶²

A implantação da ferrovia também muda a hierarquia dos núcleos urbanos do vale do Jaguaribe. Muitos deles se desenvolvem somente a partir dos caminhos de ferro, a exemplo de Capistrano, Acopiara, Cedro, Reriutaba, Nova Russas e Cariré.⁶³ O município de Cedro, para citar o caso mais emblemático, origina-se quando a estrada de ferro corta, em 1916, as terras de Várzea da Conceição, Malhada Grande e da fazenda Cedro.⁶⁴ Quatro anos depois, surge a nova cidade, onde a presença dos ferroviários é de tal ordem que a vida cotidiana do lugar, durante anos, gira quase exclusivamente em torno da atividade ferroviária. E até os dias de hoje, o imaginário do trem e as memórias dos ferroviários demarcam a paisagem urbana.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Cedro ocupa a antiga residência do agente, na Avenida Francisco Sá; o museu da cidade funciona no prédio da antiga estação; lanchonetes dão novo uso às instalações da Escola Dr. Hugo Rocha, fundada no período áureo para os filhos de ferroviários da cidade (figura 4);⁶⁵ o Programa Saúde da Família, sediado na antiga residência do gerente de depósito, chama-se PSF Ferroviários (figura 5); e a Praça dos Ferroviários Manoel Monsenhor Monteiro, inaugurada em 20 de outubro de 2000, é um dos principais espaços do centro (figura 6).

⁶² SOUZA, Simone de; PONTE, Sebastião Rogério (orgs.). *Roteiro sentimental de Fortaleza: depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia*. Fortaleza: UFC-NUDOC/SECULT-CE, 1996, p. 109.

⁶³ SOUZA, Maria Salete de. *Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades*. In SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS Eutógio Wandereley Correia. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 23.

⁶⁴ *Relatório da RVC*, 1942. Fortaleza.

⁶⁵ STUDART, Barão de. *Data e fatos para a história do Ceará*. Edição fac-similar, Tomo III. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 270, dá conta da inauguração, em 21/04/1924, da Escola Tiradentes, em Aurora (CE), “destinada ao curso primário e profissional dos operários do prolongamento” da EFB.



Figura 4 – Os ferroviários sempre mostraram preocupação com a educação de seus filhos. A Escola Dr. Hugo Rocha, no Cedro (CE), é um exemplo.
Foto do autor (26/12/2008) a partir do acervo do Museu dos Ferroviários de Cedro.



Figura 5 – Na antiga residência do gerente de depósito da RVC/RFFSA, em Cedro (CE), funciona nos dias atuais o PSF Ferroviários.
Foto do autor (26/12/2008)/Acervo do autor.



Figura 6 – Inaugurada em 2000, a Praça dos Ferroviários é uma das marcas dos trabalhadores na cidade do Cedro (CE).

Foto do autor (26/12/2008)/Acervo do autor.

O Museu dos Ferroviários, embora pequeno e singelo, lembra a memória do maquinista Chico Rael, do condutor Raimundo Benício Euzébio, do guarda-freio Manoel Maria da Silva, da professora Heráclides Bezerra de Carvalho e de seu irmão Moreni Lopes Bezerra, que nos dias de hoje toma conta do vagão suspenso sobre a rotunda da antiga gare em que se localiza o museu. Dentre tantos outros ferroviários, lá estão as fotografias de Clodoaldo Rosa e Francisco Chagas de Moura, mostrando orgulho por terem participado de cursos de aperfeiçoamento profissional.

Cedro deve quase tudo à ferrovia e aos ferroviários. Não passava de uma “fazenda bucólica”, de propriedade do casal João Cândido da Costa e Raimunda Cândida de Moura, encravada em terras de Várzea Alegre e de Lavras da Mangabeira. Raimundo Girão explica como se dá a transformação em entreposto comercial entre Ceará e Paraíba:

Com a prossecução dos trabalhos da ferrovia que liga Fortaleza à cidade de Crato, no extremo sul do Estado, acelerados em virtude da assistência governamental prestada aos flagelados da seca de 1915, que assolou o Ceará, intensificou-se a construção do trecho entre as cidades de Iguatu e Lavras da Mangabeira. Para essa ligação, a via-férrea teve que passar pela Fazenda Cedro, uma vez que a água do subsolo, ali, era abundante para abastecimento das locomotivas

movidas a vapor. Construída a Estação, deu-se a inauguração a 15 de novembro de 1916.⁶⁶

A importância da ferrovia para o Cedro arraiga-se a tal ponto no imaginário da população que o município se denomina “Cidade Ferroviária” e ostenta como marca uma velha maria-fumaça deslizando sobre trilhos em rumo do “caminho certo”.⁶⁷ O município deve tanto aos ferroviários que a utilização política desse imaginário popular registra no calendário cívico da cidade o feriado de 20 de outubro, Dia do Ferroviário.⁶⁸



Figura 7 – Greve dos ferroviários, em 1962, em Cedro, a “Cidade Ferroviária” no Estado do Ceará, paralisando a Inspetoria do 3.º Distrito. Arquivo RVC/RFFSA.

⁶⁶ GIRÃO, Raimundo. *Os municípios... Op. cit.*, p. 70.

⁶⁷ Folder “85 anos de emancipação política de Cedro”. Prefeitura Municipal de Cedro: Cedro, s.d. Acervo Particular José Hamilton Pereira.

⁶⁸ Fôlder “Cedro-CE – Cidade Ferroviária: Porta de acesso ao ubérrimo Vale do Cariri”. Prefeitura Municipal de Cedro: Cedro, s.d. Acervo Particular José Hamilton Pereira.

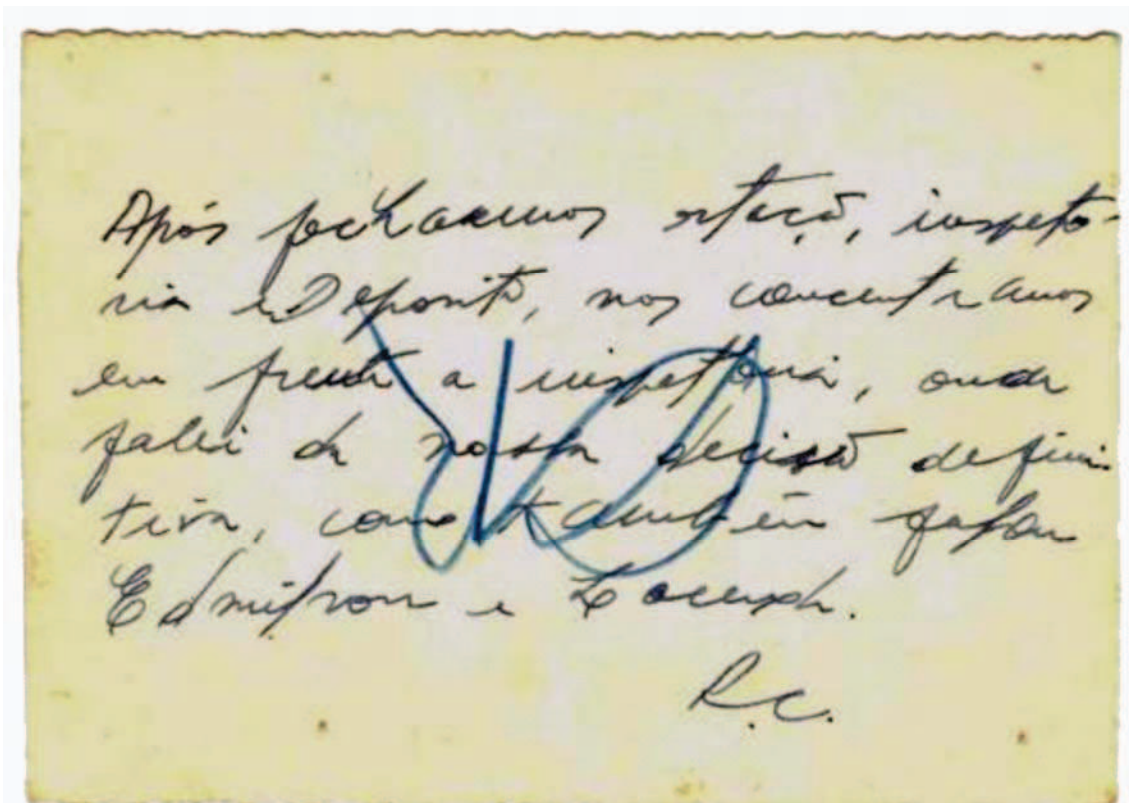


Figura 8 – No verso da fotografia da greve em Cedro (CE), em 1962, o ferroviário Raimundo Celestino registra os passos do movimento: “Após fecharmos estação e depósito, nos concentramos em frente à inspetoria, onde falei da nossa decisão definitiva, como também falou Edmilson e Lacerda. R.C.
Arquivo RVC/RFFSA.

Em Cedro, os ferroviários também expressavam seu espírito combativo. Na figura 7, é possível observar os trabalhadores em greve, em 1962, concentrados em frente à Inspetoria do 3.º Distrito. Eles fecharam também a estação e o depósito, como registra o ferroviário R.C. (Raimundo Celestino). Alguns estão de quepe, parte do fardamento completo e de uso obrigatório para agentes e demais empregados, exceto para inspetores, que consideravam a peça elemento da diferença hierárquica entre eles, “criaturas superiores”, e os “simples agentes ferroviários”. Outros, por sua vez, usam chapéu, e a grande maioria calça sandálias de rabicho. Dois operários estão em suas bicicletas, e as roupas parecem simples, bem diferentes da “túnica de seis botões dourados”, registrada na memória literária de Eduardo Campos.⁶⁹

A fotografia, por outro lado, revela a preocupação dos trabalhadores com as memórias de suas lutas, ao anotarem, no verso da foto, aspectos do

⁶⁹ CAMPOS, Eduardo. Agente de primeira classe. In CAMPOS, Eduardo. *O tropel das coisas: contos*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970, p. 70 e p. 82.

movimento paredista: “Após fecharmos Estação, inspetoria e depósito, nos concentramos em frente à inspetoria, onde falei da nossa decisão definitiva, como também falou Edmilson e Lacerda. R.C.” (figura 8).

Baixio é outro exemplo de município beneficiado com a ferrovia. Era apenas uma fazenda de criação, de propriedade de Liberalino José de Carvalho. Seu desenvolvimento começa a partir da formação de um arraial, com a inauguração da estação da RVC em cinco de agosto de 1923.⁷⁰ Já em oito de novembro de 1926, inaugura-se a estação do Crato, parada final do “Trem das Frutas”, que deixava o Cedro todas as segundas-feiras. O primeiro trem chega sob aclamações do povo. No carro especial viajam convidados de Fortaleza e o Padre Cícero Romão Batista, “a agitar seu chapéu eclesiástico, dava vivas, correspondidos com entusiasmo pela multidão que enchia o cais”.⁷¹

O trem aproxima Fortaleza ao Cariri e encurta a distância entre a capital e essa região, que tinha mais aproximação com Recife.⁷² Para os cratenses, o apito do trem representa um “ícone da modernidade”.⁷³ E embora o “progresso tardio” da estrada de ferro chegue ao Cariri cearense mais de sete décadas depois da implantação dos caminhos de ferro no País, percebem-se “indicações importantes de um desenvolvimento de tipo capitalista”, com base no relativo desenvolvimento da agricultura observado na região, apesar da subsistência das relações pré-capitalistas de produção.⁷⁴

Esse “surto ferroviário” se torna realidade, por outro lado, em razão das pressões do capitalismo britânico para pôr fim ao mercado de escravos na costa brasileira. Ocorre, na perspectiva de Josemir Melo, o desencadeamento de “elementos capitalistas”, capazes de fazerem surgir a empresa industrial da ferrovia, uma das mais importantes do século XIX. A título de exemplo, ele cita

⁷⁰ GIRÃO, Raimundo. *Os municípios...* *Op. cit.*, p. 41.

⁷¹ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: s.ed., 1950, p. 111.

⁷² BORGES, Raimundo de Oliveira. *A alma encantadora das ruas do Crato*. Crato: s.ed., 2008, p. 64.

⁷³ CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. *Memórias descarriladas: o trem na cidade do Crato*. 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, p. 32-33.

⁷⁴ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 176.

a lei ferroviária de 1852, a qual previa a não-utilização de trabalhadores escravos.⁷⁵

No Brasil, ferrovias a exemplo da Companhia Paulista, Mogiana e Sorocabana são empresas de fazendeiros que ganham impulso a partir de 1908, quando o estímulo gerado pelo aumento de despesas autônomas do Governo Federal compensa “efeitos depressivos da estabilidade monetária e cambial”.⁷⁶ Mas quando os trilhos cortam as terras de outros proprietários, surgem litígios reveladores de outro ponto de vista em relação à modernidade da ferrovia. O português Carneiro, homem influente na política do tempo e dono de terras por trás da lagoa de Arroches (atual Parangaba, em Fortaleza), consegue mudar o traçado da linha de ferro para livrar seu sítio da linha de ferro.⁷⁷ Por outros motivos, proprietários de terras de Bonito, em Pernambuco, recusam-se a permitir a instalação da estrada de ferro por suas propriedades porque os trens conduzem micróbios de moléstias contagiosas.⁷⁸ Icó, no Ceará, opõe-se à estrada de ferro com temor de que o trem destruísse plantações e criações.⁷⁹

Kênia Rios comenta, por outro lado, que, a partir da construção da EFB, configura-se uma “nova geografia da migração”, cuja referência principal são os caminhos marcados pelos trilhos. A edificação de novo trecho da ferrovia e de uma nova estação significa o estreitamento de mais uma cidade com Fortaleza. Mas ao ganhar um “ponto de trem”, o lugar transmuta-se, em períodos de secas, em espaço de tensão, passando a receber os retirantes que buscam chegar à Capital.⁸⁰

Durante as secas, também, a RVC se beneficia porque surge a oportunidade não somente de prolongar as linhas, ocupando parte da

⁷⁵ MELO, Josemir Camilo de. *A República e a mania ferroviária*. In Revista do Arquivo Público do Estado do Pernambuco, n. 42, v. 39, novembro. Recife: Governo do Estado de Pernambuco; Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Arquivo Público Estadual, 1989, p. 62-63.

⁷⁶ VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. 3. ed. Brasília: IPEA., p. 128.

⁷⁷ BRÍGIDO, João. *Traçado da estrada*. In CARVALHO, Jâder de. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Terra de sol, 1969, p. 213-215.

⁷⁸ BARBALHO, Nelson. *Trem da saudade: parada obrigatória: Estação Caruaru*, Companhia de Pernambuco, 1980, p. 132.

⁷⁹ ARARIPE, J. C. Alencar. *A comunicação... Op. cit.*, p. 40.

⁸⁰ RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001, p. 12-13.

população atingida, como também de receber “gordos créditos” destinados a melhorar a via permanente e as oficinas. Certa vez, o Governo Federal, por exemplo, entrega de uma vez só 33 locomotivas e vagões à Rede Cearense, de modo que a direção da empresa deixa de conservar o material antigo. Trata-se de uma forma de eliminar despesas e apresentar saldo “criado com a própria carne da indústria: seu patrimônio”.⁸¹

Com relação ao Norte do Ceará, A EFS torna-se realidade e, a partir de 1880, transforma a economia do vilarejo de Camocim, o qual assume a função de entreposto comercial de Sobral.⁸² Dom José Tupinambá da Frota, ao analisar, anos mais tarde, o prolongamento da EFB e a construção da Estrada de Ferro de Sobral, em função da ligação ao porto do Camocim, considera a obra um “meio de salvação pública”. Para ele, a obra atenua os efeitos das secas, “servindo à numerosa população deste lado da província, a qual facilmente encontrará pronto socorro no litoral nas repetições da calamidade”.⁸³

Já o antigo povoado de Granja vive, então, um período de prosperidade até 1950:

Com o trem, chegou o telégrafo. Através do trem chegavam as notícias, por meio de artigos de jornal da capital que eram lidos na rádio local. Através do trem chegavam as notícias particulares, por meio dos Correios. Através do trem, chegavam líderes como o bispo Dom José Tupinambá, cuja visita à cidade se transforma em um acontecimento.⁸⁴

O trem é o meio de transporte mais utilizado por ser mais confortável, comparando-se ao “então nascente transporte autoviário”, além do fato de que, a partir do início das obras de construção da Estrada, em 1878, a estrutura da cidade começa a ser impactada. Surge a primeira farmácia particular, começa a construção da Igreja Matriz e instalam-se o telégrafo e uma Mesa de Rendas Federal. Camocim é elevada à categoria de vila em 1883, dois anos depois de inaugurada a estação, e a município, em 1889.

Em 31 de dezembro de 1881, o trem chega a Massapê. E em vez da máquina, Oswaldo de Aguiar lembra os ferroviários, a exemplo do primeiro

⁸¹ MACEDO, Eurico. *Memórias... Op. cit.*, p. 302.

⁸² CARVALHO, Cid. *O trem... Op. cit.*, p. 65.

⁸³ FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral*. 2. ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974, p. 484.

⁸⁴ CARVALHO, Cid. *O trem... Op. cit.*, p. 70.

agente, Ursulino Ferreira de Paula, que dirigiu a estação de 1882 a 1898, e dos demais agentes, pelo menos até 1968: José Gaudêncio Menescal (1899 a 1910), Antônio Teófilo Dias (1911 a 1924), Prisco Linhares, José Medeiros, Francisco Torquato da Silva, Antônio Tavares, Raimundo Silveira, Alfredo Sales, Raimundo Silveira, pela segunda vez, Francisco Paiva Lima e Osmar Viana Lima.⁸⁵

A atual Reriutaba (antiga Santa Cruz) é mais um exemplo. Era apenas um povoado, até que, no final de 1893, a inauguração da EFS ligando Santa Cruz a Sobral dá início ao processo de desenvolvimento da vila, recebendo centenas de moradores de vilas vizinhas de vários municípios.⁸⁶

No fincar dos trilhos, fenômenos sociais vão se sucedendo, a exemplo do velho oeste norte-americano, onde povoados se formavam à margem da via-férrea, nem sempre pacificamente. E, como se pode analisar, ferrovias e locomotivas, nascidas no rastro da Revolução Industrial, deixam sinais indeléveis não apenas na Fortaleza provinciana, espalham-se pela *hinterlândia* evidenciando a época da pujança dos trilhos.

Mas não haveria ferrovias sem a ação do homem, sem o suor dos ferroviários. Afinal, a máquina não existe por si mesma, senão pela criação do próprio homem, que se reinventa com o resultado de seu invento.

2.3 Por trás dos dormentes, os operários-sertanejos

O trem, efetivamente, constitui novidade, progresso, engenharia moderna, empreendimento de homens ousados, inversão de capital estrangeiro no País e, para alguns, obra da vontade do Imperador. O historiador inglês Asa Briggs alerta, no entanto, para o fato de que a expansão ferroviária, além da experiência dos engenheiros, dependeu “do trabalho duro dos ‘operários’”, sujeitos aos “muitos acidentes que se tornaram a matéria preferida de periódicos e jornais (e mais tarde do rádio e da televisão).”⁸⁷

No Ceará, desastres vitimam ferroviários de longas datas, como é possível observar com a morte do brequista José Mariano da Silva, no

⁸⁵ AGUIAR, Osvaldo. *Massapê em foco: 1898-1968: achegas à sua história, sob vários aspectos*. Fortaleza: [s.n.], 1969, p. 56.

⁸⁶ FROTA, Silvana. *Reriutaba ontem e hoje: história e crônicas*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003, p. 34.

⁸⁷ BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Maria Carmelita Pádua Dias (trad.), 2004, p. 133.

quilômetro 114 da EFB, ocorrida em 1919.⁸⁸ Olegário Pereira de Sousa também sofre um acidente fatal na Estação de Baturité, em 14 de maio, e a União de Defesa do Pessoal de Trens da Rede de Viação Cearense realiza sessão para registrar seu pesar e enviar pêsames à família enlutada.⁸⁹ Aderaldo Ferreira de Araújo, no vigor dos seus 18 anos, perde a visão em desastre quando era maquinista.⁹⁰ Para ganhar a vida, somente depois o “Cego Aderaldo” transforma-se no célebre repentista.

Com efeito, no ventre das locomotivas que sinalizam a modernidade sobre trilhos, registram-se histórias do trabalho, de luta e resistência na construção de ferrovias que representaram, em cada contexto específico, o símbolo do progresso ditado pelos interesses do capital. Um exemplo categórico: na empreitada da Madeira-Mamoré, a “ferrovia do diabo”, Manoel Rodrigues Ferreira estima que morreram provavelmente 6.208 trabalhadores.⁹¹

Em 1907, ano de início da construção da Madeira-Mamoré, um artigo publicado nos Estados Unidos transcrito por Ferreira sobre as péssimas condições de trabalho prenuncia a epopeia da “ferrovia do diabo”:

[...] A praga dos insetos; o intenso calor durante o dia; as noites frias e úmidas; as perigosas condições das águas para beber; o mau cheiro elevando-se das lagoas e das fossas das latrinas apressadamente feitas; o efeito congestionante das noites chuvosas sob as relaxadas choças ou *barracas*, sem paredes, e coberta com poucas lonas, onde os homens dormiam sem camas, sem roupas de cama ou cobertas; a falta de alimento apropriado e nutritivo e a falta geral de equipamento [...].⁹²

Para essa aventura, Francisco Foot Hardman apresenta dados fornecidos pela Madeira-Mamoré Railway Company segundo os quais, no período de seis anos (1907-1912), aproximadamente 22 mil trabalhadores foram importados. Eles eram de quase cinquenta nacionalidades diferentes. Afora a grande maioria de brasileiros, espanhóis, antilhanos, portugueses,

⁸⁸ *Ceará Socialista*, Anno I – Num. 2, 20/07/1919, Fortaleza, p. 3; e Anno I – Num 3, 27/07/1919, p. 1.^a In. GONÇALVES, Adelaide (org.) *Ceará Socialista*: anno 1919. Edição fac-similar. Florianópolis: Insular, 2001, p. 7 e p. 9, numeração própria do fac-símile

⁸⁹ *O Ferrovário*. Fortaleza, s.d.

⁹⁰ MOTA, Leonardo. *Cantadores*: poesia e linguagem do sertão cearense. 5 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978, p. 77.

⁹¹ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005, p. 302.

⁹² *Engineering News*, 24/10/1907, EUA, apud FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia... Op. cit.*, p. 197-199.

alemães, italianos, colombianos, peruanos, norte-americanos, bolivianos, venezuelanos, franceses, gregos, chineses, árabes, ingleses, russos e chilenos escrevem um capítulo dramático da história daquela obra transnacional,⁹³ prevalecendo a lógica do progresso associada à exploração do trabalho.

Voltemos ao Ceará. André Frota de Oliveira argumenta que as obras da EFS proporcionam trabalho aos flagelados pela seca que atinge o Ceará no triênio 1877-1879. A construção da ferrovia, por esse ângulo, salva milhares de vidas,⁹⁴ mas ao mesmo tempo inaugura a estratégia política de utilizar retirantes para neutralizar consequências da seca e dotar a província de “melhoramentos materiais”. A história da construção de estradas de ferro no Ceará, assim, encerra interpretações divergentes da noção de um governo preocupado com sertanejos fugindo da fome. Em realidade, o foco mantém-se na preservação da ordem pública, associada à necessidade de ampliação da infraestrutura da província. Ocorre que a expectativa de braços abundantes para as obras da Buturité, em meados de 1879, por exemplo, frustram-se. Homens da cultura rural, os retirantes rejeitam o trabalho pesado de abrir estradas, provocando a “crise de falta de gente para o serviço”.⁹⁵ O resultado são conflitos e tensões.

Esta investigação, porém, não objetiva mergulhar nas questões em que se constitui a construção de estradas de ferro no Ceará e suas consequências. A não ser pela necessidade de contextualizar a experiência dos ferroviários como sujeitos que construíram seu percurso na empresa, participaram dos movimentos reivindicatórios de sua categoria, inscreveram sua história no espaço público de Fortaleza, num longo aprendizado de lutas, e hoje amargam o esquecimento.

Interessa dar relevância ao papel dos ferroviários que pilotaram locomotivas, dos ferroviários como trabalhadores que resistiram aos sistemas de controle no ambiente de trabalho, dos ferroviários como militantes que agitaram as entidades representativas da sua categoria, dos ferroviários como

⁹³ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 163-166.

⁹⁴ OLIVEIRA, André Frota. *A estrada de ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1994, p. 67-68.

⁹⁵ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005, p. 41 e p. 87.

sujeitos de sua classe espalhando ideais revolucionários, dos ferroviários cidadãos que, no anonimato, interferiram no cotidiano da cidade.

Por isso, convém remeter ao artigo *Classe e história do trabalho*, no qual Mike Savage defende a necessidade de se admitir a mobilidade e a fluidez espaciais como elemento-chave na mobilização política. Ele nota que grupos ocupacionais decisivos na organização do movimento operário britânico viajavam rotineiramente entre os lugares, ou intermediavam contatos entre os lugares. Para exemplificar, refere-se aos ferroviários como bastiões do movimento operário em áreas industriais de sindicalização precária.⁹⁶

Ao escrever sobre “O nascimento de um feriado: o primeiro de maio”, Hobsbawm ressalta o papel dos trabalhadores nos caminhos de ferro, conduzindo também novas ideais e a promessa de novos tempos

Como demonstram as experiências escandinava e austríaca, muitas vezes o socialismo chega ao campo e às cidades do interior literalmente pelas estradas de ferro, com os que as constroem e nelas trabalham, e com as novas ideias e novos tempos que trazem consigo.⁹⁷

Os ferroviários, diga-se, parecem ter-se inspirado nos sapateiros do século XIX estudados por Hobsbawm e Scott.⁹⁸ Sua militância nos movimentos reivindicatórios específicos e nas mobilizações de protesto social é inequívoca. Em particular, no caso do Brasil, onde a ferrovia e o trem detinham importância estratégica no sistema de transporte nacional, duramente afetada com o impulso da indústria automobilística, a partir dos anos JK.

Antes dos anos 1930, em Sorocaba, São Paulo, eles levam “progresso material e cultural” a regiões interioranas e têm ação importante na vida das comunidades, sobretudo por intermédio de associações recreativas e esportivas, ou mesmo instalando cursos de alfabetização de adultos. O número elevado de trabalhadores na categoria, assim como seu papel na economia agro-exportadora lhes dá peso político eleitoral. Na Sorocabana, as lideranças

⁹⁶ SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, Antonio Luigi Negro (trad.), 2004, p. 42.

⁹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, Irene Hirsch; Lólio Lourenço Oliveira (trads.), 2005, p. 181.

⁹⁸ HOBBSAWM, Eric J.; SCOTT, Joan W. *Sapateiros politizados*. In HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Waldea Barcelos e Sandra Bedran (trad.), 2000, p. 151.

sindicais surgidas no início de 1933 rejeitam as oligarquias derrotadas em 1930 e 1932 e se alinham ao tenentismo de esquerda.⁹⁹

Em Camocim, a “Cidade Vermelha” do litoral norte cearense, quase 300 ferroviários, ameaçados de serem transferidos para Sobral ou Fortaleza, nos anos 1949-1959, levantam a população em nome da permanência das oficinas e dos funcionários da Estrada de Ferro Camocim-Sobral naquele município portuário.¹⁰⁰

Esses exemplos mostram como os ferroviários, hoje fadados à invisibilidade, são personagens dessas histórias, assim como da Fortaleza destruidora de memórias. Os trilhos que ainda cortam a cidade são como veias sangrando ao suor de jornadas de trabalho tão duras, de lutas tão memoráveis, de rebeldias cerceadas, de sonhos desfeitos, mas sempre latentes. Sobre as ferrovias, afinal, pesou o discurso do déficit que municiou o Estado para a privatização na década de 1990, sustentada nas promessas de tarifas mais baixas para o consumidor, de rápida melhoria na qualidade dos serviços e de “punição para os ‘compradores’ das estatais que não atingissem as metas definidas nos contratos”.¹⁰¹ Promessas que não acalmam a indignação dos trabalhadores, como Ken Loach mostrou em seu filme para o caso inglês.¹⁰²

Parece necessário reconhecer outros fatores que contribuíram decisivamente para o rápido apagamento que avança. “Quando os últimos homens que dirigiram e cuidaram de locomotivas a vapor se aposentarem – o que agora não está longe – quando houver pouca diferença, e às vezes

⁹⁹ NETO, Adalberto Coutinho de Araújo. *Entre a revolução e o corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E.F. Sorocabana nos anos 1930*. 2006, 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, p. 68; p. 154 e p. 252.

¹⁰⁰ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade... Op. cit.*, p. 103.

¹⁰¹ BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 10-11, p. 13 e p. 77. Para o autor, a malha Nordeste fica com a estrutura do capital após leilão de arrendamento/concessão controlada pelo Consórcio Manor, assim distribuído: Taquari Participações (40,0%), Companhia Siderúrgica Nacional (20,0%), Companhia Vale do Rio Doce (20,0%) e ABS Emp. Part. e Serviços S.A. (20,0%). Em relação ao emprego, as conseqüências são dramáticas: A FEPASA demite 10.026 funcionários, de 1995 a 1998, e se responsabiliza pelo pagamento a 50 mil aposentados. Note-se ainda o que diz BESSA, Antonio Telmo Nogueira. *Plano preliminar de reativação do transporte ferroviário de passageiro de médio e longo percursos e de pequenas cargas nas linhas ferroviárias do Estado do Ceará*. http://www.fiec.org.br/palesgtras/transporte_ferrov_passag_peq_cargas_telmo... Acessado em: 22 mar 2006: o fim do transporte de passageiros de médio e longo percurso e de pequenas cargas, em todo o Brasil, desconsiderando prejuízos sociais e econômicos, constitui medida nociva para populações que se serviam do trem. A erradicação, possivelmente, leva em conta apenas aspectos de rentabilidade econômica da exploração do transporte.

¹⁰² Ver LOACH, Ken. *The Navigators*. Inglaterra, Alemanha, Espanha, 2001.

bastante supérfluas, entre maquinistas e motoneiros de bonde, o que irá acontecer?”, perguntava Hobsbawm nos idos de 1983.

Como será nossa sociedade sem aquele grande conjunto de homens que, de um modo ou outro, tinham um senso da dignidade e do orgulho do trabalho manual difícil, bom e socialmente útil, que é também senso de uma sociedade não governada pelos preços de mercado e pelo dinheiro: uma sociedade diversa da nossa e potencialmente melhor? Como será um país sem o caminho que o amor-próprio da habilidade com as mãos, os olhos e o cérebro proporcionam ao homem - e à mulher, pode-se acrescentar -, gente que talvez aconteça de não ser boa para ser aprovada em exames?¹⁰³

É difícil prever, mas é certo que a automação se configura umas das facetas mais complexas do processo de metamorfose no mundo do trabalho, robotizando homens e mulheres, cortando postos de trabalho, quebrando elos de convivência e sociabilidade, desconhecendo habilidades, desprezando o amor-próprio.

À parte esse processo, que parece de conotação irreversível, os ferroviários impregnam suas impressões, algumas delas hoje silenciadas, na geografia da cidade. Labutando no dia-a-dia, seja na Praça da Estação, no Centro, ou na Oficina do Urubu; cortando bairros e movimentando bucólicas estações; penetrando o interior e ocupando praças para protestar contra a carestia e reivindicar salários; militando em partidos; fundando sindicatos, clubes e sociedades beneficentes; pressionam pela construção da casa própria em vilas operárias e de escolas; criando movimentos, fazendo greves e participando de passeatas. Em suma, torna-se relevante dizer, os trilhos por onde esses trabalhadores ganharam e ainda ganham a vida dividem a cidade. Próximas deles estão as camadas pobres da população, delineando, evidentemente, uma fronteira real.

Nesse sentido, quando defendia a idéia de que “os crescentes meios de comunicação” fomentavam a “coesão cada vez maior dos trabalhadores”, Karl Marx argumentava que “aquela união para a qual os cidadãos da Idade Média,

¹⁰³ HOBBSAWM, Eric J. *Pessoas... Op. cit.*, p. 136.

com as suas míseras estradas, precisavam de séculos, podem os proletários modernos conseguir em poucos anos, graças ao caminho de ferro”.¹⁰⁴

Para traçarmos o roteiro dos caminhos de ferro em Fortaleza é preciso recuar no tempo. A primeira observação centra-se na transformação de retirantes famintos da seca de 1877-1879 em operários. O centro da ação é Fortaleza, para onde acorrem homens sem esperança, fugindo da fome e da sede, depois de percorrerem o chão quente e esturricado do Ceará. No romance *A fome*, Rodolfo Teófilo apresenta o cenário:

Foi na tarde de um desses dias, no ano de 1877, o ano da fome, que na Jacarecanga, um dos arrabaldes de Fortaleza, arranchava-se à sombra de um cajueiro uma família de retirantes, que, depois das torturas de uma viagem de cem léguas, vinham aumentar a onda dos famintos.¹⁰⁵

Esses sertanejos, que chegam aos milhares, empregam-se como operários nos trabalhos de prolongamento da EFB, dentro da estratégia esboçada no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro. A intenção do governo imperial consiste, assim, em transformar a população faminta em trabalhadores nas obras públicas.¹⁰⁶ Dados extraídos por Benedito Ferreira do relatório do engenheiro Lassance Cunha mostram que, no segundo semestre de 1878, estavam empregados 10 mil operários, enquanto o número de pessoas “socorridas” chega a 50 mil, incluindo dependentes.¹⁰⁷ Essa jóia da modernidade cearense remonta, dessa forma, ao “esforço sobre-humano de retirantes fracos, andrajosos e indigentes”.¹⁰⁸

Os ferroviários cuja ação se sobressai entre as décadas 1950 a 1970 já não são os sertanejos famintos, embora a maioria tenha procedência de origens simples e seja oriunda da zona rural, como revelam as fontes deste estudo. Quinze deles nasceram em cidades do interior do Ceará (Caucaia – três, Redenção – dois, Pereiro – um, Jaguaratama – um, Tauá – um, Quixeramobim - um, Santa Quitéria – um, Reriutaba – um, Nova Russas – um,

¹⁰⁴ MARX, Karl. *Kommunistisches manifest*. In GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 167.

¹⁰⁵ TEÓFILO, Rodolfo. *A fome/Violação*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p. 4.

¹⁰⁶ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem... Op. cit.*, p. 19-28.

¹⁰⁷ FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada... Op. cit.*, p. 92.

¹⁰⁸ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000, p. 31.

Camocim – um, Ipueiras, um e Quixadá, um); cinco são de Fortaleza; dois nasceram no interior de outros Estados (Maranhão e Piauí); e um tem nacionalidade portuguesa.

Há, porém, uma particularidade comum a todos: embora estivessem incluídos no mercado de trabalho, eram pobres tentando um lugar ao sol na difícil batalha pela sobrevivência, sujeitos aos preconceitos e às barreiras impostas pelas estruturas e culturas de classe. Vejamos o que Anésia de Oliveira Silva, viúva de João Licínio da Silva, relata: “Passamos também nessa época necessidades, porque o meu marido era quem providenciava tudo em casa, desde o dinheirinho para comprar o pãozinho da manhã [...]”.¹⁰⁹ Dona Francisca Lenira Nobre Macedo, viúva de Manoel Graciano de Macedo, lembra que “morávamos num casebre à Rua Humberto Monte s.n., bairro Bela Vista [...]”, segundo ela, um “ambiente de pessoas simples e pobres como eu”.¹¹⁰ A narrativa, em ambos os casos, reforça o caráter relacionado à pobreza, embora os maridos fossem funcionários públicos federais, posição até certo ponto invejável no Brasil da década de 1960. A condição deles na empresa é que, provavelmente, não lhes conferisse bons salários. O primeiro era motorista, e o segundo, guarda.

Outro traço característico de classe desfavorecida reside no analfabetismo. A maioria (treze), portanto, tem “instrução”, identificando-se, dentre esses, três com “instrução primária”, embora todos talvez se enquadrem nessa categoria ou em um nível mais avançado que era conhecido à época por “ginásio”. Vejamos dois exemplos. José Elias Gonzaga, filho de agricultores, migrou de Caucaia para Fortaleza em busca de oportunidades. Ele afirma que sua formação é “primária e profissional”, argumentando que havia “uma intermediação entre o curso primário e o secundário, porque as matérias do curso profissional não eram todas as matérias do curso secundário, mas existiam umas que eram até mais elevadas”.¹¹¹

Manoel Graciano “era um homem inteligente, mal assinava seu nome, leitura iniciante, foi na onda da Maria vai com as outras”, diz dona Lenira Nobre Macedo. Aqui, há uma nítida contradição dela. Se Manoel Graciano era

¹⁰⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270066-3, p. 12.

¹¹⁰ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024348-6, p. 19-20.

¹¹¹ Entrevista concedida ao autor, em 21/11/2007.

“inteligente”, não poderia ter sido manietado como um fantoche na sua decisão de acompanhar os militantes comunistas nos conturbados anos 1960. Mas dona Lenira insiste na tecla: “Apesar de adulto deixou ser conduzido, usado e explorado pelos mais poderosos. Não tinha cultura, se nunca estudou. Era filho de retirantes”.¹¹² Ao mesmo tempo em que ela parece não aceitar a opção do marido, imputa a infelicidade do marido à falta de estudo.

No meio ferroviário também era comum um hábito da gente simples. Dificilmente algum escapa dos apelidos, transformados em “algunha” (“denominação depreciativa”) ou vulgo (“na língua vulgar”), na linguagem policial de tom frio e preconceituoso. Na leitura das fontes, seja em jornais ou em processos arquivados na Comissão de Anistia Wanda Sidou, os apelidos, muitas vezes carinhosos, outras vezes jocosos, traduzem uma forma de tratamento comum entre amigos, algo familiar, parte da cultura dos trabalhadores. É importante notar ainda que não se trata de codinomes, recurso comumente usado pelos militantes das organizações de esquerda que atuavam na clandestinidade, em geral obrigados a encontrar disfarces para tentar evitar os órgãos de segurança.

Assim é que, acostumado a distribuir entre colegas os frutos da árvore do quintal de sua casa, Ademar Paulino de Freitas vira “Cajarana”; José Elias Gonzaga, “muito raquítico”, atende por “Catita”; João Farias de Sousa notabiliza-se como “Caboclinho Farias” ou apenas “Caboclinho”; Francisco Cláudio de Medeiros responde por “Sol Quente”; José Alves de Lima é o “Serenó” e José Pereira de Oliveira, alto e magro, responde por “Macarrão”.¹¹³

Com relação à etnia, sete são identificados com “cor da pele” morena; sete, com cor branca, sendo que um caso apresenta também a identificação cor morena clara; três, com cor morena clara; e um com cor preta. Em sete processos, não foi possível identificar a cor. Os prontuários e registros da DOPS, dos quais extraí a maior parte desses dados, desenhám, na visão da

¹¹² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024348-6, p. 22.

¹¹³ Processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072058-6, p. 32; n.º 04269931-2, p. 18; n.º 04072073-0, p. 3; n.º 04269963-0, p. 19; *Locomotiva*, ano III, n.º 25, 01/1994, Fortaleza, p. 6; e entrevista de José Elias Gonzaga concedida ao autor em 21/11/2007. Nem sempre a identificação do apelido consta no processo da respectiva vítima, como nos casos de Ademar Paulino de Freitas e de Francisco Cláudio de Medeiros, cujos apelidos foram encontrados no Processo de Jonas Daniel.

Polícia, o fenótipo dos trabalhadores (Tabela 1), comumente fichados como “subversivos” por suas ações no âmbito sindical ou político-partidário.

Além de dados como nome, idade, nacionalidade, naturalidade, filiação, instrução, profissão, endereço residencial e motivo da prisão, os prontuários e registros contêm a “afiliação morfológica e exame descritivo”, nos quais registram informações sobre estatura, frente-inclinação (“vertical”), altura (“pouca”), largura (“grande”), sobancelhas (“ralas e separadas”), pálpebras superiores (“descobertas”), nariz-dorso (“reto”), base (“reta”), boca (“média”), lábios (“grossos”), queixo (“oval”), orelhas (“regulares”) e outras particularidades.

Tabela 1 – Um perfil dos ferroviários

| Nome | Nascimento | Cor | Cabelos | Olhos | Boca | Lábios |
|------------------------------|---------------------|---------------------|------------------|------------------|--------|-----------|
| Ademar Paulino de Freitas | Pereiro (CE) | Morena | - | Castanhos | Grande | - |
| Afonso Bento Bezerra | Jaguaretama (CE) | Morena | Castanhos | - | Média | Médios |
| Antonio Bonifácio Parente | Quixeramobim (CE) | Branca | Castanho-claros | Verdes | Média | Médios |
| Antonio Paulino dos Santos | Tauá (CE) | Preta | - | - | - | - |
| Benedito Teixeira Marques | Caxias (MA) | - | - | - | - | - |
| Jorge Pereira Nobre | Fortaleza (CE) | Morena | - | - | Média | Grossos |
| Francisco Carlos Alcantarino | Fortaleza (CE) | Morena | Castanho-escuros | Castanho-escuros | | |
| Fco. Cláudio de Medeiros | Fortaleza (CE) | Branca | Castanho-claros | Castanhos | Média | Grossos |
| Fco. Colares de Oliveira | Crateús (CE) | Morena | Grisalhos | - | - | - |
| Fco. Pereira da Silva | Fortaleza (CE) | Morena clara | Castanhos | Castanhos/pretos | Média | Médios |
| Francisco Silva Araújo | - | - | - | - | - | - |
| João Farias de Sousa | Camocim (CE) | Branca | Grisalhos | Castanhos | Média | Regulares |
| José Duarte | Portugal | Branca | - | - | - | - |
| João Licínio da Silva | Quixadá (CE) | Branca/Moreno clara | Castanhos | Castanhos | - | - |
| Jonas Daniel | Redenção (CE) | - | - | - | - | - |
| José Nobre Parente | Quixeramobim (CE) | Branca | - | - | - | - |
| José Arimatéa de Lima | Redenção (CE) | Moreno clara | Castanho-escuros | Castanhos | Média | Finos |
| José da Silva Palhano | Castelo (PI) | - | - | - | - | - |
| José Elias Gonzaga | Caucaia (CE) | Branca | Castanho-escuros | Castanhos | Média | Finos |
| José Maria de Oliveira | Caucaia (CE) | Morena | Castanhos | Castanhos | Média | Médios |
| Manoel Graciano de Macedo | Santa Quitéria (CE) | Morena | Pretos crespos | Castanho-escuros | Média | Grossos |
| Ramyses Selvas Braga | Fortaleza (CE) | - | - | - | - | - |
| Rdo. Ferreira de Melo | Reriutaba (CE) | - | - | - | - | - |
| Rdo. Santana da Costa | Caucaia (CE) | - | - | - | - | - |
| Vicente Dias Araújo | Nova Russas (CE) | - | - | - | - | - |

Fontes: Processos da Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou (2004).

Nas “notas cromáticas”, são descritas a cor da pele (“branca”), dos cabelos (“castanho-claros”), se usa e como usa barba (“raspada”) e bigodes

(raspados), olhos (“castanhos”) e “marcas particulares, cicatrizes e tatuagens” na mão direita, mão esquerda, cabeça e outras. Para completar, apresentam a “individual dactiloscópica” e as “impressões digitais” das duas mãos.

Observam-se nos ferroviários as consequências de um longo processo de branqueamento, “considerado como um conjunto de normas, atitudes e valores brancos que a pessoa negra, e/ou seu grupo mais próximo incorpora, visando atender à demanda concreta e simbólica de assemelhar-se a um modelo branco e, a partir dele, construir uma identidade racial positivada”. Para fugir ao racismo camuflado numa sociedade pseudotolerante, negros se dizem morenos e morenos se dizem brancos.

Conforme analisa Piza, “a partir de 1940, quando se inaugura no país a idade dos censos modernos decenais”, nota-se “um crescimento da população branca”. Para a autora, esse fenômeno deve-se “às declarações de mestiços que teriam atravessado a ‘linha de cor’”, assim como “às tentativas institucionais de branqueamento da população”. É o resultado da influência das idéias do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e da “política da ‘nacionalidade morena’”, criando espaço que possibilitou “a passagem da linha de cor por mudanças dos caracteres fenotípicos de uma população que permaneceu sem ser recenseada por 50 anos”.¹¹⁴

Na perspectiva de Elisa Larkin Nascimento, trata-se do *sortilégio da cor*, operação que não apenas “opera uma transformação de identidade em que o mestiço passa a ser considerado *quase* equivalente ao branco”, como “transforma dominação em democracia e lança a identidade nacional numa busca permanente do simulacro da brancura”. Ela diz ainda que tal estratégia “escamoteou por décadas o cunho social das desigualdades”.¹¹⁵

¹¹⁴ PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu... In GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Cidade: Paz e Terra, 2000, p. 99-103. Observe-se que o Brasil não realizou censo entre 1890 e 1940. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) anunciou que o número de afro-descendentes (pretos e pardos) superaria, ainda em 2008, a população branca, mas “a renda da população negra só será igual à da branca em 32 anos”. *O Povo*, ano LXXXI, n.º 26.661, 14/05/2008. Fortaleza, Brasil, p. 13.

¹¹⁵ NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003, p. 113 e p. 116.

É sintomático, pois, que apenas um desses trabalhadores (Antônio Paulino dos Santos) seja declarado como “preto”.¹¹⁶ O exemplo de Manoel Graciano de Macedo, identificado como moreno e o único de “cabelos crespos”, soa emblemático. A viúva Francisca Lenira Nobre de Macedo desnuda o problema e “confessa” que ele é negro, dizendo que a discriminação racial foi um componente a mais na perseguição ao marido dela:

Os idealistas perseguidos, vigiados tidos como comunistas eram vigiados e viviam na mira do poder militar com parceria com a polícia que pareciam abutres querendo devorar, sacrificar picar sua presa que inesperadamente caía nas suas garras. Graciano sempre foi temido por seu aspecto físico, porte alto e corpo atlético, mas sofria terrivelmente da discriminação racial, na época bem mais forte do que hoje, por ter cor negra. Confesso ele era negro, me orgulhava da sua cor. Daí mais um motivo de ser visado. As autoridades militares, policial e do exército ao me interrogarem falavam o negro Graciano.¹¹⁷

O emprego do verbo confessar embora, aparentemente, possa denotar um sentido de culpa por um pecado ou o reconhecimento de “algo errado” como verdade, mesmo que “em prejuízo próprio”, neste caso pode significar a expressão “não negro”, afinal de contas ela declara sentir “orgulho” da cor do marido. Nesse aspecto, o testemunho contundente de dona Lenira tem uma força excepcional porque ao mesmo tempo em que desmascara o preconceito racial associado ao interesse da repressão, reconhece o idealismo do companheiro, declara seu amor ao marido, expõe seu orgulho.

Os ferroviários formavam também famílias numerosas. Vejamos alguns exemplos: João Farias de Sousa tinha dezessete filhos; Raimundo Ferreira de Melo, catorze; Antônio Paulino dos Santos e Benedito Teixeira Marques, nove; João Licínio da Silva, Ramyses Selvas Braga e Raimundo Santana da Costa, sete; Antonio Bonifácio Parente, cinco; José Arimatéa de Lima, seis; José Elias Gonzaga, quatro. José Nobre Parente e Jonas Daniel tiveram três filhos cada um; Francisco Silva Araújo e José Duarte, dois; e Manoel Graciano de Macedo, um. Alguns tinham filhos em “outros ninhos”.

¹¹⁶ Certidão de Óbito expedida pelo Cartório Cysne, Registro Civil da 3.ª Zona de Fortaleza, em 8 de junho de 1976, parte do Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269787-5, p. 10.

¹¹⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024348-6, p. 19.

Eles eram, na maioria, funcionários públicos federais,¹¹⁸ divididos em duas situações: estatutários e celetistas. Essa condição, por sinal, pesa depois do golpe de 1964. Os estatutários, por terem estabilidade no emprego, são aposentados compulsoriamente, enquanto os celetistas, sumariamente demitidos. Para eles, agravava-se o fato de serem homens relativamente jovens, a maioria entre vinte e oito e cinquenta anos.

Exerciam funções as mais diversas na RVC/RFFSA. Ademar Paulino de Freitas, por exemplo, era mestre eletricista; Afonso Bento Bezerra, Francisco Pereira da Silva e Jorge Pereira Nobre, escriturários; Antônio Bonifácio Parente, fiscal de tráfego; Benedito Marques Teixeira, armazenista; Francisco Carlos Alcantarino, telegrafista; João Farias de Sousa, foguista; João Licínio da Silva, mecânico de motores de combustão; Jonas Daniel, fiscal de movimento de trem; José Elias Gonzaga, José Maria de Oliveira e José Nobre Parente, mecânicos; Ramyses Selvas Braga, maquinista; Raimundo Ferreira de Melo, caldeireiro; Raimundo Santana da Costa, auxiliar de artífice; Vicente Dias de Araújo, motorista.

Suas mulheres, invariavelmente, eram domésticas, donas de casa, cuidavam dos filhos, administravam o lar fazendo as múltiplas tarefas enquanto os maridos cumpriam a jornada de trabalho. Elas eram “o coração da casa”, “faziam o lar” e mantinham a unidade da família, “mais do que o pai”, tal como observa Hoggart.¹¹⁹ Mais do que isso, eram esposas fiéis e devotadas, mães

¹¹⁸ O Decreto-Lei N.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, que aprovou a CLT em pleno Estado Novo, conceitua, na Seção V, Art. 236, o Serviço Ferroviário - “Transporte de estradas de ferro abertas ao tráfego público, compreendendo a administração, construção, conservação e remoção das vias férreas e seus edifícios, obras-de-arte, material rodante, instalações complementares e acessórias, bem como o serviço de tráfego, de telegrafia, telefonia e funcionamento de todas as instalações ferroviárias” – e estabelece preceitos especiais, como a divisão do pessoal em quatro categorias: “a) funcionários de alta administração, chefes e ajudantes de departamentos e seções, engenheiros residentes, chefes de depósitos, inspetores e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras; pessoal que trabalhe em lugares ou trechos determinados e cujas tarefas requeiram atenção constante; b) pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os respectivos telegrafistas; pessoal de tração, lastro e revistadores; c) das equipagens de trens em geral; d) pessoal cujo serviço é de natureza intermitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongadas nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclusive os respectivos telegrafias. Ver OLIVEIRA, José Carlos de (org.). *8 em 1 acadêmico*. 2. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005, p. 546-547.

¹¹⁹ HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Presença, 1973, p. 50-52.

atentas às oportunidades de os filhos estudarem para conseguirem emprego ou seguirem a carreira dos pais.

Na categoria “doméstica”, encontram-se sete casos; na classificação “prendas domésticas”, dois; e em apenas um caso aparece a profissão “diarista”, que pode ser definição para faxineira, lavadeira, engomadeira. Há duas professoras, uma das quais com o termo específico “professora primária”, e uma estudante. Nos demais processos não foi possível identificar a profissão das mulheres dos ferroviários.

Interessante constatar que o universo de trabalho ferroviário constitui um mundo predominantemente masculino. Lídia Possas cita o exemplo da Noroeste do Brasil, ferrovia na qual as mulheres só têm “acesso aos seus escritórios e dependências, por volta de 1918”, sendo admitidas em provas de habilitação no final dos anos trinta e “ainda nos anos 60” permanecem “dentro dos papéis prescritos”.¹²⁰

No Ceará, a presença das mulheres (figuras 9 e 10) na RVC/RFFSA se dá a partir da década de 1940, quando prestam concurso realizado pelo antigo DASP, e notadamente nos escritórios, fazendo trabalhos burocráticos, de secretaria, assistente social ou professoras. Não se tem registro de mulheres em atividades de maquinista, foguista, mecânico ou outros ofícios propriamente na linha férrea, como ocorre nas ferrovias da Catalunha, em Espanha, onde mulheres eram “guardabarreras” ou “guardesas” (figura 11).

As fontes pesquisadas revelam que nenhuma mulher ferroviária foi presa ou torturada. Mirian Telêmaco Ribeiro, Guiomar Augusta Monte Rocha e Elza Costa Barbosa chegaram a ser afastadas “preventivamente” por José Walter Cavalcante logo depois do golpe militar (ver Capítulo III, p. 248-249). As mulheres, de fato, assumem papel fundamental na condição de companheiras que sofreram a perseguição aos maridos, tiveram suas casas invadidas e a vida virada de ponta-cabeça. Muitas delas tornam-se, agora, responsáveis pelas memórias que agora emergem.

¹²⁰ POSSAS, Lídia Maria Vianna. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru: Edusc, 2001, p. 90-93.



Figura 9 – Mulheres ferroviárias trabalhavam preponderantemente em atividades de escritório.
Arquivo RVC/UFFSA e Acervo Particular José Hamilton Pereira.



Figura 10 – Na Rede, as mulheres tiveram forte participação nas atividades de educação.
Arquivo RVC/UFFSA.



Figura 11 – Nas ferrovias da Catalunha, mulheres complementavam o trabalho doméstico com o ofício de “guardabarreras” ou “guardesas”.
Guia Museu del Ferrocarril: sube al tren de la Història. Vilanova i la Geltrú (Barcelona): Museu del Ferrocarril-Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 1997, p. 37.

2.4 Formas de organização e sociabilidade

A presença dos ferroviários em Fortaleza é multifacetada nas suas diversas formas de organização e sociabilidade (mapa 3). Desenha-se desde 29 de março de 1891, quando criam a Sociedade Benéfica dos Empregados da Estrada de Ferro de Baturité, conhecida por “Centenária”. O objetivo era incentivar a cooperação, o auxílio mútuo e a solidariedade entre o pessoal da Estrada. Com 373 trabalhadores e a participação do engenheiro chefe Antônio Lassance Cunha, a Sociedade instala-se numa das dependências das oficinas, tem sua primeira diretoria eleita em 25 de abril e estatuto reconhecido pelo Governo do Estado em 13 de junho do mesmo ano.¹²¹

Mas o atraso de mensalidades, perda de sócios, muitos pedidos de auxílio e a situação deficitária da Estrada ocasionam o fechamento da Sociedade, que só é restaurada a 7 de setembro de 1916.¹²² Ainda nos dias de

¹²¹ Ata de instalação da Sociedade Benéfica dos Empregados da Estrada de Ferro de Baturité. Livros de Atas de 1891 a 1925. Arquivo da Sociedade Benéfica do Pessoal da Rede de Viação Cearense.

¹²² SANTIAGO, Kleiton Nazareno. *Mutualismo ferroviário na formação da Sociedade Benéfica do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité*: Fortaleza 1891 aos anos de 1930. In

hoje, funciona na Rua Senador Alencar, 596, Centro, na esquina da Rua 24 de Maio. Ao longo de sua existência, oferece aos associados assistência médica, auxílio doença, teve farmácia, cobriu despesas de funeral e luto, concedeu empréstimos, garantiu assistência jurídica, montou escola noturna “de primeiras letras” e fundou escola para instrução dos filhos de ferroviários.

Para a vida dos ferroviários, a Sociedade reveste-se de acontecimento significativo, pois a entidade assume a condição de lugar privilegiado dos trabalhadores, passa a ser espaço de sociabilidade fundamental, *locus* de resistência e de cooperação, conflitos, tensões e solidariedade. Transforma-se em ponto de discussão dos problemas que afetam a categoria. Cumpre papel relevante tanto para ferroviários como para a cidade, pois, já em 1918, mantém uma escola primária noturna, mais tarde transformada na Escola Couto Fernandes, numa cidade onde poucos têm acesso ao ensino, e uma cooperativa de crédito.¹²³

Tânia de Luca, em pesquisa esclarecedora sobre mutualismo em São Paulo, adverte que essa prática organizativa não origina e tampouco se confunde com sindicalismo, posto que mutuais e sindicatos coexistiam no tempo e no espaço. Na visão da autora, essas organizações funcionavam sob direção dos patrões e não se preocupavam com a estrutura social vigente, centrando seu objetivo em “remediar a situação dos trabalhadores inaptos para o processo produtivo”. Ademais, os empregados participavam compulsoriamente.¹²⁴ No caso da Sociedade Beneficente dos Ferroviários, porém, é possível dizer que os trabalhadores construíram mais do que uma mera coexistência sob vigilância da empresa. A “Centenária” foi berço e célula *mater* onde embriões rebeldes gestaram estratégias de luta.

Documentos. Revista do Arquivo Público do Estão do Ceará – n.º 6. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2009, p. 16-20.

¹²³ AZEVEDO, Jandira Carvalho de. *Histórico da R.V.C.* (Rêde de Viação Cearense). Fortaleza: Rêde Ferroviária Federal S.A., 1959, p. 8. Mimeografado.

¹²⁴ DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990, p.10.

MAPA 3 OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E ORGANIZAÇÃO CLASSISTA



No campo assistencial, multiplicam-se as ações da Sociedade. Viúvas chorosas ou familiares saudosos, por exemplo, sepultam seus entes no mausoléu (figura 12) construído na Rua 18 do terceiro plano norte do Cemitério São João Batista, em julho de 1931, quando preside a Sociedade o ferroviário Alfredo Feitosa. Muito provavelmente, a mutual inspira-se na iniciativa do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, que constrói um mausoléu em 20 de dezembro de 1929. Os dois túmulos coletivos estão lado a lado (figura 13).



Figura 12 – Mausoléu da Sociedade Beneficente dos Ferroviários, no cemitério São João Batista, em Fortaleza (CE). Ao fundo, um galpão da antiga RVC/RFFSA.
Foto do autor (02/11/2008)/Acervo do autor.



Figura 13 – Com flores depositadas no Dia de Finados, o túmulo coletivo do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, no Cemitério São João Batista, em Fortaleza (CE).

Foto do autor (02/11/2008)/Acervo do autor.

Para o caso de Portugal, no final da década de 1880, Catroga explica que o movimento católico operário cria suas mutuais fúnebres para fazer frente ao processo de secularização nas classes trabalhadoras, no bojo do qual

avançam ideias republicanas e socialistas. O historiador considera lícito ligar esse ativismo mutualista ao desenvolvimento de condições, tanto materiais quanto simbólicas, visando marcar a individualidade do morto no sentido de preservar sua sobrevivência na memória dos vivos. A garantia do lugar eterno, em sua análise, traduz a busca pelo enterramento digno, a distinção na hora da morte, uma ação de solidariedade que também pode ser vista como objetivo de “uma emergente sociabilidade popular e operária”. Ou um “símbolo de afirmação social”¹²⁵ a que o velho português comunista Manoel Batista Ferreira, o “Papão”, não teve direito, sendo enterrado como indigente no cemitério São João Batista, em Fortaleza, depois de morrer na Santa Casa de Misericórdia.¹²⁶

Catroga conclui que o mutualismo funerário serve de alavanca para estabelecer a maior associação popular portuguesa dos finais do século XIX e princípios do século XX, chegando a contar com 51 mil membros. A morte, então, assume caráter de rito operário e seu culto transforma-se em “valor para formação da cidadania”. Os cemitérios são reconhecidos como espaços públicos, e a encenação ganha *status* de lugar de memória.¹²⁷

O mausoléu da Sociedade Beneficente guarda de tudo isso um pouco. Reconstruído em novembro de 1970, na administração de Francisco Bastos Filho e do tesoureiro Paurilo Farias, tem 52 jazigos separados em duas alas de 26 covas, nas quais, ainda hoje, são sepultados ferroviários de diferentes famílias. Alguns túmulos estão pintados e identificados, outros, não. É simples a construção e denota falta de cuidados na manutenção, mas demarca o terreno santo, bem longe dos sete palmos da indigência.

Um exemplo de ferroviário ali descansando é o mecânico Francisco Ferreira Lima Santos, nascido em primeiro de novembro de 1927 e falecido em 25 de agosto de 2006. Sua filha Maria Luciene e os netos Edson Luís e Elaine Luiza reverenciam sua memória anualmente, no Dia de Finados, depositam

¹²⁵ CATROGA, Fernando. *O céu da memória – Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999, p. 84-88.

¹²⁶ GALENO, Alberto S. *A praça e o povo: homens e acontecimentos que fizeram história na Praça do Ferreira*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p. 64-66.

¹²⁷ CATROGA, Fernando. *O céu... Op. cit.*, p. 37 e p. 86.

flores, acendem velas e oram pela alma de Seu Santos (figura 14), que foi chefe de Francisco Assis Pinto, nascido em 17 de novembro de 1929 e falecido em oito de julho de 2005. Sepultado a poucos metros dali, Seu Francisco Pinto recebe a visita dos filhos Francisco Adailton Lopes Pinto, eletricitista de locomotiva, e João Emídio Lopes Pinto, supervisor de mecânica (figuras 15). No lugar da morte, as saudades transformam-no em lugar de preito de memória

Embora os pais estejam enterrados no túmulo da família, no cemitério São João Batista, em Fortaleza, o ferroviário aposentado Valdemar Caracas, aos 101 anos, manifesta o desejo de ser sepultado no túmulo da Beneficência. Para isso, já escreveu inclusive o epitáfio: “Neste pedaço de chão foi sepultado o corpo do líder ferroviário Valdemar Cabral Caracas”.¹²⁸

¹²⁸ Entrevista concedida ao autor em 21/11/2008. Para conhecer mais sobre Valdemar Caracas, ler *Entrevista*, n.º 21, 05/009. Fortaleza, p. 30-47.



Figura 14 - Maria Luciene, Edson Luís e Elaine Luiza reverenciam memória do pai e avô, sepultado no mausoléu da Sociedade Beneficente, no Cemitério São João Batista, em Fortaleza (CE).

Foto do autor (02/11/2008)/Acervo do autor.



Figura 15 – Os ferroviários Adailton (de boné) e João Emídio visitam o túmulo do pai, no mausoléu da Sociedade Beneficente dos Ferroviários, no Cemitério São João Batista, em Fortaleza (CE).

Foto do autor (02/11/2008)/Acervo do autor.

A ação da Sociedade Beneficente vai além. Na década de 1960, suas salas abrigam a influente União dos Ferroviários do Ceará, filiada à União dos Ferroviários do Brasil, e o próprio Sindicato. Serve de berço e ponto de referência para as articulações dos trabalhadores. É lá também onde o Pacto Sindical encontra guarida (ver Capítulo II).

Duas décadas antes, surge a Liga Social de Defesa e Assistência dos Ferroviários da Rêde de Viação Cearense. Nas comemorações do primeiro aniversário da Liga, acontecidas em 1.º de maio de 1946, Manoel Pereira faz um pronunciamento. “Meus senhores. Esta associação, a expressão lídima do ferroviário, é o que se pode afirmar, o porta-voz mais expressivo do trabalhador da REDE DE VIAÇÃO CEARENSE, pelos serviços de rotina que ela vem desempenhando, pode-se ter uma ideia perfeita do que seja [...]”. Nessa época, *O Ferroviário* era o jornal da Liga. Os conteúdos variavam desde crônicas, máximas e pensamentos e reclamações a pequenos registros de aniversários

dos operários ou de parentes na seção fixa “*O ferroviário no lar*”. No aniversário do presidente da entidade, o espaço é generoso:

Em comemoração ao aniversário do Dr. Francisco Porfírio Sampaio, presidente da Liga Social de Assistência e Defesa dos Ferroviários da Rede de Viação Cearense, realizou-se, no dia dezenove de maio recém-findo um animado churrasco. O mesmo teve lugar na residência do companheiro Abel Paula Lemos, a quem devemos a maior parte do raro brilhantismo de que se constituiu o churrasco em apreço, pela dedicação que teve para com as pessoas que ali compareceram. Precisamente às dezenove horas, sob o som harmônico dos conjuntos musicais dirigidos pelos companheiros Luna e Chico Rodrigues, tiveram início animadas danças, que se prolongaram até a tardinha. O referido churrasco foi abrilhantado com as presenças do dr. Hugo Rocha, digno Diretor da Rede de Viação Cearense, Dr. Clovis de Alencar Matos, representante do sr. Prefeito Municipal, dr. Antonio Vicente..., inspetor das CASP de Serviço Público, dr. Raimundo Porfírio Sampaio, médico da CAPSPEC, sr. José de Moura Freire, Contador Seccional na R.V.C. e grande número de funcionários e operários.¹²⁹

Os ferroviários alargam sua experiência organizativa para outros campos. Embora tenha sido criada pela empresa, a cooperativa de consumo¹³⁰ foi presidida por Lauro Brígido, depois de vencer uma eleição muito disputada, com três candidatos. “Fiquei à frente desta entidade de 56 a 57”, recorda. Com orgulho, diz que as cooperativas da época davam prejuízos, “a nossa teve lucro”. A cooperativa (figura 16) vendia alimentos mais baratos, financiava eletrodomésticos, máquinas de costura, rádios, liquidificadores e mantinha convênios com farmácias, funerárias e lojas de tecidos.¹³¹

¹²⁹ *O Ferroviário*, 07/06/1946. Fortaleza, p. 2-3.

¹³⁰ AZEVEDO, Jandira Carvalho de. *Histórico...* *Op. cit.*, p. 30, informa que a cooperativa da RVC seguiu o modelo da que existia na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O Decreto n.º 4.243, de 9 de abril de 1942, autorizava averbar consignações em folha de pagamento de servidores, em favor de sociedades cooperativas de consumo. Havia cooperativas em outros núcleos urbanos com significativa presença de ferroviários, como é o caso do Cedro, no Ceará, conforme informa *O Ferroviário*, 07/06/1946. Fortaleza, p. 2.

¹³¹ Entrevista concedida a Rogério de Aguiar Moraes.



Figura 16 – A experiência da cooperativa dos ferroviários foi adotada posteriormente por outras categorias.
Arquivo Nirez.

No âmbito da educação profissional, os ferroviários são alvo de ações da empresa. A partir de 1938, o Centro de Ensino e Seleção Profissional ministra cursos para especializar os trabalhadores, no intuito de racionalizar os serviços. O Centro, porém, tem vida curta. Começa com subvenção de 20 contos, passando para 25 no exercício seguinte, instala alguns cursos nas Oficinas do Urubu, mas a subvenção acaba reduzida para apenas cinco contos, prejudicando as atividades até 1942. Nesse ano, a RVC se filia ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo, mediante a contribuição anual de Cr\$ 8.500,00.¹³²

O Centro, então, transforma-se em Serviço de Ensino e Seleção Profissional com organização inicial de uma Escola Profissional Ferroviária, na esteira da criação de diversas instituições voltadas para implementação de técnicas da Organização Científica do Trabalho, destacando-se, no universo ferroviário, somente em São Paulo, o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana (Sesp), em 1930; o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), em 1934; e o Curso de Ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1934¹³³.

¹³² *Relatório da RVC*, 1942. Fortaleza, p. 7.

¹³³ TENCA, Álvaro. *Senhores dos trilhos: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do Curso de Ferroviários da antiga Paulista*. São Paulo: UNESP, 2006, p.74.

Em abril de 1942, o engenheiro Ítalo Bologna chega ao Ceará para dar início à formação de artífices. Para o exame de admissão, inscrevem-se 54 candidatos, sendo aprovados apenas 30. O curso tem duração de três anos, com aulas teóricas e práticas de Matemática, Português, Desenho, Tecnologia e Educação Física. Há também aulas em que os alunos obedecem a uma série metódica de trabalho, concretizada numa coleção de desenhos e realizam treino metódico e progressivo em bancada, forja e máquinas operatrizes. Ao término do curso, em 30 de dezembro, a RVC comemora os “resultados animadores” expressos na percentagem média de frequência às aulas teóricas (94,8%) e às aulas práticas (91,3%), embora somente 19 alunos tenham sido promovidos ao segundo ano, pois seis são eliminados e cinco, reprovados.¹³⁴

Em 1942, há registros ainda do curso de telegrafia, para serviços de emergência, instituído pela RVC por conta do estado de guerra e das convocações para o serviço militar. Inscrevem-se 537 candidatos e somente 41 são aprovados. Doze anos depois, inaugura-se a Escola Técnica de Educação Familiar, onde filhos dos ferroviários aprendem artes domésticas e a trabalhar em vime, corte e costura. É quando surge também a escola de alfabetização nas Oficinas do Urubu, transformada posteriormente em grupo escolar.¹³⁵

Os ferroviários são sujeitos de outra experiência que começa a tomar corpo a partir de 1933. Sua presença vai se espalhando com força no cotidiano de Fortaleza, agora de outra forma, imprimindo na sua cartografia mais um emblema, ainda hoje de relativa significação. Obrigados a cumprir horas extras noturnas, entre 17 e 21 horas, para recuperar locomotivas, carros e vagões, devido às consequências da seca de 1932, os operários que encerravam o expediente normal às 16 horas ficavam com um tempo “vazio” a preencher. O desportista João Pascácio da Penha propõe, então, a criação de duplas para jogar peteca. Dura pouco porque “as mãos inchavam e prejudicava o rendimento dos trabalhos”.¹³⁶ Pascácio não desiste e sugere criar dois times, sempre no intuito de aproveitar “o intervalo forçado” para divertirem-se jogando futebol. Compram bola, limpam o terreno, constroem um campo e fazem traves

¹³⁴ *Relatório da RVC*, 1942. Fortaleza, p. 8.

¹³⁵ AZEVEDO, Jandira Carvalho de. *Histórico... Op. cit.*, p. 35.

¹³⁶ *Locomotiva*, ano IV, n.º 42, setembro/outubro/1995. Fortaleza, p. 7.

a partir de tubos retirados de caldeiras de velhas locomotivas.¹³⁷ É assim que surgem os times de pelada Mata Pasto e Jurubeba, referências às plantas desmatadas do terreno.¹³⁸

Para usar uma expressão de Thompson, os ferroviários resolvem “passar o tempo” jogando futebol,¹³⁹ sujeitos que estavam ao rígido controle do tempo marcado pelo relógio da oficina, obrigando-se a cumprir horas extras, além da jornada de oito horas. É uma saída para evitar mais um deslocamento para casa, num intervalo tão curto, mesmo que prolongasse a permanência do trabalhador no local de trabalho

Em minha perspectiva, “bater pelada”, participar de racha, jogar bola para se divertir, para brincar ou por prazer, de forma lúdica, não constitui “tempo consumido”, “tempo negociado”, “tempo utilizado”, dentro da lógica da “sociedade capitalista madura”. Nessa forma de “passar o tempo” não se buscam “recordes, performances, desempenhos”, como é possível observar em um novo tempo ocupacional que procura evitar o desperdício de energias. A experiência dos trabalhadores da RVC, mesmo que por pouco tempo, é pura diversão.¹⁴⁰ E, pelo menos aqui, os operários são donos de parte do seu tempo livre.

As peladas acabam fazendo tanto sucesso que a ideia de “algo maior” mexe com os sonhos dos trabalhadores. “Na casa do mecânico José Roque, o ‘Gordo’”, nasce, então, o time Ferroviário. A experiência tinha precedentes, tanto em âmbito nacional como em Fortaleza. Fundado com objetivo de propiciar “a prática do futebol por chefes e empregados da fábrica de tecidos Companhia Progresso Industrial, situada no subúrbio carioca do mesmo nome”, o Bangu Athletic Club, explica José Sérgio Leite Lopes, inicia em 1904 “a figura do operário-jogador”. Destacando-se mais pela atuação como jogador do que propriamente pelo trabalho dentro da fábrica, esse operário-atleta consegue

¹³⁷ FARIAS, Airton de. *Ferroviário: nos trilhos da vitória*. Fortaleza: Livro Técnico, 2005, p. 27.

¹³⁸ *Locomotiva*, ano IV, n.º 42, setembro/outubro/1995. Fortaleza, p. 7.

¹³⁹ Ver THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 298 e DE DECCA, Edgar Salvadori. *E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas*. In BRUHNS, Heloísa Turini (org.). *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002, p. 68-69.

¹⁴⁰ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero; Programa do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1992.

“privilégios relativos”, a exemplo da “dispensa da exigência de frequência na fábrica em horários de treino e de jogos”.¹⁴¹

Em Fortaleza, o engenheiro Henrique Eduardo Couto Fernandes, na condição de diretor da RVC, funda, em 1919, o Olímpico Foot-ball Club, com a participação dos trabalhadores da Rede, razão pela qual Pinto levanta a hipótese “de que o Olímpico tenha sido a primeira experiência futebolística dos funcionários da ferrovia”, levando-os a disseminar “a prática lúdica nos anos posteriores entre os empregados”.¹⁴² E, assim, a brincadeira singela dos ferroviários nas horas vagas, sem compromisso com a técnica e o êxito do futebol profissional, acaba incorporada muito cedo pela empresa. Primeiramente pela ação do chefe do escritório de manutenção da RVC, Valdemar Cabral Caracas, que organiza “aquele timezinho de operários”.¹⁴³

Filho da velha aristocracia rural cearense, Caracas ingressa na RVC em 1926, aos 19 anos, galgando a condição de escriturário aos 25 anos. Participa do Sport Club Maguary, um clube da elite fortalezense, tornando-se um *sportsman*, quando toma para si a iniciativa de organizar o Ferroviário como time oficial, por sugestão da empresa, levando-o a disputar a primeira divisão do campeonato cearense em 1938 e misturando os jogadores-operários a jogadores semiprofissionais. Mais tarde, a despreziosa diversão dos trabalhadores evolui para a ideia de um clube e adota, na década de 1960, os princípios da profissionalização reinante no futebol brasileiro. Já não é mais obrigatório ser funcionário da RVC para jogar no Ferroviário, como confirma o ex-jogador operário Manoelzinho.¹⁴⁴

E começa a supremacia dos engenheiros nos destinos da agremiação. Em 1967, em plena ditadura militar, diretores corais – o clube adotara as cores preta, branca e vermelha – aceleram o processo de profissionalização. Adquirem terreno no bairro Barra do Ceará, onde passa a funcionar a sede do chamado “Tubarão da Barra”, na atual Rua Dona Filó, em frente à Praça

¹⁴¹ LOPES, José Sérgio Leite. *Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro*. In Batalha, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, Antonio Luigi Negro (trad.), 2004, p. 130-131.

¹⁴² PINTO, Rodrigo M. S. *Do Passeio Público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945)*. 2007, 146 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, p. 61-62.

¹⁴³ FARIAS, Airton de. *Ferroviário... Op. cit.*, p. 28.

¹⁴⁴ PINTO, Rodrigo M. S. *Do Passeio... Op. cit.*, p. 75-78 e p. 85-87.

Marcelo Prestes de Queirós. O engenheiro Elzir de Alencar Araripe Cabral providencia a compra do terreno em que se localiza o estádio do clube coral (figura 17), adquirindo-o ao senhor Recombo, antigo proprietário daquelas terras à época.¹⁴⁵ Com o dinheiro dos ferroviários, evidentemente. O aposentado Luís Ribeiro Martins, apesar de torcedor do Ceará, lembra que sempre contribuiu mensalmente para o time da classe dele. “Era **obrigatório** (grifo meu), mas era um tiquinho”.¹⁴⁶ José Elias Gonzaga e Antônio Bonifácio Parente¹⁴⁷ também contribuíam. Essa prática persiste até os dias de hoje, como ocorre ao engenheiro José Hamilton Pereira, sócio-proprietário do clube (figura 18).¹⁴⁸



Figura 17 – A bênção no dia da inauguração dos alambrados do campo do Ferroviário Atlético Clube, no bairro Barra do Ceará, em Fortaleza (CE).

Arquivo Nirez.

¹⁴⁵ *O Povo*, ano LXXXI, n.º 26.701, 23/06/2008. Fortaleza, Gol, p. 2. Em entrevista a PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 138, Lúcio Flavio Chaves Holanda, pesquisador da história do futebol cearense, “esclarece que dos times cearenses, o único que possuía sede um pouco melhor era o Ferroviário, ainda assim, por receber subsídios da RFFSA”.

¹⁴⁶ Entrevista concedida ao autor, em 12/11/2008.

¹⁴⁷ Entrevistas concedidas ao autor, respectivamente em 21/11/2007 e 24/05/2008.

¹⁴⁸ Avisos de crédito de José Hamilton Pereira referentes a julho e agosto de 1990 e junho de 1991 nos quais constam o desconto em benefício do Ferroviário Atlético Clube e Título N.º 146, de Sócio Proprietário. Acervo Particular José Hamilton Pereira.

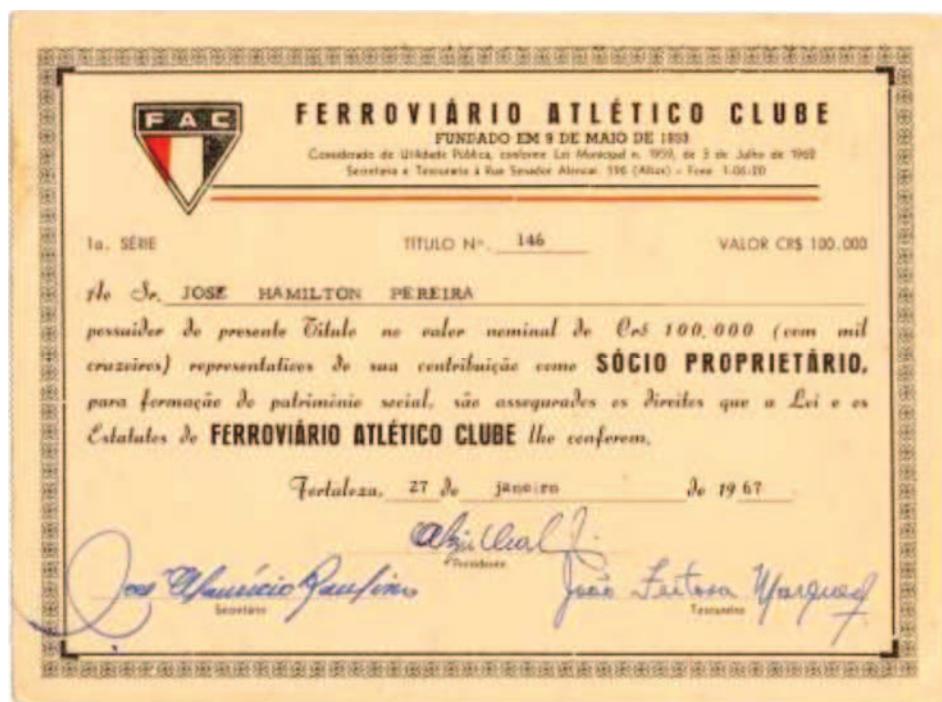


Figura 18 – A contribuição dos ferroviários, descontada em folha de pagamento, tornou o time coral um dos três clubes de futebol mais importantes do Estado do Ceará e do Nordeste.

Acervo Particular José Hamilton Pereira.

O Ferrim, como também é conhecido, tem o privilégio de inaugurar, em 14 de setembro de 1941, o Estádio Municipal Getúlio Vargas, em jogo disputado contra o Tramways, de Recife, vencendo por 1 x 0, com gol de Chinês, marcado aos 20 minutos do primeiro tempo.¹⁴⁹ Além disso, conquista nove títulos estaduais, sendo o de 1968 invicto, um bicampeonato e tinha fama de representar muito bem o Estado do Ceará nas temporadas.¹⁵⁰

A vitalidade do Ferroviário nos campos decaiu concomitantemente à derrocada da RVC/RFFSA e do transporte ferroviário no País. As crises de recursos financeiros, de gestão e a estagnação do crescimento de sua fervorosa torcida afetam o *status* de “time grande”. Não obstante esses fatores, torcedores que se autodenominam comunistas e anarquistas invadem os espaços da rede mundial de computadores para exaltar seu clube de preferência. O manifesto da Ultras Resistência Coral defende “nem guerras entre torcidas, nem paz entre classes!”, pois “nada diminui nossa paixão incendiária, Ferroviário, orgulho da classe operária”.

¹⁴⁹ AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *História do Campeonato Cearense de Futebol: 1903 a 2001*. Fortaleza: Equatorial, 2002, p. 58.

¹⁵⁰ Entrevista de Airton Fontenele concedida ao autor, em 16/11/2007. As temporadas eram competições realizadas com clubes de outros Estados.

No hino composto para os estádios, percebe-se o diferencial entre as outras duas (Torcida Uniformizada do Fortaleza, a TUF, e Cearamor) grandes torcidas organizadas do futebol cearense, mais preocupadas com a *performance* das suas equipes.

*Esse é meu time, essa é minha gente
Sou operário, a classe insurgente
Por isso eu sou Ferroviário
e com orgulho eu canto essa canção
Somos a Revolução!
Sim senhor! A revolução,
Sim senhor, sim senhor, Somos a revolução!
A torcida do Ferrão
Sim senhor, sim senhor, Somos a revolução!
Viva o nosso Ferrão!¹⁵¹*

Ainda em relação ao tempo livre, o Grêmio Recreativo dos Ferroviários, localizado ao lado da antiga Oficina do Urubu, no Carlito Pamplona, bairro onde também existia o Clube Recreativo Carlito Pamplona, constitui outra experiência de sociabilidade dos ferroviários. Na mira, o prazer, a diversão muitas vezes negada pela falta de equipamentos públicos ou mesmo pela exclusão que se estabelece nas práticas de lazer.

Construído pelos operários da RVC/RFFSA em regime de mutirão, o Grêmio dos Ferroviários surge em 1961, tendo como primeiro presidente Manoel Soares. A agremiação chega a ter, em meados de 1969, quase mil associados, todos funcionários da Rede, e ajuda a divertir a “família ferroviária” de diversas formas. Além da programação mensal, com homenagem aos aniversariantes e “tertúlias” semanais, o Grêmio comemora diversas datas, a exemplo do Dia das Mães e do São João. No Natal, “crianças comparecem para receber seus presentes”, e as festas de carnaval “ficam na sua história”. No Grêmio, ferroviários e familiares reúnem-se “diariamente, praticando esportes na quadra amadorista, ou se divertindo nos variados jogos de salão”.¹⁵²

Rotulado de “suburbano”, como identifica Mirtes de Freitas Pontes, o Grêmio queria ser, no início da década de 1970, sob a presidência de José

¹⁵¹ <http://www.resistenciakorral.rg3.net/>. Acessado em: 20 abr. 2009.

¹⁵² RVC-Notícias, ano I, n.º 4, 06/1969. Fortaleza, s.p.

Eloy da Silva, “um dos melhores clubes de Fortaleza”. Para tanto, lança campanha para construir a nova sede, reunindo “um moderno parque aquático, salão de danças, quadra de esportes amadores, *playground*, salão para jogos, sala de reuniões, secretaria, restaurante, cozinha e bar”, oferecendo, sem dúvida, um equipamento de qualidade bastante razoável para os trabalhadores.¹⁵³

A prática dos clubes sociais dissemina-se entre os ferroviários com a criação, na década de 1960, do Clube do Trilho. Tinha sede ao lado da conhecida boate Alabama, no terreno onde posteriormente foi construído o Esplanada Hotel, na avenida Beira Mar. Era um ponto de apoio para o domingo na praia. Outro clube surgiu na Rua Teles de Sousa, s.n., no bairro Km 8 (atual Couto Fernandes). No 1.º de Maio, são comuns as festas em comemoração ao Dia do Trabalhador. Quando o Sindicato dos Ferroviários muda-se para o bairro Couto Fernandes, abriga o conhecido “Gigantão da José Bastos”.

Ocorre, porém, que, a exemplo dos clubes elegantes do bairro Meireles, os sócios se afastam. Provavelmente mudam os hábitos de lazer, e a crise ganha contornos insuperáveis. Nos dias de hoje, somente o Grêmio ainda mantém-se ativo, principalmente porque arrenda espaços para festas de terceiros, enquanto o Clube do Trilho teve curta existência, Gigantão da José Bastos e o Ferroviário do Km 8 deixaram de promover suas alegres noitadas e dias de festas.

2.5 Vilas ferroviárias: moeda de troca

Mas onde moravam os ferroviários? Em que áreas da cidade se fixaram? Estavam espalhados na malha urbana da cidade ou concentraram-se em alguns bairros? Em quais bairros e em quais ruas sua presença era mais efetiva? Como interferiram no ambiente em que moravam? Como eram suas casas? Como ocorria a aquisição da casa própria pelos ferroviários? Quais órgãos financiavam?

Antes de buscar respostas, observemos a análise de José Sérgio Leite Lopes sobre as vilas operárias como dispositivo de controle da classe trabalhadora:

¹⁵³ PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade... Op. cit.*, p. 140-141.

[...] mais do que simplesmente funcionais à produção, são instrumentos estratégicos de formação, educação, domesticação e transformação da classe trabalhadora real, com suas tradições e disposições culturais, no modelo que a burguesia se faz da classe trabalhadora. E aí o meio físico, a disposição da cidade e das casas, as instituições criadas pela companhia, são elementos para moldar ou pretender moldar uma nova classe operária segundo a crença no determinismo “físico e moral”.¹⁵⁴

A pretensão de moldar torna-se real em algumas situações, a exemplo da vila operária da fábrica Brasil Industrial, estabelecida em 1870, em Paracambi, no Rio de Janeiro, junto à estação Ribeirão dos Macacos, da Estrada de Ferro D. Pedro II. Guardas faziam o controle de crianças que se banhavam nos rios, comunicando aos pais e estendendo sua ação durante toda a noite “por toda a vila até o portão que separava a vila do comércio”. Além disso, cabia aos guardas, porque conheciam todos os moradores, observar se havia algum estranho no último trem a chegar. Além disso, depois das 22 horas, os operários não podiam ficar com as casas abertas, andar na rua ou namorar.¹⁵⁵

Nem sempre é assim, porém. Carpintéro demonstra que, em 1917, em São Paulo, o direito à moradia faz parte das reivindicações dos trabalhadores. “Os operários reivindicavam um espaço de moradia na cidade, enquanto os técnicos e políticos defendiam a construção de habitações econômicas como forma de intervir nos hábitos e nos valores da população trabalhadora”, diz a autora, ao acrescentar que “as diferentes camadas da sociedade tomaram posição relativa à questão da moradia em discursos técnicos, políticos e empresariais ou operários”.¹⁵⁶

Dentro dessa concepção, as vilas ferroviárias vão surgindo, nos mais diferentes bairros, espaço de convivência social por excelência para o qual Richard Hoggart apresenta um conceito clássico: “A casa pode ser o domínio privado da família, mas a porta principal abre para a rua, e aquele que desce

¹⁵⁴ LOPES, José Sérgio Leite. *Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária*. In MACHADO DA SILVA, Luís Antonio. *Condições de vida das camadas populares* (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 28.

¹⁵⁵ KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica & vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997, p. 50.

¹⁵⁶ CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 168.

um degrau, ou nele se senta a gozar o fresco nas noites bonitas, passa a tomar parte na vida do bairro”. De sua experiência com grupos de operários dos bairros de Leeds, com casas “muito juntas e invadidas pelo fumo das fábricas”, o autor tirou algumas lições. Uma delas, a de que “na cidade, vive-se por ruas”; a outra é a de que, “a menos que lhe seja atribuída uma casa de renda econômica, o homem do proletariado habita toda a sua vida no mesmo bairro, talvez na mesma casa para onde foi morar quando se casou”.¹⁵⁷

Já Pierre Mayol define o bairro como “um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido”. Na perspectiva do pesquisador francês, o bairro “atesta uma origem” e “se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública”.¹⁵⁸

Em Aspectos sociais da vida de Fortaleza, Stênio Lopes argumenta, nos idos de 1947, sobre o “afastamento bastante sensível” entre ricos e pobres, na discriminação dos bairros da cidade. Benfica, Otávio Bonfim, Soares Moreno e Outeiro são citados como de classe média; Aldeota, parte do Jacarecanga, 13 de Maio, certas zonas da praia, como de classe rica; e Monte Castelo, Pirambu, Carlito Pamplona, “nitidamente destacados os bairros proletários”.¹⁵⁹

A ferrovia e “a intensificação das relações da cidade com o espaço regional” resultante do trem provoca mudanças significativas, a começar pela fixação da mão-de-obra empregada na Oficina do Urubu, que começa a construir suas residências nos arredores. A proximidade dos trilhos e a presença da mão-de-obra atraem indústrias ligadas direta ou indiretamente à produção e comercialização do algodão.¹⁶⁰

Isso possibilita, efetivamente, o surgimento do bairro operário, alargando os limites da cidade e constituindo um espaço de tensão com o restante do tecido urbano. De outro modo, amplia a agenda de reivindicações dos

¹⁵⁷ HOGGART, Richard. *As utilizações...* Op. cit., p. 71 e p. 75-78.

¹⁵⁸ MAYOL, Pierre. *Morar*. In CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. morar, cozinhar, 3. ed. Petrópolis: Vozes, Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth (trads.), 2000, p. 40 e p. 44.

¹⁵⁹ LOPES, José Stênio. *Aspectos sociais da vida de Fortaleza*. Clá Revista de Cultura, n. 16 – Ano VII. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1957, p. 89.

¹⁶⁰ SILVA, José Borzacchiello da. *Os incomodados...* Op. cit., p. 50.

operários voltada à criação de uma rede de equipamentos (clubes, escolas e praça, por exemplo), enquanto a reduzida Fortaleza das elites e dos setores médios tende a levantar uma barreira invisível como se o “gueto” dos trabalhadores fosse um mundo à parte, como se as relações sociais fossem evitáveis e as tensões não existissem. Antes do *boom* imobiliário do final da década de 1980, quando Fortaleza ainda não se expandira a leste, era comum, pelo menos em determinados círculos de percepção social redutora, que a cidade só “existia” do trilho para a Aldeota.

Na perspectiva de Pierre Mayol, a necessidade de “coerção espaço-temporal”, forçando a “percorrer o máximo de distância no menor tempo possível”, marca, em geral, a relação moradia-lugar de trabalho no espaço urbano, expressa na linguagem cotidiana por termos como “pular da cama”, “engolir o café”, “pegar o trem”, “mergulhar no metrô”, “chegar em cima da hora”.¹⁶¹

Aliada ao desejo da casa própria, essa necessidade torna-se crucial, por exemplo, para o torneiro mecânico José Elias Gonzaga, o “Catita”. Depois de conseguir aprovação no disputado concurso da Escola Ferroviária, que funcionava na Praça Castro Carreira, ele estuda quatro anos e conquista uma vaga de aprendiz. Muito habilidoso, ele ganha posteriormente lugar definitivo e, aos poucos, torna-se influente dirigente sindical. Falta a casa própria e, de preferência, próximo da Oficina do Urubu. Ele consegue a de número 436, na Vila Demóstenes Rockert, conhecida como Vila Ferroviária, cujo lançamento da pedra fundamental ocorre com bênção (figura 19), na presença de homens, mulheres e crianças esperançosos de verem o sonho realizado. “Eram aproximadamente cem casas, tinham sala, dois quartos, cozinha e puxadinha” (figura 20), lembra José Elias Gonzaga.¹⁶²

¹⁶¹ MAYOL, Pierre. *Morar... Op. cit.*, p. 44.

¹⁶² Entrevista concedida ao autor, em 21/11/2007.



Figura 19 – Lançamento da pedra fundamental das casas da Vila Ferroviária Demóstenes Rockert, em frente à Oficina do Urubu, na Avenida Francisco Sá, bairro Álvaro Weyne, em Fortaleza (CE).
Arquivo RVC/RFFSA e Arquivo Nirez.



Figura 20 – Casa da antiga Vila Demóstenes Rockert, com a numeração atual. Líderes ferroviários como José Elias Gonzaga e José Maria de Oliveira moravam em casas como essa.
Foto do autor (2008)/Acervo do autor.

Maria Luciene Oliveira da Silva, 53 anos, mora na casa n.º 4780 da Avenida Francisco Sá, na antiga Vila Ferroviária, para onde se mudou quando tinha nove anos. Seu pai, o ferroviário fundidor José Eugênio de Oliveira, tinha catorze filhos e ganhou o direito de ocupá-la no sorteio cujo critério privilegiava quem tivesse maior número de filhos. Com dona Luciene vivem mais oito pessoas – mãe, irmã, cunhado, filhos e netos -, acomodados na casa de sala (com teto de lambris), três quartos, banheiro, cozinha e despensa. A área da entrada recebeu grade e o quintal ganhou puxada. Segundo ela, o piso dos quartos era de taco e o do restante da casa, de mosaico.

O financiamento de casas aos ferroviários fazia parte das ações parlamentares de Paulo Sarasate, que “se dava muito bem com os ferroviários”.¹⁶³ “Nos conhecia muito bem”, reconhece Afonso Bento Bezerra.¹⁶⁴ Mas ser agraciado com uma das unidades constituía, efetivamente, um privilégio ao qual poucos tinham acesso, seja pela renda, seja pela sorte grande nos sorteios. Quem as tinha temia perdê-las, como é possível observar no INFORME, com o carimbo de reservado:

Um de nossos auxiliares, viajando num dos ônibus que faz a linha do bairro Floresta, quarta-feira última às 22,00 hs., notou a presença na Secção competente desta D.O.P.S. José Maria de Oliveira e José Elias Gonzaga, os quais conversavam sobre Juscelino K. de Oliveira e as casas em que residem. Procurando-se inteirar do que de real se passava com as casas da Vila da RVC, veio a saber que eles têm prazo marcado para desocupar as mesmas, pois vão ser vendidas a funcionários da RFFSA e eles não têm direito à compra das citadas casas. Foi só o que soube o Auxiliar. Fortaleza, 22 de janeiro de 1965. Aluísio Figueiredo Gomes – Comissário da D.O.P.S.¹⁶⁵

Os alcaguetes estavam por todos os lugares, atentos, disfarçados, traiçoeiros. E, de fato, José Elias Gonzaga, vice-presidente da União dos Ferroviários, teve de sair da casa em que morava com dona Leda, logo depois do golpe de 1964. O mesmo drama viveu a família de José Maria de Oliveira.

De privilégio garantido gozavam alguns engenheiros, como se pode depreender das memórias do ex-superintendente da RVC, Aury Sampaio. Ele

¹⁶³ Entrevista de José Elias Gonzaga concedida ao autor, em 21/11/2007.

¹⁶⁴ Entrevista concedida a Rogério de Aguiar Moraes. Original datilografado em 5 folhas.

¹⁶⁵ O Informe da DOPS se baseia no manuscrito assinado pelo auxiliar Fausto Ribeiro Chaves. Está escrito a caneta de tinta azul, em uma folha. Encontra-se na Pasta Informes s.n.º, na qual constam mais 16 documentos do Fundo DOPS, sob guarda do Arquivo Público do Estado do Ceará.

lembra que existia um grupo de casas da RVC/RFFSA ocupadas em sua maioria por engenheiros. Era um conjunto de oito casas, em estilo bangalô, que ficava na esquina das Rua Castro e Silva com Rua 24 de Maio. Quando, a convite do então ministro de Viação e Obras Públicas, Virgílio Távora, assume a superintendência da Rede, em 1961, no auge do movimento “Fora Humberto Moura”, Aury e sua família passam a ocupar a casa da esquina da Praça, destinada ao superintendente.¹⁶⁶

Em 1991, os bangalôs são adquiridos pela Prefeitura na administração do prefeito Juraci Magalhães e demolidos para permitir o alargamento da Rua Castro e Silva e desafogar o fluxo de ônibus para o lado norte. Um traço característico da metropolização sem planejamento, do tráfego nervoso e intensivo, sobrepondo-se à memória de Fortaleza, castigada pela ausência de políticas patrimoniais, “cuja consequência é a vulgarização dos espaços da cidade e a perda da memória urbana”.¹⁶⁷

Muito antes da década de 1960, porém, Getúlio Vargas percebe o significado de “progresso material” que representa a casa própria. No fundo, uma moeda de troca atraente. A questão da moradia assume, assim, lugar de destaque na nova ordem e passa a ser analisada como “símbolo da valorização do trabalhador”, numa tentativa de comprovar resultados da política governamental. Na década de 1930, afinal, poucos operários e trabalhadores de baixa renda possuem moradia, num contexto em que até mesmo grande parte da classe média vive em casas alugadas.¹⁶⁸

Tornar-se proprietário de imóvel naqueles difíceis anos que antecedem uma grave crise na habitação atíça os interesses dos especuladores e ocupa os anúncios da época. Uma evidência do crescimento da cidade naquela direção, de uma faixa própria de possível consumo, parece ser o alvo da especulação, como se depreende da linguagem de sua publicidade, vendendo lotes de 25 palmos como sonho de propriedade:

¹⁶⁶ SAMPAIO, Aury. *A estrada que trilhei*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2008, p. 174.

¹⁶⁷ INSTITUTO dos Arquitetos do Brasil-Seção CE; ASSOCIAÇÃO dos Docentes da Universidade Federal do Ceará-ADUFC. *Carta de Fortaleza: uma cidade em questão*. Fortaleza, 1992.

¹⁶⁸ BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 83.

Já se pode ser proprietário. Parece uma mentira! Mas é verdade. Na Vila Moderna, bairro da Jacarecanga, entre a Avenida Rockert (Urubu) e Rua S. Paulo, dois quarteirões depois da Praça Fernandes Vieira, vendem-se terrenos em lotes de 25 palmos, pagáveis em prestações no decorrer de 12 meses, pela insignificante quantia de Rs. 625\$00 ou seja a prestação de Rs. 50\$00 ao mês.¹⁶⁹

O jornal também anuncia, por vários dias, “terreno próprio para Vila Operária” (figura 21):

VENDE-SE um terreno de esquina próprio para Vila Operaria, dividido em 123 lotes anexos, com 25 palmos de frente cada um, no bairro Santos Dumont, sito à Rua Guajirus, distante 2 quarteirões da 1.^a secção do bonde. A tratar com o proprietário-Dr. Faustino Nascimento, em seu escritório à Rua Barão do Rio Branco, n.º 184.¹⁷⁰

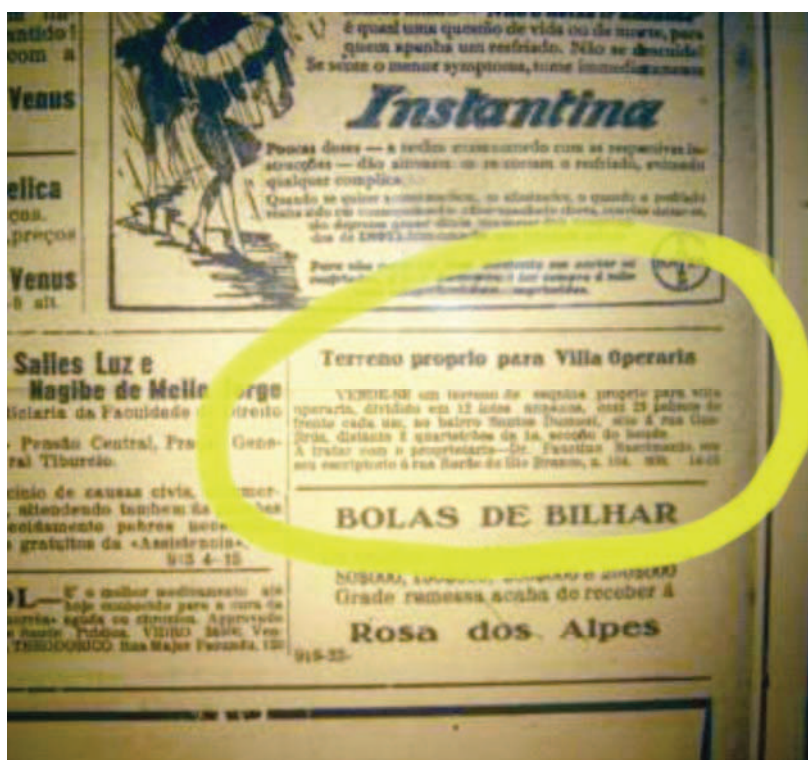


Figura 21- Anúncio de venda de terreno para vila operária.

O Povo, ano III, n.º 701, 29/08/1930. Fortaleza, p. 8.

Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem.

¹⁶⁹ *O Povo*, ano III, n.º 768, 06/09/1930. Fortaleza, p. 2. A título de esclarecimento, convém explicar que, nas citações de textos antigos, adotei a grafia atualizada.

¹⁷⁰ *O Povo*, ano III, n.º 701, 29/08/1930. Fortaleza, p. 8.

O quadro de dificuldade para assalariados comprarem bem com valor acima de seus rendimentos se agrava com a inexistência de linhas de financiamento que lhes possibilitem construir casas na periferia dos núcleos urbanos. Mas sem moradia, a ordem macropolítica está ameaçada, daí porque a habitação operária passa a ser vista como bem sem o qual o trabalhador não sobrevive, além de transformá-lo em proprietário, incorporando os “padrões de comportamento moral e cultural da burguesia.”¹⁷¹

Assim, em 1938, em pleno Estado Novo, surgem o Decreto-Lei 58, regulamentando a venda de lotes a prestação, e as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Cabe observar que os IAPS sucedem as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), que surgem com a primeira regulamentação da previdência social no Brasil, iniciada em 1923, com a aprovação da Lei Elói Chaves. As CAPs são criadas em consequência das reivindicações dos ferroviários, estendendo-se três anos depois para marítimos e portuários.

Em Fortaleza, em 26 de dezembro de 1938, é lançada a pedra fundamental das casas para empregados da RVC em Otávio Bonfim, na Rua Justiniano de Serpa; e na Aldeota, na atual Rua Alfredo Prudente, paralela à João Cordeiro, com entrada pela Tenente Benévolo. As casas financiadas pela Caixa de Aposentadorias e Pensões têm como construtor Pedro Arruda Campos. Os dois atos são prestigiados pelo diretor interino da Rede, engenheiro Humberto Monte, pelo interventor federal, Meneses Pimentel, e pelo engenheiro José Abreu Paleta, presidente da Caixa. Em nome dos funcionários, fala o ferroviário Cornélio Diógenes (figura 22).

¹⁷¹ BONDUKI, Nabil. *Origens... Op. cit.*, p. 83-86.

Superintendência¹⁷³ e integrou a comissão de processo sumário que investigou, depois do golpe de 1964, os “crimes contra o Estado” praticados pelos ferroviários.

Em Otávio Bonfim, no terreno adquirido a Mário Braga por 80\$000, foram edificadas três casas tipo VI, na Rua Justiniano de Serpa, e dez tipo I, na atual Rua Joaquim Barbosa dos Santos, no valor de 18.000\$000 cada.¹⁷⁴ Ao todo, a Vila tinha 16 casas, e algumas ainda guardam traços e elementos do desenho arquitetônico original (figura 22).

Dona Íris Stela Maria Barbosa Serra, 73 anos, filha do ferroviário Francisco Barbosa de Paula Serra, lembra que, em 1939, “quando eu tinha cinco anos, viemos morar aqui, na Vila Ferroviária do Otávio Bonfim. Meu pai morava na Rua Liberato Barroso, foi sorteado e ficou pagando.” Nas suas lembranças, recorda que as crianças brincavam de roda, as pessoas conversavam na calçada e íamos dormir cedo”. Ainda vivendo na mesma casa número 3 da antiga Vila Ferroviária, localizada entre as ruas Joaquim Barbosa, Bela Cruz (antiga Quintino Bocaiúva), Dom Jerônimo e Justiniano de Serpa, dona Íris resume: “Era uma morada boa”. A casa, descreve ela, tinha varanda, sala conjugada a um quarto, uma saleta também conjugada ao segundo quarto, sala de jantar com entrada para o terceiro quarto, cozinha, despensa, um banheiro e quintal. As portas são de cedro, “senão o cupim já tinha acabado”, e o piso era assoalho, “mas a mamãe mudou para mosaico”.¹⁷⁵

¹⁷³ *RVC-Notícias*, ano I, n.º 2, 04/1969. Fortaleza, s. p.

¹⁷⁴ *O Povo*, ano XI, n.º 1.975, 27/12/1938. Fortaleza, p. 4.

¹⁷⁵ Entrevista concedida ao autor, em 23/4/2008.



Figura 23 – Casas na antiga Vila Ferroviária de Otávio Bonfim, em Fortaleza (CE), ainda mantêm alguns traços originais.

Foto do autor (2007)/Acervo do autor.

Ao relacionar moradores do Otávio Bonfim, por rua, nas décadas de 1950-60, Moraes refere-se à vila ferroviária como “uma Vila de gente importante”. Cita Valdizar Brasil, “alto funcionário da RVC”, sua esposa, Francisca Maria Gurgel Brasil, e os onze filhos: Antônio, José Alfredo, Francisco, Valda, Luiz, Henrique, Edmar, Edmundo, Humberto, Maria das Graças e Maria de Fátima. Na Justiniano de Serpa (antiga Estrada do Gado), moravam Júlio Falcão e José Moreira Falcão; na Dom Jerônimo, onde ficavam o Cine Familiar e o Matadouro Modelo, Jonas Barros, outro “alto funcionário da RVC”, com sua família bastante numerosa e de “participação ativa” no bairro; na Agapito dos Santos, o casal Ubiratan e Valda; e na Rua do Trilho ou Linha Nova, a família do Aguiar, que trabalhava na Caixa Ferroviária (IAPFESP), distribuindo fichas aos associados.¹⁷⁶

Hoje denominado oficialmente de Farias Brito, o bairro continua conhecido popularmente como Otávio Bonfim, o engenheiro da antiga RVC responsável pela realização de obras da Rede naquele perímetro. Por esse

¹⁷⁶ MORAES, Vicente. *Anos dourados em Otávio Bonfim: à memória de Frei Teodoro*. Fortaleza: Iuris, 1998, p. 226-241; p. 261-267 e p. 271-272.

motivo, sua memória está ligada àquela área da cidade, inclusive dando nome à primeira estação na direção norte-sul.¹⁷⁷

No auge da crise da habitação, em 19 de abril de 1941, quando Getúlio Vargas aniversaria, ocorre, no Teatro José de Alencar, o anúncio da inauguração da Vila Operária Valdemar Falcão, com 60 casas destinadas aos operários da RVC e o edifício da escola pública.¹⁷⁸

É a primeira etapa da vila operária construída com recursos da Caixa de Assistência e Previdência dos Ferroviários, em terreno doado pela União. A festa de inauguração acontece somente em 28 de abril de 1941. Lá estão o diretor da Rede, Hugo Rocha, o interventor Federal, Meneses Pimentel, o presidente da Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários da RVC, Francisco Carlos de Oliveira, e grande número de autoridades. As bandas de música do 23 B.C. e da Força Policial abrilhantam a festa oficial.¹⁷⁹

Projetada para ter 187 prédios, a Vila Operária Valdemar Falcão contempla ruas com casas tipo A, B e C, mercearia, escola, açougue e farmácia (figura 24). A maioria das casas está descaracterizada, nos dias de hoje, resultado de reformas e de grades ou muros que denunciam o medo da violência urbana. A Escola Valdemar Falcão foi ampliada e tem quadra coberta; e os pontos da farmácia e do açougue, mesmo modificados, ainda resistem.

Dona Maria Lina de Brito mora numa unidade tipo C, n.º 128 da atual Rua Antônio Joaquim de Carvalho. A casa tem uma pequena área na entrada, sala de visita contígua a dois quartos, sala de jantar, cozinha e quintal. Seu pai, o mestre caldeireiro Zoé Antônio de Brito, “Operário Padrão do Ceará” de 1966, que se declarava “adepto da Revolução de 31 de março”, também comprou a casa vizinha anos depois. Trata-se de uma das poucas unidades ainda quase original: sem área, portas de fichas com detalhes de ferro, piso de cimento e teto de lambris (figura 25).

¹⁷⁷ *Diário do Nordeste*, ano XXVII, n.º 9.388, 06/04/2008. Fortaleza, Cultura, p. 4.

¹⁷⁸ Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. *O Ceará e o Presidente Vargas*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1941, s.p.

¹⁷⁹ *O Povo*, ano XIV, n.º 4.678, 28/04/1941. Fortaleza, p. 7.

O ATO INAUGURAL DA VILA OPERARIA Valdemar Falcão

No programa das honras prestadas ao Presidente Vargas, no dia 19 do corrente, por motivo da presença de seu autorizado representante, ressaltando, como das mais significativas, a inauguração da Vila «VALDEMAR FALCÃO», construída para os operários da REDE DE VIAGIÃO COERENSE e destinada à moradia dos operários dessa REDE.

Assim, às 11 horas da manhã, no prédio destinado à escola da Vila, teve lugar a solenidade inaugural, a que estiveram presentes o exmo. Sr. Dr. Menezes Pimentel, Interventor Federal; o cel. Dracón Barreto, Presidente do Departamento Administrativo do Estado e Comandante da Guarda Federal; o Dr. Domingues Uchoa, Delegado do Trabalho e representante do Ministério

do Trabalho; o dr. José Nilo de Albuquerque, Inspetor do Previdenciário e representante do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, o representante do sr. Prefeito Municipal, secretários do Estado dos Negócios da Fazenda e da Agricultura e do Interior e Justo; o sr. Hugo Rocha, Diretor da Rede de Viagem Coerense; Francisco Carlos de Oliveira, Presidente da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadorias dos Ferroviários, demais autoridades civis militares, militares civis militares, funcionários e operários da REDE e auxiliares da CAIXA. Abençoaram o ato as bandas de música do 23 B. C. e da Força Policial, gesturando os aplausos respectivos comandos.

Primeiramente, usou da palavra o dr. Francisco Carlos de Oliveira, Pro-



Rua de casas Tipo «A»

vidente da Caixa de Aposentadorias dos Ferroviários, que, em discurso claro e conciso, evidenciou o alto signifi-

cado social do ato, pelo qual se inaugura a Vila operária «VALDEMAR FALCÃO», cujo plano já era escolhido com tanta acuidade e fidelidade, pela Junta dirigente dos destinos dessa CAIXA e cuja finalidade, qual fosse a de proporcionar moradia própria aos operários da REDE de Viagem Coerense, tão bem se justificava na diretriz das metas do Estado Novo brasileiro.

Proseguindo, esclareceu o dr. Carlos de Oliveira que motivos de ordem financeira cobriram à CAIXA a realização imediata do grandioso projeto da Vila «VALDEMAR FALCÃO», compreendendo um total de 157 prédios, num aproveitamento máximo da vasta área de terreno que a União Federal possui, e, relativamente, à CAIXA, para tal fim. Entretanto, 60 já se achavam totalmente concluídos, além de 3 outros, destinados à instalação de uma mercearia, açougue, farmácia e escola, cujas construções já estavam, sem dúvida, o empreço dedicado pela CAIXA na consecução do desdobramento de sua Carteira Previdenciária.

Em seguida, o dr. Domingues Uchoa, Delegado do Ministério do Trabalho neste Estado, congratuou-se, em eloquentes palavras, com os operários da REDE de Viagem Coerense—principal beneficiários—e com a CAIXA pela vitória que conquistaram.

o seu ilustre representante o sr. Ministro do Trabalho, ao ali estiverem presentes, por constar a positiva e substancial ação de um dos principais objetivos do Estado Novo, cuja realização estava delegada ao Ministério do Trabalho, com razão denominada «Ministério da Revolução», graças aos seus grandes empreendimentos, sempre dirigidos no sentido do engrandecimento no Brasil do homem brasileiro.

Finalizando, egeron o dr. Domingues Uchoa as seguintes palavras: «O Estado Novo, através das instituições da previdência do Estado e implantaram a Caixa de Aposentadorias da Rede, promovendo a edificação de casas destinadas a seus associados, mormente aos operários.

Agora, foi servida uma cháurrada aos convidados da mesa e os demais presentes ouviram

a grande quantidade de «sandwiches».

Encerrada a solenidade, propriamente, prosseguiram os festejos, que se desenvolveram num ambiente de ordem e cortesia, de acordo com o programa previamente traçado pela administração da CAIXA em colaboração com o sr. Inspetor de Previdência.

Assim, foi feita ampla distribuição de cerveja aos operários presentes, tendo sido servido, finalmente, por gentileza do Escritório Técnico «Armando Campos», empresa construtora da obra, um lanche charuto e que estiveram presentes, o dr. Nilo de Albuquerque, Inspetor de Previdência junto à CAIXA, vários engenheiros da Rede, com suas respectivas famílias, algumas autoridades e funcionários da R. de A. de Caixa.



Casas Tipo «B»



Escola



Casas Tipo «C»



Açougue e Farmácia

| | | |
|---|---------------------------|---|
| <p>Casa Hollanda FUNDADA EM 1900 Rua Major Facundo, 223 Fone 15.23-C. Postal. 103-End. teleg. COLANDA Fortealeza—Coara</p> | <p>S E M P R E</p> | <p>a preferida pela numerosa e distinta freguesia, porque mantém um grande e variado sortimento de mercadorias a preços sem competência.</p> <p>Loaça de porcelana, pó de pedra, Agath e Alumínio. Vidro «Pirex» para forno e fogo, Loaça de Alumínio para forno, Aparelhos de louça inglesa e nacional para jantar, chá e café, Aparelhos de louça para cozinha, Sardinhas de cristal e vidro, Bateria de cozinha em agath e alumínio, Arrotos, Ferramentas em geral, Ferramentas para carpinteiro etc. etc.</p> <p>Já chegou o maravilhoso OLEO DERIGA, insuperável na conservação de móveis e limpeza de vidros.</p> <p>UNICOS RECEBEDORES: Casa Hollanda (Não tem Filiais)</p> |
|---|---------------------------|---|

Figura 24 – A Vila Valdemar Falcão, em Fortaleza (CE), foi projetada com vários tipos de casa, escola, açougue e farmácia.

O Povo, ano XIV, n.º 4.678, 28/04/1941. Fortaleza, p. 7.

Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem.



Figura 25 – Casa de portas de fichas, detalhe de ferro, piso de cimento e teto de lambris, na Vila Demóstenes Rockert, em Fortaleza (CE).

Foto Antônio Carlos Araújo (2009)/Acervo do autor.

O perfil urbano de Fortaleza no período 1945-1960 assiste à consolidação do bairro Floresta como lugar de moradia dos ferroviários e trabalhadores da indústria. Para isso contribuem o afluxo de migração e o fato de localizar-se em torno da estação ferroviária entre São Gerardo e Carlito Pamplona, muito próximo da ferrovia e da zona industrial. Outra área onde os errevecianos se instalam é no loteamento de terrenos no km 8 (atual Couto Fernandes) cuja venda, a longo prazo, é solicitada pela Câmara Municipal de Fortaleza (CMF) à Prefeitura, em 1951, beneficiando os servidores da RVC.¹⁸⁰ Três décadas antes, porém, aproveitando-se da condição de funcionários públicos, os ferroviários já gozavam de prioridade na aquisição de casas populares como beneficiários da Lei 2.022, de 26 de outubro de 1922, que concedia isenção de impostos prediais e municipais a firmas ou empresas interessadas na construção desse tipo de habitação.¹⁸¹

¹⁸⁰ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000, p. 46 e p. 71.

¹⁸¹ ANDRADE, Margarida. *Onde moram os operários... Vilas operárias em Fortaleza (1920-1945)*. 1990. 309 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, p. 149.

Mozart Soriano Aderaldo, relembando seus “verdes anos” na Rua Barão do Rio Branco, cita o n.º 1.374, a “casinha de duas portas e uma só água”, onde moravam o ferroviário Boarnerges Amora de Medeiros e sua irmã Anita. Na casa de três portas, no n.º 1.401, Aluísio Costa, funcionário da Estrada de Ferro e jogador de futebol.¹⁸²

Nas décadas de 1960-70, no bairro São Gerardo, residiam seis ferroviários em um raio de duas quadras: José Ribamar dos Santos e o operador de máquinas Afrânio Xavier de Freitas, na Rua Conselheiro Vieira da Silva, n.º 208 e n.º 230, respectivamente; o auxiliar de contra-mestre Francisco Furtado Ribeiro, na Rua Dom Rego de Medeiros, n.º 1.149; o agente de estação Antônio de Sousa Amorim, na Rua Azevedo Bolão, n.º 1.115; e Paulino Aguiar Pinto, na Rua Moreninha Irineu, n.º 368. No início da década de 1970, chega à Rua Conselheiro Vieira da Silva, n.º 197, Joaquim Rocha Ribeiro, agente de estação aposentado. Essa disposição por diversas áreas da cidade não implica desconhecer as concentrações maiores de ferroviários em alguns bairros motivadas por diversos fatores, a exemplo da proximidade com o trabalho. As vilas e loteamentos eram construídos sempre perto de estações, de oficinas ou de depósitos, como o de dormentes que havia no Couto Fernandes (mapa 4).

Depois do golpe de 1964, a casa própria continua sendo um “grande sonho” dos funcionários da RVC. Já nos tempos do BNH, o diretor da Rede, José Rego Filho, negocia com a Construtora Máster Engenharia a construção de 250 casas. O convite “Vamos sair para a casa própria?”, publicado no *RVC-Notícias*, apresentava foto da maquete da casa, “dotada de beleza e conforto”, num apelo de conotação publicitária.¹⁸³

As fontes deste estudo, com efeito, revelam que os ferroviários distribuíam sua presença na malha urbana, ocupando espaços em múltiplas áreas da cidade - Centro, Aldeota, bairros de setores médios e operários. Somente no IPM-1964 e nos processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou identifiquei nove bairros (Jacarecanga, Farias Brito, Carlito Pamplona, Rodolfo Teófilo, Aldeota, Pici, Pan americano, Bela Vista e Parangaba) por onde se espalhavam 16 ferroviários (Tabela 2).

¹⁸² ADERALDO, Mozart Soriano. *História... Op. cit.*, p. 87 e p. 105.

¹⁸³ *RVC-Notícias*, ano I, n.º 2, 04/1969. Fortaleza, s.p.

MAPA 4 LUGAR DE MORADA NAS VILAS FERROVIÁRIAS

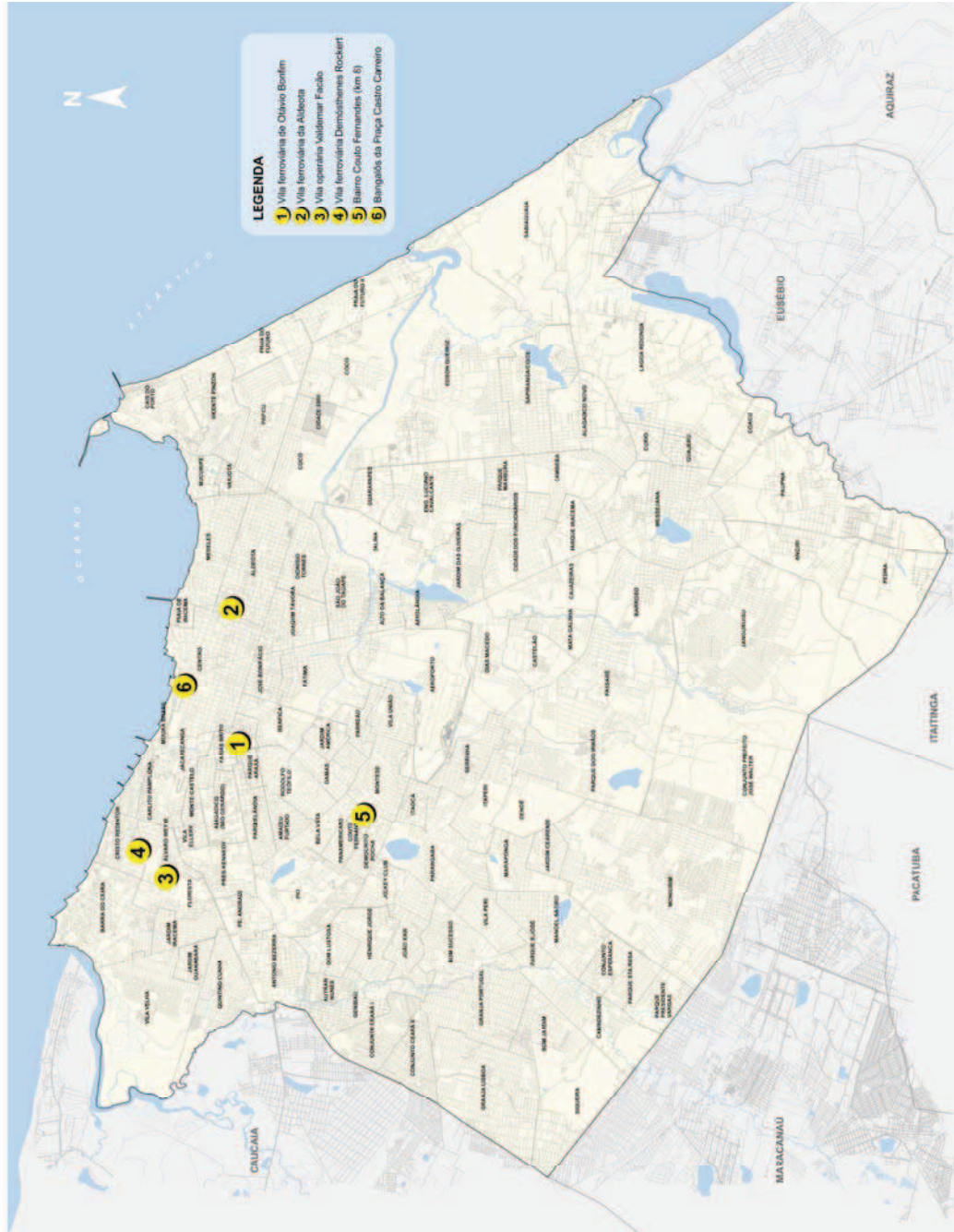


Tabela 2 – Bairros onde moravam os ferroviários nas décadas de 1960-1970

| NOME | RUA OU AVENIDA | BAIRRO |
|---------------------------|------------------------------|----------------------|
| Ademar Paulino de Freitas | Braga Torres, 349-casa 27 | Jacarecanga |
| Afonso Bento Bezerra | Aprendizes Marinheiros, 232 | Jacarecanga |
| Antônio Bonifácio Parente | Dom Jerônimo, 580 | Farias Brito |
| Fco. Carlos Alcantarino | Cruzeiro do Sul, 189 | Carlito Pamplona |
| Fco. Cláudio Medeiros | Rodolfo Teófilo, 2135 | Rodolfo Teófilo |
| Fco. Pereira da Silva | Aprendizes Marinheiros, 442 | Jacarecanga |
| João Farias de Sousa | Argemiro Valente, 31 | Aldeota |
| João Licínio da Silva | Samel Uchoa, 1270 | Rodolfo Teófilo |
| Jonas Daniel | Amanari, 160 | Pici |
| Jorge Pereira Nobre | Marinho de Andrade, 771 | Arraial Moura Brasil |
| José Arimatéia de Lima | Francisco Sá, 4850 | Jacarecanga |
| José Elias Gonzaga | Vila Demósthene Rockert, 436 | Carlito Pamplona |
| José Maria de Oliveira | São Sebastião, s.n | Presidente Kennedy |
| José Nobre Parente | Anísio Teixeira, s.n | Pan Americano |
| Manoel Graciano de Macedo | Humberto Monte, s.n | Bela Vista |
| Ramyses Selvas Braga | Praça da Matriz, 158 | Parangaba |

Fonte: IPM-1964 e Processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou (2004).

Os ferroviários demarcam, assim, sua presença em Fortaleza, ao empreenderem táticas que lhes permitem construir estratégias e formas de organização operária, buscando sociabilidades manifestadas nos locais de trabalho, moradia, lazer e introduzindo-se no dia-a-dia da cidade das formas mais variadas. E algumas delas têm caráter especial: o aprendizado das primeiras greves, a luta política exercitada na revolta anti-Acióli, a construção do Sindicato, da União e de alianças com outras categorias, em particular no âmbito do Pacto Sindical, e a militância nos partidos políticos, como analiso no capítulo seguinte.

Capítulo II – Construindo os lugares da luta social

Eis o teu caminho.
Preciso: talhado em madeira
e ferro.
Não importa que a sombra negue
um horizonte que adivinhas...
Eis o teu caminho.
Árduo: grava no peito
a mão que plantou o dormente,
a mão que martelou os trilhos.
Recebeste do povo
a estrada que palmilhas.
Uma estrada conduz a muitos lugares.
Não marques no teu roteiro
a direção da noite.
Sobretudo, o caminho de tua
liberdade
não passe pela escravidão
de teus filhos.
Eis a tua estrada
De esperança: envoltos na bruma
Os comboios martelam
Na direção da aurora!
(*Estação ferroviária*, de Pedro Tierra)

2.1 Os “ferroviários-soldados” contra Acióli

Do ponto de vista físico, a Estação Ferroviária João Felipe constitui o mais destacado espaço de trabalho, lutas e memórias dos ferroviários. O líder camponês José Leandro Bezerra da Costa, o Zé Leandro, por exemplo, lembra bem: “Em roda da Central Ferroviária não se podia pronunciar alto a palavra greve. Se registrassem greve! parava tudo”.¹⁸⁴

Imponente, ela se destaca na quadra formada pelas ruas Dr. João Moreira, 24 de Maio, General Sampaio e Castro e Silva, o antigo Campo D’Amélia, onde, nos anos 1830, “as tropas coloniais e depois as imperiais treinavam suas milícias e também onde o povo fazia o seu esporte de cavalhadas e torneios hípicas da argolinha”.¹⁸⁵

A força da estação no imaginário da cidade, popularmente conhecida como Estação Central, é, da mesma forma, indiscutível. Pelo menos para quem

¹⁸⁴ LEANDRO, José. *Depoimento: minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil*. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da Democracia em 1963. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1988, p. 76.

¹⁸⁵ CUNHA, Maria Noélia Rodrigues. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza; IOCE, 1990, p. 106-109.

anda de trem. Talvez por afeição a um espaço de forte repercussão no dia-a-dia da gente que acorda cedo e corre para o trabalho, a mesma gente que trabalha e volta exausta para casa. Talvez porque tenha marcado a vida dos que se vão para tão longe e dos que ficam na saudade.

Na Estação, em meio à multidão, cada um se vê no outro, pois é lá que esperam o trem para não “fretar carro de praça, que por uma corrida cobra um absurdo, igual ou mais do que a ferroviária, num dia de viagem”.¹⁸⁶ Em estações centrais, afinal, transita a gente simples, comum e desafortunada, como analfabetos embalados por sonhos e amores perdidos, ou crianças em busca dos laços afetivos, enquanto outros tratam de ganhar a vida. Josué e a ex-professora Dora, em *Central do Brasil*,¹⁸⁷ ilustram bem essa faceta.

Para os associados da AFAC, que funciona no prédio da Estação, na esquina das ruas General Sampaio e João Moreira, “os ‘bons tempos’ são assunto recorrente nas rodas de aposentados que se formam no jardim” da entidade. “Velhas histórias, troca de apelidos e piadas animam o grupo que discute as notícias do dia e o andamento dos processos trabalhistas que tramitam na justiça”.¹⁸⁸

Mas, no fundo, cada estação erguida nos caminhos da cidade assume importância no cotidiano de Fortaleza, como são os casos das unidades de Otávio Bonfim, Parangaba, Mondubim e Maracanaú, na linha sul, e Floresta, Antônio Bezerra e Caucaia, na linha norte. Ainda hoje, as que escaparam da demolição registram o vaivém de trabalhadores apressados transportados em sucatas recuperadas, enquanto o Metrofor não chega. Nesses lugares de memória,¹⁸⁹ os ferroviários aprenderam desde muito cedo a ocupar os espaços para reivindicações e greves.

¹⁸⁶ LANDIM, Mario. *Vaca preta, boi pintado*. Fortaleza: A Fortaleza, 1967, p. 145,

¹⁸⁷ TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *Central do Brasil: a identidade outra vez?* In *Novos Rumos*, ano 14, n.º 31, São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira/Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 1999, p. 74. Ver também SALLES, Walter. *Central do Brasil*. Brasil, 1998.

¹⁸⁸ PEREIRA, Daniela Márcia Medina. *A próxima estação: trabalho, memória e percursos de trabalhadores aposentados da Ferrovia*. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, p. 31.

¹⁸⁹ Como na expressão de NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In *História e Cultura*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), n.º 10. São Paulo: Yara Aun Khoury (trad.), Educ, Dez, 1981, p. 21-23, esses lugares “só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações”. Neles resiste a “aura simbólica” e

Já no final do século XIX, “as condições de vida e trabalho dos ferroviários” “parecem não ser boas”, deduz Ferreira, pois havia, na Sociedade Beneficente, “grande número de solicitações de auxílio por parte dos associados que, por se encontrarem doentes, ficavam privados do trabalho e, por conseguinte, de seus salários”.¹⁹⁰

E as condições não eram boas, com certeza. O caso do ferreiro José Paulino ao qual alude Adelaide Gonçalves é sintomático. Empregado de boas notas e que “nunca faltava às suas obrigações”, Paulino contunde-se no pulmão esquerdo, continua a trabalhar mesmo doente, enfraquece e se interna na Santa Casa. Sentindo que não melhorava da tísica e na penúria, pede ao engenheiro da Estrada um adiantamento, prontamente negado. O ferreiro, enfim, entrega-se à caridade dos outros e acaba sucumbindo à morte.¹⁹¹

Sobre os recursos humanos da EFB e da EFS, no período 1870-1930, Ferreira identifica uma série de problemas pelos quais passavam os ferroviários: salários baixos, demissões, excesso de trabalho, condições de alojamento precárias, falta de pagamento, inexistência de vínculo empregatício, existência de pessoal titulado e diarista (jornaleiro), atrasos nos pagamentos, trabalho noturno para compensar a carência de pessoal, alta rotatividade entre os jornaleiros, deterioração das condições de vida e trabalho.¹⁹²

Os desastres, por sua vez, vitimam os ferroviários e são recorrentes, como é possível observar pelas matérias “Acidente do trabalho”, publicadas no *Ceará Socialista*, dando conta da morte de um brequista, ocorrida em consequência de desastre no quilômetro 114 da EFB. Após o acidente fatal, são necessárias reuniões de negociação “para a família do inditoso José

não “um sutil encantamento pelo passado”. Sobre o tema especificamente relacionado à cidade, ver ORIÁ, Ricardo. *Fortaleza: os lugares de memória*. In SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide et al. *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 237-256.

¹⁹⁰ FERREIRA, Benedito Genésio. *A estrada... Op. cit.*, p. 94.

¹⁹¹ GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores do Ceará, de 1862 aos anos 1920*. 2001. 421 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, p. 72-73. Ver também GONÇALVES, Adelaide. *Imprensa dos trabalhadores no Ceará: histórias e memórias*. In SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 271, com base em HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. Documentos. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 15.

¹⁹² FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada... Op. cit.*, p. 85-109.

Mariano da Silva perceber a indenização a que tem direito como legítima herdeira”.¹⁹³

Na nota abaixo, registra-se outro exemplo:

A União de Defesa do Pessoal de Trens da Rede Viação Cearense em sessão realizada no dia 16 do andante, fez constar na ata um voto de pesar pela morte do nosso companheiro OLEGÁRIO PEREIRA DE SOUZA, vítima de um desastre ocorrido na Estação de Baturité”, no dia 14 de Maio. Por meio deste registro a “União” envia a sua enlutada família sentidos pêsames.¹⁹⁴

As condições de vida e de trabalho ruins, efetivamente, alimentavam a insatisfação. Tanto que, “na República Velha, os operários da estrada de ferro de Baturité fazem greve em 1892, 1902, 1912 e 1921”, relaciona Irllys Barreira.¹⁹⁵ A primeira greve, no entanto, ocorre mesmo em 1891, deflagrada em 1.º de junho “contra as condições de trabalho, baixos salários e pretensão de adoção de uma caderneta de observação do comportamento dos operários nas oficinas e a demissão do mestre das oficinas.”¹⁹⁶

Processo, portanto, é a palavra-chave nessa experiência dos ferroviários, considerando que “[...] a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo [...]”, como explica Thompson:

[...] para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmo nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.¹⁹⁷

¹⁹³ *Ceará Socialista*, Anno I – Num. 2, 20/07/1919. Fortaleza, p. 3; e *Ceará Socialista*, Anno I – Num 3, de 27/07/1919. Fortaleza, p. 1.ª In. GONÇALVES, Adelaide (org.) *Ceará Socialista*: anno 1919. Edição fac-similar. Florianópolis: Insular, 2001, p. 7 e p. 9, numeração própria do fac-símile.

¹⁹⁴ *O Ferroviário*, s.d. Fortaleza.

¹⁹⁵ BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Fortaleza rebelde: sob o sol dos movimentos sociais*. In CHAVES, Gilmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (orgs.). *Ah, Fortaleza!* Fortaleza: Terra da luz, 2006, p. 108.

¹⁹⁶ SOUSA, Simone; OLIVEIRA, Francisco de Assis S. *O movimento operário cearense na 1ª República*. NUDOC/UFC, s.d, p. 16-17.

¹⁹⁷ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). Campinas: Unicamp, 2001, p. 274.

Nesses passos rebeldes dos ferroviários, o fato de as reivindicações terem caráter pontual não elimina a “preocupação de ativar mecanismos de solidariedade classista, tendo a imprensa como veículo”, conferindo aos ferroviários a primazia da “consciência de classe” em lugares tão distantes.¹⁹⁸ Reivindicações pontuais, diga-se, eram “aumento de salário” e “demissão mestre oficinas”, o ferroviário Alsariano Emídio,¹⁹⁹ “que metido a chefe político, não só poucas vezes comparece ao serviço como nenhuma importância mais liga às suas obrigações”.²⁰⁰ *O Combate* (26/05/1891) e *A Verdade* (07/06/1891) explicam algumas razões que levaram ao enfrentamento: baixo salário, falta de regularização na jornada de trabalho de oito horas, implantação de uma caderneta de controle, alterações na estrutura hierárquica e conflitos com o mestre de oficina.

As primeiras experiências grevistas dos ferroviários não ficam apenas no âmbito das reivindicações específicas. A revolta popular que tira Acióli do poder, em janeiro de 1912, conta com a efetiva participação dos ferroviários, que se comportam como verdadeiros soldados. Em *Libertação do Ceará*, Rodolfo Teófilo registra que “um grupo de populares armados de rifles iniciaram o movimento revolucionário percorrendo alta noite os subúrbios do lado ocidental da cidade”.²⁰¹ Do grupo fazia parte Raimundo Assunção, empregado da EFB. Era a “milícia de trabalhadores”, “os “soldados-trabalhadores”, nas palavras de Ralph Della Cava.²⁰² “Eram todos trabalhadores! Os construtores da riqueza da Capital”, diz Marcelo Camurça Lima.²⁰³ Teófilo chega a incluir Raimundo Assunção entre “os patriotas que escreveram a pagina mais bela da história política do Brasil”.²⁰⁴

Entre os rebeldes contra a oligarquia havia outro ferroviário-soldado. Em *A Tragicomédia de Fortaleza*, surge o nome dele:

¹⁹⁸ CARVALHO, Cid Vasconcelos de. *O trem... Op. cit.*, p. 122.

¹⁹⁹ *O Combate*, 6/6/1891.

²⁰⁰ *O Combate*, 2/6/1891.

²⁰¹ TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*: queda da oligarquia Acioly. Fac-símile edição de 1914. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 114.

²⁰² DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Maria Yedda Linhares (trad.), 1976, p. 178-179.

²⁰³ LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, molambudos e rabelistas*: a revolta de 1914 no Juazeiro. São Paulo: Maltese, 1994, p. 218.

²⁰⁴ TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação... Op. cit.*, p. 164-165.

De momento a momento crescia a aglomeração, naquela artéria. Ali via-se Candoca com o seu povo, a canalha do arraial Moura Brasil, composta de catraieiros, *João Gomes, com os discolos operários da Baturité* (grifo meu); Firmino, com o povo do Matadouro, carroceiros e tangerinos de gado; Chico Diabo, com o seu pessoal do Outeiro, estivadores e peixeiros; Plínio, enfim, com os engraxates, cocheiros e vagabundos; a lama. Estava ali o corrilho, tripudiando a Praça.²⁰⁵

Esse exemplo, por si só, permite a interpretação, com base nas observações de Hobsbawm, a partir da visão de Lênin, de que os ferroviários superavam o nível de aspiração circunscrito “às exigências imediatas, do dia-a-dia” para o nível de aspiração relacionado “às exigências gerais”.²⁰⁶ Não se pode, com efeito, falar em “consciência socialista”, mas, no contexto, as ações dos ferroviários ao lado de outros grupamentos significam salto importante na organização dos trabalhadores visando romper a camisa-de-força gerada pelos limites da “consciência sindical” e dos interesses exclusivamente corporativos.

Ademais a participação na revolta contra a oligarquia Acióli desencadeia uma série de eventos dos quais os ferroviários são protagonistas, mesmo porque não se trata de obra de um homem só. Raimundo Assunção, na verdade, é apenas um líder, e João Gomes, um agitador, pois os ferroviários como ente de espírito coletivo estão de fato engajados numa luta política - considerada decisiva para o Estado do Ceará -, abrem frentes tanto em nome do “salvacionismo” simbolizado pelo coronel Marcos Franco Rabelo quanto para ter vida mais digna.

Assim, em três de março de 1912, logo dois meses depois dos episódios que abalam Fortaleza,²⁰⁷ juntamente com os tipógrafos, os ferroviários entram em greve, “em atitude pacífica”, e exigem aumento de salários. Abelardo Montenegro acrescenta que, enquanto as receitas da RVC aumentavam de 30 a 40%, “os salários permaneciam os mesmos”. Por outro lado, os boletins dos grevistas, ao mesmo tempo em que revelam a hierarquização entre os trabalhadores, nada têm de pacíficos:

²⁰⁵ *A tragicomédia de Fortaleza*. [S.l.; s.n.], s.d, p. 16. Documento apócrifo, transcrito em 36 páginas. Arquivo Francisco Setembrino de Carvalho, sob a guarda do CPDOC/FGV- FSC 14.00.00/27 - PCE.

²⁰⁶ HOBBSAWM, Eric J.; SCOTT, Joan W. *Sapateiros... Op. cit.*, p. 46-47.

²⁰⁷ O estopim para a queda de Acióli foi a passeata “de mais de seiscentas crianças”, contra as quais os soldados do governo atiraram. Ver TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação... Op. cit.*, p. 110-113. Ler também o documento *Antes, durante, depois*, de Fernando Setembrino de Carvalho. Acervo do Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho-CPDOC/FGV-FSC 14.00.00/1.

A voz do pobre clama justiça. Para fazer-se uma ideia da atual situação do pessoal da *Baturité*, basta lançar um olhar para as condições das turmas de conserva – a classe mais baixa – que é paga miseravelmente desde aqui até o fim da linha. Na época atual, em que o passadio é caríssimo, o pobre trabalhador vê-se na dura contingência de manter a si e a sua família, (na média 4 pessoas) com o minguado salário de 1\$600, sujeito, muitas vezes a trabalhos excessivos e pesados.²⁰⁸

Para Ibiapina, a greve dos ferroviários constitui a primeira manifestação coletiva de revolta do operariado contra a exploração capitalista em plagas cearenses, findando “por salientar a vitória dos grevistas e anatematizar o socialismo e o anarquismo”. Essa postura de vanguarda manifesta-se também em outras províncias, em 1909, quando os ferroviários baianos mobilizam-se e marcam a história das lutas sociais e dos trabalhadores na Bahia.²⁰⁹

Com efeito, os ferroviários conquistam espaço tão fundamental que estar ao lado deles ou não representa componente importante na balança das decisões das elites políticas. Quando condena nas páginas do *Unitário* a greve dos trabalhadores da EFB, o jornalista e político João Brígido, proprietário do jornal, desagrade a Associação Comercial, a Fênix Caixerai e o operariado, “simpáticos ao movimento”. Em consequência, ele perde a chefia do Partido Rabelista para Paula Rodrigues.

Os fatos subsequentes à queda de Nogueira Acióli caracterizam a participação dos ferroviários na revolta popular. Quando Juazeiro, sob a liderança de Floro Bartolomeu e Padre Cícero, levanta-se contra o governo de Franco Rabelo, os operários da EFB, liderados por João Gomes, “iam à noite, por turmas, guardar a seu querido Presidente, como o chamavam”. Estão ao lado de pescadores, trabalhadores da praia, artistas, carroceiros, trabalhadores da rua, empregados do comércio.

O autor de *A sedição do Juazeiro* reforça o papel dos ferroviários na defesa da cidade. Na iminência da invasão de Fortaleza pelas tropas rebeldes,

²⁰⁸ MONTENEGRO, Abelardo F. *Soriano Albuquerque: um pioneiro da Sociologia no Brasil*. 2. ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1977, p. 128.

²⁰⁹ SOUZA, Robério Santos. *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)*. 2007, 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Sousa ampara-se no trabalho de FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, conforme explica em nota de rodapé, à página 85.

os empregados da EFB paralisam as atividades e pegam em armas, numa ação coletiva que envolveu “os homens do mar, trabalhadores da praia, empregados do comércio, o Tiro 38, os carroceiros”:

Não foram dias, não foram semanas, porém meses, sem faltar um só dia, que estes patriotas passaram guardando o cel. Franco Rabelo. Desinteressados, punham-se ao lado da verdade e da justiça, arriscando a vida por amor de uma ideia, defendendo o Governo que haviam eleito. E a imprensa da oposição os infamava, tachando-os de mercenários, cujos serviços eram pagos com generosidade pelos cofres do Estado – afirmações caluniosas que mais os estimulavam, aumentando a guarda de Palácio.²¹⁰

É preciso notar que pelos trilhos da Baturité, cuja parada final à época (1914) localizava-se em Iguatu, desenrola-se parte daquela história do Ceará. Senão, vejamos: as cidades às margens da linha férrea são priorizadas na estratégia dos rebeldes. Eles atacam e saqueiam trens, impossibilitando o governo de transportar forças e armas pelo mais rápido meio de transporte de então, e controlam os trens para abastecer suas tropas acampadas ao longo da Estrada de Ferro ou transportá-las de uma localidade para outra.

O certo é que, em telegrama enviado a Iguatu, em 13 de fevereiro de 1914, e classificado como urgentíssimo, o Engenheiro-Chefe Interino do 3.º Distrito de Fiscalização da EFB, Luciano M. Veras, solicita informar, em caráter urgente, se a estação do município “está servindo de depósito de munições e ocupada por forças do Governo. Caso afirmativo protestar imediatamente perante Comandante para ser retirada”.²¹¹

Em outro telegrama, é possível observar a importância da EFB no conflito entre os aliados de Franco Rabelo e os rebeldes de Floro e Padre Cícero:

Sei informações dos exploradores que jagunços temendo ataque retaguarda danificaram hoje estrada Iguatu, não convindo arriscar vidas pessoal viagem trem hoje. Piquetes em boscadás atacá-los depois Suçuarana pensando conduzir forças legais. Aconselhei todos precauções força expedi verificar danos causados linhas pelos nossos inimigos prendendo pessoal suspeito continuo no meu próprio interesse envidar todos os meus de garantir trafego defendendo a bem dos

²¹⁰ TEÓFILO, Rodolfo. *A sedição do Juazeiro*. Fortaleza: Terra de sol, 1969, p. 41-42 e p. 87.

²¹¹ Telegrama de serviço TR Central XU 393, Acervo Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho - CPDOC/FGV.

créditos do País, o capital estrangeiro. Saudações. Capitão Penha (15/214.-N.º 5.-De M. Calmon.-Chefe Tráfego.²¹²

Em documento encaminhado ao Chefe Interino do 3.º Distrito, o condutor Irineu Olímpio d'Oliveira relata que, na tentativa de obedecer à ordem de serviço para verificar se a estação de Iguatu estava ocupada militarmente, “fomos obstados, em *Miguel Calmon*, de prosseguir viagem em virtude do Sr. Capitão José da Penha, chefe das forças do Governo do Estado, agora em operações de guerra contra os revolucionários”. Prossegue o condutor Irineu: “Disse-me o Sr. Capitão José da Penha que não consentiria que o trem seguisse porque, sem dúvida, os revolucionários dele se apoderariam e viriam contra as forças do Governo”. E continua dizendo que o chefe das tropas rabelistas “quis ainda que eu seguisse com uma força de 20 ou 30 homens, embalada, recusando eu recebê-la, pois sem dúvida entrarei em luta: dizendo ainda que tinha *piquetes* avançados que proibiriam a passagem do trem”.²¹³

Diante do quadro sobre o qual perdera o controle, o superintendente geral da Rede, Francis Reginald Hull,²¹⁴ em nome da The South American Railway Construction Company/The Brazil North Eastern Railways Limited, encaminha ofício a Luciano M. Veras:

No dia 13 de fevereiro findo, esta Superintendência recebeu dessa Fiscalização o seguinte ofício, proibindo o transporte de força armada ou munição de guerra: “Comunico-vos para os fins convenientes que nenhum transporte “de força ou material bélico pode ser efetuado sem previa autorização “desta Fiscalização.” De acordo com esse ofício dispõe o art.53 da Portaria de 24 de Maio de 1910, relativa ao tráfego da Rede de Viação Cearense: “O transporte de armas será recusado sempre que o Governo assim o entender conveniente á segurança publica.” Esta Superintendência tem feito o possível para executar imparcialmente as ordens do Governo Federal, sem dar preferência a

²¹² Telegrama Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho – CPDOC/FGV-Doc. 5.

²¹³ Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho – CPDOC/FGV – Doc. 12.

²¹⁴ Superintendente da RVC durante o período (04-02-1910 a 31-08-1915) de arrendamento às companhias inglesas, Mister Hull nasceu em 21 de novembro de 1872, Wimbledon, na Inglaterra, formou-se na School of Practical Engineering e foi engenheiro-assistente da São Paulo Railway (Estrada Santos Jundiá) antes de vir para o Ceará. Na Primeira Grande Guerra, voltou ao seu país, sendo enviado para a Mesopotâmia, onde chegou a ser governador. Participou ao lado das tropas do czar Nicolau II contra os bolcheviques, retornando ao Ceará somente em 1933, quando foi nomeado vice-cônsul inglês no Estado. Desde sua primeira temporada no Ceará, dedicou-se a estudar a meteorologia local, instalando para isso um observatório. Dá nome à avenida que segue no prolongamento da Avenida Bezerra de Menezes, na altura do Colégio Santo Isabel, até o início da BR-222, rodovia que liga o Ceará ao Piauí. AZEVEDO, Rubens. *Astronomia no Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Tomo Especial n.º 8, 1987, p. 281-285, traça um breve perfil de Mister Hull.

nenhum dos partidos políticos do Estado. A falta de garantias suficientes, tantas vezes requisitadas á essa Fiscalização por esta Superintendência, a fim de habilitá-la a tornar efetivas as ordens aludidas, culminou na tentativa, feita ontem cerca de 18 1/2, para assassinar os funcionários ingleses das Companhias acima. Ora, tendo-vos recusado, bem como o Inspetor Militar desta Região, Cel. Setembrino de Carvalho, a dar garantias de vida aos ditos funcionários torna-se impossível a esta Superintendência manter o tráfego na via férrea de Baturité de acordo com as Instruções do Governo Federal constantes do citado ofício de 13 de fevereiro. Em vista disso, tem esta Superintendência resolvido, dentro do período de 24 horas a contar de 12 horas do dia 2 de maio de 1914, retirar todo o pessoal estrangeiro e entregar a essa Fiscalização a direção da Baturité, até que as circunstâncias políticas me permitam reassumir a administração. Essa resolução é tomada de acordo com a cláusula XIV 1.º do Contrato de 16 de maio de 1911, relativa à interrupção do tráfego *por motivo de força maior*. Após a data e hora acima mencionadas, as Companhias que tenho a honra de representar, não respondem por honorários, salários ou despesas de qualquer espécie proveniente, da gerência dessa Fiscalização.²¹⁵

O conflito envolve completamente os empregados da EFB, e a tensão mostra o descontentamento absoluto dos trabalhadores e da população de forma geral. Distante, o Ministério da Viação pede providências. Em telegrama urgente enviado em 4 de março ao coronel Setembrino de Carvalho, o ministro Barbosa diz:

Tendo em consideração a comunicação da Inspetoria federal das estradas pretender a companhia entregar a direção da estrada de Baturité se o governo não garantir seu pessoal e material para tornar efetivo o trafego solicito-vos as providências necessárias para que se tornem efetivas as garantias solicitadas pela companhia como convém ao serviço público. Saudações Cordiais. Barbosa Ministro da Viação.²¹⁶

A situação é grave. A vida do senhor F. R. Hull corre riscos, daí porque ele comunica o “perigo de um ataque” por parte dos operários da EFB à sua casa, localizada na Rua 24 de Janeiro, n.º 50,²¹⁷ e roga ao interventor Setembrino de Carvalho o envio urgente de força de, no mínimo, 20 praças.²¹⁸ Em ofício, Hull comunica também que, em razão de um artigo publicado no

²¹⁵ Ofício N. 544, de 1 de março de 1914, Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho-CPDOC/FGV-FSC 14 03 02/7.

²¹⁶ Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho – CPDOC/FGV-FSC 14 03 03/3.

²¹⁷ Antiga Travessa Municipal, Rua Municipal, atualmente denominada Rua Guilherme Rocha, mas popularmente conhecida como Rua do Ouvidor.

²¹⁸ Documento N. 549, de 04/03/1914 – Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho-CPDOC/FGV, FSC 14 03 04/6.

jornal *A Palavra*, o operariado das oficinas da EFB “pretende armar o motim, na segunda-feira próxima”. Na tentativa de prevenir “qualquer alteração da ordem no serviço da Estrada”, também pede “uma força do exército para ser disposta conforme instruções que receberá na Estação Central”.²¹⁹

Ao mesmo tempo, há outra frente de luta, tanto que, meses depois, em 11 de novembro de 1912, Liberato Nogueira dirige-se “ao público e ao comércio em geral” para prevenir que “está pendente uma violenta greve, da situação do pessoal da Estrada, cuja condição precária e vexatória é a consequência da exploração desumana e da extorsão voraz dos patrões ingleses”. Para ele, os ferroviários estão “deserdados da sorte”, em “estado deplorável”, “reduzidos à besta de carga e a toda sorte de humilhação que a usura inventa para auferir o maior proveito à custa do sacrifício de milhares de desgraçados”. Nogueira conclama os ferroviários a unirem-se “solidários e resolutos, desde o trabalhador que é pago miseravelmente a 1\$600 diário, até o agente de estação que é atufado de serviços até os olhos, para combaterdes com o vosso maior inimigo, mas inimigo feroz e sem tréguas – que é o *Capital estrangeiro* em exploração pelo Brasil” (Anexo 3).²²⁰

No dia seguinte, 12 de novembro, outro boletim-protesto com abaixo-assinado contendo 87 assinaturas rechaça Liberato Nogueira ao mesmo tempo em que “declara aos poderes públicos que não concorrerá de forma alguma para alteração da ordem, felizmente restabelecida e mantida pelas autoridades do Estado”. Nesse caso, a direção da empresa age claramente, pois o próprio texto explica que o pessoal da Estrada “resolve assegurar-lhe inteira solidariedade”.²²¹

“Moço inteligente e honesto, levado por umas tantas ideias altruísticas como sejam as que pugnam pelo conforto das classes proletárias”, Liberato Nogueira, chamado à Polícia como “perturbador da ordem” e apresentado em outro boletim como “um rapaz que sem ter em vista interesses individuais ou

²¹⁹ Ofício n.º 1043, de 04/04/1914, Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho – CPDOC/FGV-FSC 14 04 04.

²²⁰ *Boletim. Greve do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité, em perspectiva*. Núcleo de Microfilmagem da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Rolo 44 – Ano 1911/1912. Título: Diversos Títulos. Série A-N.1.

²²¹ *Boletim do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité – Protesto*. Núcleo de Microfilmagem da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Rolo 44 – Ano 1911/1912. Diversos Títulos. Série A-N.1.

intuitos políticos, se coloca espontânea e generosamente ao lado dos que sofrem acorrentados à tremenda luta pela vida”.²²²

Eram lances de uma guerra²²³ em que os ferroviários são personagens de proa e que não termina com a deposição de Acióli ou com as lutas específicas da categoria. Com o mesmo entusiasmo e comprometimento, eles também assumem papel relevante no apoio a Franco Rabelo contra os rebeldes de Juazeiro. Colocam-se na condição de carro-chefe, atraindo a solidariedade de outros trabalhadores. Sob o título **Adesão** (figura 26), um panfleto anuncia: “Os carroceiros desta capital, solidários com o *pessoal da Estrada de Ferro* (grifo meu), Bondes e Mar, em sinal de protesto contra o banditismo reinante no Ceará, resolveram abandonar o serviço enquanto existir um Jagunço em arma”.²²⁴

²²² *Boletim I*. Núcleo de Microfilmagem da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Rolo 44 – Ano 1922/1960. Diversos Títulos.

²²³ A propósito, ver SOMBRA, Waldy. *A guerra dos panfletos: maloqueiros versus cafinfins*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998.

²²⁴ Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho - CPDOC/FGV-FSC 14.00.00/16.

Adhesão

Os carroceiros desta capital, solidarios com o pessoal da Estrada de Ferro, Bonds e Mar, em signal de protesto contra o banditismo reinante no Ceará, resolveram abandonar o serviço enquanto existir um Jagunço em arma.

Figura 26 - Panfleto dos carroceiros manifesta solidariedade aos empregados da EFB. Arquivo Marechal Fernando Setembrino de Carvalho/CPDOC/FGV-FSC 14/00/16.

Mas Franco Rabelo cai e os ferroviários têm de retomar suas lutas em condições desfavoráveis. A propósito, Della Cava analisa que, ao se desmobilizarem em 1912, os trabalhadores fizeram a concessão “de se aterem

aos líderes burgueses”, acarretando “o fim de suas aspirações políticas desarticuladas, exatamente como se dera em 1890 quando submissão idêntica redundou na dissolução do primeiro partido político proletário do Ceará”. Para o autor, os trabalhadores cearenses precisariam esperar até 1930 para serem ouvidos novamente.²²⁵

Isso não quer dizer que os ferroviários deixaram de lutar. “Gente de ferro”²²⁶ não se entrega.

3.2 A “grande força operária”

Nesse meio tempo, acontece a greve de 21 de maio de 1921. Os operários da Estrada cruzam os braços em “momentos de rebeldia, desafiadores para o tempo”. Eles lutam pelo cumprimento da Lei 3.990, de 2 de janeiro de 1920, que concedia gratificação extraordinária nos meses de fevereiro e abril. O diretor vai ao departamento paralisado, mas chama a polícia do Estado.²²⁷

Deve-se considerar que os ferroviários já haviam construído, no início da segunda década do século XX, uma respeitável estrutura organizativa liderada pela União dos Ferroviários Cearenses, “esta poderosa e sensata agremiação genuinamente operária” que “continua, como sempre, a batalhar incansavelmente pelos direitos de seus associados”. Eles participam da fundação da Federação dos Trabalhadores do Ceará, discutem o socialismo de seu tempo, têm sindicatos em Sobral e Camocim, e haviam fundado uma escola noturna “para educação sua e dos seus filhos”, oferecendo um exemplo “aos trabalhadores de todos os matizes e todas as escolas sociais”.²²⁸

Aquela greve, de fato, dura pouco. O plantonista, maquinista de primeira classe Emílio Gomes, entrega “os planos de organização e mobilização ao engenheiro chefe, que logo armou um esquema de repressão com ajuda da

²²⁵ DELLA CAVA, Ralph. *Milagre...* *Op. cit.*, p. 178-179.

²²⁶ Denominação de VASQUEZ, Pedro. *Caminhos do trem*. Revista História Viva. São Paulo: Duetto, 2008, v. 5, p. 4.

²²⁷ CAMPOS, Eduardo. *Estrada de Ferro de Baturité: história e ação social*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982, p. 16-17.

²²⁸ *Voz do Graphico*, ano I, n.º 3, 06/01/1921; n.º 4, 05/05/1921; e n.º 5, 19/02/1921. Fortaleza. In GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. (orgs.). *A imprensa libertária no Ceará, 1908-1922*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 105; p. 114-116; p. 122; e p. 130-131.

força pública do Estado”. Seguem-se a instauração de inquérito administrativo e policial e a dispensa das lideranças do movimento.²²⁹

Referências às greves de ferroviários nas primeiras duas décadas do século XX têm um sentido. Remetem não apenas à sua experiência de lutas, como ajudam a análise do processo de formação da categoria e suas relações dialógicas com os demais trabalhadores envolvidos nas lutas de classe. O aprendizado, enfim, não se esvai e perpassa o tempo como um *continuum* ligando os fios da história entre gerações que guardam suas memórias.

O auxiliar de maquinista Francisco Pereira da Silva, primeiro presidente do Sindicato dos Ferroviários, eleito para o período 1961-1963 e reeleito para o período 1963-1965, diz que os ferroviários, marítimos e portuários integravam as categorias mais importantes em nível nacional, juntamente com “o pessoal agrícola” do Chico Julião, e o movimento bancário, que estava começando. Ele acrescenta que os ferroviários ajudaram os trabalhadores do BNB, os têxteis e “o pessoal que fundou o Pacto de Unidade Sindical”.²³⁰

Do final da década de 1950, o Pacto Sindical, aliás, não teria tido a mesma influência no movimento operário cearense sem a efetiva participação dos ferroviários. A estratégia de união intersindical destinada a reivindicar melhorias nas condições de trabalho e de vida e com vinculações ao PCB assenta-se no peso de algumas categorias, dentre as quais os ferroviários, bancários, têxteis, estivadores, trabalhadores da construção civil, gráficos, pescadores, alfaiates, hoteleiros (garçons), rodoviários, músicos, metalúrgicos e portuários. Participam ainda funcionários públicos, a FALTAC, Deneru, jornalistas, estudantes da UEE, médicos, professores, a Associação de Bairros, Juventude Comunista e mulheres por meio da Federação das Mulheres do Ceará.

“Era um movimento bonito e animado”, lembra o líder camponês José Leandro Bezerra da Costa, o “Ze Leandro”. Em seu relato/memória, a estratégia do PCB em relação aos ferroviários, com base nos Comitês de Empresa (CE), culmina em seu papel central na organização do Pacto Sindical:

O sindicato líder na época do Pacto Sindical era o Sindicato dos Bancários, onde se reunia o Pacto em sua sede. O CE do PCB no

²²⁹ SOUSA, Simone; OLIVEIRA, Francisco de Assis S. *O Movimento... Op. cit.*, s.d, p. 18.

²³⁰ *Locomotiva*, ano IV, n.º 37, 01/1995. Fortaleza, p. 3 e entrevista concedida a Rogério de Aguiar Moraes.

Ceará resolveu investir nos ferroviários por ser a maior empresa do Estado, onde concentrava o maior número de empregados e operários. Naquela empresa chegou a haver o comitê de empresa CE do PCB. O partido tinha a maioria de funcionários burocratas no escritório. Por isto, talvez, defendia a tese de que os empregados da ferrovia pensavam como funcionários, e não como operários; o CE resolveu concentrar e conseguiu empregar um companheiro, o Francisco Pereira, que não tardou a se transformar em maquinista. Havia na Ferrovia uma associação. Com a concentração do CE na empresa, fundou-se o sindicato que atuava de acordo com a associação, mas pensando já como operário. Reuniam-se na mesma sede e cresceu o movimento ao ponto de assumirem a liderança sindical passando o Pacto Sindical a se reunir na sede do Sindicato dos Ferroviários.²³¹

Essa mudança ocorre em 3 de dezembro de 1963, quando José Jatahy preside a primeira reunião como dirigente do Pacto. A sede do Sindicato, que funcionava na Sociedade Beneficente, tinha auditório amplo e bem instalado. Além disso, argumentava José Jatahy, “ficava próxima de uma ótima praça (*da Estação*) para as concentrações dos trabalhadores”. E agradece ao Sindicato dos Bancários “por ter os acolhidos até a presente data”.²³²

Pacto Sindical, Sindicato dos Ferroviários e União dos Ferroviários, de certo, tornam-se irmãos siameses (figura 27). A União, inclusive, patrocina a prensagem do *Hino do Ferroviário* e da *Canção da Unidade Sindical*, letras e composições de José Jatahy.²³³ Isso não quer dizer que não houvesse divergências, por conta de a União estar mais identificada com os estatutários e o Sindicato, com os celetistas. Era conhecida uma piada segundo a qual um agente ferroviário, ao surpreender um homem que roubava a carteira de um passageiro dentro do trem, grita: - Para aí, ladrão, você está roubando a carteira do cidadão! E o homem responde: - Ladrão, não. Eu sou descuidista. Ao que o agente treplica: - É a mesma coisa. É igual à União e ao Sindicato.

Mas até os últimos momentos antes do golpe de 1964, as três entidades estão juntas. No dia 28 de março de 1964, é “na sede do glorioso Sindicato (União) dos Ferroviários do Ceará”, que o Pacto, a Frente de Mobilização Popular e União Estadual dos Estudantes, trabalhadores, estudantes

²³¹ LEANDRO, José. *Depoimento... Op. cit.*, p. 75-76.

²³² IPM-1964, v. 1, p. 229, Relatório Periódico de Informações (RPI), n.º 7, do Ministério da Guerra-IV Exército, 10.ª Região Militar- 23.º Batalhão de Caçadores, de 16/12/1963. Acervo Associação 64-68 Anistia.

²³³ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 41.

funcionários públicos e camponeses realizam “uma assembléia-monstro” para discutirem o “Manifesto ao Povo Cearense” (Anexo 4).

Assinado por Blanchard Girão, presidente da Frente, por José Jatahy, presidente do Pacto, e por José Maria Barros Pinho, pela UEE, o manifesto, lançado dois dias depois, acusa a imprensa de servir ao latifúndio e ao imperialismo e alerta que “a única voz ouvida pela classe operária e seus aliados na luta pela emancipação do Brasil é a dos líderes populares, que são os dirigentes sindicais e de entidades estudantis”, bem como “das “organizações que congregam a oficialidade democrática, os sargentos, os cabos e os soldados das nossas gloriosas Forças Armadas”, das associações do funcionalismo público federal, estadual e municipal”. Inclui-se nesse escopo “a voz dos legítimos representantes do povo nas Câmaras e nas Assembléias, os autênticos parlamentares nacionalistas”.

A conclamação argumenta em favor do governo de João Goulart, “pelo diálogo democrático instituído com as classes obreiras, pelas medidas em defesa das soberanias política e econômica da Nação, pela firme disposição de realizar as reformas estruturais”. E prega a necessidade de um “ministério popular”, sugerindo os nomes de Sérgio Magalhães, Leonel Brizola, Almirante Aragão, Almino Afonso, Almirante Suzano, Paulo de Tarso, Marechal Osmino e do cearense Lauro de Oliveira Lima.

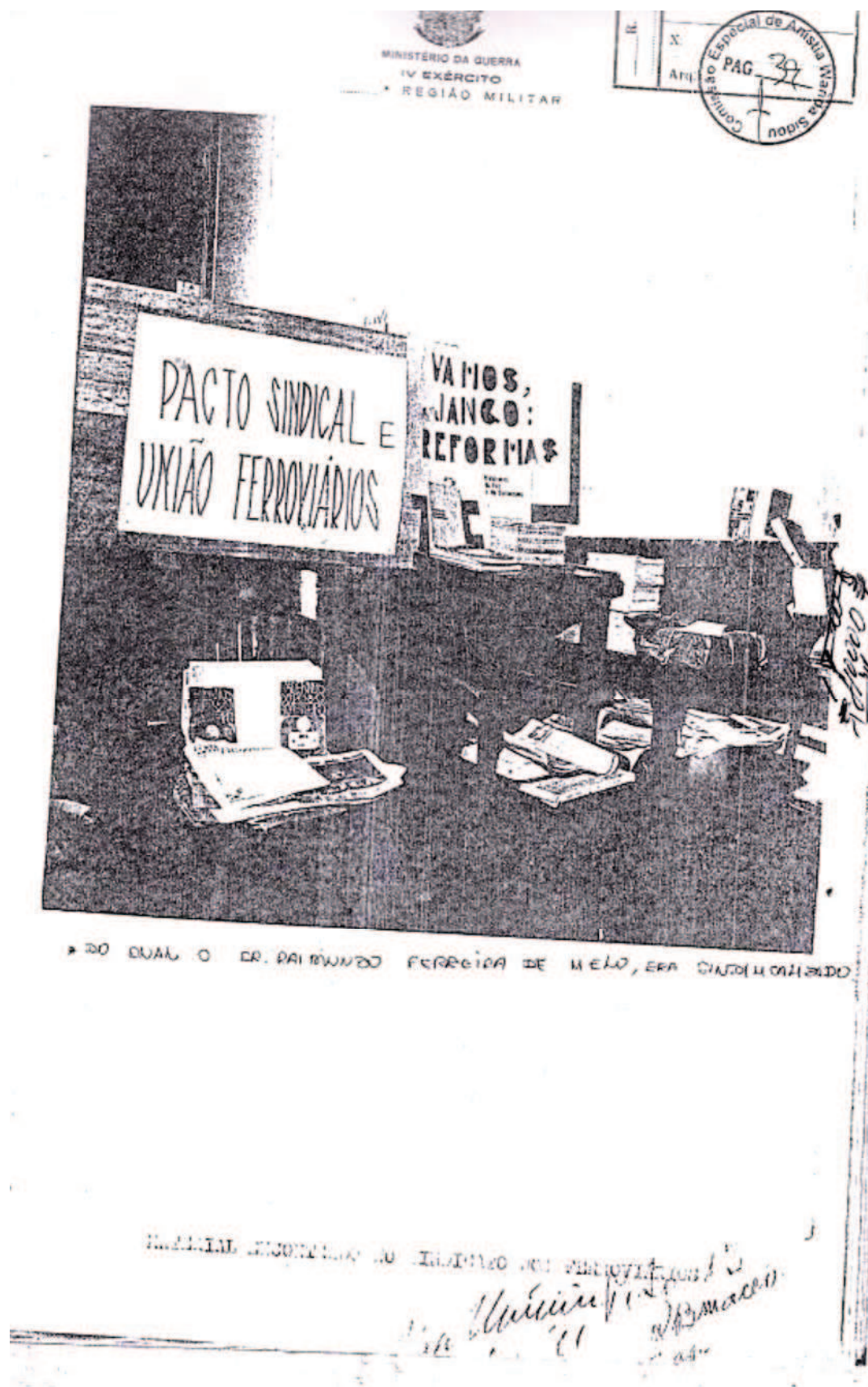


Figura 27 – Na foto apreendida pelo Exército, União dos Ferroviários e Pacto Sindical apelam a Jango pelas reformas. Observam-se, também, exemplares dos *Cadernos do povo brasileiro* e a publicação *Problemas da Paz e do Socialismo*. Processo Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 39.

No Manifesto, os três líderes alertam para a urgência de o Presidente “escoimar dos cargos de chefia das Forças Armadas os elementos reconhecidamente ligados ao ‘gorilismo’ nacional”, pois “não podemos dormir tranquilos com o inimigo partilhando do nosso mesmo teto”; aprovam “a ideia de uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita com o voto de todos os brasileiros, inclusive os analfabetos, os cabos e soldados”; e consideram remota a possibilidade de *impeachment* ou de golpe, declarando “intocável” o mandato de Jango.

Por fim, o “Manifesto ao povo cearense” diz que “os traidores querem entregar o Brasil à dominação de uma nação estrangeira, na tresloucada tentativa de salvar seus privilégios”, e declara que “o povo brasileiro está consciente e sabe como lutar”, “reagiria com toda a sua bravura para esmagar qualquer um que tentasse destruir a nossa soberania”.²³⁴ O discurso, porém, traduz mais o desejo das lideranças do que propriamente o retrato da realidade que se mostrou bem diferente, como se sabe.

Francisco Pereira lembra também dos núcleos que existiam ao longo da linha férrea. “Esses grupos mantinham contatos constantes com a direção da entidade, recebiam material para distribuição nas bases e tinham o objetivo de mobilizar as bases da categoria. Foi, na verdade, a célula formadora das Delegacias Sindicais”.²³⁵

Em depoimento ao autor, José Elias Gonzaga, por sua vez, fala da organização em conselhos. Onde havia um grupamento mais significativo de ferroviários, agências e depósitos, formava-se um Conselho, numa forma de organização descentralizada. Cada Conselho agregava vinte trabalhadores eleitos, e cada unidade elegia seu presidente. “A União, quando engrossou, ela passou a eleger delegados de conselhos nos setores. Nas oficinas tinha um conselho da União do qual eu era o presidente”, diz.²³⁶

O mestre eletricista Ademar Paulino de Freitas também viveu a experiência dos Conselhos.²³⁷ Na sua oficina, o chefe do conselho era Antônio

²³⁴ IPM-1964, v. 2, livro 3, fls. 680-682. Documento apreendido no quarto de José Jatahy, que morava no quarto n.º 212 do Palace Hotel, conforme está explícito às fls. 675 do inquirito. Arquivo Associação 64-68 Anistia.

²³⁵ *Locomotiva*, ano IV, n.º 37, 01/1995. Fortaleza, p. 3.

²³⁶ Entrevista concedida ao autor em 21/11/2007.

²³⁷ É preciso considerar que as informações de Ademar Paulino foram prestadas por ocasião do “interrogatório sobre atividades subversivas contra a segurança nacional e contra as

Venâncio, o “Dezoito”. Segundo ele, o conselho era um “órgão que não somente sancionava o empregado quando errado, por intermédio de repreensões e admoestações, como também defendia os interesses dos operários em litígios com os patrões”. Ele dá mais detalhes: era composto de, no mínimo, dez homens e “dominavam todos os operários em suas respectivas oficinas por meio de pressão que exerciam sobre eles”. Das decisões do conselho da oficina de Ademar Paulino, “muitas vezes tomadas secretamente, eram transmitidas aos chefes de serviços, apenas conclusões”; “quando havia qualquer movimento grevista”, o conselho organizava pequenas turmas, “sempre chefiadas por um membro do conselho”, para as quais distribuía as missões.²³⁸

De acordo com Jorge Pereira Nobre, denominava-se “Conselho Local de Trabalho”, uma espécie de Organização de Base (OB), e sua finalidade era viver os problemas do pessoal do setor e levá-los à direção do Sindicato, e este à direção da RVC.²³⁹

Em síntese, os Conselhos faziam a ponte entre a base, no local de trabalho, e as entidades (Sindicato e União dos Ferroviários), que por sua vez negociavam com a empresa. Constituíam, assim, forma de organização legítima dos trabalhadores, tornando os operários da RFFSA uma categoria mobilizada por meio de estratégia planejada com alto grau de coesão. Seu peso torna-se tão evidente que, apoiada neles, a União dinamiza-se a ponto de passar “rapidamente de 300 para 4.000 associados”, conforme aponta o “abundante material”²⁴⁰ de Aníbal Bonavides apreendido pelos militares em 1964.²⁴¹

Os Conselhos, porém, representam apenas uma face do efervescente movimento dos ferroviários. “O sindicato tinha muito prestígio, a mobilização era permanente”, afirma Francisco Pereira, destacando que os ferroviários

instituições democráticas”, prestado no dia 16 de abril de 1964, no 23.º Batalhão de Caçadores, 15 dias após o golpe. Em um ambiente claro de coação, estão presentes o tenente-coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, encarregado do inquérito, dois sargentos (Euberto José de Lima e José Pierre Carneiro Neto) como testemunhas, além do capitão escrivão Raimundo Botelho de Macedo.

²³⁸ Processo Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269963-0, p. 19.

²³⁹ IPM-1964, v. 1, p. 121. Arquivo Associação 64-68 Anistia.

²⁴⁰ BONAVIDES, Aníbal. *Diário de um preso político*. Fortaleza: O Povo, s.d., p. 25, cita cartas, telegramas, atas de reuniões políticas, esquemas de estudos econômicos e apontamentos diversos.

²⁴¹ IPM-1964, Anexo 3, s.p. Arquivo Associação 64-68 Anistia.

cearenses foram os primeiros em âmbito nacional a conquistarem a insalubridade. “E não foi através da greve, não. Nós requisitamos à Delegacia Regional do Trabalho uma inspeção na empresa, nas seções e foi detectado tudo, feito levantamento legal, nesta época o delegado era o Olavo Sampaio”. Cita ainda a conquista da gratificação para o pessoal de estação, que ficava à disposição da empresa, “nem podia ir para casa, e ficava ali, à espera dos trens”.

“Fizemos greve política pelas reformas de base, uma bandeira ampla, reformas de base, aquelas que atacavam as questões básicas”, mas “a greve só em último instante”, ressalta. Na opinião dele, foram poucas as greves no triênio 1961-1963, “a Rede só parou quatro vezes, havia muitas paralisações, muita agitação, mas parar mesmo, greve organizada, somente quatro vezes”.

Eu fui uma das pessoas que só defendia a greve em último recurso. Veja o exemplo na questão do Zé Walter.²⁴² Todo mundo queria a greve, mas eu defendia um caminho de pressão junto às autoridades [...] O Zé Walter foi indicado na época em que a gente fez a greve contra a Superintendência do General Humberto Moura.²⁴³

Pereira conta que o movimento “Fora Humberto Moura” só é suspenso quando chega o superintendente interino Auri Sampaio.²⁴⁴ O líder ferroviário Lauro Brígido recorda algumas razões da greve histórica: “O general radicalizou, passou a perseguir o pessoal”. Na avaliação de Brígido, “o Sindicato tinha prestígio na massa, fomos pedir para moderar, mas ele continuou baixando medidas arbitrárias, negando os direitos dos trabalhadores e as lideranças disseram que poderia haver medidas mais severas”. Resposta do general: “Eu quero que o circo pegue fogo”.²⁴⁵

²⁴² O engenheiro José Walter Cavalcante dirigiu o Departamento de Mecânica da Rede, ao qual se ligavam as oficinas e a escola. Antes de ser superintendente da RVC/RFFSA, no período de 1962-1967, teve o nome vetado para direção da Rede, sendo “chamado de comunista”. Ler *O Povo*, LXXX, n.º 26.503, 04/12/2007. Fortaleza, Vida & Arte, p. 16. Prefeito biônico de Fortaleza (1967-1971) durante o governo Plácido Aderaldo Castelo (1966-1971).

²⁴³ Humberto Sales Moura Ferreira dirigiu a RVC/RFFSA no curto período de abril a novembro de 1961, depois de ter sido secretário da Segurança Pública do Estado. Também presidiu a Federação Cearense de Desportos.

²⁴⁴ Aury Sampaio assume em dezembro de 1961, depois de 15 dias da administração da Junta Governativa integrada pelo engenheiro José de Souza Batista e pelo bacharel Miguel T. Neto.

²⁴⁵ Entrevista concedida a Rogério Aguiar de Moraes, transcrita em 11 (onze) páginas, original datilografado. Extratos publicados pelo jornal do Sindicato dos Ferroviários. *Locomotiva*, ano IV, n.º 36, 12/1994. Fortaleza, p. 3.

E pegou. A categoria intensifica o movimento pedindo a saída do general Humberto Moura e do coronel Josias Gomes da direção da Rede. Na opinião de Aury Sampaio, os dois militares eram amigos e nutriam “pretensões políticas”. Quando filiam-se a partidos políticos diferentes, formam-se duas correntes antagônicas e, “em consequência o movimento paralisador das atividades ferroviárias”.²⁴⁶

Essa greve merece atenção não só por sua agenda, mas também por sua repercussão. Paralisa estações, oficinas, depósitos, trens e escritórios. Ferroviários dos mais longes rincões reforçam o movimento, como é o caso dos trabalhadores do município de Ipu (figura 28). Unem-se em piquetes e montam barracão de lona, transformando a velha oficina do Urubu, na Avenida Francisco Sá, na sua principal trincheira (figura 29). Na barraca, onde amadurecem a decisão de só recuar com a vitória, ferve o espírito da resistência (figura 30). Desafiam a direção da empresa, o Governo Federal e a polícia do Estado. Para isso, utilizam táticas de enfrentamento, obstruem as linhas com dormentes e blocos de cimento e viram carros de rodas para o ar, “tal como a administração da RVC”. Nem mesmo metralhadoras portáteis da Polícia Militar fazem-nos recuar de sua decisão. O clima é de “pé de guerra” (figura 31).

O movimento cresce a ponto de o MVOP, do qual era ministro o coronel cearense Virgílio Távora e ao qual se vinculava a RFFSA, nomear uma Junta Governativa integrada pelo engenheiro José de Souza Batista e pelo bacharel Miguel Tedde Neto. A junta age de 14 a 30 de novembro objetivando debelar a crise. Para tentar contorná-la, a pedido de Virgílio Távora, o engenheiro Hermínio Amorim, presidente nacional da RFFSA, envia a Fortaleza seu chefe de Gabinete, o também engenheiro José de Souza Baptista. Embora habilidoso, ele não consegue pôr fim à greve. Virgílio acaba convidando o conterrâneo Aury Sampaio para dirigir a RVC e lhe dá 24 horas para decidir.

²⁴⁶ SAMPAIO, Aury. *A estrada... Op. cit.*, p. 172-173.



Figura 28 - A greve contra Humberto Moura levanta os ferroviários de todo o Estado do Cará, como ocorre em Ipu. Três operários seguram ferramentas de trabalho. Muitos, de quepe, um distintivo de seu fardamento.

Acervo Particular José Hamilton Pereira.



Figura 29 – Em frente à oficina do Urubu, o movimento “Fora Humberto Moura” reúne os ferroviários, sob barracões, numa greve histórica para a categoria. No muro, à direita, a pichação: “operário: hoje comício de Acrísio Moreira da Rocha”.

Arquivo RVC/RFFSA e Arquivo Nirez.



Figura 30 – Na barraca da resistência, os ferroviários saúdam seus apoiadores e deixam clara a intenção de só recuar com a vitória.
Arquivo Nirez.



Figura 31 – Barricadas com blocos de cimento e dormentes contra as metralhadoras portáteis da Polícia criam o clima de “pé de guerra” na RVC. *Unitário*, ano XLIII, n.º 32.057, 12/11/1961. Fortaleza, p. 1.

Aury Sampaio aceita o convite de Virgílio Távora para tentar negociar com os ferroviários e chega a Fortaleza acompanhado da mulher, Henriqueta, dos filhos Luiz Roberto e Ana Lúcia, e da empregada Zoraide, “excelente

cozinheira baiana”. Sampaio desembarca às duas horas da madrugada do dia 1.º de dezembro de 1961, em vôo da Panair do Brasil. No aeroporto, encontra dois grupos de ferroviários, chama os líderes, ouve-os separadamente, depois os reúne e propõe “passar uma borracha em tudo quanto aconteceu”. Estrategicamente, usa um discurso conciliador: “Eu não venho aqui como patrão, mas como ferroviário, tanto quanto vocês. Gostaria que logo mais, as Oficinas começassem a trabalhar, os trens a circular e os escritórios a funcionar [...]”. Pedido aceito, Sampaio manda um cabograma à direção da Rede, no Rio, informando o fim da greve na RVC.²⁴⁷

A narrativa de Sampaio tenta circunscrever a greve a meras questões corporativas ou jogo de interesses entre grupos discordantes. Estão em disputa, porém, questões políticas, de padrão ético e de ordem ideológica. Para os ferroviários, a Rede é um patrimônio do Ceará. Em suas falas, aparece o apelo pela administração séria e pela moralização da empresa e sobressai a repulsa a favores pessoais e à corrupção. Percebe-se o compromisso de manter a dignidade e confiança depositadas pelos colegas trabalhadores e prevalecem os interesses da coletividade (figura 32 e 33).



Figura 32 - Agindo como classe, os ferroviários de Sobral participam da greve histórica. Duas crianças entram no clima de alegria dos trabalhadores. IPM-1964, v. n.º 2, livro 3, s.p./Arquivo Associação 64-68 Anistia; e Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 44.

²⁴⁷ SAMPAIO, Aury. *A estrada...* Op. cit., 173-174.



Figura 33 – Prefeito de Sobral (Ceará), Cesário Barreto (de óculos e calças escuras, ao centro), apóia o movimento dos ferroviários.

IPM-1964, v. n.º 2, livro 3, s.p./Arquivo Associação 64-68 Anistia; e Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 49.

São necessários outros reparos à narrativa de Aury Sampaio. Antes de sua chegada a Fortaleza, o habilidoso José de Souza Batista, integrante da Junta Governativa, já havia conseguido um acordo com os ferroviários, acertado em 14 de novembro e costurado com os líderes Rafael Martinelli, da Federação dos Ferroviários, e com Lauro Brígido Garcia, então presidente da União dos Ferroviários do Ceará. O acordo fixa cinco pontos:

- 1) afastamento imediato e definitivo do general Humberto Moura;
- 2) substituição dos engenheiros Guido Fontgalland da chefia do Departamento de Mecânica, e Francisco Porfírio Sampaio, da chefia do Departamento de Transportes, acusados de colaborarem com a administração Humberto Moura, sendo indicados para substituí-los os engenheiros José Leal Lima Verde e Elzir Cabral de Alencar Araripe;
- 3) anistia geral a todos os que participaram do movimento paredista;
- 4) retorno aos postos e funções de origem de todos os transferidos por perseguição; e

5) providências especiais visando ao efetivo funcionamento da comissão de inquérito que investiga os escândalos da lenha, nos quais estão envolvidos o funcionário Carlos Vasconcelos e outros.²⁴⁸

O acordo é lido no pátio da Rede, em frente ao prédio da superintendência, onde os ferroviários promovem um “meeting comemorativo” pela vitória, numa “concentração monstro”. A multidão de operários faz o “V” da vitória (figura 34). A expressão no rosto dos operários é de alegria, satisfação. O contentamento é geral, a massa de trabalhadores se compraz, pois a queda do general simboliza a força dos ferroviários cearenses, contra a empresa, o governo e a polícia. Vencem até mesmo a vacilação dos engenheiros.

²⁴⁸ *Unitário*, ano XLIII, n.º 32.059, 15/11/1961. Fortaleza, p. 1.

Na solenidade de posse de Aury Sampaio, os líderes ferroviários expressam suas preocupações. Jonas Daniel fala pela FNF, recomendando “um crédito de confiança” ao novo superintendente, na expectativa de que “aja com seriedade”. Jonas garante-lhe apoio na luta pela moralização da RVC, enquanto o presidente da União dos Ferroviários, Lauro Brígido Garcia, arremata:

Vamos dar um crédito de confiança ao senhor e esperamos que o Dr. Aury não seja puxado por políticos corruptos que infestam o país e que a RVC não seja administrada de dentro para fora como fez o general Humberto Moura. Não queremos que voltem aos postos aqueles que degradaram a RVC. Pode ficar certo que nós ferroviários jamais subiremos ao seu gabinete para solicitar favores pessoais, pois não vendemos a nossa dignidade e confiança em nós depositada pelos nossos colegas ferroviários. O que nós olhamos acima de tudo é a própria coletividade e família ferroviária do Ceará.²⁴⁹

Numa avaliação sobre o movimento sindical cearense incluída no “IPM sobre subversão no Ceará em 1964”, parte dos documentos apreendidos de Aníbal Bonavides, a greve dos ferroviários visando à moralização da empresa e a demissão do general Humberto Moura é considerada “um movimento de caráter essencialmente político”. É interessante conhecer o conteúdo integral desse texto:

Quando foi entregue à superintendência da empresa um memorial da maioria dos engenheiros participando que não mais cooperariam com a direção, a greve geral foi decretada imediatamente pela União e o Sindicato dos Ferroviários. Ao amanhecer do dia, por ordem do superintendente foram presos o presidente da União, e o secretário do sindicato e mais quatro líderes ferroviários. O comando da greve imediatamente resolveu responder a violência com violência, sendo, assim, arrancados trilhos, arrebentada a rede de comunicação, virando alguns vagões, descarilhando locomotivas e obstruído com dormentes o leito da ferrovia em vários trechos. Essa posição firme gerou confiança da massa no comando grevista e nos resultados da mesma. A essa altura o superintendente chamou os engenheiros e lhes prometeu tudo o que queriam, levando-os a recuar, pois chegaram a dar publicidade a uma nota na qual declaravam que voltariam a cooperar com a direção da estrada de ferro. Quando tal nota chegou ao conhecimento da União, onde se achavam alguns líderes esses redigiram uma nota na qual desmascaravam

²⁴⁹ SAMPAIO, Aury. *A estrada...* Op. cit, p. 175.

violentamente os engenheiros. Quando chegaram a união outros companheiros mais integrados no espírito do movimento, fizeram suspender a publicação da nota em questão e foram parlamentar diretamente com os engenheiros por intermédio de um nosso camarada também engenheiro da ferrovia. O resultado foi que os engenheiros voltaram a ser ganhos para a posição dos grevistas e nela permaneceram até a vitória total que culminou com a demissão do superintendente. O P. (*Partido*) se integrou rapidamente na greve, tendo sido ela instrumento de recuperação de vários companheiros que se achavam “encostados” e que participaram ativamente da ação grevista. É de se ressaltar que a greve se apoiou particularmente nos conselhos da empresa. A vitória da greve dos ferroviários foi comemorada com uma grande passeata que teve ampla repercussão na cidade.²⁵⁰

A greve contra o general Humberto Moura tem caráter geral e conta com a participação das mulheres dos ferroviários. Dentro de seus limites e embora pontualmente, elas rompem naquele contexto a “fortaleza proibida” da política.²⁵¹ Solidárias e ativas, elas acordam seus companheiros que tinham responsabilidades nos piquetes e, certo dia, ocupam as oficinas do Urubu, reforçando a atuação dos maridos.²⁵²

Nesse sentido a identidade de classe dos ferroviários manifesta a cultura de trabalhadores ciosos do que significa ser ferroviário. Conectando-se às suas bases, os líderes fazem questão de ressaltar nos discursos seus companheiros, “a família ferroviária”. Essa família forja certo grau de coesão nos bairros operários, nos clubes onde se divertem, nas escolas onde estudam e nas lutas que empreendem. Esses trabalhadores de modo geral são ferroviários durante 24 horas do dia, respiram a ferrovia. O historiador inglês Neville Kirk tem razão quando sugere que “ao lado do local de trabalho e da arena política, a cultura operária” assume “lugar importante para uma consciência de classe ‘redesperta””.²⁵³

A sensação de vitória na greve que derruba a administração Humberto Moura, logo no início da criação do Sindicato, dá fôlego aos ferroviários, que já

²⁵⁰ IPM-1964, Anexo 3, s.p. Arquivo Associação 64-68 Anistia.

²⁵¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, Ângela M. S. Côrrea (trad.), 2007, p. 146.

²⁵² IPM-1964, Anexo 3, s.p. Arquivo Associação 64-68 Anistia.

²⁵³ KIRK, Neville. *Cultura: costume, comercialização e classe*. In BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Unicamp, 2004, p. 68.

vinham enfrentando a repressão política, mesmo antes do golpe de 1964. Nessa greve, são presos Ademar Paulino de Freitas, Jonas Daniel, Jorge Pereira Nobre, José Maria de Oliveira e Luiz Sabino Monteiro, acusados por terem “abandonado o trabalho incitando seus colegas a fazerem o mesmo a fim de forçar a exoneração do superintendente coronel Humberto Moura”.²⁵⁴

Derrubado o general, o novo diretor, engenheiro Aury Sampaio, cria a Unidade Móvel de Assistência Médica, Dentária e Social, que consistia em um carro-ambulância, atrelado ao trem de pagamento, para percorrer as linhas norte e sul, prestando serviço médico, dentário, de assistência social e enfermagem aos ferroviários e seus familiares. O “trem social” também proporcionava ação educacional para despertar “nos ferroviários e membros de suas famílias, ao invés de interesses econômicos, estímulos psicológicos que os convençam da elevação e grandeza moral em que são tidos na comunidade como participantes de uma Empresa que é fator de prosperidade e enriquecimento dos aglomerados humanos a que ela serve”.²⁵⁵

Revelam-se, aqui, as estratégias da empresa, como se os “serviços sociais” pudessem cooptar consciências, acalmar ânimos e produzir um “ferroviário padrão” para conviver num clima de cordialidade. É sintomático, pois, que médicos, dentistas, enfermeiros, assistentes sociais e professores estivessem atrelados ao trem pagador, associando indiretamente as benesses patrocinadas pelo patrão ao salário pago pela empresa.

Naquele momento, o novo diretor beneficia-se de um período de relativa tranquilidade e até recebe voto de confiança aprovado em assembléia.²⁵⁶ No entanto, os ferroviários se voltam para incluir a categoria no aumento dos servidores públicos federais, reivindicando reajuste de 50%. Em assembléia realizada na noite de 16 de abril de 1962, aprovam três resoluções:

1) indicar uma comissão para levar ao superintendente da RVC o apoio da categoria ao trabalho em favor da moralização e capacitação administrativa da Rede;

²⁵⁴ Processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 0426996-3, p. 27; n.º 04269988-6, p. 8; e n.º 04072097-7, p. 26-27.

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072097-7, p. 26-27.

²⁵⁵ SAMPAIO, Aury. *A Estrada... Op. cit.*, p. 179. Ver também LIMA, Francisco de Assis de; PEREIRA, José Hamilton. *Op. cit.*, p. 135-136; e *O Povo*, ano XXXV, n.º 10.666, 25/4/1962. Fortaleza, p. 5.

²⁵⁶ *O Povo*, ano XXXV, n.º 10.664, 23/04/1962. Fortaleza, Coluna Sindical, p. 5.

- 2) marcar para 15 de maio o prazo para deflagração de movimento paredista, objetivando receber os atrasados do Plano de Classificação; e
- 3) continuar a luta em todos os campos pela completa moralização administrativa da RVC e pela substituição imediata dos chefes incapazes e politiqueros.²⁵⁷

A greve marcada para 15 de maio não acontece. Os entendimentos entre o deputado Paulo Sarasate e o ministro Virgílio Távora resultam na proposta, aceita em assembléia geral, de pagamento dos atrasados do pessoal de obras e CLT e gratificações de função em duas etapas, sendo a primeira imediatamente e a segunda em fins de outubro. Por conta da nova vitória, o Pacto Sindical organiza homenagem aos trabalhadores ferroviários.²⁵⁸

Ao trazer às lembranças momentos do movimento sindical dos ferroviários na década de 1930, Lauro Brígido diz que a Constituição de 1934 permite os funcionários públicos se sindicalizarem. Quatro anos antes, a situação era vexatória: “diária miserável”, “fome de cachorro”, “trabalhando como animal” e disparidades de salários entre guarda-freios, foguistas e os “mocinhos emposados” e “protegidos dos chefes”.²⁵⁹ Em 1934, eles criam o sindicato e fazem greve “porque veio um aumento de salário só para o pessoal chamado titulado. Aqueles concursados. Para o pessoal diarista, mensalista, não veio, eles não teriam direito”, explica. Getúlio Vargas logo autoriza o pagamento e a greve dura apenas meio dia.²⁶⁰

Aquela experiência de organização no sindicato estava fadada a ter vida curta. Em 1937, com o Estado Novo, ocorre o fechamento das organizações de trabalhadores. “Então nós estudamos, e decidimos que não poderíamos deixar a massa ferroviária sem uma organização. Tinha uma sociedade beneficente, fundada em 1891, mas nós queríamos um órgão que congregasse os trabalhadores para a luta, para edificação da classe trabalhadora”, afirma Lauro Brígido. “Então a esquerda se reuniu e decidiu fundar uma associação que pudesse satisfazer essas condições. Foi criada a Liga Social de Assistência aos Ferroviários, em 1938”. E, para evitar suspeitas, puseram o engenheiro

²⁵⁷ *O Povo*, ano XXXV, n.º 10.662, 17/04/1962. Fortaleza, Coluna Sindical, p. 5.

²⁵⁸ *O Povo*, ano XXXV, n.º 10.667, 26/04/1962. Fortaleza, p. 1; e n.º 10.675, 07/05/1962. Fortaleza, Coluna Sindical, p. 5.

²⁵⁹ *Trabalhador Graphico*, ano 1.º, n.º 22, 13/09/1930. Fortaleza, p. 3. GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (orgs). *O Trabalhador Gráfico*. Ed. Fac-similar. Fortaleza: UFC, 2002, 205.

²⁶⁰ Entrevista concedida a Rogério Aguiar de Moraes.

Francisco Porfírio Sampaio na presidência, ficando o próprio Lauro na secretaria. “E nós atuamos na Liga até quando ela deixou de ser um órgão combativo”, explica Lauro Brígido.²⁶¹ A narrativa do velho militante permite constatar o espírito operário em uma lógica de resistência às amarras engendradas pelo Estado. Para isso, aliam-se aos engenheiros para camuflar o caráter combativo da Liga Social, nela abrigando-se somente até quando é possível lutar pelos interesses de classe.

2.1 O desejo de nação com dignidade

O movimento só retoma alguma importância anos mais tarde, em 1956, quando decidem fundar a União dos Ferroviários do Ceará, atuante até 1964. Na realidade, já existia desde 1945, no Estado do Rio de Janeiro, a União dos Ferroviários do Brasil (UFB), somente autorizada a funcionar por lei depois do golpe de 1964.²⁶² A entidade, por decisão de assembléia, é transferida para Fortaleza e tem a área de atuação ampliada, passando a abranger todo o pessoal integrante do Plano de Classificação de Cargos,²⁶³ sob a presidência de José do Carmo Gondim,²⁶⁴ que até os dias de hoje acumula a presidência da Sociedade Beneficente.

A União dos Ferroviários do Ceará, espécie de reedição da antiga União que existiu na década de 1920, não se confunde com a UFB. Por sinal, a entidade local é criada porque os ferroviários cearenses discordam das práticas de sua congênere em âmbito nacional. Os dissidentes locais seguem outros passos, seguem outra orientação, são aliados do CGT, formalizado em 1962, em São Paulo, por ocasião do IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado de 17 a 19 de agosto.²⁶⁵ O CGT²⁶⁶ surge a partir do

²⁶¹ Entrevista concedida a Rogério de Aguiar Morais.

²⁶² Lei Federal n.º 4.572, de 11/12/1964, que reconhece a UFB como entidade representativa do pessoal do Ministério dos Transportes.

²⁶³ <http://www.ufbbrasil.org>. Acessado em: 13 nov. 2008.

²⁶⁴ Engenheiro, José do Carmo, como é mais conhecido, costumava dar aulas aos ferroviários, enveredada pela carreira política, elege-se vereador em Fortaleza e atualmente preside o Partido Social Liberal (PSL).

²⁶⁵ BASTOS, Paulo de Mello. *A caixa-preta do golpe de 64: a república sindicalista que não houve*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2006, p. 38; p. 124-125 e p. 138; e PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de (orgs.). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2005, p. 228-229.

²⁶⁶ Há várias interpretações sobre o papel do CGT. Por exemplo: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 32, verifica “a ausência de trabalho permanente junto às bases sindicais, o que

Comando Geral de Greve, que havia se originado do Pacto de Unidade e Ação (PUA), a intersindical dirigida pelo portuário Oswaldo Pacheco da Silva, criada por ferroviários, portuários e marítimos, categorias que aderiram à luta pela paridade dos salários de civis e militares, em 1960.

Lideranças sindicais representativas do País se convencem de que depois da greve política pela realização do plebiscito, em 1962, é o momento de constituir um “órgão de orientação, coordenação e direção do movimento sindical brasileiro”. Seu secretariado executivo é formado, então, por sete membros: o eletricitista Clodsmidt Riani, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); o gráfico Dante Pellacani, vice-presidente da CNTI e ex-presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica; Alfredo Pereira Nunes, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos; o arrumador Severino Schnaipp; o bancário Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito; o estivador Oswaldo Pacheco da Silva, do Pacto de Unidade e Ação; Carlos Alberto da Costa Pinto, primeiro secretário da Federação Nacional dos Jornalistas; e Raphael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, “considerado da esquerda radical”.²⁶⁷

Os ferroviários cearenses, de princípio, reúnem-se em uma sala alugada, em um prédio próximo da Rádio Iracema, na Praça José de Alencar. Depois, a União começa a aparecer na mídia a partir de 1960, e passa a funcionar na Rua Castro e Silva, nos galpões da RVC/RFFSA, na Praça Castro

levaria ao fortalecimento dos sindicatos e não das federações e confederações”. A pesquisa *Brasil: Nunca mais*, da Arquidiocese de São Paulo, p. 125, diz que o Comando “não se estruturou a partir das bases, e sim a partir das entidades sindicais oficiais, de âmbito estadual e nacional: federações confederações”.

²⁶⁷ BASTOS, Paulo de Mello. *A caixa-preta... Op. cit.*, p. 36; p. 108-110; p. 138-139; e p. 196. Clodsmith Riani, Dante Pellacani, Oswaldo Pacheco da Silva, Severino Schnaipp, Raphael Martinelli e Aluísio Palhano tiveram os direitos políticos cassados, pelo prazo de dez anos, conforme o Ato Complementar N.º 1, assinado em 10 de abril de 1964. Nesse mesmo ato incluiu-se ainda o ferroviário Demistóclides Baptista, o célebre Batistinha. Alfredo Pereira Nunes e Severino Schnaipp foram aposentados compulsoriamente. Ver *Diário Oficial da União*, ano CII, n.º 68, 10/04/1964. Capital Federal, p. 3217. Conforme o Grupo Tortura Nunca Mais, Aluísio Palhano, asilou-se na Embaixada do México e foi, posteriormente, para Cuba. Regressou ao Brasil em 1970, sendo assassinado no ano seguinte, no DOI-CODI, em São Paulo. Ver www.torturanuncamais-rj.org.br/MDEDETALHES.asp?CodMortosDesaparecidos=216. José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, ao justificar por que traiu, contou ao jornalista Octávio Ribeiro, o Pena Branca, que “Palhano falhou a dois ou três contatos, então eu pensei: o próximo sou eu.” Ver RIBEIRO, Octávio. *Por que eu trai: confissões de Cabo Anselmo*. São Paulo: Global, s.d., p. 63 e p. 81.

Carreira, transferindo-se posteriormente para a sede da Sociedade Beneficente, na Rua Senador Alencar, antes da chegada da UFB.

José Elias Gonzaga, vice-presidente e tesoureiro da União, explica as diferenças entre o modo organizativo local e a União dos Ferroviários do Brasil:

[...] O Lauro Garcia, reconhecidamente comunista, um dos precursores da União dos Ferroviários, e o dr. Assis Ferreira, que é reconhecidamente integralista, “camisa verde”, também era da União dos Ferroviários. E eles se davam muito bem. Em torno da causa ferroviária não tinha cor política, não, não tinha cor política... muito interessante o início da União dos Ferroviários, porque a União dos Ferroviários, vale ressaltar isso, era para ser aqui uma sucursal, uma filial da União dos Ferroviários do Brasil, que já existia, lá na Central do Brasil, mas a tendência aqui tinha uma cor política diferente, não era cor política, era dirigida por um político que não era chegado ao peleguismo, e a União dos Ferroviários do Brasil era uma entidade pelega. Por essa razão, ninguém aceitou ser afiliado dela e fundamos aqui a União dos Ferroviários do Ceará (*ênfatisa as palavras do Ceará*).²⁶⁸

Em meio aos conflitos e tensões inerentes ao processo de construção da classe, os ferroviários criam, em 1959, a Associação Profissional dos Ferroviários do Ceará como requisito para construção do sindicato,²⁶⁹ reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 16 de junho 1961. A *Coluna Sindical*, de Misael Queiroz, informa que, “numa belíssima e concorrida reunião”, realizada no Sindicato dos Bancários, a Carta Sindical (figura 35) outorgada pelo ministro Castro Neves é entregue ao Sindicato dos Ferroviários do Ceará. O presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, Geraldo Costa Matos, passa o documento às mãos de Afonso Bento de Sousa,²⁷⁰ presidente da Associação dos Ferroviários, “agora transformada em sindicato”. A eleição para a primeira diretoria ocorreria em 60 dias.²⁷¹

²⁶⁸ Entrevista concedida ao autor, em 21/11/2007.

²⁶⁹ Em 22/12/1988, Assembléia Extraordinária realizada em São Luís (MA) ratifica a extensão da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Ceará para os Estados do Piauí e Maranhão. *Locomotiva*, ano III, edição extra, 05/1994. Fortaleza, p. 2.

²⁷⁰ Pai do jornalista Amaury Cândido Bezerra, que presidiu o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará no período 1993-1995.

²⁷¹ *O Povo*, ano XXXIV, n.º 10.360, 26/07/1961. Fortaleza, Coluna Sindical, p. 5.



O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FAZ SABER a quantos esta Carta eiren que, atendendo ao que requerem
 a "Associação Profissional dos Ferroviários, do Ceará" -
 com sede em Fortaleza - no T. do Ceará -
 resolve
 aprovar os respectivos estatutos e reconhecê-la sob a denominação de Sindicato dos Trabalhadores em Empresa Ferroviárias, no T. do Ceará
 como sindicato representativo da categoria "Trabalhadores em Empresa Ferroviária", em conformidade com o disposto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 1.402, de 5 de julho de 1939,
 na base territorial de Fortaleza do Ceará -
 com sede em Fortaleza - no T. do Ceará -
 de acordo com o regime instituído pelo decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939.

R. para firmeza, mandou passar a presente Carta, que vai por ele assinada.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1961

Francisco de Castro Neves

CONFERE CO ORIGINAL
 Em 25 01 0
 Ministério do Trabalho
 CGC 37.115.357/0033-48

Referência: Processo n. 211727 de 1960

Figura 35 – Carta Sindical assinada em 16 de junho de 1961 pelo ministro Francisco de Castro Neves, reconhecendo a Associação Profissional dos Ferroviários como Sindicato. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará/Setor de Relações do Trabalho.

O escriturário Afonso Bento Bezerra (figura 36) lembra que, quando havia corte de verba e as consequentes demissões na RVC/RFFSA, os solteiros eram os primeiros dentre os operários de obra e serviço prestado. “Esse pessoal não tinha segurança no trabalho”, lamenta, daí porque “a gente fundou a Associação Profissional dos Ferroviários, por volta de 1958. “Fizemos uma primeira reunião, com muita gente [...], na Avenida Tristão Gonçalves, onde funcionou, por muito tempo, a Rádio Dragão do Mar”,²⁷² relata Bezerra,

²⁷² GIRÃO, Blanchard. *Só as armas calaram a Dragão*. Fortaleza: ABC, 2005, p. 20, diz que a cúpula do PSD no Ceará monta a rádio para enfrentar a “muralha udenista” sustentada em Paulo Sarasate e Flávio Marcílio. Entra no ar em 25 de março de 1958. Os militares invadem a emissora em 1.º de abril de 1964, e em 2008, é vendida pela família Cals Oliveira à Comunidade Católica Shalom. Ver também JAGUARIBE, Ana. *Labaredas no ar*. A rádio

ilustrando que, dentre os muitos convidados para participar da reunião, estava principalmente Paulo Sarasate, “que se dava muito bem com os ferroviários”. O esforço da Associação para conseguir a Carta Sindical e realizar eleição dura mais de um ano, e a entidade chega a filiar cerca de 500 associados. “Eu preparava os tiquizinhos e o pessoal pagava com todo gosto. Todo mundo pagava direitinho. A gente não tinha nenhum patrimônio, mas o recolhimento da turma foi possibilitando formar a primeira estrutura sindical”, analisa. Para ele, a estrutura sindical viria suprir a ausência de direitos dos trabalhadores, porquanto possibilitaria um grau de coesão na luta:

Antes do sindicato, o servidor não tinha hora-extra; não tinha insalubridade, não tinha periculosidade; viajava a torto e a direito, sem segurança, por isso precisava de uma organização para suprir suas necessidades reivindicatórias.²⁷³

Ele credita o crescimento do Sindicato a sua atuação em torno dos direitos fundamentais. “A luta foi ficando mais intensa, com o nosso trabalho de reivindicação para cobrar os direitos. Até que veio a primeira eleição [...] todos, toda a turma cooperava, porque queria uma entidade forte”. Na tarefa de arregimentação, os mestres de linha têm papel importante, distribuídos nas estações da linha norte até Crateús e na linha sul até o Crato. Seu relato põe em relevo o modo de realizar a cultura associativa: “a gente atuava em grande escala, eu atuava na Secretaria, lia as correspondências que vinham do interior, sobre questão do salário-família, as férias, os prêmios, e eu ia até o serviço de pessoal, se inteirar sobre o assunto e respondia”.

Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964). 2005, 106 f. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

²⁷³ *Locomotiva*, ano III, n.º 38, fev/1995. Fortaleza, p. 5.



Figura 36 – Integrando a delegação cearense, Afonso Bento Bezerra participa do III Congresso Nacional Sindical, realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, em 1960. Foto cedida por Amaury Cândido Bezerra

Com efeito, o Sindicato dos Ferroviários consegue a carta sindical em um contexto complexo. Atentemos para o que diz Dreifuss: “A significativa expansão industrial pós-guerra e o conseqüente desenvolvimento econômico no Brasil levaram à extensa modernização na década de sessenta, o que favoreceu a mobilização política”. O autor de *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe* afirma que “a amorfa e individualizada clientela, até então unida por contato pessoal e patronato, evoluiu para grupos com contornos políticos definidos, organizados em torno de setores sociais e classes claramente definíveis”.

Dreifuss argumenta que, nos idos de 1960, os líderes sindicais consideravam ter força política por conta de posições a eles conferidas nas instituições corporativas de caráter oficial e dos cargos que detinham nos sindicatos. Na primeira fonte, “se beneficiavam da proteção do Estado”, na segunda, “conduziam greves de importância, cujo impacto político e econômico

aumenta o seu poder de negociação com o presidente e outros atores políticos”.

Ainda em relação ao início da década de 1960, Dreifuss observa que as greves se tornam frequentes, elemento indicativo da “força crescente” e “combatividade das classes trabalhadoras e da sua liderança”, apontando o predomínio das razões econômicas dentre os motivos alegados para o crescimento dos movimentos grevistas. Segundo ele, são raras as greves iniciadas por razões políticas, embora “outros atores políticos” procurassem lhes dar conotação mais abrangente. Na visão do historiador, um conjunto extenso de demandas, desde a luta contra a inflação e a falta de produtos básicos até a aprovação da lei que instituiria o 13.º salário, unia de diferentes grupos e organizações das classes trabalhadoras.²⁷⁴

Na perspectiva de Boris Fausto, ao analisar as reformas de base e o movimento operário, “a posse de João Goulart na presidência significava a volta do esquema populista, em um contexto de mobilização e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas”. Assentado “na colaboração entre o Estado, incluindo militares nacionalistas, intelectuais formuladores da política do governo, classe operária organizada e burguesia industrial nacional”, o esquema, de acordo com o autor, passou a ser fortalecido pelos ideólogos do governo e por dirigentes sindicais.

As direções sindicais, segundo Fausto, “foram fiéis ao esquema populista”, “eram compostas principalmente de trabalhistas e comunistas que atuavam rente ao Estado, mas sem a subserviência dos velhos ‘pelegos’”, deram prosseguimento à tática de criar organizações paralelas, formando-se daí o CGT, e assumiram o controle da CNTI, órgão de cúpula do sindicalismo oficial”. Desse modo, “os sindicatos canalizaram cada vez mais demandas de caráter político”, diz Fausto, embora as reivindicações específicas dos operários não tenham sido esquecidas, “mas passaram a ser consideradas de menor importância”.

Fausto assinala três fatores relacionados aos movimentos grevistas: o aumento do número de greves, a tendência de as paralisações se concentrarem no setor público e o deslocamento espacial das greves de São

²⁷⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, Else Ribeiro Pires Vieira et all (trad.), 1981, p. 305-306.

Paulo para outras regiões do País. Ele mostra que, enquanto registraram-se 31 movimentos grevistas em 1958, dos quais 80% se concentraram no setor privado, houve 172 greves em 1963, sendo 58% no setor público. Na interpretação de Fausto, “o crescimento das greves indica o avanço da mobilização social”, ao mesmo tempo em que “o deslocamento do setor privado para o público pode ser entendido se considerarmos o caráter político de várias greves, incentivadas pelo governo para forçar a aceitação de medidas de seu interesse”.²⁷⁵

Os ferroviários estão no centro dessas questões. A Federação Nacional da categoria, por exemplo, orienta as entidades filiadas, que representavam mais de 100 mil ferroviários, a iniciar campanha visando a impedir a extinção de ramais ferroviários considerados deficitários. No Estado da Guanabara e em São Paulo, os ferroviários da Rede Ferroviária Federal e da Leopoldina entram em greve em defesa da ordem e da legalidade. Só na Leopoldina são 18 mil trabalhadores “chefiados por líderes sindicais dinâmicos, honestos e patriotas, dando provas à Nação da unidade sindical”.²⁷⁶

A luta, como se depreende, extrapola questões específicas e interesses econômicos da categoria, não se limita a problemas do mundo do trabalho ferroviário. Há um desejo de Nação em que os trabalhadores constituam segmento respeitado e ativo na vida do País. Existe a preocupação com a ordem política na qual os ferroviários estão inseridos, e o espectro da ilegalidade exige a união de forças, pois significa prenúncio de tempos adversos.

Em Fortaleza, os funcionários da RVC mobilizam-se nesse contexto pelo pagamento da paridade com os demais funcionários públicos federais e pela reclassificação,²⁷⁷ decretando a prolongada greve que derruba o general Humberto Moura. A experiência vitoriosa motiva-lhes ainda a enfrentar, dois anos mais tarde, situação similar, na qual o grande intento mira a destituição do superintendente José Walter Cavalcante. É quando vem à tona, mais do que nunca, o conflito latente entre operários e engenheiros.

²⁷⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp; Fundação do Desenvolvimento Educacional, 1994, p. 447-449.

²⁷⁶ *O Povo*, ano XXXIV, n.º 10.334, 24/07/1961. Fortaleza, Coluna Sindical, p. 5; n.º 10.336, 31/08/1961, Fortaleza, p. 5; e n.º 10.370, 05/09/1961. Fortaleza, Coluna Sindical, p. 5.

²⁷⁷ *O Povo*, ano XXXIV, n.º 10.373, 09/09/1961. Fortaleza, p. 6.

Os engenheiros, afinal, formam uma espécie de “aristocracia” na RVC/RFFSA, são mais “bem pagos e politicamente mais moderados do que a massa do proletariado”.²⁷⁸ Na Rede, eles assumem os cargos de direção e de chefia, estão no topo da hierarquia diferenciadora de identidades entre os trabalhadores; estudaram em escolas convencionais, de forma sistematizada, têm nível superior; implantam os programas de educação profissional, oportunidade em que tomam o lugar de professores dos operários; são responsáveis pela manutenção da disciplina e, na maioria dos casos, “os guardiões do tempo no capitalismo industrial”.²⁷⁹

Na leitura de Antônio Bonifácio Parente, a greve contra o general Humberto Moura fora insuflada pelos engenheiros, que não gostavam do militar, e para beneficiar o também engenheiro José Walter.²⁸⁰ Se o projeto era esse, parece dar certo. José Walter assume a superintendência da RVC/RFFSA em 23 de agosto de 1962, depois dos nove meses da administração Aury Sampaio. Mas em pouco tempo as divergências e conflitos evidenciam-se. “Quisemos tirar o Zé Walter porque foram sendo criadas muitas divergências. A situação estava ficando difícil, não dava para ser contornado. Não tinha outra saída: ou tirava o Zé Walter ou o Sindicato ia perder o seu prestígio”, explica Francisco Pereira.²⁸¹ O estopim foi a decisão do superintendente de não pagar aos estatutários as gratificações de extraordinário.²⁸²

No início de 1964, crescem as insatisfações e os ferroviários realizam assembléia geral para pedir a exoneração de José Walter,²⁸³ que avisa: “Só sairei da RVC se for demitido”.²⁸⁴ A greve é anunciada, enquanto o superintendente “paga para ver”.²⁸⁵ Dentre as propostas apresentadas pelos trabalhadores ao ministro Expedito Machado, surge a ideia de um plebiscito.²⁸⁶

²⁷⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo Paz e Terra, Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros (trad.), 2000, p. 319.

²⁷⁹ Ver THOMPSON, E. P. *Costumes... Op. cit.*, p. 267-304.

²⁸⁰ Entrevista concedida ao autor, em 24/05/2008.

²⁸¹ Entrevista concedida a Rogério de Aguiar Moraes.

²⁸² Entrevista de José Elias Gonzaga concedida ao autor, em 21/04/2009.

²⁸³ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.161, 29/01/1964. Fortaleza, p. 8.

²⁸⁴ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.163, 31/01/1964. Fortaleza, p. 1 e p. 2.

²⁸⁵ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.164, 01-02/02/1964. Fortaleza, p. 1 e p. 7.

²⁸⁶ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.167, 05/02/1964. Fortaleza, p. 6; e *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.169, 06/02/1964. Fortaleza, p. 6.

O impasse, no entanto, continua,²⁸⁷ e o ministro propõe aos ferroviários adiarem a greve marcada para 14 de fevereiro,²⁸⁸ garantindo-lhes o direito de apontar o novo superintendente.

A crise na RVC/RFFSA é tema dos comentaristas. Oscar Pacheco Passos escreve que “a crise rebentada na RVC revela que ou os comunistas buscam os seus objetivos a custa do colapso da vida nacional repugnam as administrações eficientes e construtivas ou, em outra hipótese igualmente aceitável fazem chegar ao Ceará os planos de dominações dos serviços indispensáveis ao êxito de um processo revolucionário”.²⁸⁹ J.C. Alencar Araripe, em artigo assinado de primeira página, demonstra a estranheza de *O Povo* em relação à luta dos ferroviários pela demissão de José Walter.²⁹⁰ Passos e Araripe, evidentemente, são porta-vozes do deputado Paulo Sarasate, naquele momento empenhado no projeto sobre a venda das casas da Vila Demóstenes Rockert²⁹¹ e em garantir recursos para a construção do Hospital dos Ferroviários,²⁹² que nunca saiu do papel.

Do Rio de Janeiro, os presidentes da União dos Ferroviários, Jonas Daniel, e do Sindicato, Francisco Pereira, confirmam a exoneração de José Walter. O superintendente é convocado ao Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que engenheiros de diversas repartições públicas do Estado decidem suspender as atividades caso se consuma a saída do colega da RVC.²⁹³ Até os engenheiros da Chesf assinam pacto para entrar em greve, numa evidência dos conflitos entre os que vestem gravata e os que se sujam de graxa. Afonso Bento Bezerra e Antônio Bonifácio Parente vão à redação de *O Povo* mostrar o telegrama subscrito por Jonas Daniel, Francisco Pereira da Silva e Francisco Pedro, com o despacho da demissão de José Walter e nomeação de Aury Sampaio.²⁹⁴

A queda de braço continua. No dia 5 de março, uma quinta-feira, o Sindicato é palco de uma reunião em que Pacto Sindical, Federação dos

²⁸⁷ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.170, 08-09/02/1964. Fortaleza, p. 5.

²⁸⁸ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.172, 13/02/1964. Fortaleza, p. 2.

²⁸⁹ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.174, 15-16/02/1964. Fortaleza, p. 2.

²⁹⁰ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.184, 27/02/1964. Fortaleza, p. 1.^a.

²⁹¹ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.143, 07/01/1964. Fortaleza, p. 6.

²⁹² *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.167, 05/02/1964. Fortaleza, p. 1.^a.

²⁹³ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.185, 28/02/1964. Fortaleza, p. 2.

²⁹⁴ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.186, 29/02-01/03/1964. Fortaleza, p. 1.^a.

Sindicatos dos Portuários e deputados solidarizam-se com os ferroviários. A demissão de José Walter é anunciada, a euforia toma conta de todos. O mais enfático é José Jatahy. Ele encoraja os ferroviários a “promoverem greves para derrubarem Virgílio Távora, o maior dos Gorilas, que no dia 4 (quatro) quarta-feira, mandou a comando de um Capitão, à Pe. Andrade, sua Polícia a fim de surrar os pobres que ganharam um lote de terra para construírem suas moradas”.²⁹⁵

Mas as coisas não são tão simples assim. Nos bastidores, lutam para controlar a RVC o coronel Miranda, candidato do general Assis Brasil, e o engenheiro Paulo Moraes, candidato do ministro Expedito Machado.²⁹⁶ Este, por sua vez, costura um acordo para pacificar a “família ferroviária cearense”, contendo três pontos: 1) nomeação de José Walter para diretor da Rede Ferroviária Nacional; 2) permanência do engenheiro Elzir de Alencar Araripe Cabral respondendo pela RVC até a designação de novo superintendente; e 3) garantia de que o novo superintendente será escolhido após ouvidos o Sindicato dos Ferroviários e a Associação dos Engenheiros.

Há discordâncias cruciais e rupturas entre as lideranças. Lauro Brígido, para citar um caso, fica do lado do superintendente. De acordo com Pereira, porém, chega-se a um consenso, e a decisão da saída de José Walter é conquistada sem greve, com a nomeação do superintendente da ferrovia Belém-Bragança, o dr. Coci. “Tudo foi assinado, já às vésperas do golpe de 1964, mas o outro não chegou a assumir”. José Walter é reintegrado em 2 de abril, “com a garantia do Exército”,²⁹⁷ e permanece superintendente até 16 de março de 1967.

Para o artífice de obra José Alves de Lima, o “Serenó”, a história do Sindicato pode ser dividida em três “fases distintas” – a fundação, ocorrida pouco antes de 1964, o período do agente de estação Mardônio Sampaio, eleito na primeira eleição após o fechamento da entidade pelo Exército, e a fase atual do presidente José Maia da Silva. Em suas memórias, lembra que em 31 de março de 1964, estava no bar contíguo à sede da entidade (Rua 24

²⁹⁵ IPM-1964, v. 1, p. 235/Relatório Periódico de Informações (RPI) do Ministério da Guerra-IV Exército-10.ª Região Militar-23.º Batalhão de Caçadores, de 11/03/1964. Arquivo Associação 64-68 Anistia.

²⁹⁶ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.205, 23/03/1964. Fortaleza, p. 2.

²⁹⁷ *O Povo*, ano XXXVII, n.º 11.212, 02/04/1964. Fortaleza, p. 1.ª.

de Maio com Rua Senador Alencar), juntamente com o Eptácio, quando “um homem bem parecido e que dava a entender que estava ali também bebendo” os aborda, aconselhando-os a deixarem o recinto “porque isso aqui vai ser fechado”.

O bar já não mais existe, mas era uma espécie de sucursal do Sindicato onde o pensamento fluía sem o ritual imposto pelas lideranças, o lugar da política fora dos espaços instituídos, sem as restrições dos estatutos e livre da presença do patrão e dos chefes. No bar, a assembleia é regida pelo livre pensar, todos são iguais, todos têm vez, todos têm voz. “Ali todos se encontravam e falávamos de tudo”, recorda “Serenio”. De fato, em menos de 24 horas, o Sindicato é invadido, “ninguém entrava e ninguém saía... quando cheguei na General Sampaio estava tudo tomado...prenderam o Jonas Daniel, o Pereira, o Jorge e o Afonso”, recorda Serenio, que juntamente com Eptácio escala um muro pelos fundos. Era uma época diferente: “O povo acreditava em tudo... e quando chegavam no Sindicato o Peixoto de Alencar, Moisés Pimentel, Tarcísio Leitão, era a maior festa... Aquilo só faltava explodir”. Serenio conta ainda que “bastava um grito: ‘para o trem’ e pronto, ninguém trabalhava mais, era greve demais...”²⁹⁸

E vem a intervenção. “Eu fui destituído da função de presidente do Sindicato, e a DRT nomeou os interventores, através de uma junta governista. O Mardônio então concorreu à primeira eleição, ele participou da junta, teve a eleição, mas não teve oposição”, conta Pereira, acrescentando que depois da prisão e demissão “fomos proibidos de passar até às cercanias da empresa. Eu, Jonas Daniel, José Maria de Oliveira, Jorge, se fossem pegos na estação central, seriam presos novamente. Era uma decisão a nível de superintendência local. Eu me afastei totalmente”.²⁹⁹

A intervenção se oficializa em 24 de setembro de 1964, quando é designada a Junta Governativa presidida por Antônio Cândido Teixeira.³⁰⁰ Este renuncia e é substituído por Antônio Soares de Castro, em 15 de fevereiro de

²⁹⁸ *Locomotiva*, ano III, n.º 25, 01/1994. Fortaleza, p. 6.

²⁹⁹ Entrevista concedida a Rogério de Aguiar Moraes.

³⁰⁰ Portaria da DRT-CE, n.º 197, de 24/09/1964. Não tive acesso a esse documento, tomando dele conhecimento por meio das portarias n.º 23, de 15/02/1965 e n.º 175, de 17/12/1965, que a ele fazem alusão.

1965.³⁰¹ Às vésperas das eleições para renovação da diretoria, marcadas para 20 a 22 de dezembro daquele ano e que determinariam o fim do período da Junta Governativa, o Sindicato sofre nova intervenção. O delegado regional do Trabalho substituto, Vicente Cândido Neto, dispensa Antônio Soares de Castro e designa o escriturário Pedro de Sousa Wanderley para administrar a entidade dos ferroviários sob pretexto de “dissídios internos que tendem a perturbar o funcionamento normal da vida associativa daquela entidade de classe”.³⁰²

Era, de certo, apenas mais um lance do Estado autoritário. O desmantelamento do Sindicato dos Ferroviários, como de resto das organizações combativas, começou em 1.º de abril de 1964, com a invasão das entidades pelos militares. O funcionamento normal já havia sido perturbado, a liberdade esmagada. O golpe dissolve o patrimônio material dos trabalhadores. “A revolução tomou a camionete da União, o telefone e móveis, o terreno da Francisco Sá passou para o Sindicato, no tempo do Mardônio”, narra Lauro Brígido. Nas lembranças de Brígido, a União foi reaberta já em 1965. “Uma comissão de ferroviários foi à 10.ª Região Militar pedir a reabertura da União, aí o general foi ouvir o José Walter, ele disse que não tinha nada contra”.³⁰³ Ora, o mal já estava feito, mesmo. Durante a administração de José Walter, sobretudo depois do golpe, crescem as solicitações dos empregados para que seja sustado da folha de pagamento o desconto de um por cento em favor da União. Somente de maio a junho, são 313 pedidos.³⁰⁴ Enquanto isso, Mardônio Sampaio fica no Sindicato, provavelmente incentivado por José Walter, e o aposentado João Batista dos Santos vai presidir a União.

São outros tempos, outro contexto. As entidades se ajustam à situação. Os militantes comunistas ou mais combativos estão banidos e proibidos de se

³⁰¹ Portaria n.º 23, de 15/02/1965, assinada pelo delegado Regional do Trabalho no Ceará, Ubirajara Índio do Ceará, e registrada no Livro de Registro das Portarias da DRT/CE – 1965 a 1966, pela escriturária 8 Maria Amélia Leite, f. 6. Arquivo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

³⁰² Portaria n.º 175, de 17/12/1965, assinada pelo delegado Regional do Trabalho substituto, Vicente Cândido Neto, e registrada no Livro de Registro das Portarias da DRT/CE – 1965 a 1966, pela escriturária 8 Maria Amélia Leite., f. 97-98. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

³⁰³ Entrevista concedida a Rogério de Aguiar Morais.

³⁰⁴ Livro Boletim de Pessoal da RVC, janeiro a junho de 1964 – B.P., ano XXVI, n.º 988, 21/04/1964. Fortaleza, p. 187-189; n.º 991, 12/05/1964. Fortaleza, p. 234-235; B.P., n.º 992, 19/05/1964. Fortaleza, p. 246-247; B.P., n.º 993, 26/05/1964, Fortaleza, p. 261-262; B.P., n.º 994, 02/06/1964. Fortaleza, p. 275-276; B.P., n.º 995, 09/06/1964. Fortaleza, p. 286-287. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

aproximarem do lugar onde trabalharam por tantos anos. O medo assume o lugar de senhor da ocasião. As armas prevalecem, e as prisões estão à espreita. A estratégia é sobreviver para resistir. O Sindicato afasta-se das ruas e não participa da Passeata dos Vinte Mil,³⁰⁵ ruma na burocracia, ao comunicar à DRT o número de associados, apresentar pedido de habilitação para empréstimos na CEF,³⁰⁶ solicitar liberação de conta bancária e informar que não existe nenhum estrangeiro na entidade. As preocupações são outras, como “financiamentos de óculos”.³⁰⁷ Até a referência da sede no lugar-símbolo perde-se com as diversas mudanças de endereço para a Avenida Tristão Gonçalves, 168, em 1979;³⁰⁸ para a Rua Castro e Silva, 684;³⁰⁹ para a Rua Amazonas, 31, no bairro Couto Fernandes; e para o atual endereço, na Rua Pedro Borges, 33, Edifício Palácio Progresso, salas 1105 e 1106, Centro, em 2000.³¹⁰ Uma realidade distante dos anos de força que se agrava com a concomitante decadência do transporte ferroviário no País.

Nessas condições, o grupo de Mardônio Sampaio, Almir Gurgel de Sousa, José Alcides Sales, Francisco Carneiro de Araújo, Francisco de Castro Muniz, José Francisco, José Maia da Silva e Catão Lobo de Sousa comanda o sindicato por longos anos (figura 37). Mardônio é presidente por cinco mandatos, um período de 15 anos.³¹¹ Quando falece, em 1987, Osias Silvano

³⁰⁵ MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário* (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: UFC, 2008, p. 124, cita, dentre as entidades que participaram da passeata, a Federação dos Trabalhadores Cristãos, Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Ceará, Sindicato dos Bancários do Ceará, Frente de Renovação Sindical dos Comerciantes e Sindicato dos Conferentes do Ceará.

³⁰⁶ Ofício n.º 26/78, de 19/04/1978, enviado pelo presidente do Sindicato, Mardônio Sampaio, ao delegado Regional do Trabalho, Ademar Neiva de Sousa. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

³⁰⁷ Ata da Assembléia Geral Ordinária do Sindicato, realizada em 21/11/1983. Ofício n.º 096/83, de 21/11/1983, enviado pelo presidente do Sindicato, Mardônio Sampaio, ao delegado Regional do Trabalho, Ademar Neiva de Sousa. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

³⁰⁸ Ficha Situação Administrativa do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Ceará. Ministério do Trabalho e Previdência Social – Delegacia Regional – Seção Sindical; e Ficha de Assuntos Diversos do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Ceará. D.R.T.CE – Seção Sindical. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

³⁰⁹ D.R.T.CE. - Fichas de Assuntos Diversos – Seção Sindical. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

³¹⁰ Fax encaminhado pelo presidente do Sindicato, José Maia da Silva, ao delegado Regional do Trabalho no Ceará, Carlos Pimentel de Matos Junior, em 01/12/2000. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

³¹¹ Fichas cadastros do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Ceará/Ministério do Trabalho e Previdência Social/Delegacia Regional do Ceará/Seção

da Silva o substitui, mas seu herdeiro de fato é José Maia da Silva, diretor da entidade há mais de 40 anos, 20 dos quais como presidente. Esses dirigentes sobrevivem ao “ressurgimento do movimento sindical de massa em 1978” e à crise do “sistema autoritário de tutela sobre os sindicatos oficiais, implantado pelos militares”.³¹²

Quando funcionava no Couto Fernandes (Rua Amazonas, 31), bairro de forte concentração de ferroviários, as tensões vivenciadas entre trabalhadores, a direção da Rede e órgãos da repressão dão lugar aos conflitos entre correntes sindicais. Em 11 de maio de 1994, um grupo de participantes da Campanha Grito da Terra Brasil, que reunira cerca de 900 trabalhadores rurais do Ceará e delegações dos outros estados nordestinos, com forte participação de militantes da CUT, decide ocupar a sede do Sindicato. Nesse episódio, ocorrem depredações do patrimônio do sindicato, há violência entre grupos divergentes e documentos da entidade se extraviam, dentre os quais livros de atas.³¹³

Nos momentos áureos - os primeiros três anos da década de 1960 – pelas ruas do Centro, os ferroviários realizam importantes manifestações. É um tempo em que Fortaleza ainda conserva ares provincianos. O núcleo nervoso da cidade restringe-se à área (avenidas Dom Manoel, Duque de Caxias, Tristão Gonçalves) traçada no plano de Adolfo Herbster. A centralidade da capital é bem definida. Não há *shoppings*, o Palácio do Governo (atual sede da Academia Cearense de Letras) localiza-se a poucos metros da Praça do Ferreira, e o prefeito despacha no antigo Palácio do Bispo. Ali também funcionam os principais serviços públicos, a exemplo do Fórum Clóvis Beviláqua (Avenida Alberto Nepomuceno) e do Tribunal de Justiça.

Sindical. Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará. São quatro (04) fichas em folhas tamanho ofício, impressas e preenchidas a máquina.

³¹² BOITO JR., Armando. *Neoliberalismo e corporativismo de estado no Brasil*. In ARAÚJO, Ângela Maia Carneiro (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boi Tempo, 2002, p. 60.

³¹³ *O Povo*, LXVII, n.º 22.601, 12/05/1994. Fortaleza, p. 3E; e *Locomotiva*, ano III, n.º 29, 05/1994. Fortaleza, p. 1-6 e Edição Extra, 05/1994, p. 1-4.

CÉDULA ÚNICA

| Entidade: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Ceará | | | | | | |
|---|--|---|----------------------------------|---|---|-------------------------------|
| CHAPA <input type="checkbox"/> 1 | DIRETORIA | | | | | |
| | <table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">EFETIVOS</td> <td style="text-align: center;">SUPLENTES</td> </tr> <tr> <td> José <u>Mardônio Sampaio de Menêzes</u> José Alcides Sales Francisco Carneiro de Araujo </td> <td> José <u>Maia da Silva</u> Aristides Quintela da Silva Francisco Sobreira da Silva </td> </tr> </table> | EFETIVOS | SUPLENTES | José <u>Mardônio Sampaio de Menêzes</u> José Alcides Sales Francisco Carneiro de Araujo | José <u>Maia da Silva</u> Aristides Quintela da Silva Francisco Sobreira da Silva | |
| | EFETIVOS | SUPLENTES | | | | |
| | José <u>Mardônio Sampaio de Menêzes</u> José Alcides Sales Francisco Carneiro de Araujo | José <u>Maia da Silva</u> Aristides Quintela da Silva Francisco Sobreira da Silva | | | | |
| CONSELHO FISCAL | | | | | | |
| <table border="0"> <tr> <td>Catão Lôbo de Scuza</td> <td>José Martins da Silva</td> </tr> <tr> <td>José Antonio da Costa Filho</td> <td>Francisco Lopes Bezerra</td> </tr> <tr> <td>Antonio Carlos Moreira</td> <td>Francisco Elia Gomes Carneiro</td> </tr> </table> | Catão Lôbo de Scuza | José Martins da Silva | José Antonio da Costa Filho | Francisco Lopes Bezerra | Antonio Carlos Moreira | Francisco Elia Gomes Carneiro |
| Catão Lôbo de Scuza | José Martins da Silva | | | | | |
| José Antonio da Costa Filho | Francisco Lopes Bezerra | | | | | |
| Antonio Carlos Moreira | Francisco Elia Gomes Carneiro | | | | | |
| | DELEGADOS REPRESENTANTES | | | | | |
| | <table border="0"> <tr> <td>Joel Ferreira da Silva</td> <td>José Mardônio Sampaio de Menêzes</td> </tr> <tr> <td>Nahum Chaves Vieira</td> <td>Narcilio Fco. Cavalcante Mendes</td> </tr> </table> | Joel Ferreira da Silva | José Mardônio Sampaio de Menêzes | Nahum Chaves Vieira | Narcilio Fco. Cavalcante Mendes | |
| Joel Ferreira da Silva | José Mardônio Sampaio de Menêzes | | | | | |
| Nahum Chaves Vieira | Narcilio Fco. Cavalcante Mendes | | | | | |
| CHAPA <input type="checkbox"/> 2 | DIRETORIA | | | | | |
| | <table border="0"> <tr> <td style="text-align: center;">EFETIVOS</td> <td style="text-align: center;">SUPLENTES</td> </tr> <tr> <td> Antonio Aristóbulo Teixeira Francisco Rocha Porfirio Reimundo Francisco Felix da Silva </td> <td> José Hamilton Pereira Valdir Rômulo Cabral da Silva Haroldo da Silveira Oliveira </td> </tr> </table> | EFETIVOS | SUPLENTES | Antonio Aristóbulo Teixeira Francisco Rocha Porfirio Reimundo Francisco Felix da Silva | José Hamilton Pereira Valdir Rômulo Cabral da Silva Haroldo da Silveira Oliveira | |
| | EFETIVOS | SUPLENTES | | | | |
| | Antonio Aristóbulo Teixeira Francisco Rocha Porfirio Reimundo Francisco Felix da Silva | José Hamilton Pereira Valdir Rômulo Cabral da Silva Haroldo da Silveira Oliveira | | | | |
| CONSELHO FISCAL | | | | | | |
| <table border="0"> <tr> <td>Aldeci Sales da Costa</td> <td>Mateus de Sousa Paiva</td> </tr> <tr> <td>Edson Dantas Raulino</td> <td>Roberto Lucio Alves Ferreira</td> </tr> <tr> <td>Antonio Bezerra de Araujo</td> <td>Valdenor Pinheiro Ferreira</td> </tr> </table> | Aldeci Sales da Costa | Mateus de Sousa Paiva | Edson Dantas Raulino | Roberto Lucio Alves Ferreira | Antonio Bezerra de Araujo | Valdenor Pinheiro Ferreira |
| Aldeci Sales da Costa | Mateus de Sousa Paiva | | | | | |
| Edson Dantas Raulino | Roberto Lucio Alves Ferreira | | | | | |
| Antonio Bezerra de Araujo | Valdenor Pinheiro Ferreira | | | | | |
| | DELEGADOS REPRESENTANTES | | | | | |
| | <table border="0"> <tr> <td>Antonio Aristóbulo Teixeira</td> <td>José Florencio da Silva</td> </tr> <tr> <td>Francisco Elias de Moraes</td> <td>Nilson Moreira Siqueira</td> </tr> </table> | Antonio Aristóbulo Teixeira | José Florencio da Silva | Francisco Elias de Moraes | Nilson Moreira Siqueira | |
| Antonio Aristóbulo Teixeira | José Florencio da Silva | | | | | |
| Francisco Elias de Moraes | Nilson Moreira Siqueira | | | | | |

Figura 37 – Cédula única da eleição para o Sindicato dos Ferroviários, vencida por Mardônio Sampaio.

Arquivo Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

Nesse perímetro (mapa 5), José Maria de Oliveira, presidente da União dos Ferroviários no período de 1961 a 1963, articula, no dia 31 de agosto de 1961, a passeata pela equiparação dos trabalhadores do Quadro de Obras à

Lei da Paridade. Dessa passeata participam José de Moura Beleza,³¹⁴ Tarcísio Leitão e Carlos Jatahy.³¹⁵

Os ferroviários também levantam outras bandeiras da luta social. Juntamente com bancários, servidores públicos e donas de casa, realizam, em 10 de maio de 1962, passeata da Campanha pela Contenção de Custo de Vida.³¹⁶ A concentração ocorre na Praça da Estação (Castro Carreira), de onde uma pequena multidão percorre as principais ruas de Fortaleza, visita jornais³¹⁷ e estações de rádio,³¹⁸ encerrando-se às 20 horas, em frente à Coluna da Hora, na Praça do Ferreira. Na oportunidade, falam o padre Arquimedes Bruno e José de Moura Beleza.

Em 24 de maio, os ferroviários concentram-se novamente na Praça da Estação e marcham ao encontro dos bancários, portuários e estudantes em passeata. Outra passeata, em 1.º de junho, protesta contra o descaso do governo em relação ao atendimento das reivindicações dos bancários e estudantes. Em geral, as manifestações ocorriam sob a orientação do Pacto Sindical. Eles faziam a festa, expressão legítima e autêntica dos trabalhadores,

³¹⁴ Nasceu no Piauí em 18 de fevereiro de 1921. Funcionário do Banco do Brasil, presidiu o Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará, o Pacto Sindical e foi candidato a prefeito de Fortaleza pela coligação PSB-PST, nas eleições de 7 de outubro de 1962, sendo derrotado por Murilo Borges, do PL. Teve os direitos políticos cassados em 13 de junho de 1964. Morreu em Ribeirão Preto, São Paulo.

³¹⁵ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072097-7, p. 26.

³¹⁶ A inflação ultrapassara 52% ao ano, em 1962, contra 35% do ano anterior.

³¹⁷ Os jornais da cidade tinham sede no Centro, sobretudo na Rua Senador Pompeu.

³¹⁸ A televisão só chega a Fortaleza em 1960, informa NOBRE, Geraldo S. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974, p. 156, e não havia ainda abalado o prestígio de jornais e rádios. Ver também MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar. *Estudos de comunicação no Ceará*. Fortaleza: Agora, 1985. CAMPOS, Eduardo. *TV Ceará: a fábrica de sonhos*. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar, 1999. QUEZADO, Ana. *Fortaleza nos primeiros tempos da TV: cotidiano, memória e cultura (1958-1965)*. 2007, 187 f. (Mestrado em História Social)- Universidade Federal do Ceará, p. 91, diz que “nos dois primeiros anos, a televisão era um objeto de luxo das elites do Ceará [...]”.

MAPA 5
OS LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO E PERCURSO DAS PASSEATAS



assim como os companheiros de Batistinha terminavam na “festa da Paridade, do Plano de Classificação, do Substitutivo ao Plano. A gente vivia inventando coisas. A gente fez grandes festas. Para mim greve é uma festa. Acho que é quando o trabalhador se manifesta, dá vazão a todo o seu sentimento, materializa a luta de classes”.³¹⁹

E assim, sob os acordes de uma banda, os ferroviários entoam o *Hino do Ferroviário* (figura 38) composto por José Jatahy (figura 39):

*Decididos a vencer
Confiantes no poder
Da nossa grande unidade
Sob o sol vemos raiar
Luminoso a despontar
Como a nossa fraternidade
Quanta luta já passou
Uma história já ficou
A grande força operária
Muitas outras hão de vir
Nós iremos repetir
A vitória ferroviária*

*Ferroviário, ferroviário
Uma força em prol da Nação
Ferroviário, ferroviário
Muita paz e amor no coração
Ferroviário, ferroviário
Onde a nossa voz vai ecoar
Ferroviário, ferroviário
A injustiça iremos derrubar*

*Nossos braços descerão
Os algozes da Nação
É a luta ferroviária
Sempre unidos lutaremos
O Brasil defenderemos
Nós e toda classe operária
Quando a locomotiva apita forte e sempre altiva
Qual nossa voz a clamar
Nosso grito independente
Neste país continente
Bem forte há de ecoar*

³¹⁹ CAMPOS, Luiz Arnaldo. *Batistinha... Op. cit.*, p. 36.



Figura 38 - Disco com o *Hino dos Ferroviários*, uma marcha hino cantada com orquestra e coro regidos por Nélson Ferreira.
Arquivo Nirez.



Figura 39 - José Jatahy, que presidiu o Sindicato dos Músicos (29/05/1960 a 29/05/1962) e o Pacto Sindical, compôs o *Hino dos Ferroviários*. A foto é dedicada “Ao Cabral, com minha estima”, datada de 22/04/1937.
Arquivo Nirez.

Uma das composições de José Jatahy, músico dedicado às lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, o *Hino dos Ferroviários* ressalta a memória das lutas sem olvidar os confrontos vindouros; utiliza o vocabulário da luta operária na qual o sol é o símbolo de uma poética que nasce e se fortalece no seu movimento diário de se pôr e despertar, pois é preciso combater a injustiça. Para isso, é necessário a unidade, a fraternidade (aqui, no sentido de solidariedade), a força dos trabalhadores. O senso de nação e o sentido de pátria imbricam-se com o desejo de paz e de amor. Os valores ferroviários estampam-se nitidamente, com confiança e emoção. É, sem dúvida, uma simbologia de classe, podendo conferir “uma representação quase totêmica” à luta de classes, numa paráfrase livre de Catroga.³²⁰

Para difundir o hino, José Jatahy - irmão do gráfico comunista Carlos da Costa Jatahy, que presidiu o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Fortaleza (07/02/1961 a 07/02/1963) e militava no PCB - recebe, em 4 de dezembro de 1963, Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) da União dos Ferroviários do Ceará referentes à primeira parcela da confecção de mil discos da *Canção do Ferroviário* e da *Canção da Unidade Sindical*. A segunda parcela, no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), fica de ser paga no ato de entrega dos discos, em janeiro de 1964, por ocasião do Congresso dos Ferroviários, em Recife. Esse documento e o disco reforçam, mais uma vez, a influência dos ferroviários no Pacto Sindical. Ainda no dia 30 de março de 1964, ele também propõe, em carta endereçada ao deputado Hermes Correia, que se mostrara interessado na gravação da *Canção da Unidade Sindical*, a prensagem de 200 mil discos, para o CGT “fazer finança”.³²¹

Porém, o golpe, que já rondava o movimento sindical de algum tempo, frustra o plano. Em cabograma enviado ao presidente João Goulart, o Sindicato e a União dos Ferroviários do Ceará alertam:

Sindicato e União dos Ferroviários do Ceará interpretando o pensamento de seus associados, vem hipotecar solidariedade ao vosso governo, ao mesmo tempo em que declara que irão às últimas consequências na luta contra o grupelho golpista e em defesa dos

³²⁰ Sobre simbologias nacionais, ver CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC; Museu do Ceará, 2005, p. 154.

³²¹ IPM-1964, v. 2, Livro 3, fls. 686-687; e Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 41.

princípios democráticos. Os ferroviários cearenses jamais permitirão que os inimigos da democracia brasileira assumam o poder político. Confiamos que V. Exa. apoiado pelas forças patrióticas esmagará os reacionários e seus intentos de perturbar a vida da nação e evitar que o governo realize as reformas de base, única solução capaz de garantir o desenvolvimento econômico e político de nossa Pátria. Saudações – José Maria de Oliveira, presidente da União e Francisco Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Ferroviários do Ceará.³²²

Em 1962, no dia 10 de maio, lá estão os ferroviários participando da passeata organizada pelo Pacto Sindical e denominada de “monstro” pelas autoridades policiais.³²³ Após percorrer “diversas ruas da capital”, os trabalhadores concentram-se na Praça do Ferreira. À época, o logradouro, arborizado, ainda conservava ares bucólicos. Ao centro, a Coluna da Hora, erguida na administração do prefeito Raimundo Girão e, ao norte, o Abrigo Central. Os bancos da praça eram referências, tinham função de espaço público de debates e troca de informações. Um dos mais famosos era o banco dos comunistas, onde se sentavam Alberto Galeno, Alúcio Gurgel do Amaral (“Timoshenko”), Mário Souto, Pedro Jerônimo, dentre outros.³²⁴ O banco acaba varrido do cenário da praça na reforma autorizada pelo prefeito José Walter, em 1968, quando os “caixotões”, interceptadores da continuidade espacial da praça,³²⁵ quebra a harmonia do espaço público. Parece vingança contra um dos lugares-símbolo da luta dos ferroviários – onde toda sorte de grupo ideológico discutia os problemas da política –, que inclusive haviam lutado conta a posse dele na direção da RVC. Restaram, porém, as memórias dos que viam a praça como um lugar de cumplicidade da luta social.

Na manifestação daquele 10 de maio, José Maria de Oliveira é um dos oradores,³²⁶ ao lado de José de Moura Beleza e José Maria Barros Pinho. O *Hino dos Ferroviários*, mais uma vez, anima a massa. Na semana seguinte, dia 17 de maio, os ferroviários voltam às ruas. Às 18 horas, quando os trabalhadores das mais diferentes categorias encerram o expediente, outra passeata deixa a Praça da Estação seguindo até a Coluna da Hora. Dessa vez,

³²² *O Povo*, ano XXXV, n.º 10.697, 01/06/1962. Fortaleza, Coluna Sindical, p. 5.

³²³ Processo Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072097-7, p. 26. Informação Atividades subversivas de José Maria de Oliveira, da Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará, encaminhada pelo chefe da SISP ao delegado da DOPS.

³²⁴ GALENO, Alberto S. *A Praça... Op. cit.*, p. 8-9 e p. 60-63.

³²⁵ CASTRO, José Liberal de. *A Praça do Ferreira de 1968*. In *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, tomo CV, ano CV, p. 70. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1991.

³²⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072097-7, p. 27.

a manifestação deve-se à não-aprovação pelo Senado de um aumento de 50%.

Esses exemplos demonstram a militância dos ferroviários e sua presença rebelde na vida da cidade, cheia de contradições e de dinâmica complexa. Uma presença insubmissa, em constante movimento, ativa, contando com a influência hegemônica de um partido político no meio da categoria: o PCB.

3.3 A militância no Partido Comunista Brasileiro

De longos tempos os ferroviários manifestam adesões políticas ou partidárias, seja em caráter individual ou coletivamente. O chefe de tráfego da EFS, Lima Brandão, funda, em 15 de dezembro de 1889, um centro republicano.³²⁷ Como demonstramos no início deste capítulo, os “ferroviários-soldados” combatem a oligarquia aciolina, em 1912, liderados por Raimundo Assunção e João Gomes, optando contra a política do PRC. E em 1914, tentam manter Franco Rabelo no poder.

Diversos ferroviários registram seus nomes nas contendas eleitorais. O longevo Valdemar Cabral Caracas elege-se vereador de Fortaleza pelo PRP nas eleições de 1936, mas tem o mandato cassado na repressão do Estado Novo.³²⁸ Anos mais tarde, ingressa no PSB, fazendo parte da Comissão Estadual na condição de secretário sindical.³²⁹

Nas eleições de 7 de outubro de 1962, o ferroviário Francisco Pereira da Silva candidata-se a vereador pelo PSB, fazendo dobradinha com Aníbal Bonavides, o “Advogado dos Ferroviários”, para deputado estadual. No santinho de Pereira (figura 40), observa-se a identidade de classe expressa no chamamento aos colegas trabalhadores: “*Companheiro Ferroviário – Não dê seu voto a um ESTRANHO! A 7 de outubro vota num FERROVIÁRIO. PEREIRA – Combatente defensor da nossa classe*”.³³⁰

³²⁷ MONTENEGRO, Abelardo F. *Os partidos... Op. cit.*, p. 67.

³²⁸ *Universidade Pública*, nov./dez/2007. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, p. 21.

³²⁹ MONTENEGRO, Abelardo F. *Os partidos... Op. cit.*, p. 147.

³³⁰ IPM-1964, v. n.º 2, Livro 3, fls. 705; e Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 40.



Figura 40 - Santinho da campanha política do ferroviário Francisco Pereira da Silva a vereador de Fortaleza (CE).

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 40.

Pela importância da categoria, os ferroviários, de outro modo, recebem o assédio de políticos ou muitas vezes fazem alianças de acordo com seus interesses. Na pesquisa, emergem, por exemplo, os movimentos de apoio recíproco entre ferroviários e o deputado Paulo Sarasate, muito frequentes até o golpe de 1964.

Em setembro de 1979, a VAR-Palmares distingue em seu programa os trabalhadores dos transportes marítimos, *ferroviários* (grifo meu), rodoviários, estiva e carga; e nos serviços de utilidade pública: eletricidade, comunicações como forças importantes do proletariado urbano.³³¹

No “Programa Mínimo da Revolução Brasileira”, o Partido Revolucionário Comunista (PRC) inclui nas resoluções do seu 1.º Congresso, concluído em 21

³³¹ REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de Sá. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerdas dos anos 1961-1971*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 328-329.

de janeiro de 1984, a bandeira do “controle operário sobre as empresas estatais”,³³² dentre as quais se inclui, evidentemente, a RVC.

Em um panfleto (figura 41) do Comitê Político dos Ferroviários distribuído na campanha à eleição de 1962, a mensagem prega: “Ferroviários votarão assim: Governador – Adahil, Prefeito – Cesário, Deputado Federal – Moysés Pimentel, Deputado Estadual - Aníbal Bonavides, Vereador – Azevedo.



Figura 41 - Panfleto do Comitê Político dos Ferroviários, no qual aparece o ferroviário Azevedo, considerado “um dos conhecidos agitadores da RVC”.

IPM-1964, v. n.º 2, Livro 3, fls. 705/Arquivo Associação 64-68; e

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024377-0, p. 42.

Desse grupo, elegem-se Moysés Pimentel (deputado federal), Aníbal Bonavides (deputado estadual) e Cesário Barreto Lima, político reconhecidamente apoiador dos ferroviários, que chega à Prefeitura de Sobral para o mandato de 1963 a 1967. Azevedo, o presidente do Núcleo dos Ferroviários de Sobral, não consegue seu intento e acaba transferido pela direção da RVC.³³³

³³² RESOLUÇÕES do 1.º Congresso do Partido Revolucionário Comunista. [S.l.: s.n., s.d].

³³³ IPM-1964, vol. n.º 2, Livro 3, fls. 704. Arquivo Associação 64 68 Anistia.

Mas, em Fortaleza, é o PCB que constrói hegemonia entre os ferroviários. Os escritos de Aníbal Bonavides apreendidos pelo Exército revelam que o Partido designa “os melhores quadros” para atuarem na RVC/RFFSA, objetivando a construção da organização. Para isso, forma comissões sindicais na ferrovia, empresa a ser defendida “com unhas e dentes”; realiza campanhas de sindicalização; e aumenta os efetivos do Partido entre os ferroviários, ao lado de têxteis e de trabalhadores da orla marítima.³³⁴

Essas ações do PCB, na perspectiva de Bonavides, levam o movimento sindical cearense a tornar-se o “centro do movimento de massas em Fortaleza”, quando antes girava em torno do movimento estudantil. Para ele, “as forças políticas da burguesia procuram aproximar-se do Pacto Sindical, cuja influência se acentua”, observando-se “progresso na conquista da unidade sindical (na cúpula e na base)” e o “isolamento dos pelegos”. Como prova desse “progresso”, ressalta as greves de bancários, motoristas e ferroviários. Bonavides considera “notáveis” os avanços no trabalho das organizações de massa, exemplificando, em particular, o Sindicato e a União dos Ferroviários.

Internamente, o processo de organização e de luta cria divergências na cúpula do Partido. É o que ocorre, por exemplo, quando cresce o conflito entre ferroviários e o superintendente José Walter Cavalcante. O relato de Lauro Brígido Garcia revela, assim, como parte do PCB age para conciliar os interesses:

Eu era um cara de proa do Partidão, mas passei a discordar da orientação, porque eu achava que não poderia parar uma estrada de ferro, prejudicar a economia da empresa e o desenvolvimento do Estado porque não se pagava extraordinário de 50 operários no dia marcado. Assim estava degenerado. Então eu mostrei que aquela política sindical estava errada, a política do Partido estava equivocada, houve discordância. Nesta discordância, aí eles lutaram para botar o Zé Walter para fora, e eu fiquei do lado do José Walter.³³⁵

O testemunho expõe as diferentes orientações em que estavam envolvidos os ferroviários, a natureza diferenciada dos projetos em disputa. Um

³³⁴ IPM-1964, Anexo 3, s. p. Esse esforço envolvia ainda a Ceará Industrial e São José (têxteis), Brasil Oiticica (óleos e vegetais), Serviluz (orla marítima), universitários das faculdades de Direito e Agronomia, secundaristas do Liceu do Ceará, o Centro Estudantil Cearense e os municípios de Sobral, Crateús, Itapajé, Quixadá, Aurora, Guaramiranga e Crato.

³³⁵ Entrevista concedida a Rogério de Aguiar Moraes.

dos mais conhecidos líderes ferroviários cearenses, Lauro Brígido participou do secretariado do PCB no Estado, foi vereador em Fortaleza em dois mandatos (1948-1950 e 1951-1954) e era “responsável pela política sindical”. Quando convidado por José Walter Cavalcante para assumir a escola ferroviária, nada pôde fazer “sem ouvir o Partido”, que concordou, pois a análise sustentava tratar-se de uma boa oportunidade, “uma chance para a juventude”, e “o quadro da escola era uma experiência que interessava politicamente”.

A ligação com o PCB talvez tenha representado uma experiência importante dos ferroviários em termos de militância partidária. As mais conhecidas lideranças da categoria tiveram responsabilidades no Partido, em diferentes períodos. Assumiram tarefas, acolheram as orientações programáticas. Militantes anônimos também pichavam muros, promoviam reuniões e ainda guardavam seus sentimentos de luta, no íntimo, ou os manifestavam clandestinamente, mesmo depois do golpe de 1964.

Os ferroviários construíram um longo percurso de atuação política. Cláudia dos Santos, ao investigar a repressão e resistência dos ferroviários paulistas, no período 1930-1945, fundamentada nos prontuários do DEOPS/SP, identifica que ferroviários partidários do comunismo utilizavam-se do trem para propagarem sua ideologia por vasta extensão do interior de São Paulo. Essa possibilidade atraiu a repressão aos operários e uma cerrada vigilância ao espaço de disseminação de idéias caracterizado pelas ferrovias.³³⁶

Carlos Augusto Pereira do Santos acrescenta que, no período de 1927 a 1950, “a maioria dos militantes e simpatizantes do Partido Comunista em Camocim estava entre os ferroviários e carregadores do porto”.

Seus histórias se entrecruzam, seus objetivos se combinam e quase sempre estarão no mesmo barco ou no mesmo trem, na linha de frente de obstrução de uma linha férrea para impedir a saída de um comboio ou numa paralisação conjunta pra não carregar navios. Esse espaço, apesar de suas especificidades, e uno, seja visto de cima por uma lente a retratar seu conjunto físico harmonioso, [...] seja visto de baixo por alguém que traz na memória a azáfama do entardecer... Gente chegando e gente partindo, braços, ombros e cabeças enchendo e

³³⁶ SANTOS, Cláudia Cristina dos. *Pelos trilhos da subversão: história de repressão e resistência dos ferroviários paulistas (1930-1945)*. 2005. 215 f. Monografia (Graduação em História - Universidade de São Paulo).

esvaziando porões e vagões, o movimento da importação e da exportação.³³⁷

Ao Partido também interessava aquela militância, não apenas pelo contato com cerca de cinco mil ferroviários no Ceará, assim como pela facilidade de penetrar nos núcleos urbanos para propagar idéias, aproveitando-se do próprio exercício da atividade. Desta forma, embora na clandestinidade em determinadas fases, a política partidária torna-se espaço privilegiado.

Vejamos três exemplos. A Sociedade Beneficente dos Ferroviários participa das festividades de 1.º de maio de 1946, organizadas pelo Partido; nas eleições de 1947, o PCB apresenta uma lista de 22 candidatos indicados às eleições estaduais, dentre os quais os ferroviários Euclides Maia e João Farias de Sousa, tendo este obtido voto em quase todos os municípios da região, tais como Crateús, Ipu, São Benedito, Sobral, Granja e Camocim; e, no “programa mínimo” a ser exposto à população, a preocupação em inserir as reivindicações dos ferroviários: “aquisição de material rodante e tração, reaparelhamento das oficinas da RVC e execução dos planos rodoviários e ferroviários já elaborados”.³³⁸

Nos processos da Comissão de Anistia é possível identificar, por meio da análise dos diferentes tipos de documentos, os ferroviários que se declaram comunistas. Em alguns casos, a militância no PCB é identificada na certidão da ABIN, como ocorre com José Elias Gonzaga³³⁹ e Ademar Paulino de Freitas.³⁴⁰ Este, no próprio requerimento assinado pelo procurador dele, também assume a condição de militante do PCB.

Outros casos requerem cautela, afinal eram tempos difíceis, de perseguição. Antônio Bonifácio Parente, por exemplo, “era apontado como militante do PCB”. Entretanto, quando depõe na comissão de inquérito administrativo da RFFSA “ficou tonto e sem saber o que responder, porque

³³⁷ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade... Op. cit.*, 2007, p. 60.

³³⁸ RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará: ascensão e declínio – 1922-1947*. Fortaleza; Universidade Federal do Ceará; Stylus, 1989, p. 99-100; p. 79; p. 103 e p. 83-84.

³³⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269931-2, p. 22. Na entrevista concedida ao autor, em 21/11/2007, José Elias Gonzaga confirma que integrou os quadros do Partido.

³⁴⁰ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269963-0, p. 5 e 33.

nunca fui comunista, não fazia parte de nenhuma associação de classe do pessoal da Estrada de Ferro [...]”³⁴¹.

Os demais processos não apresentam informações. Por isso, considerei relevante indicar (Tabela 3) o documento-base incluído em cada processo, no qual se encontram informações sobre a participação dos ferroviários no PCB, mesmo que, em alguns momentos, na clandestinidade.

Tabela 3 – Documentos que identificam ferroviários militantes do PCB

| Nome | Informação | Documento |
|----------------------------|--------------------|---|
| Ademar Paulino de Freitas | Militante | Requerimento/Certidão ABIN |
| Afonso Bento Bezerra | - | - |
| Antonio Bonifácio Parente | - | - |
| Antonio Paulino dos Santos | - | - |
| Benedito Teixeira Marques | Membro, filiado | Certidão ABIN |
| Fco. Carlos Alcantarino | Membro assumido | Requerimento, Memorial |
| Fco. Cláudio de Medeiros | - | - |
| Fco. Colares de Oliveira | - | - |
| Francisco Pereira da Silva | Militante, filiado | Requerimento, Termo SSP/PE e jornal <i>Locomotiva</i> |
| Francisco Silva Araújo | - | - |
| João Farias de Sousa | Militante, filiado | Requerimento e Auto SSP/CE |
| João Licínio da Silva | - | - |
| Jonas Daniel | Militante, filiado | Certidão ABIN |
| José Duarte | Militante, filiado | Requerimento |
| Jorge Pereira Nobre | Nome em relação | Certidão ABIN |
| José Arimatéa de Lima | - | - |
| José da Silva Palhano | - | - |
| José Elias Gonzaga | Militante, filiado | Certidão ABIN e depoimento oral |
| José Maria de Oliveira | Militante | Testemunhos |
| Manoel Graciano de Macedo | Militante | Testemunho |
| Rdo. Ferreira de Melo | Militante | - |
| Rdo. Santana da Costa | - | - |
| Ramyses Selvas Braga | Militante | - |
| Vicente Dias Araújo | - | - |

Fonte: Processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou.

³⁴¹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072072-1, p. 4.

O aposentado Francisco Carlos Alcantarino é um dos que assumem a condição de militante comunista, embora sem cargo diretivo. É o que confirma em documento (*ipsis literis*) encaminhado à Comissão de Anistia:

Castelo Branco era o mandante de tudo, às 21:00 hs, todos deveriam se recolher. Eu mesmo após este horário, saía de casa, dava a desculpa para algum soldado que iria a farmácia comprar remédios, eles sempre mantinham uma farmácia a disposição do povo, durante a noite, ia pichar em defesa do povo. Eu cansei de pegar um tamborete, ir para uma fábrica cheia de operários e fazer discurso sobre política comunista. Quando o exército estava lá longe, os companheiros tiravam o chapéu para avisar, era um tipo de código. Os colegas que me acompanhavam era o compadre Altino, Blanchard Girão, Marcílio Lima, José de Moura Beleza.³⁴²

Nascido em Fortaleza, em 25 de novembro de 1917, o ex-telegrafista da RFFSA lembra que as reuniões também eram feitas na casa dele, na Rua Cruzeiro do Sul, n.º 189, no bairro Carlito Pamplona, embora o ponto chave fosse a Praça do Ferreira. Reuniam-se ainda ao lado da igreja da Sé, onde se passavam por homens frequentando o templo. Nesse exemplo, observa-se a estratégia, a astúcia dos militantes para “driblar” a vigilância policial.

Em documento³⁴³ com o carimbo SECRETO, o comissário Aluísio Figueiredo Gomes e o delegado Quariguasy Frota Sobrinho,³⁴⁴ da DOPS, recheiam o “currículo vermelho” de Alcantarino: “até a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, tomava parte ativa em movimento de Greve, notadamente nas de ônibus”, “é grande admirador de FIDEL CASTRO”; “acusado de pichar muros no bairro de Carlito Pamplona, com dizeres ofensivos à Revolução”; “tem um filho por nome Fidel, em homenagem a Fidel Castro e um outro de nome MULUMBA³⁴⁵ em homenagem ao Governo do

³⁴² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269984-3, p. 15.

³⁴³ Informação N.º 10/67 constante do Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269984-3, p. 22.

³⁴⁴ Quariguasi Frota Sobrinho foi vereador em Fortaleza.

³⁴⁵ As informações sobre os filhos de Francisco Carlos Alcantarino divergem. De acordo com José Elias Gonzaga, Fidel e Mulumba trata-se de uma pessoa só: Prestes Fidel Lumumba Jerônimo Alcantarino, que posteriormente teria mudado o nome. Já Seu Anilton diz que o amigo Francisco Carlos Alcantarino teve uma filha e dois filhos, Arquelau e Marcos.

CONGO BELGA.”³⁴⁶ O Estado fabrica documentos e “provas” para incriminar cidadãos. Para isso serve o aparato policial.

Já Francisco Pereira da Silva tem longa trajetória no PCB. Desde 1947, milita no partido. No documento “Termo de declarações que presta” à Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, em 30 de março de 1973, emerge a trajetória de Pereira.³⁴⁷ Atuante, participa do Movimento Pró-Paz, da campanha “O petróleo é nosso” e da campanha em favor do *Democrata*, jornal vendido, em 5 de agosto de 1945, pelo advogado e político Olavo Oliveira aos comunistas de Fortaleza por 250 contos de réis.³⁴⁸ Até então, Pereira não era ferroviário, profissão na qual ingressa em 1959, quando consegue aprovação no concurso para auxiliar de maquinista de locomotiva diesel na RVC.

No movimento sindical, a ascensão ocorre rapidamente. Entre os ferroviários, sua liderança é respeitada, sua atuação reconhecida. Em 1961, na Associação Profissional dos Trabalhadores Ferroviários do Estado do Ceará,³⁴⁹ elege-se, como candidato único, primeiro presidente do Sindicato dos Ferroviários. Essa eleição faz parte dos planos para o funcionamento do Secretariado do PCB no Ceará, que intencionava trabalhar com Pereira, caso fosse eleito, “ficando desligado da produção na Estrada”, além do fato de que Lauro Brígido Garcia estava em via de se aposentar da Rede.³⁵⁰ Pereira reelege-se em 1963. O golpe de 1964 interrompe seu segundo mandato à frente do Sindicato e lhe tira o emprego, obrigando-o a trabalhar como motorista de táxi até 1967. Nesse ínterim

[...] através de um antigo militante do Partido, Cardoso, é apresentado a um elemento do PCB, de nome “Paulo”, após a apresentação, o depoente começou a manter vários contatos políticos com o mesmo; que, daí “Paulo” frisou que o Partido deveria ser rearticulado na área de Fortaleza; que, como houvesse sido o presidente de um sindicato, tinha ele depoente um vasto conhecimento, principalmente com velhos militantes da organização, passando então a procurá-los; que, o depoente manteve vários contatos com antigos militantes do Partido, no

³⁴⁶ Atual República Democrática do Congo, país africano que conquistou a independência da Bélgica em uma guerra liderada pelo nacionalista Patrice Lumumba, e não Mulumba, como supunham os policiais da DOPS.

³⁴⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04269841-3, p. 16-25.

³⁴⁸ LIMA NETO, Ildfonso Rodrigues. *Escrita subversiva: o Democrata, 1946-1947*. 2006, 282 f. Dissertação (Mestrado em História Social)– Universidade Federal do Ceará, p. 88.

³⁴⁹ Entidade posteriormente denominada Federação dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Estado do Ceará.

³⁵⁰ IPM-1964, Anexo 3, s.p.

entanto, só conseguiu adesão de 4 elementos, “Hermes”, “Alves”, “Poli” e Diógenes, todos do conhecimento de “Paulo” [...].³⁵¹

Temendo as prisões na Rede em fins de 1967, Pereira foge de Fortaleza para Natal. Depois de quatro meses se transfere para Moçoró e só retorna à capital cearense no ano seguinte. Vem, então, o convite de “Paulo” para participar, em Moscou, de um curso de formação teórica, com duração de dois anos e aulas de economia política, filosofia, psicologia social e história do movimento operário. O biênio 1970-1971 é de formação e certa tranquilidade. “Durante esse período do curso, dois anos”, Pereira “recebia mensalmente como salário a importância de 180 rublos, pago pelo Partido Comunista Russo”.

Quando regressa ao Brasil, no itinerário Moscou-Paris-Buenos Aires-Montevideu-São Paulo-Fortaleza, mata as saudades da família até ser transferido para Pernambuco, “onde deveria dirigir as tarefas do Partido” como membro da Comissão de Reorganização do PCB, além de “angariar fundos”. Seus codinomes: “Chico” e “Renato”. No documento “Antecedentes”, da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, Francisco Pereira da Silva é considerado “o principal mentor de rearticulação do Partido, em Pernambuco”.³⁵²

Outro ferroviário militante, Lauro Brígido Garcia, secretário sindical do PCB, elege-se vereador de Fortaleza nas eleições municipais de 7 de dezembro de 1947, no curto período de legalidade. A bancada majoritária de esquerda é integrada ainda pelo padeiro Joaquim Alexandre Valentim e pelo metalúrgico Manuel Feitosa “ao lado de homens da classe média, intelectuais e profissionais liberais, como Alísio Mamede, Américo Barreira e José Júlio Cavalcante”.³⁵³ Dos 21 vereadores eleitos, oito são do PCB. Quando o Partido cai na ilegalidade, todos eles abrigam-se no Partido Republicando (PR), comandado por Acrísio Moreira da Rocha, prefeito eleito a quem os comunistas haviam apoiado.³⁵⁴

³⁵¹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04269841-3, p. 17.

³⁵² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04269841-3, p. 30.

³⁵³ *JD*, ano I, n.º 140, 07/03/1986. Fortaleza, p. 3.

³⁵⁴ PARENTE, Francisco Josênio C. *O Ceará dos “coronéis” (1945-1986)*. In SOUZA, Simone de. *Uma nova... Op. cit.*, p. 387-388.

Vivendo uma relação atribulada com o Partido, Lauro Brígido é tolhido na sua aspiração de estudar, de aprender. Na reunião semanal do Secretariado, pede um período de folga para melhorar o português: “Vinha das oficinas do Urubu, vinha de uma escola de formação operária, e precisava estudar mais, me qualificar, queria ter mais cultura, porque eu ia ser secretário da Câmara, e queria mostrar o valor da classe operária”. José Bento, um correligionário, se levanta e diz: “o companheiro quer aprender português, porque, depois de se aperfeiçoar em nossa língua vai passar para outro partido e ‘bum’ para nós”. A pretensão de Brígido é rejeitada. Para melhorar o português, ele tem que estudar “nas horas vagas”, durante a madrugada. “Era um partido sectário”, lamenta.³⁵⁵

As divergências acentuam-se no IV Congresso do Partido, no qual a tese 32 defendia a aproximação do campesinato ao latifúndio. “Isso era a maior contradição, se fosse o proprietário progressista, estaria certo, mas com o latifúndio, não dava”, explica Brígido, justificando que “a gente lutava pela reforma agrária, inclusive com violência”. No final, “foi aprovada uma proposta de minha saída do comitê por causa de minha discordância. Acharam que eu não poderia ficar tendo uma opinião contrária à da cúpula”.

Jonas Daniel, fiscal de movimento de trens, é outro ferroviário com intensa militância no PCB. Ele preside a União dos Ferroviários do Ceará, no período de 1962-1964, e participa das tentativas de reorganização do Partido no Ceará, nos anos 1970.³⁵⁶ “Foi um dos líderes do PCB no Ceará, pertencendo ao Setor de Imprensa”, “foi preso como militante do PCB, durante a ‘Operação Concurso’” (deflagrada pelos órgãos de segurança para prender pessoas acusadas de pertencerem ao PCB), “estava perfeitamente engajado no esquema de condução, traçado pelo Comitê Central do PCB”, “foi chefe de imprensa da ‘Voz Operária’, ‘Mundo em Revista’ e de panfletos subversivos no ano de 1973”.³⁵⁷

A *Voz Operária* é uma denominação de inúmeros jornais da imprensa operária brasileira. Surge em Aracaju (SE), Campinas (SP), Campos (RJ) e Rio de Janeiro (RJ), como observam Tucci Carneiro e Boris Kossoy. Os autores

³⁵⁵ Entrevista a Rogério de Aguiar Moraes.

³⁵⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072058-6, p. 37-38.

³⁵⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072058-6, p. 38.

analisam apenas o exemplar n.º 9, ano 1, publicado no Rio de Janeiro em 23 de julho de 1949, cujo diretor responsável é Waldir Duarte. O veículo apresenta-se como “jornal de vanguarda do movimento operário contra a guerra imperialista”.³⁵⁸ A partir de 1958, quando “os comunistas passam a dar valor à luta política e parlamentar, em face dos episódios marcantes de agosto de 1954 e novembro de 1955, sem esquecer o ano da denúncia do culto da personalidade stalinista, em 1956”, o jornal também vive uma fase de reorientação.³⁵⁹ Quando Jonas Daniel empenhado na tarefa de imprimir a *Voz Operária* para todo o Nordeste, o contexto é outro, o primeiro plano da luta é contra a ditadura militar.

O jornal *O Povo* estampa assim a manchete da sua edição de 10 de abril de 1973: “Imprensa comunista desmantelada no Ceará”. No texto da matéria, a relação dos ativistas presos, na qual se inclui o nome de Jonas Daniel e de Benedito Marques Teixeira, ambos ferroviários:

Instalada numa residência em Croatá, poucos quilômetros distante de Fortaleza, a tipografia do Partido Comunista Brasileiro, a exemplo do que ocorrera com a célula da mesma organização no Ceará, foi também desmantelada pelos órgãos de segurança. Ali vinham sendo impressas as revistas “Mundo em Revista”, “Estudos” e o jornal “Voz Operária”, além de panfletos, que eram difundidos da Bahia ao Maranhão. Foram apreendidos uma máquina impressora, um grampeador industrial, a aparelhagem destinada à fundição de chumbo, uma guilhotina, 1021 cliclês e várias latas de tinta. Acusados, foram indiciados e tiveram prisão preventiva decretada os seguintes elementos: José Leite Filho, Luís Carlos Leite, Jonas Daniel, Anário Batista de Carvalho, Mario José Aragão, Alberto Galeno Sampaio, Raimundo Uchoa Diógenes, Benedito Marques Teixeira e José Castilho de Souza.³⁶⁰

Nesse período, a ditadura militar impõe, “através dos mecanismos de censura, que somente se pode falar dos comunistas em reportagens voltadas para o relato de atos ‘terroristas’”.³⁶¹ Imprimir jornais e revistas afronta diretamente a ordem política estabelecida.

³⁵⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003, p. 224-225.

³⁵⁹ PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E- papers, 2007, p. 147-148.

³⁶⁰ *O Povo*, ano XLVI, n.º 13.999, 10/04/1973. Fortaleza, p. 1 e 12.

³⁶¹ MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998, p. 204.

O foguista Ramyses Selvas Braga também é preso, em 23 de janeiro de 1973, durante a “famosa ‘Operação Concurso’” e passa “a responder juntamente com outros companheiros ao Processo n.º 18/73 da Auditoria da 10.ª CJM, o chamado ‘Processo do PCB’, no qual foi indiciado em 30 de março de 1973 acusado de infração à Lei de Segurança Nacional”.³⁶² Nesse processo aparecem como acusados 18 militantes,³⁶³ dentre os quais três ferroviários: Ramyses, Jonas Daniel e Benedito Marques Teixeira.

Ramyse tem dois irmãos engajados nas tarefas do Partido. Hyme, funcionário público dos Correios e Telégrafos, e Ramid, controlador de movimento de trem da RVC/RFFSA. A eles pertencia o pequeno sítio denominado de “Maloca”, onde “surgiu a formação de um Comitê Estadual do PCB integrado por José Leite,³⁶⁴ Francisco Felipe Cardoso, Antônio Eurico de Queiroz, João Sales, Francisco Pereira da Silva e Vicente Pompeu da Silva”.

Jonas, Benedito e Pereira têm seus nomes relacionados ainda no “Doc. 4”, no qual está escrito “P.C.B.” Trata-se de uma espécie de organograma do Comitê Central do Partido, provavelmente produzido pelo Departamento de Polícia Federal-Superintendência Regional no Estado do Ceará e encaminhado à DOPS para orientar as perseguições. Relaciona os diferentes comitês com seus respectivos órgãos, os nomes de seus integrantes, com codinomes e respectiva situação (preso ou foragido).³⁶⁵

O documento (figura 42) revela que ao Comitê Regional, parte da cabeça organizacional juntamente com o Comitê Central, estão ligados:

³⁶² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072070-5, p. 4-6.

³⁶³ Ederval Araújo Xavier, João Sales, Anário Batista de Carvalho, Raimundo Uchoa Diógenes, Benedito Marques Teixeira, Alberto Santiago Galeno, Luiz Carlos Leite, Jonas Daniel, José Castaliano de Sousa, Ramid Selvas Braga, Ramyse Selvas Braga, Francisco Pereira da Silva, Pedro Granjeiro Amorim, Carlos Alberto Nascimento, Vicente Pompeu da Silva, Francisco Felipe Cardoso, José Leite Filho e Vulpiano Cavalcante de Araújo. Ver Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, n.º 04072070-5, 2004, p. 18.

³⁶⁴ O pernambucano José Leite Filho militou no PCB desde 1935, sendo preso no movimento comunista daquele ano. No final da década de 1960, recebe a missão de distribuir publicações do Partido no Nordeste, a partir de Fortaleza. Para isso, entra em contato com Anário Batista de Carvalho, conseguindo dele a cessão de um sítio localizado em Croatá, no município de São Gonçalo do Amarante (CE). Lá, sob os cuidados de Jonas Daniel, improvisam uma gráfica. José Leite era “homem dinâmico e de larga experiência em militância clandestina”. Ver documento assinado pelo procurador militar Júlio Carlos Crispino Leite, em 30/04/1973, anexo ao Ofício N.º 273/73, de 03/05/1973, encaminhado pelo auditor Ângelo Rattacaso Junior ao secretário de Segurança do Estado do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

³⁶⁵ Doc. 4 P.C.B. Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

- 1) Imprensa, órgão ao qual se vincula o “Aparelho de Croatá”, “local onde estava instalada a GRÁFICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – (PCB) -, distante de Fortaleza cerca de 75 kms”. Aí aparece o nome do ferroviário Jonas Daniel, com o codinome “Bastos” e a qualificação de “chefe das impressões de *Voz Operária*, *Mundo em Revista* e panfletos subversivos”. Sua condição é dada como preso;
- 2) Apoio/Comitês Estaduais, com seus braços em São Luís (Maranhão) Fortaleza (Ceará), Natal (Rio Grande do Norte), Salvador (Bahia) e Recife (Pernambuco). Nesse último comitê, Francisco Pereira da Silva tem codinomes “Renato” e “Pedro Renato”. Sobre o ferroviário diz que participou de ativos em Fortaleza, juntamente com militantes de outras áreas, além de ser “ativista” junto aos ferroviários em Pernambuco. Sua situação é de preso;
- 3) e o Comitê Zonal, a cargo de Alberto Santiago Galeno, cujos codinomes são “Silvestre” e “Galeno”, encarregado do setor político na reorganização do PCB em Fortaleza. Ao Zonal se ligam quatro células, uma das quais sob a responsabilidade do ferroviário Benedito Marques Teixeira, que tem os codinomes de “Relojoeiro” (alusão à atividade que adotou para sobreviver) e “Bené”. Ele é considerado ativista e cuida do Setor Político da reorganização do PCB. Tem a condição de preso.

Em relação ao “aparelho de Croatá”, Maria de Nazareth Aguiar Daniel, viúva de Jonas Daniel, lembra aqueles momentos com saudades. Apesar do sofrimento com a prisão do marido, hoje dá boas gargalhadas. Suas memórias são um misto de dor e alegria. Para ela, que aprendera a simpatizar com os ideais comunistas com seu velho pai, embora ele não fosse filiado ao Partido, aqueles tempos eram também de alegria, mesmo que sob constante vigilância da polícia. Dona Nazareth parece ser daquelas pessoas para quem “o sofrimento do passado é muito mais suportável, por encontrar-se ao lado de boas lembranças de alegria, afeto e realização, e a lembrança destas e daquelas pode ser uma coisa positiva”.³⁶⁶

Dona Nazareth e Jonas acordavam cedo, faziam compras no mercado São Sebastião e partiam no seu jipe para o sítio de Anário Batista de Carvalho,³⁶⁷ localizado em Coatá, no município de São Gonçalo do Amarante (CE). Ela passava dias, às vezes semanas, acompanhando o marido na empreitada. “O Jonas era muito inteligente. Como em Croatá não tinha energia elétrica, ele adaptou um mimeógrafo elétrico para manual e ensinou um rapaz, o João, a operar o equipamento. Aquele jornal era distribuído para todo o Nordeste”, narra, esclarecendo que Jonas já havia deixado o jornal, e “Bastos” (o codinome de Jonas Daniel para a Polícia), na verdade era “um rapaz que trabalhava com ele” e hoje está em São Paulo.

De acordo com a Certidão n.º 7.889 da ABIN, em setembro de 1971, o armazenista Benedito também tem seu nome relacionado no “Manifesto do Povo Maranhense”, como sendo líder dos ferroviários e membro do PCB. Segundo a certidão, o folheto reivindicava a legitimação do Partido no Brasil.³⁶⁸

Caso notório de ferroviário participando da vida do Partido é o do maquinista aposentado João Farias de Sousa, o “Caboclinho Farias”. Ele ingressa na RVC em 1927 e no PCB um ano depois, quando ainda morava em Camocim. Na condição de marinheiro, conhece Luís Carlos Prestes, de quem se torna amigo, construindo a partir de então uma longa e ativa militância.³⁶⁹ Resolve dedicar-se às atividades do Partido depois que se aposenta na

³⁶⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Lólio Lourenço de Oliveira (trad.), 1992, p. 208.

³⁶⁷ Militante comunista, proprietário da fazenda onde funcionava o aparelho do PCB em Croatá, no município de São Gonçalo do Amarante, Ceará.

³⁶⁸ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269966-5, p. 20-21.

³⁶⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04072073-0, p. 3-7.

RVC/RFFSA, na década de 1960. Viaja a Cuba, a convite de Aníbal Bonavides, e torna-se distribuidor do jornal *Novos Rumos* e de publicações do Partido Comunista Internacional, “encargo” atribuído “por um tal de Ramirez, Chefe Comunista do Sindicato dos Ferroviários Cubanos”.

Ao ser interrogado em 24 de novembro de 1964 pela DOPS, “Caboclinho” não escamoteia ao explicar como se torna comunista: “por meio da leitura”. O auto de busca e apreensão lavrado pela DOPS, em 16 de novembro de 1964, outro documento rico em informações, relaciona o material apreendido (Anexo 6) na casa de João Farias de Sousa.³⁷⁰

A importância da leitura na formação de Caboclinho é decisiva. A relação inclui 68 livros, de conteúdo marxista-leninista (por exemplo, *Fundamentos do marxismo-leninismo*, *Lenine, sua vida e sua obra*, *Manifesto do Partido Comunista*), teorias científicas (*A origem da vida*), romances (*O Cavaleiro da Esperança*), biografias (*Arraes, o fazedor de homens livres*), “livretos”, jornais (*Novos Rumos*), revistas (*Ferrovias*, *Com los pobres de la tierra*, *Rumo as Estrelas*, *Líderes do proletariado e do povo*, dentre outras), boletins da Embaixada de Cuba no Brasil e livros de história da Idade Média.

“Caboclinho” guardava ainda objetos coletados em suas andanças, memórias de sua militância, como a flâmula da organização cubana La Anap, quepe da milícia cubana e credencial para ingresso em um congresso de camponeses em Cuba. Da relação de fotografias destaca-se sua participação no Congresso Nacional dos Ferroviários, realizado em Campinas, São Paulo, na instalação do PCB no Ceará e lembranças da propaganda eleitoral de Aníbal Bonavides. Há também duas pastas contendo material relacionado ao Congresso dos Ferroviários.

Ao invadir sua privacidade, a polícia revela o andarilho revolucionário, o trabalhador engajado, o ferroviário partícipe. João Farias de Sousa é o típico militante “visionário”, “utópico” e “solidário” identificado por Lucilia Delgado em suas entrevistas com comunistas de Minas Gerais:

E pertencer a um partido comunista significa, ante de tudo, *para os próprios comunistas*, ter um espírito visionário e compartilhar

³⁷⁰ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072073-0, p. 29-32 e p.33-35.

sentimentos projetivos de renovação do mundo através da implementação da justiça social e da solidariedade para com a humanidade, em geral, e para com os operários e camponeses, em particular.³⁷¹

Notório também é o caso do ferroviário-militante José Duarte, um português que trabalhou como maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ambas no Estado de São Paulo. Nos interrogatórios a que era submetido, tinha uma resposta costumeira: “Meu nome é José Duarte, sou comunista e nada tenho a declarar”.³⁷² Ele ingressa no PCB em 1924 e constrói uma longa trajetória, tornando-se “figura emblemática do movimento comunista, homenageado já na ‘década de 40’ pelo escritor Jorge Amado, que o referencia no ‘portuguesinho Ramiro’, personagem da trilogia ‘Subterrâneos da Liberdade’”.³⁷³

Quase desde menino admirava os comunistas. Quando, aos quatorze anos, deixara de engraxar sapatos para ingressar na fábrica, já entendera muito sobre os seus feitos e toda a sua simpatia estava com eles. Foi um bom elemento de massas na fábrica, de quando em vez lia os volantes, algum número da *Classe*. Sabia estar o Partido presente na vida do sindicato, nas discussões, nos lares, na vida inteira dos operários, mas a princípio não podia localizá-lo. A sua sempre crescente admiração pelos comunistas levava-o a pensar que somente uns poucos poderiam pertencer a essa vanguarda de luta. Aos poucos foi distinguindo alguns comunistas pela sua atuação na Fábrica, e os acompanhava solidário em todas as suas posições e tomadas de posição. Desenvolvia uma ampla atividade de massa e nem mesmo se dava conta de como estava próximo ao Partido, continuava a imaginá-lo inacessível.³⁷⁴

Zé Duarte entra no PCB pelas mãos de Mascarenhas, “responsável partidário na fábrica, para quem Ramiro guardava uma estima e uma consideração especiais”. Depois de uma longa conversa, relembra toda a atividade de Ramiro e pergunta-lhe se ele quer entrar para o Partido. “Ficou sem voz de tão emocionado, sentindo uma alegria tamanha, uma tal emoção que os olhos se umedeceram”. Mascarenhas, na realidade, era o “espanhol

³⁷¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História... Op. cit.*, p. 76.

³⁷² MOMESSO, Luiz. *José Duarte, um maquinista da história*. São Paulo: Oito de Março, 1988, p. 159.

³⁷³ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2005, n.º 04270002-7, p. 4.

³⁷⁴ AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, v. 3. A luz no túnel, p. 30-31.

alegre” João Hernandez, lenheiro da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), a quem Zé Duarte conheceu no “entrepósito de Cincinato Braga” e aprendera a respeitar como “um cidadão bastante entendido nas questões dos trabalhadores, que tinha conhecimentos de política e da história das lutas do proletariado”.

Desde então, Zé Duarte é um militante ativo. Incorpora-se à Coluna da Morte, lança-se na campanha do Bloco Operário e Camponês, atua no movimento armado de 1930, por intermédio da Legião Cívica 5 de Julho, resiste aos encantos de Getúlio Vargas, que “atendia pessoalmente aos líderes sindicais e procurava corrompê-los”, combate os integralistas e articula apoio aos rebeldes de 1935. A partir daí, começa uma longa caminhada de repressão, fuga e prisões. Anos depois, vem a anistia e a campanha “O petróleo é nosso”.³⁷⁵

Em 1962, quando as divergências internas no seio do PCB tornam-se inconciliáveis, José Duarte adere ao PC do B de Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Amazonas, como um dos integrantes do Comitê Central, e fica responsável pelo setor de interior. Entre 1967-69, passa a residir “clandestinamente” em Fortaleza, onde exerce tarefa de dirigente do Partido, conforme relata o advogado Francisco de Assis Costa Aderaldo.³⁷⁶ Seu espírito rebelde leva-o a liderar uma greve de fome no IPPS, em 1975, em protesto contra espancamentos, contra revistas aos visitantes e contra a proibição de receber jornais, revistas e livros. Mais uma vez, convém destacar, percebe-se a importância da leitura na formação dos quadros militantes.

Na biografia *José Duarte, um maquinista da História*, Luiz Momesso conta que o velho militante resiste às agruras da prisão:

Na hora do almoço não abriram a cela para servir-lhe a refeição, como de costume, mas enfiaram a bandeja por baixo da porta. O velho tomou-a, jogou-a no meio do corredor e declarou-se em greve de fome. Era a resposta que julgou poder dar naquelas circunstâncias às medidas arbitrárias da repressão, embora não houvesse condições de consultar o coletivo.³⁷⁷

³⁷⁵ MOMESSO, Luiz. *José Duarte... Op. cit.*, p. 32-100.

³⁷⁶ Certidão n.º 3.894 da ABIN/Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2005, n.º 04270002-7, p. 4.

³⁷⁷ MOMESSO, Luiz. *José Duarte... Op. cit.*, p. 166.

A atitude do velho comunista Zé Duarte recebe a solidariedade dos demais presos. A luta extrapola o presídio, e os muros em Fortaleza ostentam pichações sobre a greve, exigindo os direitos dos presos. Dirigentes de entidades, personalidades, membros do Movimento pela Anistia, religiosos e populares vão ao IPPS tentar visitar os grevistas.

A alma libertária de José Duarte trava uma contenda contra a prisão dentro da própria cadeia, mesmo sabendo que as condições são adversas, o ambiente inóspito. Não é possível ter liberdade, mas suas energias querem seu espírito vivo, altivo, lutador. São dez dias de greve. Ao IPPS acorrem dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, médicos da Cúria Metropolitana, o juiz militar Ângelo Rattacazzo, a advogada Wanda Sidou. O movimento só para quando a direção do presídio suspende as medidas discriminatórias contra José Duarte, abre sua cela e atende todas as reivindicações. “Apesar de debilitados, houve grande alegria entre os prisioneiros pela vitória e a vida no presídio sofreu melhora significativa”.³⁷⁸

O mecânico operador José Maria de Oliveira é outro sujeito desta história. Eleito primeiro presidente da União dos Ferroviários do Ceará para o biênio de 1.º de maio de 1961 a 1.º de maio de 1963, assume também cargo na direção do Sindicato dos Ferroviários e tem atuação relevante no Pacto Sindical. Os vínculos com o Partido são incontestáveis. José Maria integrou o PCB, como declara seu amigo e companheiro de partido, professor José Ferreira de Alencar, assegurando que o líder ferroviário, “na condição de dirigente sindical, participou de diversos eventos, entre eles, o 1.º Congresso da FALTAC”, sendo indicado e eleito para a Comissão de Solidariedade. E o advogado Pedro de Albuquerque Neto confirma:

Eu militava na clandestina UJC - União da Juventude Comunista. Ele, no Partido Comunista do Brasil. Nossos encontros ocorriam em meio às lutas sociais e políticas daquela época: na defesa das reformas de base, na luta pelo limite na remessa de dividendos para o exterior, na defesa da soberania nacional. Estivemos juntos na luta pela posse de João Goulart, em 1961, ameaçada pelas forças golpistas, assim como juntos estivemos na reação ao golpe da direita militar e civil, com apoio dos Estados Unidos, que acabou derrubando do poder o Presidente do País.³⁷⁹

³⁷⁸ Idem, p. 167.

³⁷⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072097, p. 34 e p. 37.

Da Certidão N.º 22,³⁸⁰ do Superior Tribunal Militar, extrai-se a informação de que José Maria Oliveira pertencia à direção do comitê estadual do partido comunista. Para a filha Jamaci Araújo de Oliveira, seu “velho e querido pai, Zé Maria, era um simples operário, como tantos que neste país, com suas mãos calejadas, construiu riquezas que nunca são divididas com quem as constrói”.³⁸¹

Nessa galeria também surge o nome de Manoel Graciano de Macedo. Funcionário público federal da RVC/RFFSA cedido ao DCT, era considerado “agitador perigoso, atuando no meio ferroviário e DCT”, “guarda costa de José de Moura Beleza e de Tarcísio Leitão, acompanhando-os em todos os comícios, passeatas e reuniões”, “tomou parte ativa em todos os comícios e movimentos pela reforma de base e solidariedade a João Goulart”. A ligação de Manoel Graciano com o PCB é confirmada pelo advogado Tarcísio Leitão, ao declarar que ele militava no Partido e participou ativamente dos acontecimentos políticos em Fortaleza por ocasião da morte de Getúlio, da posse de João Goulart, da campanha de José de Moura Beleza para a Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Pacto Sindical.³⁸²

José Elias Gonzaga, vice-presidente da União dos Ferroviários, amigo íntimo, compadre de José Maria de Oliveira, integra a relação de militantes do PCB, em 1975.³⁸³ “Eu tive algumas tarefas no Partido, eu era o que chamavam ‘capa preta’, porque o partido preservava algumas pessoas, pra não queimar, uma reserva”, conta. Seu testemunho é lúcido e comovente:

Eu aprendi, o Partido fez muita besteira, mas deu muita lição de vida, inclusive você ser um cumpridor de horário. Uma reunião não sei onde, você vai se encontrar na esquina de rua tal com rua tal, às 9 horas. Quando era 9 horas *fechava* (dá ênfase na palavra), chegava todo mundo, até mesmo por questão de segurança. Tenho pra mim que eu tirei muito proveito, aproveitei bastante, foi muito mais proveitoso do que

³⁸⁰ Documento cedido por Jamaci Araújo de Oliveira, filha de José Maria de Oliveira e afilhada de José Elias Gonzaga, evidenciando as relações de sociabilidade entre os ferroviários comunistas.

³⁸¹ Fôlder com elegia escrita por Jamaci Araújo de Oliveira, marcando os três anos da morte de José Maria de Oliveira.

³⁸² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024348-6, p. 13 e p. 17.

³⁸³ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269931-2, p. 22. Informação constante na Certidão n.º 7381 da ABIN.

desagregadora. Aproveitei muito, em termos de conhecimento, de pensamento, de determinações.³⁸⁴

Com o golpe de 1964, este universo, inspirador e complexo, absolutamente tenso e marcado por conflitos, toma os rumos de um processo cruel para a história dos ferroviários. Nos movimentos, nas greves e passeatas, em partidos políticos, eles inscrevem sua história, alguns de forma anônima, até encontrar a perseguição, tortura e morte fundadas nas formas de violência praticadas pelo Estado. É o que abordo no capítulo seguinte.

³⁸⁴ Entrevista concedida ao autor, em 21/11/2007.

CAPÍTULO III – ENTRE MEMÓRIAS DE DOR, SAUDADES E CANÇÕES

3.1 O assassinato de José Nobre Parente

Conheci a tragédia na vida de um homem reduzido ao silêncio, em uma banal vida de trabalho. Na sua morte comum e sem repercussão vi uma aterradora perda de conexão entre os homens, e mesmo entre pai e filho; uma perda de conexão que era, no entanto, um fato social e histórico determinado: uma distância mensurável entre o desejo desse homem e a sua resistência ao sofrimento, e entre estes dois e os objetivos e sentidos que uma vida comum lhe ofereceu.
(*Tragédia moderna*, de Raymond Williams)

As memórias dos ferroviários rebeldes têm desfechos distintos. Começamos pela trajetória de José Nobre Parente. Numa família simples e típica do interior do Nordeste, ele nasce a 17 de outubro de 1928,³⁸⁵ em Quixeramobim. Junta-se a Júlio e Maria Vilani, aumentando a prole de Francisco Parente e de Amélia Nobre Parente. O casal teria outros nove filhos: Antônio, Valfredo, Teresa, Maria Lindaura, Édson, Maria Fátima, Joaquim Lima, Almira e Levina.

Da terra de Antônio Conselheiro, a família migra para o Cedro. Na cidade ferroviária, seu Francisco ingressa na RVC, em 12 de agosto de 1940, como carpinteiro diarista, função que exerce até o final do ano seguinte. Transferindo-se mais tarde para a cidade grande, onde provavelmente imaginava ter uma vida melhor, eles dão adeus ao luar dos sertões decantado por Luiz Gonzaga, trocando as coisas simples da vida rural pelos ares novos da vida urbana.

A capital determina a trajetória dos Parentes, sobretudo a de José Nobre. Sua vida, seu trabalho, sua tragédia e seu anonimato costuram-se no cotidiano barulhento da urbe em que se movem os trabalhadores invisíveis. Tal e qual o operário de *Construção*.³⁸⁶ Com efeito, a Fortaleza que o acolhe tira-lhe a juventude sob a máscara de uma oportunidade de emprego única, disputado por alguns milhares de desafortunados sem chance no mercado de

³⁸⁵ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269990-8, p. 10 (Certidão de Óbito de José Nobre Parente) e p. 12 (Certidão de casamento de José Nobre Parente e Francisca Cavalcante Sousa).

³⁸⁶ BUARQUE, Chico. *Construção*. In *A arte de Chico Buarque*, disco 1. Polygram, 1975.

trabalho. Anos depois, impõe-lhe o inesperado: rouba-lhe do convívio com a mulher e as filhas, levando-o à prisão, tortura e morte. E para completar, nega-lhe o registro histórico de seu drama.

Em 1946, quando completa 18 anos, o mundo do trabalho abre uma brecha para Parente. Antes, porém, é necessário cumprir alguns requisitos exigidos pela burocracia oficial, a exemplo do Certificado de Alistamento Militar.³⁸⁷ Sem ele, não conseguiria ocupar a fresta na RVC, empresa na qual ingressa em 1.º de novembro,³⁸⁸ quando Hugo Rocha³⁸⁹ dirigia a Rede.

Como nessa época o pai de Parente já trabalhava na Rede, muito provavelmente seu Francisco abre caminho para o filho, além de influenciar outros membros da família a se tornarem ferroviários, a exemplo do sobrinho Antônio Bonifácio Parente e dos genros José Carlos de Oliveira, marido de Almira Parente de Oliveira, e José Raimundo Azevedo, marido de Maria Vilani.

Nas ferrovias, esse “fenômeno” é comum. Ao chegar de Portugal, em 1907, o imigrante José Mateus, pai de José Duarte, consegue emprego na Estrada de Ferro Southern São Paulo Railway, em São Paulo, para cuidar da “limpeza, troca de dormentes e outros serviços de manutenção das linhas”. Somente depois se emprega na Noroeste do Brasil com salário de 120 mil réis. Com a ajuda do mestre de linha Bernardino de Oliveira é que José Duarte vai “trabalhar na turma de chaves, a mesma de seu pai”.³⁹⁰

Piragibe de Melo sucede ao pai, José de Melo, primeiro telegrafista da estação de Massapê, responsável pelo manejo do morse durante 36 anos (de 1882 até 1928), “sem se afastar um dia”.³⁹¹ Quando o engenheiro José Hamilton Pereira entrou na Rede, seu pai, Milton Augusto Pereira, já havia ocupado diversas funções, dentre as quais agente de estação e inspetor. O pai

³⁸⁷ Certificado de Alistamento Militar n.º 148569, expedido em 14/10/1946. Informação encontrada em uma das fichas de registro de funcionário de José Nobre Parente, constante da pasta-dossiê sob guarda do Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

³⁸⁸ Registro de apuração de tempo de serviço de José Nobre Parente, documento datado de 14/06/1966, assinado por Maria Escórcio Passos, 1 folha, impresso padronizado preenchido a máquina, incluído na pasta Registro de Empregado da Rede Ferroviária Federal S.A. – 2.ª Divisão Cearense – Castro Carreira – Fortaleza – CE. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

³⁸⁹ Hugo Rocha dirigiu a RVC em dois períodos: de 26/10/1936 a 30/11/1945 e de 01/05/1946 a 26/05/1954, perfazendo um total de 17 anos, intercalados pela breve administração de Francisco Carlos Oliveira, de 01/12/1945 a 30/04/1946. Ver LIMA, Francisco de Assis Silva de; PEREIRA, José Hamilton. *Estradas... Op. cit.* p. 187.

³⁹⁰ MOMESSO, Luiz. *José Duarte... Op. cit.*, p. 11 e p. 17.

³⁹¹ AGUIAR, Osvaldo. *Massapê... Op. cit.*, p. 56.

do escriturário Jorge Pereira Nobre era maquinista,³⁹² e Joaquim Marques Teixeira, irmão do armazenista Benedito Marques Teixeira, soldador na Estrada de Ferro São Luiz Teresina; os irmãos Ramyses e Ramid Selvas Braga trabalhavam, respectivamente, como maquinista e controlador de movimento de trem.³⁹³

São exemplos de famílias ferroviárias, pode-se dizer, nos moldes do que o líder ferroviário Demistóclides Batista, o “Batistinha”, concebeu para a Leopoldina, quando criou “com a direção da Rede um acordo no qual só entravam na empresa filhos e parentes de ferroviário”. Quando lhe perguntavam se isso não era privilégio, “Batistinha” reconhecia que “este regulamento deu problemas, inclusive com o Partido Comunista, porque em determinada época eles queriam indicar gente”, mas ele argumentava:

[...] eu mostrei a eles o seguinte: na carreira militar é o filho do general que vai ser general; o filho do coronel que vai ser coronel, eles têm a preferência. Na Escola Rural existe a chamada ‘Lei do Boi’, o filho do fazendeiro também tem a preferência. Até hoje isso é válido. Por que então eu não podia criar uma classe operária de elite? Na Inglaterra, os mineiros de carvão são uma família. Os marítimos e os portuários também. Nós também tínhamos esse cuidado por uma razão muito simples: há uma garotada que entrou agora na Rede, depois da revolução. Quiseram acabar com a memória ferroviária. Houve todo um trabalho nesse sentido. Tenho um sobrinho que foi barrado na ferrovia depois de 64. Um cara bom, um mecânico, que tinha *know-how* e a empresa disse não. Não falou que era por isso mas ficou caracterizado que davam preferência a quem não tinha nenhum parentesco com ferroviário.³⁹⁴

Na década de 1930, a Sorocabana já implementara experiência nesse sentido, ao adotar regulamentos visando selecionar alunos para admissão no Curso Preparatório, em que 50 por cento das matrículas destinavam-se, “preferencialmente”, aos filhos de funcionários da empresa. Repassar o trabalho aos filhos tem um sentido de herança, ao mesmo tempo em que reforça a ideia de posse e de “família ferroviária”.³⁹⁵

³⁹² Entrevista de dona Maria de Jesus Guedes Nobre concedida ao autor, em 25/01/2009.

³⁹³ Documento assinado pelo procurador militar Júlio Carlos Crispino Leite, em 30 de abril de 1973, anexo ao Ofício N.º 273/73, encaminhado pelo auditor substituto da 10.ª Circunscrição Judiciária Militar, em 03/05/1973, ao secretário de Segurança do Estado do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

³⁹⁴ CAMPOS, Luiz Arnaldo. *Batistinha... Op. cit.*, p. 29.

O fato é que Parente passa a fazer parte dessa família, sob matrícula n.º 6.144, contratado na função de limpador, categoria diarista, ganhando Cr\$ 8,00, lotado no Depósito de Máquinas. Para isso, os atestados de capacidade técnica para a função e de conduta são expedidos pelo auxiliar de engenharia Euclides Maia e pelo maquinista Francisco Gomes. O médico Antenor Cavalcante, da Caixa de Aposentadoria e Previdência, atesta que Parente é um jovem com mente sã, tem boa saúde e não apresenta defeito físico.

Em 1948, na mesma função e categoria, ele recebe aumento, por ato do Presidente da República assinado em 15 de novembro, passando o salário para Cr\$ 12,00, situação que persiste no ano seguinte. Em 1950, na reclassificação autorizada pelo Ministério da Viação, é promovido a foguista 3.^a classe, ainda como diarista, ganhando Cr\$ 30,00. No mesmo ano, é localizado “ex-ofício” nas oficinas do Urubu, conforme portaria 324, de 21/11/1950, assinada pelo diretor. Parente ascende a foguista 2.^a classe em 1951, com salário de R\$ 40,00³⁹⁶ e, em 1952, conquista a função de foguista, categoria mensalista e salário de Cr\$ 1.100,00.³⁹⁷ Em 1960, chega a mecânico-operador.

Tabela 4
Funções exercidas por José Nobre Parente na RVC/RFFSA

| ANO | FUNÇÃO | CATEGORIA | SALÁRIO EM Cr\$ |
|------|---------------------------------|------------|-----------------|
| 1946 | Limpador | Diarista | 8,00 |
| 1948 | Limpador | Diarista | 12,00 |
| 1949 | Limpador | Diarista | 12,00 |
| 1950 | Foguista 3. ^a classe | Diarista | 30,00 |
| 1951 | Foguista 2. ^a classe | Diarista | 40,00 |
| 1952 | Foguista | Mensalista | 1.100,00 |
| 1960 | Mecânico-operador | - | - |

Fonte: Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

³⁹⁵ MOREIRA, Maria de Fátima Salum. *Ferrovários, trabalho e poder*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 158-159.

³⁹⁶ Registro cronológico dos atos referentes ao extranumerário de José Nobre Parente, documento sem data, sem assinatura, 1 folha, impresso padronizado preenchido a máquina, incluído na pasta Registro de Empregado da Rede Ferroviária Federal S.A. – 2.^a Divisão Cearense – Praça Castro Carreira – Fortaleza – CE. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

³⁹⁷ Documento sem identificação, sem data, sem assinatura, 1 folha, impresso padronizado preenchido a mão e máquina, muito extraviado. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

Em janeiro de 1961, a Rede aplica uma avaliação consolidada no Boletim de Merecimento – Ano 60,³⁹⁸ contendo as “condições essenciais” expressas em 25 quesitos divididos em duas colunas e para os quais havia três tipos de conceitos: S (sim), M (mais ou menos) e N (não). Para cada condição existia uma nota correspondente em que “S” equivalia a quatro pontos. Os quesitos eram respondidos pela “autoridade” (chefe imediato do empregado avaliado) na coluna “a”, enquanto o órgão de pessoal, na coluna “b”, fazia a tradução numérica das respostas dadas.

A avaliação considerava, ainda, as seguintes “condições fundamentais”: assiduidade, pontualidade horária (entradas-tarde e retiradas-cedo), disciplina e zelo funcional (advertência, repreensão, suspensão e destituição de função). Com base nesses aspectos, o órgão de pessoal anotava os pontos negativos distribuídos da seguinte forma: uma falta ou grupo de três faltas (um ponto negativo), advertência (dois pontos negativos), repreensão (quatro pontos negativos), um dia de suspensão (seis pontos negativos) e destituição de função (trinta pontos negativos). Ao final, chegava-se ao “índice de merecimento”, computando pontos positivos, pontos negativos e a soma algébrica.

Por intermédio desse processo, é possível traçar um perfil aproximado de Parente, mesmo considerando a subjetividade das perguntas definidas pela empresa e levando em conta as opções preenchidas pela “autoridade”. Parente tem conceito de um funcionário “aplicado ao trabalho”, que “demonstrava boa vontade em executar os trabalhos que eram cometidos”; “cooperava com os colegas e o chefe”; “fazia em dia os serviços normais”; “apresentava satisfatória quantidade do trabalho/produzido”; “executava com segurança seu trabalho e demonstrava iniciativa e interesse em solucionar as dificuldades surgidas”; era “econômico e cuidadoso na utilização do material de que se servia no trabalho”; “permanecia no trabalho durante todo o expediente”; e “conhecia as principais normas legais”.

De certa forma, a avaliação dá pistas do caráter de Parente. Ele “assumia a responsabilidade de seus atos”; “defendia com firmeza e lealdade seus pontos de vista”; era “discreto, demonstrava compreensão de

³⁹⁸ Documento de 05/01/1961, 2 folhas, impresso padronizado preenchido a mão. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

responsabilidade”; e “evitava, durante o expediente, atividades estranhas às funções que exercia”. Embora o documento não explicita, o termo “atividades estranhas” deve, com certeza, referir-se à participação em partido político ou organizações sindicais atuando à margem do aparato legal.

Parente, conforme a avaliação, “não era uma pessoa atenciosa e cortês”, tampouco “adaptava-se com facilidade a novos métodos de trabalho”, demonstrava incapacidade “para metodizar rotinas de trabalho” e “para desempenhar funções superiores às atuais e para direção”. Como as questões são absolutamente subjetivas, a avaliação aplicada seis meses depois apresenta algumas diferenças, já que o Boletim de Merecimento era “preenchido para cada funcionário e enviado ao órgão de pessoal competente nos cinco primeiros dias de janeiro e julho”.

A avaliação traduz, na prática, o poder quase absoluto da empresa sobre o empregado, a coerção da instituição, o olhar do chefe sobre o subalterno, a forma de controle permanente, institucionalizada pelo estabelecimento de critérios subjetivos como instrumento de pressão para medir possibilidades de ascensão, de ocupação de cargos de chefia ou de melhoria de salário. Subliminarmente, desenha o retrato do homem, do cidadão e do trabalhador que acabava sendo disseminado entre os companheiros, revelando uma imagem construída pelo outro.

Para efeito ilustrativo, convém conhecer o modelo do Boletim de Merecimento (figura 43). Utilizo o do caldeireiro Raimundo Ferreira de Melo até mesmo porque o de José Nobre Parente encontra-se em péssimo estado de conservação, rasgado e inclusive faltando partes do documento:

R.F.F.S.A. — REDE VIAÇÃO CEARENSE

BOLETIM DE MERECIMENTO — ANO 60 SEMESTRE 2ª

Ministério da Viação e Obras Públicas Quadro TE

Nome do funcionário Raimundo Ferreira de Melo

Carreira Servente ref. 17 Classe matr. 6 263

Repartição Rede de Viação Cearense

Local onde desempenha suas funções Departamento de Mecânica
(Oficinas Demóstenes Rockart)

ÍNDICE DE MERECIMENTO
(PELO ÓRGÃO DE PESSOAL)

Pontos positivos

Pontos negativos

Soma algébrica

Condições essenciais (Respondendo aos quesitos, a autoridade deve escrever, na coluna *a*, uma das seguintes abreviaturas: *s* — sim; *m* — mais; ou menos; *n* — não. A coluna *b* destina-se ao órgão de pessoal, para a tradução numérica das respostas dadas.)

| | A | | B | |
|---|---|--|---|-----|
| | | | | |
| 1 É atento e aplicado ao trabalho ? | S | | <i>Transporte (pelo órgão de pessoal)</i> | |
| 2 Tem boa vontade em executar os trabalhos que lhe são cometidos ? | S | | 13 É atencioso e cortês ? | S |
| 3 Cooperar com os colegas e o chefe ? | S | | 14 Assume responsabilidade de seus atos ? | S |
| 4 Trax em dia os serviços normais ? | S | | 15 Defende com firmeza e lealdade seus pontos de vista ? | S |
| 5 É satisfatória a quantidade do trabalho produzido ? | S | | 16 É discreto ? | S |
| 6 Executa com segurança o seu trabalho ? | S | | 17 Adapta-se com facilidade a novos métodos de trabalho ? | S |
| 7 Mostra iniciativa e interesse em solucionar as dificuldades surgidas ? | S | | 18 É econômico e cuidadoso na utilização material de que se serve no trabalho ? | S |
| 8 Revela conhecimentos para o bom desempenho das funções que exerce ? | S | | 19 Tem capacidade para metodizar as suas rotinas de trabalho ? | S |
| 9 Realiza com presteza os serviços de que é encarregado ? | S | | 20 Permanece no trabalho durante todo o expediente ? | S |
| 10 Tem capacidade para desempenhar funções superiores às atuais ? | S | | 21 Tem conhecimentos gerais sobre os assuntos de repartição ? | S |
| 11 Demonstra compreensão de responsabilidade ? | S | | 22 Aprende com facilidade as instruções recebidas ? | S |
| 12 Tem procurado, direta ou indiretamente, aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais, pelo estudo ou por outro qualquer meio ? | S | | 23 Conhece as principais normas legais referentes aos direitos e deveres do funcionário público ? | S |
| <i>A transportar (pelo órgão de pessoal)</i> | | | 24 Evita, durante o expediente, atividades estranhas às funções que exerce ? | S |
| | | | 25 Revela capacidade de direção ? | S |
| | | | <i>Soma (pelo órgão de pessoal)</i> | 100 |

B= 5-1-61 Eng^a Chefe DPM.

(Iniciais do órgão, data, assinatura e cargo ou função do chefe imediato do funcionário)

| CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS (apurados em pontos negativos) | ANOTAÇÕES PELO ÓRGÃO DE PESSOAL | | |
|--|--|-------------------------------|--------|
| | UNIDADES | N. de unidades | PONTOS |
| Assiduidade | Falta — 1 ponto | | |
| Pontualidade horária (entrada-tarde e retirada-cedo) | Grupo de três — 1 ponto | | |
| Disciplina e zelo funcional | Advertência | Advertência — 2 pontos | |
| | Repreensão | Repreensão — 4 pontos | |
| | Suspensão | Dia de suspensão — 6 pontos | |
| | Dstituição de função | Distit. de função — 30 pontos | |
| | Total de pontos negativos | | |

Figura 43 - Boletim de Merecimento do caldeireiro Raimundo Ferreira de Melo, estabelecendo as "condições essenciais", com 25 quesitos preenchidos pela "autoridade" da empresa e "as condições fundamentais" (pontos negativos) por meio das quais a RVC/RFFSA chegava ao "índice de merecimento" do trabalhador.

Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

O Boletim de Merecimento, de outro modo, reflete o interesse da empresa não apenas em ter um trabalhador qualificado para atender as necessidades da organização. O operário precisa ser devotado à paz social, ajustado social e moralmente, “confiável e responsável” e cumpridor das normas disciplinares.³⁹⁹

Mas independentemente dos instrumentos de controle e disciplina e da busca pelo “operário-padrão”, a vida de Parente continua, entre altos e baixos. Ele chega ao cargo de mecânico-operador,⁴⁰⁰ após enquadramento autorizado pela Lei N.º 3.780/60; de 22 a 24 de fevereiro de 1961, cumpre suspensão por ter se envolvido em “incidente” com o proprietário da cantina da oficina do Urubu,⁴⁰¹ em 1963, é relatado no Departamento de Transporte para ter exercício no Depósito de Locomotiva, em Sobral.⁴⁰² Neste ano, tira 195 dias de licença⁴⁰³ e só se apresenta no novo local de trabalho em 19 de agosto.⁴⁰⁴ Está claro que Parente resiste à transferência para o interior do Estado, de onde já saíra. Sua vida está estabelecida em Fortaleza.

4.2 Encenação para a morte

Fora das tensões e dos conflitos próprios do ambiente de trabalho, Parente vai constituindo aos poucos sua família. Em 17 de maio de 1962 casa, sob regime de comunhão de bens, com a fortalezense Francisca Cavalcante Sousa (nome de solteira), filha de José Alves de Sousa e de dona Francisca Cavalcante de Sousa. São testemunhas as irmãs dele Maria Levina Parente Azevedo, Almira Parente de Oliveira e o cunhado José Carlos de Oliveira. De

³⁹⁹ WEINSTEN, Barbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, (1920-1964)*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, Luciano Vieira Machado (trad.), 2000, p. 224-240; p. 254; p. 273; e p. 286-287.

⁴⁰⁰ Qualificação Funcional, de 17/06/2004, documento assinado por João Francisco Gomes de Freitas, 1 folha, digitado. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

⁴⁰¹ Portaria n.º 01, de 18/02/1961, do Departamento de Mecânica. Livro Boletim de Pessoal – janeiro a junho de 1961 – B.P., ano XXIII, n.º 839, 12/06/1961. Fortaleza, p. 420. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

⁴⁰² De acordo com a Portaria n.º 210/SUP, de 06/02/1963, informação constante de documento sem identificação, sem data, sem assinatura, 1 folha, impresso padronizado preenchido de forma mista, a mão e a máquina. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

⁴⁰³ Registro de Apuração de Tempo de Serviço de José Nobre Parente, com data de 14/06/1966, assinado por Maria Escócia Passos, 1 folha, impresso padronizado preenchido a máquina. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

⁴⁰⁴ Documento sem título. Arquivo RVC/RFFSA/Setor de Recursos Humanos.

prendas domésticas, dona Francisca é quase 12 anos mais nova do que ele.⁴⁰⁵ A primeira filha recebe o nome de Glede Bete. A família cresce rápido: Ruth, a segunda filha, nasce em 2 de setembro de 1965; depois vem Sara, a terceira filha. Eles moram na Rua Anísio Teixeira, s.n, no bairro Pan-Americano, numa casa típica de gente humilde.

Tudo parece bem, quando ocorre o inesperado naquela terça-feira, coincidentemente, dia do 26.º aniversário de dona Francisca. “José Nobre Parente foi preso em seu local de trabalho no dia 17 de maio de 1966 em decorrência de movimento classista de sua categoria profissional e levado para as dependências da Secretaria de Segurança Pública”.⁴⁰⁶ Parente foi preso por seu próprio chefe de repartição,⁴⁰⁷ que acionou o Serviço de Segurança da empresa,⁴⁰⁸ à época comandado pelo capitão Manuel Nepomuceno de Assis,⁴⁰⁹ assessor direto do superintendente José Walter Cavalcante. Assis era oficial da 10.ª Região Militar que depois fez “as vezes de um informal ajudante-de-ordens” do marechal Castello Branco.⁴¹⁰ Na Secretaria de Polícia, o titular da pasta era Clóvis Alexandrino Nogueira. No cargo de governador, o coronel Virgílio Távora.

A Polícia Ferroviária, diga-se, tem uma longa trajetória. Foi criada em 1852, pelo imperador Dom Pedro II, como Polícia dos Caminhos de Ferro, transformando-se posteriormente em Polícia das Estradas de Ferro. Em períodos de exceção ganha força como polícia especializada, sobretudo entre 1964-1985, quando “a rede ferroviária vira área de emprego da Lei de Segurança Nacional, que protegia transportes contra greves e outros movimentos sociais”. Guardas ferroviários, policiais civis e agentes da

⁴⁰⁵ Certidão de casamento, expedida pelo Cartório Jereissati, em 25 de maio de 1966. O casamento de José Nobre Parente com dona Francisca está registrado no livro n.º 29 de assentos de casamentos, às fls. 451, sob número 16.925. Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269990-8, p. 12.

⁴⁰⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269990-8, p. 3.

⁴⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, ano XXXIX, n.º 11.319, 20/05/1966. Fortaleza, Primeiro Caderno, p. 6.

⁴⁰⁸ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.567, 20/05/1966. Fortaleza, p. 3 e 7.

⁴⁰⁹ Manuel Nepomuceno de Assis formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Morreu em 18 de julho de 1967, no acidente que vitimou o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco; a mulher do marechal, Argentina Viana Castelo Branco; Cândido Castelo Branco, irmão do ex-presidente; a professora Alba Frota; e o piloto Celso Tinoco Chagas.

⁴¹⁰ Ver NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 407.

repressão tornam-se, então, parceiros.⁴¹¹ Na RVC/RFFSA, inclusive, uma sala da qual “ninguém pode se aproximar” é transformada em presídio.⁴¹²

As razões da prisão de Parente são nebulosas. Ele não tinha cargos diretivos no Sindicato ou na União e tampouco há registros de filiação a partido político. A participação “no movimento classista de sua categoria profissional” não é de linha de frente. Seu primo, o ferroviário Antônio Bonifácio Parente, já havia sido aposentado compulsoriamente, mas apresenta uma versão. Parente era responsável pela revisão das máquinas que vinham de Sobral para Fortaleza, deixando-as em condição de regressarem. “Botaram areia dentro do motor da máquina, ela foi sair e bateu o motor, aí denunciaram e prenderam ele.”⁴¹³

José Elias Gonzaga trabalhou ao lado de Parente e também já estava aposentado compulsoriamente, proibido de passar na calçada da empresa. Sua opinião é de que o colega foi preso por engano, por erro.⁴¹⁴ Mas os irmãos Marlene Ferreira de Melo e Anísio Ferreira de Melo, filhos do caldeireiro Raimundo Ferreira de Melo, lembram de Parente participando das “reuniões secretas, a portas fechadas, aqui, nesta sala”, na casa n.º 1346 da Rua Dona Mendinha, no bairro Álvaro Weyne, um dos pontos de encontro dos ferroviários rebeldes. Ao lado de Pereira, “que era o ‘chefe”, Raimundo Santana, “nosso vizinho”, o “Macarrão” (José Pereira de Oliveira), o “Catita” (José Elias Gonzaga), garçons e gente dos Telégrafos, estava Parente, “esse que morreu no cárcere”. “Eles se reuniam, debatiam e daqui saíam as ideias que eram levadas para algum órgão e daí saía a ordem para outras reuniões”.⁴¹⁵

A filha Sara, que tinha somente oito meses à época do acontecimento, relata que, no dia seguinte à prisão, quarta-feira, 18, dona Francisca, juntamente com o cunhado Valfredo Nobre Parente e o sogro Francisco Parente, foi visitar o marido, quando lhe entregaram “um anel, aliança de casamento, relógio e cinto.”⁴¹⁶ “A família”, diz Conceição Inácio, “lembra e

⁴¹¹ BARROS, Jorge Antonio. <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2009/04/18/terror-na-rede-ferro...> Acessado em: 7 mai. 2009. Ver também <http://www.policiaferroviaraferdal.com.br/home/index.php>. Acessado em 7 mai. 2009.

⁴¹² *Última Hora*, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, p. 2 (vespertino)

⁴¹³ Entrevista concedida ao autor em 24/05/2008.

⁴¹⁴ Entrevista concedida ao autor em 21/04/2009.

⁴¹⁵ Entrevista de Anísio Ferreira de Melo concedida ao autor em 26/02/2009.

⁴¹⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269970-8, p. 4.

conta suas lembranças a seus novos membros; estes, à custa de tanto ouvi-las, de reconhecerem-se nelas, acabam por identificá-las como suas”.⁴¹⁷

Àquela altura, Parente estava em pânico. “Visivelmente apavorado”, não sabe até que ponto suportará “o que está acontecendo”. A tortura é a mensageira da dor a atormentá-lo, daí a revelação de pavor, desespero, desesperança e incerteza. Ou o espectro da morte a rondá-lo. Assim, a filha Sara reproduz o apelo que possivelmente ouve durante toda a vida a ressoar na memória de sua mãe: “*Aconteça o que acontecer não se separe de nossas filhas e me tirem daqui*”.⁴¹⁸ Como filha, nada mais faz do que entrar na “arena social” e apropriar-se do canal institucional oficial e legítimo que reconhece abertamente a violência praticada pelo Estado contra seu pai.⁴¹⁹

Sexta-feira. Na visita do dia 19, em companhia de uma cunhada, dona Francisca é abordada pelo delegado que lhe pede que espere “o carcereiro verificar se estava tudo bem”. O carcereiro, também conhecido na terminologia policial como permanente, é o agente Paulo.⁴²⁰ Ele retorna, com um grito lacônico, sinistro, em tom de surpresa, como se fora o anjo da morte: “*O homem está morto*”.⁴²¹ E dessa forma, ensaia-se, nos corredores da Secretaria de Segurança Pública, a versão de suicídio, anos depois utilizada para os casos do jornalista paulista Wladimir Herzog⁴²² e do caixeiro-viajante cearense Pedro Jerônimo de Sousa,⁴²³ ambos em 1975, e do operário Manoel Filho, em 1976.⁴²⁴ Diferentemente de Frei Tito,⁴²⁵ que se decidiu pelo martírio,

⁴¹⁷ INÁCIO, Inês da Conceição. *A família rememorada: representações do grupo familiar em memórias de militantes comunistas*. In Família e grupos de convívio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 9, n.º 17, set.88/fev.89, p.182.

⁴¹⁸ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04269970-8, p. 4.

⁴¹⁹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos...* *Op. cit.*, p. 61.

⁴²⁰ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.567, 20/05/1966. Fortaleza, p. 3 e p. 7.

⁴²¹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04269970-8, p. 4.

⁴²² A propósito, ver JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Global, 2005. Ler também ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

⁴²³ Pedro Jerônimo de Sousa foi preso em 11/09/1975 pelo DOI/CODI, morrendo seis dias depois, vítima de torturas. Ver GALENO, Alberto S. *A praça...* *Op. cit.*, p. 63.

⁴²⁴ O operário metalúrgico Manoel Fiel Filho foi assassinado a 17/01/1976, nas dependências do DOI/CODI, em São Paulo. Ler LUPPI, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?* São Paulo: Escrita, 1980, p. 75.

⁴²⁵ Tito de Alencar Lima participou da Juventude Estudantil Católica e ingressou na Ordem dos Dominicanos, em Belo Horizonte. Preso por envolver-se no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), e por integrar o grupo de dominicanos que apoiavam a resistência à ditadura, sofreu torturas e acabou banido (*Diário Oficial da União*, ano CIX, n.º 8, 13/01/1971. Capital Federal, p. 257) para o Chile. Em 10/08/1974, foi encontrado morto em Lyon, na França, para onde havia se transferido depois de passar por Roma e Paris. Ler BETTO, Frei.

mergulhado em memórias inapagáveis,⁴²⁶ Parente, Herzog, Pedro Jerônimo e Manoel Filho não puderam optar. Suas mortes foram executadas nas salas escuras da tortura,⁴²⁷ nas “sucursais do inferno”.⁴²⁸ Assassinatos para os quais existe uma chave: a luta entre capital e trabalho.⁴²⁹

E assim, inesperadamente, no vigor da idade, aos 38 anos, casado havia apenas quatro anos, a coerção de uma ditadura não tão branda como sugere a *Folha de S. Paulo*⁴³⁰ priva Parente do direito de ver as filhas crescerem. Na essência da execução produzida no xadrez do 2.º DP caracteriza-se o espectro da “banalidade do mal”, “a brutalidade gratuita”.⁴³¹ Aos guardiões da ordem interessa a Nação livre de operários rebeldes, comunistas e subversivos. Para isso, até o vocabulário contra a “ameaça vermelha” funciona como instrumento de força.⁴³² Despreocupados com a transparência de suas operações,⁴³³ sua ação se respalda na ideologia de uma pátria sem “traidores”, pois importa cumprir as ordens superiores, sejam elas criminosas ou não.

Na morte de Parente, o detalhe do cinto não pode passar despercebido. Tem relevância, porque a narrativa da filha, com certeza orientada pelo advogado Pedro Albuquerque, quer, com isso, excluir a hipótese de o pai ter

Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella. 14. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006; e ver o filme homônimo, de RATTON, Helvécio. *Batismo de sangue*. Brasil; França, 2006. Em 2002, o Museu do Ceará criou o Memorial Frei Tito, constituído por objetos do frei guardados pela família. Ver LOPES, Régis; KUNS, Martine. *Frei Tito: em nome da memória*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002, p. 30.

⁴²⁶ LOPES, Régis; KUNS, Martine. *Frei... Op. cit.*, p. 29.

⁴²⁷ No período de 14 de setembro a 30 de novembro de 2005, por iniciativa do Instituto Frei Tito de Alencar, o Museu do Ceará realizou a exposição denominada *Sala escura da tortura*, apresentada pela primeira vez no Museu de Arte Moderna de Paris, em 1973. Ver catálogo LE PARC et al. *Sala escura da tortura*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar; Museu do Ceará, 2005. Ler também HOLANDA, Cristina Rodrigues (org.). *Sala escura da tortura: uma experiência educativa no Museu do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará; Museu do Ceará, 2006. No Museu da Resistência, instalado no Espaço Pinacoteca, em São Paulo, pode-se visitar representações dos espaços de tortura mantidos pelo DEOPS/SP.

⁴²⁸ LOPES, Régis; KUNS, Martine. *Frei Tito... Op. cit.*, p. 77.

⁴²⁹ NOSELLA, Paolo. *Porque mataram Santo Dias: quando os braços se unem à mente*. São Paulo: Cortez, 1980, p. 12.

⁴³⁰ Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* qualificou a ditadura brasileira de “ditabranda”, por considerar o número de mortos e desaparecidos ínfimo em relação às outras ditaduras na América Latina. *Folha de S. Paulo*, ano 88, n.º 29.175, 17/02/2009. São Paulo, p. A2.

⁴³¹ ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, José Rubens Siqueira (trad.), 1999, p. 274 e p. 279.

⁴³² Sobre o uso da língua como elemento de coerção, ver o documentário de NEUMANN, Stan. *Idiomas não mentem*. França, 2003, uma análise da transformação da língua alemã durante o Terceiro Reich.

⁴³³ POLICZER, Pablo. *A polícia e a política de informações no Chile durante o Governo Pinochet*. In Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.12, n.º 22, 1998, p. 326.

cometido suicídio por enforcamento talvez com o único instrumento que lhe seria possível dentro do xadrez. A Polícia, afinal, constrói a versão do suicídio, alega que Parente usara o cinto para se matar, mesmo que, pelos procedimentos policiais, fosse responsabilidade da própria Polícia evitar essa possibilidade, garantindo a segurança do cidadão sob sua guarda.

A *Gazeta de Notícias*, ao informar que Parente “foi preso por seu próprio chefe de repartição”, questiona por que ele ficou com o cinto: “Lapso dos permanentes e policiais? E se não houve essa falta, quem forneceu o cinto para que José se enfocasse. São perguntas que todos fazem e que deverão ser respondidas para melhor esclarecimento do caso”. Os presos, afinal, “são obrigados a deixarem na permanência todos os seus objetos”. Incluem-se aí cintos, gravatas, dentre outros com os quais o prisioneiro possa cometer suicídio (figura 44).

O Suicídio de José

Um homem enforcou-se dentro do xadrez do 2o. Distrito Policial, utilizando-se de seu "proprio cinto", em seu tresloucado gesto. José Nobre Parente, 31 anos, casado, residente à rua Anísio Teixeira, s/n, foi preso em dias da semana passada, acusado juntamente com dois colegas seus de sabotagem, nas oficinas da REFSA. José Nobre era funcionário da RVC, e foi preso por seu próprio cheile de participação. O "X" do problema, consiste no seguinte. Todos os, prisioneiros que dão entrada nos diversos xadrezes de nossas delegacias, são obrigados a deixarem na permanência todos os seus objetos, incluindo-

se, cintos, gravatas etc.. Entretanto, José Nobre ficou com seu cinto. Por que? Lapso dos permanentes e policiais? E se não houve essa falta, quem forneceu o cinto para que José se enforcasse? São perguntas que todos fazem e que deverão ser respondidas para melhor esclarecimento do caso. A reportagem de GAZETA DE NOTÍCIAS, procurou falar com os outros prisioneiros, amigos de José, no entanto não nos foi possível, com a alegação de que os mesmos encontravam-se "incomunicáveis". E quem dará a resposta verdadeira do suicídio do funcionário da RVC?

Figura 44 – A *Gazeta de Notícias* pergunta “quem dará a resposta verdadeira do suicídio do funcionário da RVC?”

Gazeta de Notícias, ano XXXIX, n.º 11.319, 22/05/1966. Fortaleza, Primeiro Caderno, p. 6. Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem.

Historicamente, a vida dos cidadãos não parece ser preocupação da autoridade policial, muito menos em períodos de exceção. No Estado Novo, por exemplo, os excessos da polícia não poupavam mesmo moços de família distinta acostumados a cometerem desordens quando bebiam. Depois de um

confronto com a Polícia Estadual, na Praça dos Voluntários, Danilo Borges acaba preso e “no dia seguinte o rapaz amanheceu enforcado”. Para a polícia, suicídio; para a família e amigos, assassinato.⁴³⁴

Essa situação se agrava quando se trata de polícia política, entendida aqui “como um ramo organizado de uma força policial estabelecida, ou uma força policial criada especificamente para esta função, dedicada a vigiar pessoas interessadas na mudança da ordem política”.⁴³⁵ Enquadra-se bem na definição de Policzer, para quem “a polícia é uma instituição política por excelência”.⁴³⁶

As duas décadas de trabalho de Parente na RVC, onde ingressara aos 18 anos na função de limpador e aprendera a conviver com passeatas, paralisações e greves da mobilizada categoria dos ferroviários, encerram-se ali. O inferno descrito pelo operário Joaquim Celso de Lima, “com um monte de demônios a nos conduzir para as salas de torturas, largando uns e pegando outros, como se aquilo fosse interessante para eles”,⁴³⁷ chega ao fim para Parente.

É possível imaginar o que acontece ao operário José Nobre Parente, entre os dias 17 e 20 de maio de 1966. Aquelas 72 horas selam seu destino. O Serviço de Segurança da Rede arranca-lhe do seu local de trabalho, nas oficinas do Urubu, porque participa do “movimento classista de sua categoria profissional”,⁴³⁸ e leva-o preso para o xadrez do 2.º Distrito Policial. Os combogós viram mirantes,⁴³⁹ e o “claro mundo da liberdade” fica do outro lado, como nas recordações de Dostoievski.⁴⁴⁰

Parente, um simples operário, é alvo de suspeitas de ser “perigoso agente internacional da subversão”. Dele a polícia política precisa extrair informações. Ato contínuo, sofre sessões de tortura. Afinal, “de abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o

⁴³⁴ GALENO, Alberto. *A praça... Op. cit.*, p. 23.

⁴³⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *Polícia e polícia política no Rio de Janeiro dos anos 1920*. In Arquivo & História - Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n.º 3, outubro de 1997, p. 25-34.

⁴³⁶ POLICZER, Pablo. *A polícia... Op. cit.*, p. 330.

⁴³⁷ LIMA, Joaquim Celso de Lima. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista*. São Paulo: Diniz, 1984, p.190-191.

⁴³⁸ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269990-8, p. 3.

⁴³⁹ Bonavides, Aníbal. *Diário... Op. cit.*, p. 48.

⁴⁴⁰ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Recordações da casa dos mortos*. São Paulo: Martin Claret, José Geraldo Vieira (trad.), 2006, p. 21.

Regime Militar, à condição de ‘método científico’, incluído em currículos de formação de militares”.⁴⁴¹

E existe outro problema crucial: “Não seria necessário recorrer à violência se você não corresse contra o relógio”, diz o delegado J., da Polícia paulista. “Você diz ao interrogado que tem todo o tempo do mundo, mas você sabe – e ele também – que isto não é verdade. Você precisa de uma informação agora, daqui a algum tempo já será muito tarde’. E para ganhar tempo vale qualquer coisa”.⁴⁴² A pressão da “mãe das máquinas”, “senhor da vida cotidiana deste planeta”,⁴⁴³ não espera por ninguém.

Parente, presumo, não dispõe da informação que interessa à polícia política. Por isso, não confessa crime algum, resguarda os nomes dos companheiros, mas não resiste às torturas. É difícil dizer a que tipo de tortura foi submetido, exceto pela autorização de uma exumação. Dona Francisca Parente, no auge de seu drama, fala que o marido tinha “uma grande pancada na cabeça”.⁴⁴⁴

Como não me parecem plausíveis as opções de “queima de arquivo” ou “extermínio do inimigo interno considerado irrecuperável”, considero razoável supor que a morte, neste caso, tenha ocorrido por “erro das técnicas sofisticadas de suplício”. “O suplício físico e psíquico revela não só a brutalidade da violência institucionalizada, como também a possibilidade de matar o indivíduo muitas vezes pela mediação da tortura”, acrescenta José Gerardo Vasconcelos, para quem a morte física, psicológica e moral tenta destruir a vítima “por completo, para que não reste dúvida alguma de que não somente o corpo foi destruído, como também a total possibilidade de reencontrá-lo”.⁴⁴⁵

⁴⁴¹ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil nunca mais*. Um relato para a história. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 32.

⁴⁴² FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979, p. 71.

⁴⁴³ Definição do historiador BOORSTIN, Daniel J. *Os descobridores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Fernanda Pinto Rodrigues (trad.), 1989, p. 72 e 78.

⁴⁴⁴ *Última Hora*, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino.

⁴⁴⁵ VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias da saudade: busca e espera no Brasil autoritário*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000, p. 28 e p. 124. Para o caso do Chile, ver POLICZER, Pablo. *A polícia... Op. cit.*, p. 332.

Por essas razões, soa lapidar a síntese de Jelin na perspectiva de pôr fim a esse tipo de horror:

La profusión de textos testimoniales, algunos de carácter autobiográfico y otros basados en mediaciones y proyectos, así como las iniciativas de archivos de historia oral y las búsquedas personalizadas a través del cine son indicios de procesos sociales importantes que están ocurriendo en las sociedades de la región. No se trata de fenómenos ligados solamente al mercado (lo que los críticos literarios llaman “el boom” del testimonio y la biografía”) sino a complejas búsquedas de sentidos personales y a la reconstrucción de tramas sociales. De manera central, existe también un propósito político y educativo: transmitir experiencias colectivas de lucha política, así como los horrores de la represión, en un intento de indicar caminos deseables y marcar con fuerza el “nunca más”.⁴⁴⁶

Nesse aspecto, não considero inquestionáveis os relatos da filha e da viúva, seguindo a advertência de Beatriz Sarlo ao condenar “a confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido”, pretendendo-se “estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal”. Ocorre que a análise de testemunhos e de circunstâncias de diversa ordem leva à evidência do crime e elimina “desconfianças”, pois a questionabilidade da verdade,⁴⁴⁷ no caso de Parente, depara-se com a concretude da morte real e abrupta.

O velório de Parente realiza-se em “clima de elevada tensão”, na vila ferroviária Demóstenes Rockert, na casa número 4834, na Avenida Francisco Sá, de propriedade de dona Levina, irmã do operário assassinado. Valfredo, irmão de Parente, recebe o atestado de óbito do IML.⁴⁴⁸ Motivo para mais indignação e emoção, pois a *causa mortis* atestada - fratura de crânio - difere da divulgada pela Secretaria de Segurança: asfixia mecânica. Seu Valfredo acaba detido, e dele tomam o documento do IML.⁴⁴⁹ No final, prevalece o atestado assinado pelo médico Edson Lopes: José Parente “faleceu de asfixia mecânica por constrição do pescoço, enforcamento” (figura 45).

⁴⁴⁶ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos... Op. cit.*, p. 95.

⁴⁴⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, Rosa Freire d’Aguiar (trad.), 2007, p. 46-48.

⁴⁴⁸ O IML foi transformado, em 07/01/2008, em Coordenadoria de Medicina Legal, dentro da estrutura da Perícia Forense do Estado do Ceará. *Diário Oficial do Estado do Ceará*, Série 2, ano XI, n.º 12, 17/01/2008.

⁴⁴⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269990-8, p. 4.

na Aldeota. Ele se recusa a falar sobre o caso, negando-se a conceder entrevista por mim solicitada. Veio-me à mente *Uma cidade sem passado*.⁴⁵⁰

Mas o certo é que o óbito atestado pelo médico Édson Lopes torna, evidentemente, mais fácil manter a versão do suicídio. No IML, não encontrei o laudo do exame cadavérico que subsidiou o atestado de óbito. Acompanhado por um funcionário, ainda pesquisei alguns documentos aleatoriamente, diante da desorganização do arquivo do Instituto. Fiz um pedido, por escrito no dia da visita, mas a resposta é desanimadora: “Em atenção à solicitação de V. S.^a em pesquisar nossos arquivos em busca de alguma entrada em nome de JOSÉ NOBRE PARENTE, que faleceu na data de 20/05/1966, informamos da inviabilidade do solicitado, visto que não dispomos de registros relativos à década de 60. Muitos documentos se extraviaram com o tempo, mudança de prédio, por ação da chuva, umidade e ação de traças e cupins”.⁴⁵¹

O resultado do inquérito, presidido pelo tenente José Israel Cintra Austregésilo e divulgado pela Secretaria de Segurança em 8 de junho, apenas confirma a versão da própria polícia. Para torná-la crível, é preciso desqualificar o laudo que Valfredo, irmão de Parente, recebera concluindo que a morte se dera por contusão craniana e que coincidia com as suspeitas da viúva.

Na entrevista à imprensa, da qual participam o chefe de gabinete da Secretaria, dr. Irapuan, e o chefe do Serviço de Relações Públicas, jornalista Aliatar Bezerra, emergem os elementos kafkanianos. Com base no inquérito e fundamentados na palavra do médico Lívio Pinheiro, coincidentemente sogro de Édson Lopes, eles confirmam o “suicídio” e explicam também que José Orlando, funcionário do Indicador de Fortaleza, “inadvertidamente”, fez o reconhecimento do corpo de Parente “por estar na hora marcada para o enterro”. A matéria do jornal continua:

O laudo em branco foi fornecido pelo Indicador ao Cartório Cisne, e não estava assinado e sim carimbado. A sra. Maria Luiza Cisne foi também

⁴⁵⁰ VERHOEVEN, Michael. *Uma cidade sem passado (Das Schreckliche Mädchen)*. Alemanha, 1990.

⁴⁵¹ *E-mail* enviado ao autor por Lenildo Aguiar, escrivão de Polícia Civil, Cartório/IML-Fortaleza, em 28 de março de 2008, às 11:55. Aliás, uma das salas onde são guardados os documentos do IML é chamada pelos funcionários de “lavanderia” porque no local funcionou, no passado, a lavanderia do órgão.

ouvida em depoimento, afirmando que no registro de óbito daquele cartório, n.º 10.612, consta que o ferroviário faleceu vítima de asfixia mecânica e que aquele documento enviado ao cemitério não tem nenhum valor jurídico.⁴⁵²

Frei Beto tem uma explicação categórica para esse aparente tipo de confusão:

[...] a repressão sempre transfere a responsabilidade de seus atos para as suas vítimas. Se estudantes são espancados na rua, é porque exorbitaram em suas manifestações; se sindicalistas são presos numa greve, é porque deram caráter político ao movimento reivindicatório; se um militante morre na tortura, é porque matou-se em decorrência de desequilíbrio psíquico... Isso faz parte do modo de agir da polícia.⁴⁵³

Não deixa de ser curioso também que, dentre os vinte e quatro processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou, apenas o de Francisco Carlos Alcantarino faça referência à “morte de um líder ferroviário nos xadrezes da Secretaria de Segurança Pública”.⁴⁵⁴ O silêncio é a chave da marca profunda, talvez do medo ainda presente no inconsciente.

No meio ferroviário, portanto, o dia do velório de Parente é tenso. O superintendente da RVC/RFFSA, José Walter Cavalcante, impede os trabalhadores de saírem das oficinas, depósitos e estações, “ordem não respeitada por muitos, que pulando os muros compareceram ao cemitério” São João Batista, onde dona Francisca sepultou o marido. Disfarçados, os policiais infestam o campo santo, “com ordens de impedir qualquer manifestação”. Sara diz que “a cidade foi tomada de grande comoção pelo ocorrido e jornais da época chegaram a estampar notícia dizendo que nem a própria polícia acreditava na versão de suicídio”.⁴⁵⁵

O clima de comoção, contudo, não corresponde à realidade, a não ser para os personagens diretamente envolvidos no fato e para o grupo social dos ferroviários. Fortaleza estava, na verdade, envolvida por outros temas, acompanhando pela TV Ceará, Canal 2, as aventuras de *Danger Man*, um

⁴⁵² *Gazeta de Notícias*, ano LIX, n.º 83.067, 09/06/1966. Fortaleza, p. 10. No jornal consta página 9, por erro de impressão.

⁴⁵³ BETTO, Frei. *Batismo...* *Op.cit.*, p. 163.

⁴⁵⁴ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269984-3, p. 3.

⁴⁵⁵ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269990-8, p. 3.

programa Atkinsons.⁴⁵⁶ *O casamento da Peraldiana*, burleta de Carlos Câmara dirigida por B. de Paiva, é a grande atração do teatro cearense,⁴⁵⁷ enquanto jovens mais abastados empolgam-se com o jogo de sinuca americana na churrascaria Acapulco, na Beira-Mar. O tecido Bangu torna-se “algo mais” no padrão de elegância,⁴⁵⁸ e às mulheres anuncia-se uma “nova geometria para os cabelos”.⁴⁵⁹ O colunista social Bayard badala as debutantes do Náutico Atlético Cearense.⁴⁶⁰ São os tempos do *Noticiário Relâmpago* e do *Noticiário das Casas das Máquinas*.⁴⁶¹ Manoel Martins de Almeida, prefeito de Quixeramobim, terra natal de Parente, anuncia que vai ao Rio, “pelo ‘Caravelle’ da Cruzeiro do Sul, a fim de convidar pessoalmente o poeta Manuel Bandeira⁴⁶² para ir à sua cidade receber o título de ‘Cidadão de Quixeramobim’, que acaba de lhe ser outorgado pela Câmara Municipal”.⁴⁶³

Os jornais, discretos, apenas registram as versões da polícia e da RVC/RFFSA. Em texto no canto direito inferior da primeira página, *O Povo* diz que “Elemento implicado em inquérito enforcou-se no xadrez do 2.º Distrito” (figura 46 e 47):

Hoje, no xadrez da Delegacia do 2.º Distrito Policial, um homem que ali estava preso, incomunicável, foi encontrado morto, enforcado com seu próprio cinturão. O morto chama-se José Nobre Parente e estaria respondendo a inquérito de suma importância para a segurança nacional. O capitão Assis, chefe do Departamento de Segurança Nacional, no Ceará, falando à reportagem de *O POVO*, informou que o caso é realmente de natureza grave, e as autoridades estão em reunião preparando uma nota oficial que será distribuída à imprensa, dando os pormenores do ocorrido.⁴⁶⁴

⁴⁵⁶ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.565, 17/05/1966. Fortaleza, Segundo Caderno, p. 9.

⁴⁵⁷ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.560, 11/05/1966. Fortaleza, p. 2.

⁴⁵⁸ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.561, 12/05/1966. Fortaleza, p. 12 e 14.

⁴⁵⁹ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.562, 13/05/1966. Fortaleza, p. 1.

⁴⁶⁰ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.561, 12/05/1966. Fortaleza, p. 12.

⁴⁶¹ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.564, 16/05/1966. Fortaleza, p. 11

⁴⁶² Em sua busca por climas serranos, o poeta pernambucano Manoel Bandeira passa uma temporada, em 1908, em Quixeramobim, cidade que lhe deixa as saudades “que mais me doem”. Ler BANDEIRA, Manoel. *Saudades de Quixeramobim*. In BANDEIRA, Manuel. *Manuel Bandeira: poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993, p. 503-504.

⁴⁶³ *Correio do Ceará*, ano LI, n.º 15.563, 14/05/1966. Fortaleza, p. 2.

⁴⁶⁴ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 1.

Presu toda tripulação do "Pelagos": Contrabando (PÁG. 2)

Bomba explodiu na Assembléia de Pernambuco

RECEBE 100 mil cruzeiros, via Western — Uma bomba de alta potência explodiu, na madrugada de hoje, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, danificando a parte externa do prédio, sem contudo, fazer vítimas. Os prejuízos são calculados em mais de um milhão de cruzeiros. A Polícia informou que o petardo foi jogado de um automóvel que passou em disparado pela rua de Aurora. Não houve identificação do veículo, mas quem suspeita, mas que, até o momento, nada de...

Faram: O edifício da Assembléia está interditado. Não haverá, hoje, sessão. A explosão foi seguida de dois quômetros de distância.

APROVADAS AS TABELAS DE CORREÇÃO PARA ALUGUÉIS

Tudo como maior índice a percentagem de 27,2%... O Conselho Nacional de Economia aprovou as novas tabelas de correção mensais, para os aluguéis de...

abonada. O último reajustamento afetou cerca de 100 mil famílias. O Conselho Nacional de Economia aprovou as novas tabelas de correção mensais, para os aluguéis de...

noite último, o C.N.E. corrigiu todos os compromissos de aluguel específicos através de quatro tabelas. A seguir deverá aprovar novos reajustamentos. P. 5

Justino exonerado do Comando do III Exército

O Povo 16 PAGINAS 100 CRUZEIROS
PERNAMBUCO: AINDA NÃO ESCOLHIDO O CANDIDATO

SHOW NA PRAÇA



Luiz Gonzaga, o "rei do baião" tem foto na vitrine de O Povo... Ele está em Pernambuco para o lançamento de seu novo disco...

Aman, Escola Nava! e Banda de Fuzileiros nas festas de Tuiuti

Os festejos comemorativos do centenário da Batalha de Tuiuti estão sendo, hoje, a participação da população de Pernambuco... A Escola Naval e a Banda de Fuzileiros farão parte das comemorações...

FOGO SIMBÓLICO DOS FESTEJOS DE TUIUTI PARTIU ONTEM DE TAMBORIL

Precisando milhares de pessoas, sobestados vapores, concretizados diante de março que assinala as rotinas da casa... O fogo simbólico partiu ontem de Tamboril...

MAR E TERRA VÃO DISPUTAR PREFERÊNCIA

O governador Ruy Barbosa... O governador Ruy Barbosa está de férias e o comando do III Exército será exercido por seu substituto...

Suspensos os direitos políticos de 59 pessoas

RIO DE JANEIRO — URGENTE — O presidente Castelo Branco... O presidente Castelo Branco suspendeu os direitos políticos de 59 pessoas...

CRESCER A TENSÃO NO VIETNAM

Beigon, Vietnam, 20 — (UVA-TP) — Conforme as últimas notícias procedentes de Danang, há 12 horas de hoje... A tensão no Vietnã está aumentando...

Hália e França arrebataam a palma de ouro em Cannes

Canas, 20 (UVA-TP) — O grande prêmio do Festival Internacional de Cannes... Hália e França venceram o prêmio de melhor filme em Cannes...



A LÂMPADA

As exposições promovidas nos últimos dias... A exposição da lâmpada de Tuiuti é um símbolo da vitória...

POLÍCIA DE SÃO PAULO DE PRONTIDÃO

RIO DE JANEIRO — O ministro-geral... A Polícia de São Paulo está em prontidão para qualquer emergência...

ELEMENTO IMPLICADO EM INQUÉRITO ENFORCOU-SE NO XADREZ DO 2.º DISTRITO

Hoje, no xadrez da Delegacia do 2.º Distrito Policial... O elemento implicado em um caso de corrupção enforcou-se no xadrez...

Figura 46 – No canto direito (abaixo), o jornal dá crédito à versão de suicídio. O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 1.ª Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem.

ELEMENTO IMPLICADO EM INQUÉRITO ENFORCOU-SE NO XADREZ DO 2.º DISTRITO

Hoje, no xadrez da Delegacia do 2.º Distrito Policial, um homem que ali estava preso, incommunicável, foi encontrado morto, enforcado com seu próprio cinturão.

O morto chama-se José Nobre Parente e estaria respondendo a inquérito de suma importância para a segurança nacional.

O capitão Assis, chefe do Departamento de Segurança Nacional, no Ceará, falando à reportagem de O POVO, informou que o caso é realmente de natureza grave e as autoridades estão em reunião, preparando uma nota oficial que será distribuída à imprensa, dando os pormenores do ocorrido.

A respeito do suicídio ocorrido, hoje, no xadrez do 2.º Distrito Policial a Administração da RVC prestou os seguintes esclarecimentos sobre o caso:

Desde o exercício de 1965, vem a Administração da RVCearense debatendo-se com sérios problemas de avarias no seu material de tração, quando as locomotivas passaram a apresentar defeitos que fugiam àqueles que normalmente acontecem durante

(Conclui na página 2)

Figura 47 – Destaque da matéria de *O Povo*: Parente, identificado na linguagem jornalístico-policial por “elemento”, estaria respondendo a inquérito de “suma importância para a segurança nacional”

O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 1.^a

Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem.

Enquanto para a *Gazeta de Notícias*, “o matutino independente do Ceará”, Parente integra uma “gang” de sabotadores,⁴⁶⁵ em *O Povo*, o cidadão é “elemento”, o “morto” tem nome, mas não tem profissão, e a motivação da prisão está decretada subliminarmente na suposição de que Parente responderia a “inquérito de suma importância para a segurança nacional”. No texto, a evidente preocupação do jornal se restringe à nota oficial que está sendo preparada pelas autoridades. Na continuação da matéria (figura 48 e

⁴⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, ano XXXIX, n.º 11.320, 24/05/1966. Fortaleza, Primeiro Caderno, p. 6.

49), o jornal transcreve a versão da Rede, a qual argumenta que, desde 1965, “as locomotivas passaram a apresentar defeitos que fugiam àqueles que normalmente acontecem durante a operação ferroviária”. Acrescenta a suspeita segundo a qual “as anomalias seriam propositadas, oriundas da atuação de elementos ativos de sabotagens”, citando alguns “elementos comprobatórios, concretos e objetivos daqueles atos dos mais danosos, tais como a colocação de pregos, estopas, barro, jornais e outros objetos estranhos em partes diferentes da locomotiva, proporcionadores de enormes prejuízos para o patrimônio da Empresa”.⁴⁶⁶

⁴⁶⁶ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 2.

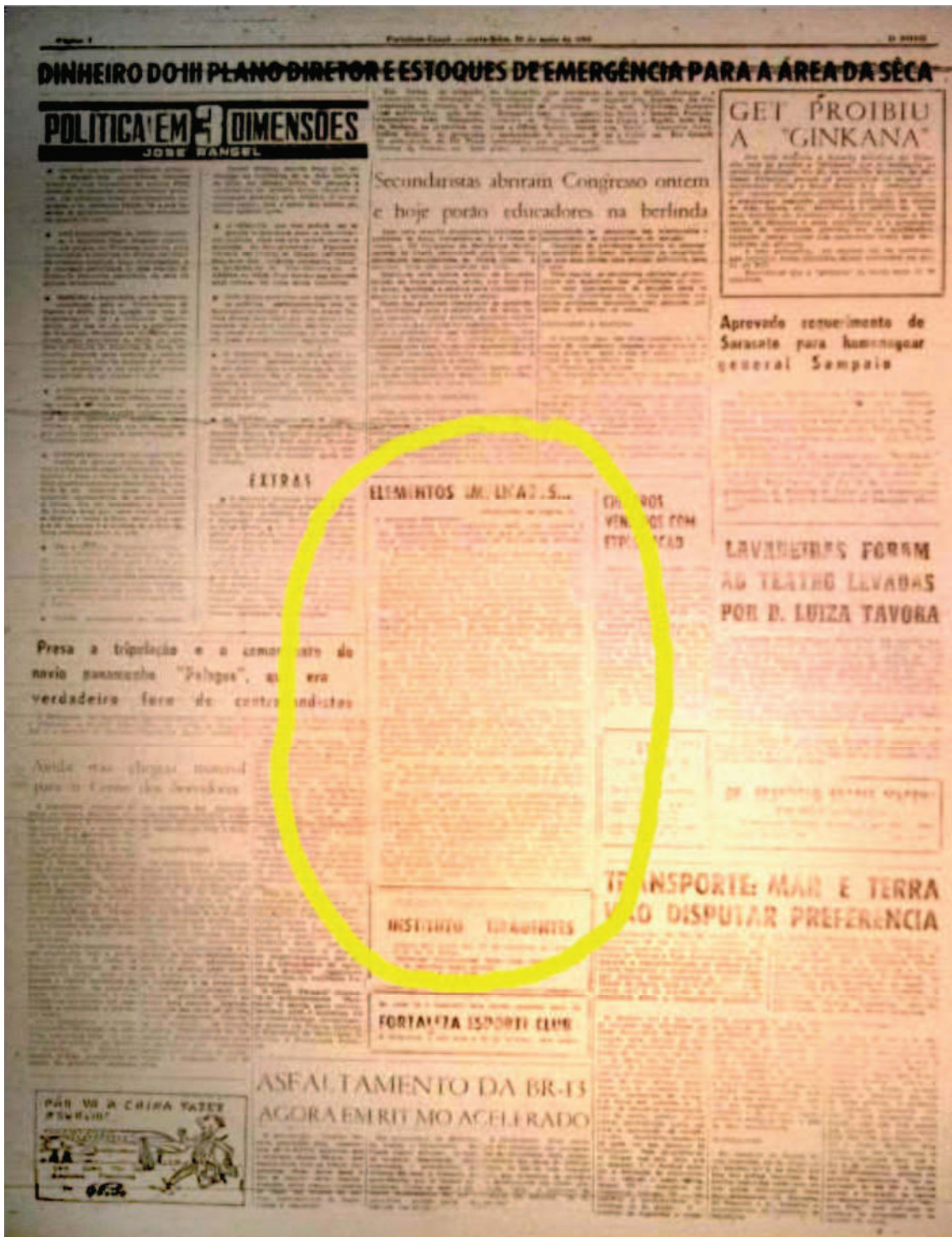


Figura 48 - Na conclusão do texto iniciado na página 1.^a, prevalece a versão oficial. O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 2. Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem.

ELEMENTOS IMPLICADOS...

(Conclusão da página 1)

a operação ferroviária.

Estudando detalhadamente cada caso, passou a ser robustecida a suspeita de que as anomalias seriam propositadas, visando de atuação de elementos ativos de sabotagem.

Foram, então, emitidos vários informes por parte dos Chefes dos Setores enviados aos seus superiores através de comunicados, seguindo elementos comprobatórios concretos e objetivos daqueles atos dos mais danosos, tais como, a colocação de objetos estôpas, barro, jornais e outros objetos estranhos em partes diferentes da locomotiva, proporcionadores de enormes prejuízos para o patrimônio da Empresa.

A par disso, surgiram, em períodos sucessivos, boletins manuscritos tipicamente subversivos, contendo graves ofensas às mais elevadas autoridades do País, extensivas à Superintendência da RVC aos Auxiliares da Administração, além de referências desastrosas à Revolução de 31 de Março.

De posse desses manuscritos, a Administração da RVC tomou a si a iniciativa de situar os elementos responsáveis pela redação e sua respectiva divulgação, reunindo bases positivas e propiciando a efetivação do exame grafológico, entregando essa tarefa à Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Ceará, mesmo porque tudo indicava como autor daqueles panfletos uma mesmíssima pessoa.

Em bem elaborado estudo, a Polícia Técnica atestou que a autoria daqueles boletins era do empregado ALFREDO JOSÉ DE SOUSA que, recolhido à prisão, confessou o seu delito e apontou vários outros implicados, muitos dos quais ainda prestando serviços a esta Empresa e outros demitidos pelo Ato Institucional, os quais, também, encontram-se presos.

Dos depoimentos já colhidos, verifica-se que alguns desses elementos vivem sob coação e ameaças que iam até a liquidação da vida própria e da família.

Por outro lado, vários desses elementos sollicitaram garantias de vida após confissões inequívocas, estando motivado que os implicados a tudo praticavam dentro de um esquema preparatório, antecedido de reuniões secretas em residências de ativos e conhecidos dos agentes da subversão internacional, entre nos.

Hoje, porém, os encarregados das inquéritas administrativas e policiais militares foram surpreendidos com a notícia de que o preso e recolhido ao quadro da Delegacia do 2º Distrito desta Capital, secretário JOSÉ NOBRE PARENTE, havia praticado o suicídio, razão por que foram tomadas as devidas providências cabíveis.

Figura 49 - Detalhe da continuação da matéria do jornal O Povo. O Povo, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 2. Acervo Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Setor de Periódicos/Núcleo de Microfilmagem.

Os ferroviários “destruidores de locomotivas”,⁴⁶⁷ com efeito, estavam em plena ação política. Hobsbawm, a propósito, analisa a técnica da destruição de máquinas “tanto como meio de fazer pressão nos empregadores, como de garantir a solidariedade essencial dos trabalhadores” ou mesmo “a expressão da hostilidade da classe operária às novas máquinas da revolução industrial”. No caso dos ferroviários, observa-se um “método de contraatacar fraquezas”, como “inexistência de fundo de greve”, “perigo de furadores de greves” ou ainda tática contra a repressão à organização dos trabalhadores.

Não se trata o caso em análise, evidentemente, de “hostilidade às locomotivas”. Em cada ferroviário é comum pulsar o espírito do maquinista Johnnie Gray (Buster Keaton) cujo amor à “General” somente se compara ao amor por sua amada Annabelle Lee (Marion Mack).⁴⁶⁸ Quem esquece o olhar esperançoso, o sorriso ingênuo do chefe da estação (Grande Otelo) à ordem de Brian Sweeney Fitzgerald (Klaus Kinski) para seus companheiros de aventura deixarem os trilhos sob a locomotiva da inacabada Transandinos?⁴⁶⁹

Até familiares declaram sua paixão às locomotivas, a exemplo de Luís Ximenes Freire, filho de maquinista:

Eu me recordo muito e com saudade da máquina de meu pai, pertencente à RVC. Depois que desativaram o ramal de Camocim, ela foi assassinada sacrilegamente com um maçarico elétrico e vendida em sucata para algum ferreiro, talvez. Ninguém sabia que eu tinha o direito de ficar com ela. Diante daquela locomotiva eu demorava e ficava pensando em seguir a mesma estrada que meu pai seguira, e pretendia vestir-me da mesma dignidade dele, que ostentava nobreza quando vestia a farda, e tinha um coração de ouro e sentimentos puros.⁴⁷⁰

Convém levar em conta outro aspecto. Convocado a esclarecer uma suposta sabotagem verificada em uma locomotiva, José Arimatéa de Lima “menciona que a dita locomotiva era importada dos EUA” e “que os materiais de reposição eram caros e de difícil acesso”. As reposições, por isso, eram providenciadas pela própria oficina da RVC/RFFSA, onde os operários

⁴⁶⁷ Alusão à expressão “destruidores de máquinas”, empregada por HOBBSAWM, Eric J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira (trad.), 2005, p. 19-21.

⁴⁶⁸ KEATON, Buster; BRUCKMAN, Clyde. *A General*. EUA, 1927.

⁴⁶⁹ HERZOG, Werner. *Fitzcarraldo*. Alemanha; Peru; 1982.

⁴⁷⁰ FREIRE, Luís Ximenes. *Paixão ferroviária*. [S.l.:s.n.], 1984, p. 31.

fabricavam pinhões “com uma liga metálica mais mole que o material original”. Por essa razão, “o pinhão se desgastava com maior rapidez e era substituído com menor custo e com mais agilidade, preservando, assim, a coroa do conjunto, que, por sua vez, tinha um custo de importação muito alto”.⁴⁷¹

Argumentos convincentes para negar a participação nos atos de resistência denominados de sabotagem pelo governo e pela empresa. Aliás, a negação é comum, compreensível, necessária. Para quê confirmar “culpa” aos algozes? Entregar-se à boca do leão? Em alguns casos, admite-se a condição de grevista, como ocorre a Vicente Dias Araújo Ferreira:

Começaram as investigações ao meu respeito, na qual sofri muito com maus-tratos, surras e a perda de uma unha dos meus dedos da mão esquerda para que eu respondesse o que eles queriam, confirmasse sem ser verdade, me levaram cinco vezes na comissão militar para eu dizer coisas que não fiz só para levar a culpa e continuar preso, queriam que eu confirmasse que tinha feito sabotagem na ferrovia e que desmanchava as máquinas a diesel, cortava os meios de comunicação como os telefones e os telégrafos eu apenas neste tempo era grevista e lutava pelos direitos dos trabalhadores porque apoiava o atual governo.⁴⁷²

Os subterfúgios variam. O mestre eletricista Ademar Paulino de Freitas, ao ser interrogado sobre a paralisação da RVC/RFFSA logo após o golpe de 1964, responde que “só cortou os fios (*do Telégrafo, perto do Mondubim*) porque estava alcoolizado, senão jamais teria feito”.⁴⁷³ O escriturário e sindicalista Jorge Pereira Nobre tenta passar-se por ingênuo. Alega que, “no movimento sindical brasileiro”, desfalcar e danificar peças mecânicas ou elétricas de locomotivas constituíam atos tão frequentes, “que os mesmos eram considerados legais”, não sabendo, portanto, que sua prática acarretaria penalidades.⁴⁷⁴ Vale tudo para ludibriar os perseguidores.

Mas os ferroviários, em verdade, estavam reagindo subterraneamente a duas grandes derrotas: o golpe de 1964, com a consequente intervenção nas entidades representativas da categoria, e a permanência de José Walter Cavalcante na direção da Rede. Combatem a nova ordem distribuindo “boletins

⁴⁷¹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270075-2, p. 17-19.

⁴⁷² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270054-0, p. 4.

⁴⁷³ IPM-1964, v. 1, p. 123; e Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269963-0, p. 19.

⁴⁷⁴ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072058-6, p. 32.

manuscritos”, considerados pela empresa como “tipicamente subversivos”, pois continham “graves ofensas às mais elevadas autoridades do País, extensivas à Superintendência da RVC, aos auxiliares da Administração, além de referências desairosas à Revolução de 31 de Março”.⁴⁷⁵

Isso demonstra que os ferroviários, no interregno entre o golpe e o AI-5, decidem aglutinar as poucas forças ainda restantes, não se rendem. Os suspeitos de praticarem “atos subversivos” são obrigados a vestir farda de cor laranja para diferenciar dos demais.⁴⁷⁶ Mesmo assim, encontram caminhos para continuar a luta, apesar de jornais, boletins, fotografias, livros, de modo geral, serem apreendidos pelos militares ou destruídos pelos familiares para escaparem à repressão. A propósito, na Argentina, o general Roberto Viola concebeu a Operação Claridade a fim de “confiscar livros marxistas”, chegando inclusive a preparar fichas para denunciar “obras suspeitas”.⁴⁷⁷

No Brasil, em muitos casos, as famílias enterravam as “provas da subversão” nos quintais de suas casas ou os queimavam como forma mais segura de apagar quaisquer vestígios.⁴⁷⁸ Dona Maria de Lourdes lembra: “Eu queimei muito livro três horas da madrugada...” O filho Josival completa: “Quando a coisa acochou muito, não tinha onde guardar, levava lá pra casa, as malas cheias. O que a gente fazia: passava noite adentro queimando, jogava dentro do buraco, tocava fogo, enterrava, molhava e mesmo assim eles procuravam em tudo que era canto”.⁴⁷⁹

“Quando os homens do Exército chegavam aqui em comboio, a primeira coisa que eles revistavam eram as instantes, reviravam tudo. Nós tínhamos livros de Marx, jornais, revistas, mas enterramos tudo”, relembra a professora Marlene, filha de Raimundo Ferreira Melo. “Hoje, há muito cimento por cima, pois aumentamos a casa e também porque se eles pegassem algo enterrado

⁴⁷⁵ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966. Fortaleza, p. 2.

⁴⁷⁶ Conforme GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 173, nota 220.

⁴⁷⁷ Conforme BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, Léo Schlafman (trad.), 2006, p. 288, as fichas do general Roberto Viola constituíam registros com título do livro e editora; matéria e cursos em que era utilizado; colégio em que foi localizado; professor que aconselhou e adotou; exemplar ou fotocópias de algumas páginas evidenciando o caráter subversivo; quantidade aproximada de alunos que utilizavam; e qualquer outro aspecto considerado de interesse.

⁴⁷⁸ Entrevista de Anísio Ferreira de Melo e Marlene Ferreira de Melo concedida ao autor em 26/02/2009.

⁴⁷⁹ Entrevista concedida ao autor em 18/02/2009.

no quintal, a situação se complicava”,⁴⁸⁰ lamenta. Pensando em livrar o pai das perseguições, a então adolescente Maria Eliane, filha de Raimundo Santana da Costa, tocou fogo no *Cavaleiro da esperança*. Na casa de Afonso Bento Bezerra, à invasão também segue-se a destruição de estantes e livros.

Do outro lado, a Rede reúne “bases positivas e propícias à efetivação do exame grafológico”, passando para a Secretaria de Polícia a tarefa de identificar os autores dos boletins. A suspeita recai sobre o ferroviário Alfredo José de Sousa. Preso, ele “confessou o seu delito e apontou vários implicados, muitos dos quais ainda prestando serviços a esta Empresa e outros demitidos pelo Ato Institucional, os quais, também, encontram-se presos”. Resta saber, a que custo Alfredo confessa seu “delito”? Quem mais Alfredo aponta como responsável pelos boletins? Quem Alfredo indica como “agente internacional” que lutava com prego, estopa, barro e jornal? Tudo leva a crer que assim chegam ao nome de Parente.

O jornal de Paulo Sarasate esquece, então, a morte do operário e estampa, quatro dias depois, em mais de meia página: *RVC une o Estado levando o progresso*, material com características de anúncio.⁴⁸¹ A grande imprensa local, em larga medida, segue a linha entremeada pelo medo e o “oportunismo pragmático”, ao “fazer o jogo de um regime poderoso”.⁴⁸² É um quadro que não diverge do cenário nacional em que se observa “a estreita relação entre alguns jornalistas e policiais”, envoltos nos “esquemas da direção das empresas com os órgãos de governo para aceitar a autocensura”.⁴⁸³ Mas essa situação já se manifestara desde 1961, por ocasião da Cadeia da Legalidade. Blanchard Girão, ao contar que diretores de veículos de comunicação foram chamados pelos militares a fim de colaborarem, surpreende-se: “Naquela reunião, nunca vi ‘tanto puxa-saco’. Era diretor de rádio, diretor de jornal. Todos falando que os militares tinham razão: ‘O Sr. tá certo, não vai sair nada’, diziam.”⁴⁸⁴

⁴⁸⁰ Entrevista concedida ao autor em 26/02/2009.

⁴⁸¹ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.844, 24/05/1966. Fortaleza, p. 13.

⁴⁸² SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 175-178.

⁴⁸³ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 354.

⁴⁸⁴ *Entrevista*, n.º 01, 08/1992. Fortaleza, p. 11.

A ditadura, na percepção de Paulo Bonavides, cultivava a “psicologia da autocensura nos jornais, causando uma espécie de “infecção moral do periodismo, que ainda perdura em nossos dias, de uma forma dissimulada: os jornais se autocensuram perante a ditadura constitucional, essa que aí está no poder”.⁴⁸⁵ Na grande maioria dos casos, por outro lado, e não apenas com heróis e líderes políticos exaltados nos jornais revolucionários, a grande imprensa demoniza esses “personagens caracterizados segundo sua lógica de interpretação”.⁴⁸⁶

São raros os espaços ou profissionais que fogem às regras estabelecidas. Nessa perspectiva, o colunista Agladir Moura é quem volta a mexer no espinhoso tema do clima de terror na RFFSA, ao indagar se a RVC *porá as coisas nos trilhos?* Ele escreve que “reina grande mal-estar entre certos setores da ferrovia que consideram o inquérito desnecessário pois nunca teria havido tentativa de sabotagem e que o inquérito foi provocado por certos elementos de muita imaginação ou com alguns interesses escusos”.⁴⁸⁷ O nome de Parente e sua morte, porém, passam ao largo.

Mesmo assim, José Walter Cavalcante não gosta e envia carta ao jornal, publicada na íntegra. Para contestar, o superintendente da Rede argumenta: “As dependências da RVC estão abertas a quaisquer averiguações e nelas se pode observar o trabalho patriótico que vem sendo desenvolvido pelos seus abnegados servidores”. Em outro trecho, afirma:

[...] DOZE locomotivas da RVC já foram atingidas por atos de sabotagem, tendo a Ferrovia sobre todos eles realizado perícias, que incluem fotografias suficientemente esclarecedoras sobre a colocação de areia, pedaços de vidro e outros objetos estranhos nos cárteres dos motores, não devendo ser esquecidos o entupimento de radiadores com panos, estopas, jornais, colocação de porcas nos cabeçotes dos motores diesel, retirada de enchimento de lubrificação dos rodeiros, impregnação de areais em filtros de lubrificação etc.⁴⁸⁸

⁴⁸⁵ PONTE, Sebastião Rogério (org.). *História e memória do jornalismo cearense*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural-NUDOC; UFC; Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará; Secretaria da Cultura-SECULT, 2004, p. 315.

⁴⁸⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 2003, p. 17.

⁴⁸⁷ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.848, 30/05/1966. Fortaleza, Coluna Magazine Fim de Semana, p. 8.

⁴⁸⁸ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.849, 31/05/1966. Fortaleza, p. 8.

A carta de José Walter tem, pelo menos, uma serventia para quem estuda formas de resistência dos trabalhadores, na medida em que amplia a relação de instrumentos do poderoso e “perigoso arsenal” ao qual recorreram os ferroviários: pregos, estopa, barro, jornais, pano, porcas, areia e boletins. Em primeiro de junho de 1966, um fato novo gera outro foco de tensão envolvendo a Rede (figura 50).

Por volta das 18h30 de ontem, o jornalista Edmundo Maia,⁴⁸⁹ correspondente do jornal “Última Hora” – segundo ele declarou perante as autoridades policiais – encontrava-se comprando peixe na Rua General Sampaio, esquina com Rua Guilherme Rocha, quando, de súbito, foi agredido por dois homens, um dos quais, ao vê-lo ao solo, começou a esbofeteá-lo. Logo após, os desconhecidos saltam em desabalada carreira, desaparecendo.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ Edmundo Maia foi preso em 1964 e 1968 porque tinha “grande ligação com os comunistas José de Moura Beleza, José Jatahy, Tarcísio Leitão, José Maria de Barros Pinho, Aluísio Gurgel, Hider Correia Lima, Manoel Aguiar de Arruda, além de outros”. Para a Polícia, o correspondente do jornal *Última Hora* fornecia “notícias mentirosas referentes ao Ceará, com o intuito de menosprezar Autoridades do Estado”. Ver Informação N.º 030/66, DOPS, em caráter reservado/Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04024385-0, p. 21-22. Morreu em Fortaleza, em 17/02/1993.

⁴⁹⁰ *O Povo*, ano XXXIX, n.º 11.850, 01/06/1966. Fortaleza, p. 8; e *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, p. 3, matutino.

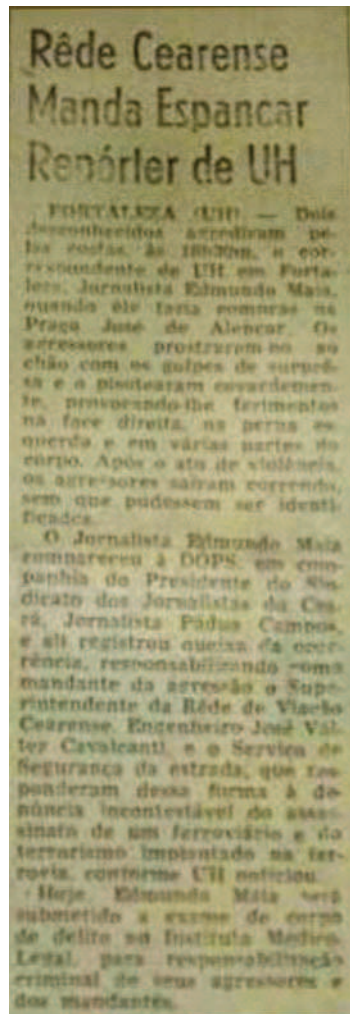


Figura 50 - Edmundo Maia denuncia José Walter e o Serviço de Segurança pelas agressões. *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, matutino, p. 3. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

Citado como suspeito de ser o mandante, José Walter reage de novo, publicamente, dizendo jamais ter dado “qualquer atenção aos escritos de um gratuito caluniador identificado elemento subversivo, fichado na Secretaria de Polícia e Segurança Pública como comunista, já muito conhecido como provocador de casos desta natureza”.⁴⁹¹ As diatribes de José Walter têm motivo. As reportagens de Edmundo Maia (figura 51 e 52) dão repercussão nacional à morte do ferroviário e colocam o operário no plano exato que o fato requer: José Nobre Parente é um preso político.

⁴⁹¹ *O Povo*, XXXIX, n.º 11.850, 01/06/1966. Fortaleza, p. 8.



Figuras 51 e 52 - Carteira do jornalista Edmundo Maia, correspondente do *Última Hora*, no Ceará, mais atento aos fatos locais do que os jornais citadinos. *Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou*, ano 2004, n.º 04024385-0, p. 35.

A *Última Hora*⁴⁹² estampara sete dias antes em sua primeira página: *Ferrováriário incomunicável acaba louco e enforcado no Ceará - Preso político se matou nas grades do xadrez, na edição matutina, e Preso político suicidase, na edição vespertina* (figura 54).⁴⁹³

⁴⁹² O jornal *Última Hora* estava em campanha aberta contra o regime militar, denunciando a existência de presos políticos no País. *Castelo está por fora – Marechal não sabia que há presos políticos no País – UH divulga a primeira lista para presidente ver* (*Última Hora*, ano XV, n.º 5.069, 23/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino), *Castelo causa espanto: - não há presos políticos* (*Última Hora*, ano XV, n.º 5.069, 23/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 4, vespertino), *Nova lista para Castelo ver – Presos políticos de Norte a Sul* (*Última Hora*, ano XV, n.º 5.070, 24/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino), *CPI vai mostrar que os cárceres estão cheios* (*Última Hora*, ano XV, n.º 5.070, 24/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino), *Ministro da Guerra esclarece Castelo – Presos que estão presos não são presos* (*Última Hora*, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino) dão o tom da posição corajosa do jornal de Samuel Wainer.

⁴⁹³ *Última Hora*, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino.

Prêso Político Suicida-se

Aumenta Lista de Encarcerados
Câmara Vê Relação Das Vítimas
Justiça Militar Enquadra Mais 35

Última Hora

130 27 — Rio, Quarta-feira, 25 de Maio de 1966 — R. 5.071 — 135 103

Uma foto da prisão política para CB Oltas



Uma declaração em que repete o conceito do Ministro de Sá sobre os que se acham privados da liberdade por motivos políticos, o General Costa e Silva, excluindo o pronunciamento do Marechal Castelo Branco, Maranhão, afirmou que os presos que estão presos não, na realidade, presos, mas pessoas "sob julgamento".

Ministro da Guerra Esclarece Castelo

Presos Que Estão Presos Não São Presos

Avalanche do Inferno Sepulta Operários



Costa e Silva: — Direta é Gol...
De outra parte, manifestou-se o Ministro da Guerra trário ao voto direto, salientando que o pleito somente seria possível por meio de um golpe de Estado e quem teria força para dá-lo agora? — inquiriu. Logo, também, o Chefe do Exército e candidato da pela manutenção dos Atos Institucionais ainda em...

Sobral Pinto: — Isto é Ditado...
Por sua vez, em vigoroso pronunciamento, através telegrama enviado ao Chefe da Nação, o Prof. Pinto comprova que "no dicionário político uniu instituições postas em prática no Governo de V. E. denominadas ditadoras". (Leia na página 3, Edição UH, "Política Nacional" e artigo de Danton Jobim)

Apore 4 mais fácil concorrer!

66 MILHÕES EM PRÊMIOS!

SELEÇÃO DO POVO

Última Hora

ULTRALAR

FOCÕES A ULTRAGA A PRAZO SEM ENTRADA A VISTA AS MELHORES OPORTUNIDADES

Figura 53 - O jornal carioca considera José Nobre Parente preso político. *Última Hora*, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, p. 1.ª, Caderno 1.º, vespertino. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

Na página 2 da edição da tarde, o jornal noticia: *Ceará: preso político enlouquece e se mata nas grades do xadrez* (figura 54):

Fortaleza (UH) – O ferroviário José Nobre Parente, de 37 anos, apontado pela Comissão Permanente de Inquérito da Rede de Viação Cearense como “agente da subversão internacional”, suicidou-se no 2.º Distrito Policial, onde estava detido há mais de um mês e submetido ao regime de absoluta incomunicabilidade. José, que havia enlouquecido, enforcou-se com um cinturão, dependurando-se das grades da prisão”.⁴⁹⁴



Figura 54 - Ferrovários denunciam clima de terrorismo e delação. *Última Hora*, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, vespertino, p. 2. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadadas Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

⁴⁹⁴ *Última Hora*, ano XV, n.º 5.071, 25/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino.

Não obstante as imprecisões - Parente permanece apenas três dias preso -, a matéria informa que o ferroviário é acusado de sabotagem e “apontado pela Comissão Permanente de Inquérito da Rede de Viação Cearense como ‘agente da subversão internacional’”. A prisão havia sido determinada pelo chefe do Serviço de Segurança da Rede, capitão Manuel Assis Nepomuceno. Ressalta que “líderes ferroviários informaram que a Rede de Viação Cearense está se transformando numa verdadeira central de terror, ‘onde a delação foi instalada e oficializada’”.

O *Última Hora* abre espaço para dona Francisca rebater a versão da polícia. Suas desconfianças ganham a primeira página do jornal carioca: *Viúva do preso político acha estranho suicídio* (figuras 55 e 56).⁴⁹⁵

⁴⁹⁵ *Última Hora*, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino.

Governo Manda o Povo Comer Galinha Porque Carne é Cara e Não Vai Baixar

Seleção Volta ao Campo em Serra Negra **Ultima Hora**

180 37 — Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1966 — R\$ 2,00 — 120 100

Arena Nomeia Candidato Único

Ministro da Guerra Ganha Hoje a Coroa da Sucessão

Nara Agora é Subversiva E já Vai Ser Processada

Viúva do Prêso Político Acha Estranho Suicídio

Guiana é Independente Desde Hoje Zero Hora

Satélites Podem Cair Em Cidades do Brasil




Indústria Reafirma Que o País Está Parand

6 MILHÕES M PRÊMIOS!

SELEÇÃO DO POVO

FOGÕES A ULTRAGAZ

A PREZO SEM ENTRADA

A VOTA AS MELHORES OPORTUNIDADES

ULTRALAB

Figura 55 - As desconfianças de dona Francisca, com as três filhas menores, entram no noticiário nacional. *Última Hora*, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 1.ª, vespertino. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.



Figura 56 - Dona Francisca, com as filhas Glede, Ruth e Sara, não acredita em suicídio. *Última Hora*, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, vespertino, p. 1.^a.
Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

Na matéria *Cadáver de preso político foi entregue à viúva* (figura 57), os exageros da repressão vão ficando mais nítidos:

FORTALEZA (UH) – A viúva do ferroviário José Nobre Parente, que enlouqueceu na prisão e, segundo a Polícia, se suicidou, disse ontem que o Chefe de Serviço de Segurança da Rede de Viação Cearense, Capitão Assis, prometera libertá-lo sexta-feira: – Mas, naquele mesmo dia, eu recebi apenas o cadáver de meu marido, que levou uma grande pancada na cabeça: e eles estão dizendo que o Parente suicidou-se. O meu marido era um homem bom, e eu é que estou desgraçada.⁴⁹⁶

⁴⁹⁶ *Última Hora*, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino.



Figura 57 – Para dona Francisca, o marido dela levou “uma grande pancada na cabeça”. *Última Hora*, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

Dona Francisca descarta a hipótese de suicídio, revelando que o marido sofrera “grande pressão” por se negar “a confessar um crime que não havia praticado”. E conclui: “Posso afirmar que meu esposo nunca foi um sabotador,

como disseram. Ele foi preso terça-feira da semana passada, às 14 horas, e somente às 21 horas do mesmo dia fiquei sabendo, porque fui a sua procura.”

A pressão e o terror se instalam na Rede. Com Parente, são presos mais dois trabalhadores; Claudio Olívio Soares é “levado para a Casa de Saúde São Geraldo, onde ficou internado aproximadamente 48 horas”; e José Elias Gonzaga, que já havia sido absolvido pelo STM, é novamente detido acusado de “liderar o movimento subversivo dentro da Rede de Viação Cearense”, embora já estivesse aposentado compulsoriamente e trabalhando em Quixadá; o Serviço de Segurança da RVC ordena a prisão de “dezenas de ferroviários”; o comissário Aloísio Figueiredo nega-se a revelar os nomes dos presos; e o Serviço de Relações Públicas da empresa nada informa, alegando “sigilo, para não prejudicar as diligências”.⁴⁹⁷

Nem a morte de Parente cessa as violências contra os ferroviários (figura 58):

FORTALEZA (UH) – Os agentes da DOPS reativaram, no fim de semana, a caçada aos ferroviários que a Rede Viação Cearense acusa de pertencer a movimento internacional de subversão e de praticar sabotagens. Na madrugada de sexta-feira e durante todo o sábado os policiais vasculharam bares, casas de lanches e lojas do centro da cidade.⁴⁹⁸



Figura 58 – Policiais vasculham o centro de Fortaleza à procura de ferroviários. *Última Hora*, ano XV, n.º 5.075, 30/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, vespertino. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

⁴⁹⁷ *Última Hora*, ano XV, n.º 5.072, 26/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 2, vespertino.

⁴⁹⁸ *Última Hora*, ano XV, n.º 5.075, 30/05/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, vespertino.

Mas a reação de dona Francisca continua a chamar atenção do *Última Hora*: Até polícia não crê no “suicídio” (figura 59):

FORTALEZA (UH) – A Polícia cearense decidiu investigar a morte do ferroviário José Nobre Parente, preso político morto no xadrez do Serviço de Segurança da Rede de Viação Cearense. O tenente José Israel Cintra Austregésilo, que preside o inquérito instaurado, requisitou o laudo medico expedido pelo IML sobre a morte do ferroviário, “face às dúvidas levantadas pela esposa deste”. A viúva declarou que o marido foi assassinado.⁴⁹⁹



Figura 59 - O inquérito é o caminho pelo qual a polícia investiga a si própria. *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, matutino, p. 3. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

A partir daí, o assassinato do ferroviário José Nobre Parente desaparece das páginas dos jornais, cai no esquecimento característico de “grupos humanos que falham – propositada ou passivamente [...] – em transmitir o que

⁴⁹⁹ *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, matutino.

conheciam do passado à sua posteridade”.⁵⁰⁰ Parece mais conveniente para todos. Os ferroviários militantes permanecem sendo perseguidos. Outros vão cuidar de suas vidas, às vezes viram *crumiros* (fura-greve), como o maquinista Andrea Marcocci (Pietro Germi), no filme *O ferroviário*.⁵⁰¹ Pais e irmãos de Parente sofrem o trauma, impondo-se um longo silêncio de quarenta anos quebrado exclusivamente para o sucinto relato encaminhado à Comissão de Especial de Anistia Wanda Sidou. Dona Francisca mergulha no seu martírio e entrega-se à missão de criar as filhas, inocentes ainda, alheias à violência praticada contra elas também.

O assassinato de Parente, em uma delegacia localizada no centro da cidade, a poucos metros da Assembléia Legislativa, passa em branco para os nobres parlamentares. Os deputados estão mais preocupados com outras questões, até mesmo porque, depois das cassações em 1964, só ficam os amigos da nova ordem.⁵⁰² No dia 20 de maio de 1966, quando a imprensa local divulga discretamente a morte do operário, Custódio Azevedo, único orador do pequeno expediente, solicita ao governador do Estado e ao diretor geral do DNER, “a inclusão no Plano de Emergência a construção da estrada já iniciada em 1958, ligando a BR – 22 à famosa gruta de Ubajara”.⁵⁰³

No pequeno expediente da sessão seguinte, em 25 de maio, o deputado Melo Arruda comunica ter representado o “Poder Legislativo nas solenidades comemorativas do octogésimo aniversário de nascimento do comendador Ananias Arruda, na cidade de Baturité”. Na reabertura da sessão, os parlamentares rejeitam o requerimento solicitando dirigir “apelo à Câmara Federal, ao Senado e aos líderes nacionais da Arena e do MDB, no sentido de

⁵⁰⁰ YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor*. História judaica e memória judaica. Rio de Janeiro: Imago, SILVA, Lina G. Ferreira da (trad.), 1992, p. 126.

⁵⁰¹ GERMI, Pietro. *O ferroviário*. Itália, 1956.

⁵⁰² Foram cassados os deputados Aníbal Fernandes Bonavides, José Blanchard Girão Ribeiro, Amadeu Arrais, José Fiúza Gomes, José Pontes Neto e Raimundo Ivan Barroso de Oliveira. Nos primeiros meses depois do golpe, o deputado Mauro Benevides, presidente da Assembléia Legislativa, informa ao tenente coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, encarregado do IPM, que não se escusará de prestar informações “dentro da linha que se traçou de colaborar, patrioticamente, com as forças armadas do País”. Ver IPM-1964, v. 1, p. 135-136.

⁵⁰³ Ata da 40ª Sessão Ordinária da Quarta Sessão da 16.ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – Livro de Atas 1966 – 2, p. 86.

envidarem esforços para imediata reimplantação do voto direto no sistema eleitoral brasileiro”.⁵⁰⁴

Neste aspecto, vale repetir Burke:

É frequentemente esclarecedor abordar os problemas por detrás, virá-los do avesso. Para investigar a organização do esquecimento, as regras de exclusão, supressão ou repressão, e a interrogação: quem quer que esqueça o quê, e porquê. Amnésia remete para “amnistia”, para aquilo a que se costumava chamar “actos de esquecimento”, o apagamento oficial de recordações de conflito no interesse da coesão social.⁵⁰⁵

Essas reflexões se aplicam perfeitamente ao caso de Parente. Poucos perceberam ou atentaram para a sutileza de que a mentalidade de 1968 já se manifesta em 1966, com toda sua crueza. O silêncio se faz senhor da ocasião e somente a partir de 2006, quando a família requer a indenização de acordo com a Lei n.º 13.202/2002, é que o caso começa a vir à tona com toda sua carga para a história da repressão política no Ceará. A Comissão de Anistia Wanda Sidou reconhece a responsabilidade do Estado, e José Nobre Parente passa a ser considerado o primeiro assassinado em prisões da ditadura militar no Ceará,⁵⁰⁶ sendo posteriormente incluído na relação dos mortos e desaparecidos no Brasil, no período de 1964-1985.⁵⁰⁷ Um “acerto de contas”,⁵⁰⁸ porém, que não se exaure, pois há responsabilidades ainda a serem esclarecidas um dia.

Como a única narrativa da família limita-se ao que está expresso de forma sintética no processo da Comissão de Anistia, traduzindo uma memória envolta pela emoção, pode-se afirmar que as “lembranças traumatizantes” parecem não ter chegado ao “momento propício para serem expressas”,

⁵⁰⁴ Ata da 41.ª Sessão Ordinária da Quarta Sessão da 16ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará — Livro de Atas 1966 – 2, fls. 88.

⁵⁰⁵ BURKE, Peter. *O mundo como teatro*. Estudos de Antropologia Histórica. Lisboa: Difel, 1992, p. 248.

⁵⁰⁶ *O Povo*, ano LXXIX, n.º 25.927, 03/05/2006. Fortaleza, Cotidiano, p. 8.

⁵⁰⁷ SCHMIDT, Criméia (org.) et al. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos*. IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 100.

⁵⁰⁸ Ler, a propósito, MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2006.

conforme ensina Pollak. Tampouco a existência de uma “escuta”,⁵⁰⁹ no caso a possibilidade de entrevistas que propus à família, parece suficiente.

Essa memória silenciada, voluntária, encontra guarida em razões absolutamente compreensíveis sob o argumento do sofrimento, por parte da viúva, ou sustentada no respeito à figura da mãe que sofreu, criou a prole e sobreviveu à tragédia, pelo lado das filhas. A tragédia, porém, não reside na morte em si, mas na “desordem” que passa a ser chamada de “ordem” e na qual as pessoas despem-se de humanidade, e a vida nada vale diante de um desejo de paz inexistente.⁵¹⁰ A perspectiva trágica, em verdade, resiste na vitória da intolerância, de tempos em tempos a se assenhorear dos homens.

Embora não esteja dito, tudo indica predominar nos familiares de Parente o medo do passado, um passado mais do que nunca real no tempo presente, um passado que parece ainda ameaçar o futuro, enquanto a ferida continua aberta. A operação da memória em torno da morte de Parente, portanto, revelando em seu corpo um lugar de memória, e, na sua ausência, um ponto de tensão, traduz uma “significação coletiva plural”,⁵¹¹ na medida em que evidencia apenas o ápice, o cume da perseguição praticada pelo Estado contra os ferroviários cearenses.

3.3 Tecendo tarrafas, gravando xilos

Maurice Halbwachs, para quem “jamais estamos sós”, explica que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.⁵¹² Nesse sentido, Parente não é uma vítima solitária. Os familiares sofrem o trauma, os amigos ferroviários agonizam nas prisões (mapa 6), enquanto outros fogem para lugares distantes.

As violências contra os ferroviários manifestam-se de diversas formas, com intensidade e requinte variados. A prisão, por si só, reduz o “natural, expansivo e brincalhão” Jonas Daniel a um misantropo que se “fecha em

⁵⁰⁹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In Estudos Históricos 1989/3 – Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. São Paulo: Cpdoc/FGV, 1988, p. 5-6.

⁵¹⁰ WILLIAMS, Raymond. *Tragédia moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, Betina Fischof (trad.), 2002, p. 110-113.

⁵¹¹ PAOLI, Maria Célia. *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*. In São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura; Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p. 26.

⁵¹² HALBWACHS, Maurice. *A memória... Op.cit.*, p. 30.

copas”, imerge no abatimento, só manifesta pessimismo e entrega-se a entrançar fios e fazer tarrafas. Aníbal Bonavides, o advogado dos ferroviários, “sente profunda depressão, uma infinita saudade do lar, dos amigos, dos companheiros, da sociedade”.⁵¹³ Nessa hora de angústia e desencanto, o alento contra o “retorno à barbárie do absolutismo no período barroco, em plena vigência do Estado de Direito da Era Moderna”,⁵¹⁴ vem dos *shows* que José Jatahy faz todas as noites na prisão, momento esperado até mesmo pelos guardas.⁵¹⁵

Na prisão, a música *Tristeza*,⁵¹⁶ aliás, martela a mente e enche de melancolia o peito do auxiliar de artífice Raimundo Santana da Costa de melancolia:

*Tristeza, por favor vá embora
Minha alma que chora está vendo o meu fim
Fez do meu coração a sua moradia
Já é demais o meu penar
Quero voltar àquela vida de alegria
Quero de novo cantar*

A alma daquele homem simples chora, mas a tristeza permanece; sua alma vê o fim da empreitada na qual se envolveu, e a tristeza estabelece-se no seu coração, aumentando o penar como a impedir o retorno da alegria tão bem-vinda. A filha Maria Eliene, ainda hoje, chora ao lembrar o relato do pai no seu desejo pela possibilidade de cantar novamente, uma mera representação para a liberdade que lhe foi tolhida, longe da mulher, dos filhos, do trabalho.

O mestre Ademar Paulino de Freitas havia sido preso em 10 de novembro de 1961, por ocasião da paralisação pela exoneração do coronel Humberto Moura. Mas só em 1964 conhece os dissabores da tortura. Sofre agressões físicas, espancamentos e recebe chutes. Durante os interrogatórios, “enfiam um fuzil em sua boca de tempo em tempo e encostavam outro em sua cabeça”. As palavras são pouco amigáveis. De diferentes conotações,

⁵¹³ BONAVIDES, Aníbal. *Diário ... Op. cit.*, p. 28 e 54.

⁵¹⁴ CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: UFC, 2005, p. 289.

⁵¹⁵ Entrevista de José Elias Gonzaga concedida ao autor em 21/04/2009.

⁵¹⁶ LOBO, Haroldo e SOUZA, Niltinho. *Tristeza*. In *Jair: festa para um rei negro*, Fábrica de Refrescos; Universal Music, 2009.

referem-se a aspectos relativos à opção ideológica (“comunista nojento”), à discriminação quanto à origem materna (“filho da puta”) marcada pelo linguajar chulo ou ao suposto compromisso que a vítima deveria ter para com a pátria (“traidor da nação”). Afora isso:

As condições da prisão eram péssimas, permitiam ir apenas uma vez no dia ao banheiro; as celas não tinham cama, colocando finos colchões no chão insalubre. Muitas vezes os presos eram levados para verem os soldados comendo e não recebiam refeição voltando à cela com fome. Após a refeição noturna, quando retornavam à cela o chão estava todo molhado para impedir que dormissem.⁵¹⁷

A situação, em alguns casos, torna-se insuportável. José Arimatéa de Lima lembra o grande fedor e o jornal utilizado como papel higiênico espalhado pela cela.⁵¹⁸ Numa pequena cela no 23.º Batalhão de Caçadores (23.º BC),⁵¹⁹ na Avenida 13 de Maio, n.º 1.589, o maquinista Ramyses Selva Braga “não podia dormir, pois constantemente passava um guarda fazendo barulho nas grades com a coronha da arma”. A água para beber era servida “em uma lata de óleo Esso amassada e com cheiro de urina”, além do “fedor produzido pelos excrementos de suas necessidades fisiológicas feitas dentro da própria cela”.⁵²⁰

Benedito Marques Teixeira (figuras 60 e 61), líder dos ferroviários maranhenses obriga-se a fugir de sua terra, deixa suas raízes, exila-se em seu próprio país e busca refúgio no Ceará, por orientação de colegas de Partido. A noção de exílio, nesse caso, não se prende ao conceito de expatriação para o exterior, porque para a família Marques Teixeira sair do Maranhão constitui agrura tão forte ou mais traumática do que “o medo, o risco, o perigo, a ameaça constante de delação, de prisão, de tortura, o isolamento, rupturas,

⁵¹⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269963-0, p. 5-6.

⁵¹⁸ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270075-2, p. 17.

⁵¹⁹ Originou-se do 36.º Batalhão de Infantaria, criado em 14 de dezembro de 1889, em Manaus (AM). Denominado 46.º BC, a partir de 1908, transfere-se para Fortaleza em 1915, instalando-se no Forte de Nossa Senhora da Assunção, onde hoje está sediada a 10.ª Região Militar. A atual denominação é de 1916 e seu quartel na Avenida 13 de Maio começou a ser construído durante a 2.ª Guerra Mundial. Teve participação nas operações contra a guerrilha no Araguaia, conforme ARAÚJO, Paulo Ayrton. *Centenário do 23.º Batalhão de Caçadores (Batalhão Marechal Castelo Branco)*. In Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, v. 103, 1989, p. 228.

⁵²⁰ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072070-5, p. 5.

construção permanente de novas identidades, ocultamento de alguns aspectos, valorização ou falseamento de outros”, elementos impostos pelo “viver clandestino”.⁵²¹

E assim, na madrugada, sob forte tensão, Bené, dona Maria de Lourdes e os nove filhos arrumam os pertences indispensáveis em um caminhão, cortam o Piauí e cruzam a Serra Grande, enfrentando a perigosa estrada de piçarra da Ibiapaba por onde um dia padre Antônio Vieira passou na sua saga do Maranhão ao Ceará. Em Fortaleza, abrigam-se na casa de número 1094 da Rua Marcílio Dias, no bairro Nossa Senhora das Graças (antigo Pirambu), onde até hoje vive a viúva do “Relojoeiro”.



Figura 60 – Bené e a família, em Fortaleza. Em pé: Josivan, Josival, Lucilene, Liliene, Luciene, Josiel, Florita e Josilmar. Sentados: Josafá, Bené e Maria de Lourdes. Foto cedida por dona Maria de Lourdes.



Figura 61 - Nascimento, Waldemar Menezes e Benedito, num dos rachas no IPPS. Foto cedida por dona Maria de Lourdes.

⁵²¹ Conforme PIETROCOLLA, Luci Gati. *Anos 60/70: a violência e o medo na construção da experiência do exílio e da clandestinidade*. In Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH; Contexto, vol. 16, n.º 31 e 32, 1996, p. 325.

No Ceará, Benedito enfrenta “os contornos imprecisos e frágeis” do “momento inicial do exílio” para organizar-se à nova vida.⁵²² Continua sua militância, é preso, adoece e morre no Hospital do Coração, em Mecejana, sob vigilância dos órgãos de segurança. Dona Maria de Lourdes pouco sabia das atividades do marido. Quando ia para as reuniões clandestinas do Partido, ele costumava dizer: “Maria, hoje vou para a fuzarca”. E ela já sabia do que se tratava. O filho Josival ainda guarda profunda mágoa. Não se conforma com o modo brusco, “assim de repente”, com que teve de sair da sua terra. “Até hoje, não nos acostumamos, temos saudades do Maranhão”, completa dona Maria de Lourdes.⁵²³

Suspeito de participar das sabotagens na Rede e das reuniões do Partido Comunista, Vicente Dias Araújo é chamado ao setor jurídico da RFFSA. Sai de lá algemado. Levam-no para a DOPS, onde passa sete dias preso. Depois é transferido para o 23.º BC, mais precisamente para a cela do Grupo de Obuses 105. Sofre maus-tratos, leva surras e arrancam-lhe uma unha dos dedos da mão esquerda.⁵²⁴ “Papai contava que as torturas eram terríveis. Afogavam a pessoa por minutos e, ainda esbaforida, quase sem fôlego, os torturadores lhe pediam informações”, relata a professora Marlene, filha de Raimundo Ferreira de Melo.⁵²⁵

Em larga medida, ocorre com os ferroviários o que Maria Paula Nascimento Araújo percebeu ao analisar entrevistas de militantes políticos que atuaram na resistência ao regime militar. “Não estavam preparados para a dor física da tortura e não estavam preparados *tecnicamente* para enfrentar os interrogatórios”, conclui ela. E, de fato, os ferroviários cearenses encontraram o “abismo inimaginável dentro de si” quando a tortura os defronta com “um encontro insuspeitado consigo próprio”.⁵²⁶ Uma exceção nesse quadro, talvez, seja o valente José Duarte.

Em rigor, antes mesmo de a Arquidiocese de São Paulo lançar *Um relato para a história: Brasil nunca mais*, pesquisa concluída em março de

⁵²² CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 29.

⁵²³ Entrevista concedida ao autor, em 18/02/2009.

⁵²⁴ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270054-0, p. 4.

⁵²⁵ Entrevista ao autor, concedida em 26/02/2009.

⁵²⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Experiências de resistência ao regime militar (1964-1985)*. In *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.º 13, 2001, p. 107-108.

1985, Antônio Carlos Fon, jornalista preso na “Operação Bandeirantes”, descreveu alguns métodos de tortura (arrancando dentes, sistema inglês, afogamento, “geladeira”, soro da verdade, torturas químicas, “torniquete”, cadeira-do-dragão, espancamentos, pau-de-arara, maquininha de choque, “polé” ou “roldana”).⁵²⁷

Essas técnicas se multiplicam nas prisões do País, “um terror permanente”, para utilizar a expressão de Alípio Freire ao se referir ao DEOPS no livro em que presos políticos contam suas memórias do presídio do bairro da Luz, em São Paulo:

O presídio Tiradentes foi sonho e pesadelo de uma geração. Os que lá passaram pelos anos 60 e 70 carregarão uma marca para o resto das suas vidas, nem sempre ruim, é bom que se diga, pois a prisão política – como se depreenderá da maioria dos textos contidos nesse livro – não é o inferno na terra. Ali se cultivaram também valores que não se perdem da noite para o dia, mais perenes, e que se colaram ao caráter dos inúmeros “hóspedes” que teve o presídio, independentemente dos caminhos políticos que eles seguiram.⁵²⁸

Oswald Barroso dá uma ideia da rotina na prisão:

*A vida no cárcere é limitada
Nosso corredor é bem estreito
Apenas no sábado
Temos visita
Dela saímos
Exaustos de tanto viver
A semana em poucas horas*⁵²⁹

Em meio às agruras, os presos políticos encarcerados no IPPS dedicam-se a alimentar o espírito, sem esquecer o momento político. Criam xilogravuras e as presenteiam aos visitantes. Na reprodução da figura 62, predominam as cores preta e amarela. Homens e mulheres de braços em punho forçam muros e grades da prisão pedindo anistia e liberdade. No verso, a singela obra é dedicada a um tal Gilberto, “com o nosso abraço”, seguido das assinaturas, no verso, de João Alves Gondim, José Ferreira Lima, José Jerônimo de Oliveira, Valdemar Rodrigues Menezes, Fabiane Cunha, Francisco Auto Filho, Francisco

⁵²⁷ FON, Antonio Carlos. *A história... Op. cit.*, p. 71-79.

⁵²⁸ FREIRE, Alípio *et al* (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 41.

⁵²⁹ BARROSO, Oswald. *Poemas do cárcere e da liberdade*: Fortaleza: Palma, 1979, p. 22.

William de Montenegro, Raimundo Oswald Cavalcante Barroso, José Rubens Sales Bastos, Manuel Fonseca e Mário Miranda de Albuquerque.



Figura 62 – Xilogravura produzida pelos presos políticos do IPPS pede anistia e liberdade. Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Nos idos de 1977, a repressão amplia a vigilância. Cumprindo determinação verbal do bacharel Roberto Palácio de Queiroz, diretor da DOPS, o comissário Aluísio Figueiredo Gomes escreve relatório confidencial “sobre os processos de entrada e saída de correspondência para os presos políticos daquele Instituto”. Ele observa ausência do rótulo “PRESOS POLÍTICOS” e a identificação apenas com o nome do destinatário, anotando que o coronel PM Teixeira, da Diretoria de Segurança, censura toda correspondência, na entrada e na saída, não excluindo as de outros presídios, mesmo que apresentem o “carimbo mostrando que já foram censuradas, após o que são liberadas a seus respectivos destinatários ou são, quando julgado conveniente, encaminhadas à 2.^a SEÇÃO/10.^a RM”. Afora a censura rigorosa, quem visita os presos políticos submete-se à revista seja na entrada seja na saída Os homens são despídos, método que o comissário considera eficaz, enquanto as mulheres somente são despídas quando as policiais femininas “notam que levam alguma coisa sob as

vestes”. Para Aluísio Figueiredo Gomes, ao atender a reivindicação dos presos, a Auditoria da 10.^a RM acaba gerando uma “revisão superficial das mulheres”.⁵³⁰

Aos presos só é permitida a entrada de jornais e revistas de “circulação oficializada”, “livros não têm entrada permitida”, visitas somente aos sábados e domingos e visitantes são obrigados a portarem uma carteirinha e a preencherem uma ficha todas as vezes que visitam parentes e amigos. A ficha (figura 63) coleta o nome do visitante, endereço (rua ou avenida, cidade e Estado), carteira de identidade (número, órgão expedidor e estado), data da visita, grau de parentesco, veículo (marca, placa e cor) e nome do preso. Abaixo, o espaço para assinatura do encarregado.

Auditoria da 10.ª RM não mais tiram a roupa, a não ser quando é notado que a pessoa leva algo sob as vestes. A nosso ver, a censura é ineficiente neste aspecto.

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
LEST TUTO FERREIRA BARBOSA

NOME DA VISITA _____
ENDEREÇO _____ CIDADE _____ ESTADO _____
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR _____ ESTADO _____
DATA DA VISITA _____ GRAU DE PARENTESCO _____
MARCA DO VEÍCULO _____ PLACA _____ COR _____
NOME DO PRESO _____

ASSINATURA DO ENCARREGADO _____

Figura 63 - Ficha de identificação das visitas aos presos do IPPS, na qual está escrito o seguinte texto: “Auditoria da 10.^a RM não mais tiram a roupa, a não ser quando é notado que a pessoa leva algo sob as vestes. A nosso ver, a censura é ineficiente neste aspecto.”

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS.

Prisão *sui generis* é a cadeia pública de Crateús, no Ceará, construída às pressas pelo prefeito Olavo Cardoso para abrigar os dezoito⁵³¹ condenados no Processo n.º 11/64 da Auditoria da CJM. Depois de ficarem presos em Fortaleza, são para lá transferidos. Além de militares, militantes do PCB e

⁵³⁰ Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS/Relatório, 15/08/1977, f. 1-2.

⁵³¹ Vicente Lopes acabou dispensado “por já ser avançado em idade”, conforme FERREIRA FILHO, Norberto. *Coletânea*: Crateús, Independência, Nova Russas, Novo Oriente, Tamboril. Crateús, Aquarela, 1997, 175-176. A relação de presos do autor, por sinal, difere da divulgada pela *Última Hora*, que não incluiu os nomes de Luiz Francelino de França, José Ciríaco, José Leitão, Francisco Leitão e Antonio Fonseca.

políticos, seis deles são ferroviários: Antônio Paulino dos Santos, Francisco Colares de Oliveira, Francisco Silva Araújo, João Soares dos Santos, José da Silva Palhano e José Soares da Silva. Tardiamente, o STM absolve-os em 25 de julho de 1967, depois de terem cumprido seis meses de prisão.

Eles fazem parte da foto antológica dos presos de Crateús publicada pelo jornal *Última Hora* (figura 64) e estão ao lado do vereador Antônio Cruz Ribeiro; do terceiro-sargento Antônio Shirley Cruz Jucá, demitido e “expulso das fileiras do Exército”, em 25 de setembro de 1964;⁵³² do vice-prefeito José Bezerra de Melo; do tenente do Exército Manuel Ferreira dos Anjos; do comerciante Norberto Ferreira Filho; de Antônio José de Oliveira, Edmundo Pinho Brás, João Aragão, José Fernandes da Silva e José Gomes Moreira.⁵³³ Revela-se aqui a evidência de que movimento operário espriava-se pelo interior do Ceará, da mesma forma que a repressão, não se limitando a Crateús, atuou em Sobral e fiscalizou outros municípios cearenses, por meio de uma Comissão Volante que percorreu o Eixo RVC e dos agentes do SNI e da DOPS.⁵³⁴

⁵³² *Diário Oficial da União*, ano CII, n.º 187, 28/09/1964. Capital Federal, p. 8.679.

⁵³³ *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, matutino; OLIVEIRA, Papito (org.) *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009, p. 247-272; e Processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269784-0; n.º 04269787-5; n.º 04269979-7; n.º 04269783-2; n.º 04269977-0; n.º 04269785-9; n.º 04269795-6; n.º 04072477-6; n.º 04072054-3; n.º 04269789-1; n.º 04269791-3; e n.º 04269983-5.

⁵³⁴ BEZERRA, Viviane Prado. *Houve repressão em Sobral? Os arquivos do DOPS e a atividade estudantil nos anos 1960*. In *Documentos*. Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará - n.º 6. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2009, p. 40 e p. 51.

HORA H

Ceará: Uma Pose Para o Marechal

Flash
UH



Um grupo de 16 presos políticos do Município de Crateús fez a 21 de maio último uma pose tipo "álbum de família" especialmente para o Marechal Castelo Branco, em homenagem à sua afirmação de que não há presos políticos no Brasil. Alguns deles estão sentenciados a três anos de reclusão, outros a seis meses, e cumprem na cadeia pública local a condenação ditada por uma junta militar da Auditoria da 10.ª Região Militar. Os presos são os seguintes, da direita para a esquerda: sentados, José Fernandes da Silva, Shirley Jord, José Bezerra de Melo, Manuel Ferreira dos Anjos, João Soares dos Santos e José Soares da Silva; de pé, José da Silva Pailhano, José Gomes Moreira, Antônio Cruz Ribeiro, Norberto Ferreira Filho, Antônio José de Oliveira, Francisco Colares de Oliveira, Edmundo Pinho Braz, João Araújo, Antônio Paulino dos Santos e Francisco Silva Araújo. Se o Marechal desejar eles mandam uma cópia da fotografia — e com a assinatura de todos.

PESCOÇO DE CASTELO, "SÍMBOLO NACIONAL"

O cidadão que disser que o pescoço do Marechal Castelo Branco parece com o pescoço de uma tartaruga corre o risco de ser preso por militares, permanecer um mês detido num quartel e, finalmente, ser processado perante a Justiça Militar, à qual caberá, em última análise, estabelecer se a discutida peça anatômica presidencial é ou não um símbolo da Pátria.

O fazendeiro Airtan Gomes de Araújo, de Brejo Santo, Ceará, esteve 30 dias no 23.º Batalhão de Caçadores, acusado por um dedo-duro de ter feito em público a comparação desairrosa para o pescoço do Marechal. Agora, responde a processo na Auditoria da 10.ª Região Militar, enquadrado no artigo 22 da Lei de Segurança Nacional, que pune com detenção de um a dois anos quem "praticar ato público que exprima menosprezo, vilipêndio ou ultraje ao nome do Brasil, ou de qualquer dos

símbolos nacionais, de Estados ou Municípios".

Em sua defesa, alega o acusado que, a 15 de novembro de 1965, na hora em que o dedo-duro teria visto comparar o pescoço do Marechal ao de uma tartaruga, ele não estava em Brejo Santo, mas na Fazenda Cacimbas, de propriedade do Sr. José Pimenta de Sousa. Brejo Santo dista 600 quilômetros de Fortaleza e o Sr. Airtan já gastou perto de Cr\$ 3 milhões nas viagens que é forçado a fazer para depor na Inquirição do Pescoço Presidencial, sediada na capital cearense.

O dedo-duro José Lucena da Rocha, demitido da Prefeitura de Brejo Santo a bem do serviço público, aponta como testemunha da declaração que dá motivo ao IPP um tal Pedro Florentino Gonçalves, useiro e vezeiro em falsos testemunhos: e é processado, no Município, por crime de calúnia.

Figura 64 - Dentre os presos de Crateús (Ceará), havia seis ferroviários. *Última Hora*, ano XV, n.º 1.871, 01/06/1966. Rio de Janeiro, Caderno 1.º, p. 3, matutino. Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadadas – Brasil, Rio de Janeiro-RJ.

As formas de violência não são apenas de caráter físico, guardam também uma ordem de fundo psicológico traumatizante. Por esse prisma, a identificação na DOPS, aparentemente um procedimento técnico de rotina, constitui rigorosamente um ato de violência que invade a intimidade da vítima e torna o cidadão uma estatística marcada ou suspeita nos registros policiais. E sua importância, como alerta Aquino, não reside em “furos” ou “bombas” que possam revelar, mas exatamente na sua rotina longa na história da República.⁵³⁵

Esse ato consistia de dois elementos básicos:

- 1) o Prontuário, com qualificação (nome, alcunha, filiação, naturalidade, nacionalidade, estado civil, profissão, data de nascimento, instrução, cor da pele, estatura, cabelos, olhos, marcas e sinais, anotações diversas referentes ao indiciado;
- 2) e o Registro Geral, o qual acrescenta o motivo da prisão, data da identificação, fotografia 3x4 com número do R.G., filiação morfológica e exame descritivo (estatura, frente-inclinação, altura, largura, sobrancelhas, pálpebras, nariz-dorso, base, boca, lábios, queixo, orelhas, incluindo ainda notas cromáticas, que fazem parte da filiação morfológica (cor, cabelos, barba, como usa, bigodes, olhos, marcas articulares, cicatrizes e tatuagens), impressões digitais dos dedos das duas mãos e assinatura do identificado.

No Prontuário (figura 65) e no Registro Geral (figura 66) de Jonas Daniel temos um exemplo ilustrativo. A esses dois documentos está anexado ainda um conjunto de informações sob o título “Atividades subversivas de” (figura 67), com o nome do prontuariado, contendo um cabeçalho sintético e as atividades com respectivas datas. Esse documento era produzido pela Seção de Investigação e Segurança Pessoal da DOPS, assinado pelo chefe da Seção e pelo delegado.

No cabeçalho referente a Jonas Daniel, ele é considerado “um agitador perigoso”, “sendo de grande influência no Pacto Sindical, onde, por diversas vezes, incentivou greves, etc...” Nas atividades de Jonas, o chefe da Seção Aluísio Figueiredo Gomes destaca, dentre outras informações, que o líder

⁵³⁵ AQUINO, Maria Aparecida de *et al* (org.). *Em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 42.

sindical convocou, em 9 de julho de 1963, uma assembléia da União com objetivo de deflagrar greve caso não fosse concedido à categoria o enquadramento. E para isso disse que receberia a “adesão do PUA, que congrega as classes no setor de transporte como marítimos e portuários”.

POLICIA DO ESTADO DO CEARÁ
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Prontuário N.º 8 (OITO)

QUALIFICAÇÃO

Nome JONAS DANIEL

Alcunha _____

Filiação (pai e mãe) SÉRGIO DANIEL
FIRMINA ISABEL DANIEL

Naturalidade ACARAPE -CE:

Nacionalidade BRASILEIRA

Estado civil CASADO Prof. FUNC. PUELICO FEDERAL

Data do Nascimento 39 anos

Instrução SIM

Côr da pele BRANCA

Estatura REGULAR

Cabelos CASTANHOS

Olhos CASTANHOS

Marcas e sinais _____

Data / /

Assinatura da Prontuário




Figura 65 – Prontuário n.º 8, da DOPS, com a qualificação de Jonas Daniel. Arquivo Público do Estado do Ceará/ Fundo DOPS.



ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL N° 6305

Nome: *Jonas Daniel*
 Estado: *Brasília*
 Nacionalidade: *Brasileira*
 Pai: *Luiz Carlos de Araújo*
 Mãe: *Leônia de Araújo*
 Profissão: *Policial*
 Residência: *Rua Amélia nº 160*
 Instrução: *Estado Civil Casado*
 Motivo do pedido: *Por exercer atividades Subvárias*
 Identificado em: *10 de 1957*
 Observações: *abst*



6305

Frontalidade
 NOTAS DIVERSAS
Melhor

FILIAÇÃO MORFOLÓGICA E EXAME DESCRITIVO

Outras particularidades:
 Estatura: *1m*
 Pondero — inclinação: *Vertical*
 Altura: *Regular*
 Largura: *Regular*
 Subtração: *Apertada*
 Pilosidade superior: *Abundante*
 Nariz — Direção: *Abst*
 Base: *Abst*
 Boca: *Regular*
 Labiais: *Medio*
 Queixo: *Abst*
 Orelhas: *Regular*

NOTAS CROMÁTICAS
 Cabelo: *Brunca Escuro*
 Barba: *Regular*
 Cílios: *Regular*
 Olhos: *Regular*

INDIVIDUAL DACTILOSCÓPICA
 Símbolo: *14323* *Seg. 1.222*

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens
 Mão direita
 Mão esquerda
 Cabeça
 Ombros

IMPRESSÕES DIGITAIS — MÃO ESQUERDA

| | | | | |
|--------|--------|-------|--------|--------|
| Polgar | Índice | Médio | Anular | Mínimo |
| | | | | |

IMPRESSÕES DIGITAIS — MÃO DIREITA

| | | | | |
|--------|--------|-------|--------|--------|
| Polgar | Índice | Médio | Anular | Mínimo |
| | | | | |

Assinatura: *Jonas Daniel*
 Nome do solicitante: *Jonas Daniel*

ATIVIDADES RELEVANTES DE

JONAS DAVINHO

Agitador perigoso, presidente da União dos Ferroviários de Ceará. Agita principalmente na ABE Ferroviária, sendo de grande influência no Pacto Sindical, onde, por diversas vezes, incitava greves, etc..

notas

10.11.61 - (ver na pasta - Pajun 6)

0.7.55. - Convocou uma assembleia geral da União dos Ferroviários com o objetivo de ^{de} adotar uma tomada de posição, visando a deflagração de uma greve a começar à 2 hora do dia 10 no, até o dia 16 de mês em curso se não for concedido à classe o enquadramento, dizendo que "se a greve for deflagrada receberá a adesão de PUA que congrega as classes que atuam no setor de transporte como marítimos e portuários".

12.11.55 - Presidiu a sessão de abertura do 1º Encontro dos Ferroviários Norte-Nordeste do Brasil, a qual contou com representações de vários estados da Federação, tendo falado na ocasião, Amadeu Azevedo, sobre as reformas de base e trusts norte-americanos e avaliando as condições dos ferroviários; Augustin dos Santos, ex-deputado pelo PCB da Bahia; João Maria Barros Pinho, pela UEB; Dep. Anibal Bonavides; José Jatai; José Leonardo e o próprio penitenciário.


25.2.56. - Quando estava reunido o Pacto Sindical acertando planos para recepção ao Presidente da República quando da sua anunciada vinda a esta Capital, juntamente com José Jatai, fazia ciente a todos os presidentes de sindicatos presentes, que o Conselho das Forças Populares do Ceará, havia designado os deputados Anibal Bonavides e Blanchar para ir ao Sul do país manter entendimentos com o UBT e PUA, bem assim tomar parte numa concentração marcada para o dia 13 de março de apoio às reformas de base. Neste momento Daniel foi chamado ao telefone pelo sr. Rafael Marinho, Dep. da União Nacional dos Ferroviários que da Guanabara lhe fez ciente da designação, naquele momento, do Eng. José Valtor Cavaleiro da Superintendência da UFFCA, tendo o penitenciário feito ciente disto aos presentes.

(2-Jonas Daniel-continuação)

10.11.61.- Foi preso e situado em flagrante nesta Delegacia, juntamente com Antonio de Oliveira Filho, Adamar Paulino de Freitas, José Maria de Oliveira, Luiz Sabino Monteiro e Jorge Pereira Nobre, por infração ao artigo 200 do Código Penal Brasileiro, quando tentava paralisar todos os trabalhos da RVC, entrando em greve para forçar a exoneração do Superintendente daquela Repartição - Gen. Humberto Moura.

10.4.64. - Nesta data foi preso e remetido para a 10a. Região Militar; identificado criminalmente pelo Instituto de Identificação da SPSP, por exercer atividades subversivas.

Fortaleza, 29 de abril de 1964.


Luisio Figueiredo Gomes-Chefe da
Secção.

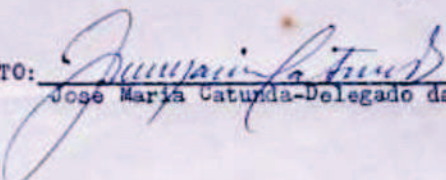
VISTO: 
José Maria Catunda-Delegado da DOPS

Figura 67 – As “atividades subversivas” de Jonas Daniel estão descritas em página e meia. Arquivo Público do Estado do Ceará/ Fundo DOPS.

Outra violência muito comum era a invasão das residências dos ferroviários, com objetivo de prender suspeitos, apreender materiais considerados subversivos ou mesmo na intenção de amedrontar a vítima e seus familiares. A casa de Ademar Paulino de Freitas, por exemplo, foi invadida no dia 8 de abril de 1964. Dona Elsafan, sua mulher, estava grávida e encontrava-se sozinha. Assustada, “ela começou a chorar e a implorar para que os soldados saíssem”.⁵³⁶

A casa de Afonso Bento Bezerra foi invadida,⁵³⁷ e para encontrar Francisco Cláudio de Medeiros, soldados do Exército revistam todos os cômodos do número 2135 da Rua Rodolfo Teófilo. Os familiares de Jonas Daniel ficam trancafiados “por várias horas em seu próprio lar sob a mira de revólveres, tendo os pertences da casa sido inteiramente vasculhados” e o jipe Willys apreendido.⁵³⁸ A propriedade privada nada vale diante do abuso autoritário.

Aparentemente frágil, dona Maria de Nazaré, mulher de Jonas Daniel, reage corajosamente. Trinta e seis anos depois, com voz baixa, mas tom seguro, sem claudicar, seu relato sóbrio, firme, coerente e até bem-humorado revela ímpeto e destemor. Ela fala como se vivesse o tempo passado no tempo presente. Em muitas situações usa o verbo como se a ação ocorresse agora. Primeiro, pede ao policial que recolha a arma, pois “aqui não temos arma para atirar nem com um caroço de feijão”. Às provocações do policial de que tem uma “filhinha estudando na União Soviética”, responde de pronto: “Você por acaso não sabe que essas bolsas vêm pra cá todos os anos para serem distribuídas aqui na Universidade Federal, para quem quiser ir? Ela foi”.⁵³⁹

Aurice Maria, primeira filha de Jonas Daniel e de dona Nazaré (figura 68), partira em 1969, aos 19 anos, para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), “muito bem encaminhada”, com carta de Luís Carlos Prestes. O intermediário foi José Leite, “que passava-se aqui por Jurandir”. Aurice pretendia estudar arquitetura, “mas eles disseram que a arquitetura de lá era fraca”. Acabou fazendo a faculdade de Engenharia Eletrônica, na Ucrânia,

⁵³⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269963-0, p. 4.

⁵³⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270042-6, p. 3.

⁵³⁸ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072058-6, p. 6-7.

⁵³⁹ Entrevista concedida ao autor, em 25/01/2009.



Figura 68 – Em frente à casa invadida pela Polícia, Jonas Daniel e dona Nazareth, no dia em que Aurice viajou para a URSS. Vê-se também a rural marrom que pertencia ao PCB e na qual Jonas costumava transportar o *Voz Operária*.
Foto cedida por dona Maria Nazareth Aguiar Daniel



Figura 69 - Aurice (à direita) escreve para a mãe, no verso da foto: “Aqui envio outra foto do dia 7 de novembro. Aí vocês veem eu, Huda e Tânia. Estas são umas amigas da Faculdade de Eletrônica. Ambas fazem 4.º ano, já. Com elas sempre vou a passeios, pois são muito alegres. No fundo vocês veem a multidão. Esta é a manifestação bem característica no dia 7 de novembro. Abraços. Aurice.13/11/72.”
Foto cedida por dona Maria Nazareth Aguiar Daniel

integrando-se plenamente à nova vida, como é possível ver na figura 69, em que ela, com mais duas colegas, participa das comemorações da Revolução Russa. Até os dias de hoje, a filha de Jonas Daniel e de dona Nazareth vive na república do Mar Negro.

Em “horas incertas”, Manoel Graciano de Macedo também tem sua casa invadida várias vezes, “cena triste, chocante e marcante, presenciada pelos vizinhos, nas suas portas e assustados não sabiam o porque”. Dona Lenira recorda:

[...] ao meio dia em frente a calçada da nossa casinha parou um caminhão do Exército, cheio de soldados, comandados por um superior, recebendo sua ordem invadiram a minha residência, sem pedir permissão, vasculharam tudo indo até o quintal, procurando livros, documentos e outras provas que incriminassem o Graciano.⁵⁴⁰

Atente-se para o fato de que os livros compõem uma espécie de “objeto de desejo” dos policiais. Sua proibição faz parte de uma política com precisas razões ideológicas. Quando o agente R-7 Raimundo Alves de Brito, na presença de duas testemunhas – o motorista R-8 Manoel Moreira Mota e o também agente R-7 Francisco Alexandrino de Oliveira – cumpre o mandado de busca e apreensão na casa de João Farias de Sousa, o “material subversivo” apreendido é basicamente livro (anexo 5). Mas eles apenas apreendem, relacionam livros e objetos num ato mecânico, pouco se dão ao trabalho de observar e dar opiniões. Longe deles o espírito do atento inspetor Joseph d’Hémery.⁵⁴¹

Não é só proibido escrever e editar.⁵⁴² É proibido distribuir livros, vender, possuir e ler. “A literatura de cunho marxista garantiu, desde a criação da polícia política, seu lugar de honra dentre os ‘livros mais cassados’”, constata Maria Luiza Tucci Carneiro, enfatizando que, no período da ditadura militar (1964-1980), “as obras dos intelectuais de esquerda continuaram sendo

⁵⁴⁰ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024348-6, p. 19-20.

⁵⁴¹ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, Sonia Coutinho (trad.), 1986, p. 191-246.

⁵⁴² SILVA, Dionísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989, p. 15 e p. 295-308, relaciona os mais de 500 livros censurados por Armando Falcão, ministro da Justiça no governo do general Ernesto Geisel.

visadas e apreendidas como ‘provas do crime de subversão’.⁵⁴³ O temível *Ancien Régime*⁵⁴⁴ bate às portas dos trópicos em pleno século XX.

A invasão do domicílio e prisão geram outro problema, tornam a perseguição um espetáculo público, originado da autoridade do Estado, uma forma deliberada de marcar a pessoa, colocando-a no panteão do exemplo a não ser seguido. Criam estigmas entre os vizinhos, na rua; no seio da comunidade do bairro; entre parentes, na família; e entre amigos, sobretudo no círculo social mais próximo. Revestem-se do caráter de pena moral para o resto da vida.

Anésia de Oliveira Silva, apontada na rua como a “esposa do subversivo”, guarda lembranças sofridas do tempo da prisão de seu marido, João Licínio da Silva. Ela ouvia o comentário das pessoas: “... Olha! O marido dela está preso!!!”, “...O que será que ele fez?...” , “...Essa é a esposa do João, o homem que está no xilindró...”⁵⁴⁵ E o estigma persegue suas vítimas até mesmo depois da anistia. À pensão recebida por Jorge Pereira Nobre, “diziam que era uma pensão de vivo-morto”, conta a viúva Maria de Jesus Guedes Neto.⁵⁴⁶

Ainda no campo das torturas psicológicas, a maldade se supera com a disseminação de boato aterrorizante. Aos sussurros, Francisco Cláudio de Medeiros aproveita a segunda visita da sua mulher, na prisão do 23.º BC, e informa que “estavam comentando que iam levá-lo para Fernando de Noronha. A viagem ia ser feita no avião da Força Aérea”. Ele “estava muito aterrorizado, pois falavam que durante o traslado jogavam os presos da porta do avião ao mar”, prática de ditaduras na América Latina. Quem completasse a viagem, morreria torturado. “Tremia todo quando falou baixinho neste assunto”, lembra a viúva.⁵⁴⁷ Por esse mesmo clima de terror passou Ademar Paulino de Freitas, “chegando a achar que não voltaria mais para casa”.⁵⁴⁸

Dona Francisca ouviu histórias tétricas contadas pelo marido:

⁵⁴³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade; Arquivo Público do Estado de São Paulo/SEC, 1997, p. 82.

⁵⁴⁴ Ler DARTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, Myriam Campello (trad.), 1992.

⁵⁴⁵ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270066-3, p. 12.

⁵⁴⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269988-6, p. 25.

⁵⁴⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270211-9, p. 17.

⁵⁴⁸ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269963-0, p. 7.

Quando saíam da prisão para ir ao banheiro eram escoltados até o vaso sanitário. Chegando lá a porta não era fechada e o soldado que fazia a escolta apontava o fuzil na cabeça do preso que se encontrava naquele momento sentado no vaso precisando fazer suas necessidades. Meu esposo contou-me que muitas das vezes não conseguia defecar por conta da situação, e que chegava a implorar um pouco de privacidade naquela hora. Os soldados na maioria das vezes riam e diziam “vamos logo comunista imundo”. Foram anos com prisão de ventre após a sua liberdade.⁵⁴⁹

Outro aspecto é a incomunicabilidade, outra forma de desequilibrar as vítimas, deixando-as isoladas do trabalho, da família, dos amigos e do convívio social. Dona Elsafan só consegue ver Ademar Paulino no décimo primeiro dia: “Quando cheguei fui revistada por soldados. A comida que trouxe para ele foi jogada em um jornal e o soldado que fazia a revista colocou a mão dentro da mesma, espalhando-a sob folhas do jornal. Depois coloquei dentro da vasilha que estava antes”.⁵⁵⁰ A família de Afonso Bento Bezerra passa dez dias sem saber do seu paradeiro.⁵⁵¹

Mais grave ainda são os sequestros, como ocorreu a José Duarte. Uma de suas prisões, antes de ser transferido para Fortaleza, se dá em outubro de 1972, em Salvador, mas a divulgação só acontece sete meses depois, em abril.⁵⁵² E havia ainda os constrangedores termos de confrontação para dirimir divergências entre os depoimentos, aos quais foram submetidos, por exemplo, Ademar Paulino de Freitas e Jorge Pereira Nobre. Hugo Hortêncio de Aguiar, tenente coronel encarregado do IPM-1964, queria saber quem mandara cortar os fios telegráficos do Mondubim.⁵⁵³

Armadilhas e traições fazem parte do duro jogo. Desfechado o golpe, José Arimatéa de Lima é informado por sua mulher que seu chefe imediato, o engenheiro da RFFSA conhecido por dr. Aníbal, mostrara preocupação com sua integridade e se dispôs a ajudar. No dia 4 de abril, Arimatéa vai ao encontro do generoso chefe, que o recebe muito bem e ainda lhe oferece um “gordo café”. Dr. Aníbal pede licença, diz que vai pegar mais queijo e retorna

⁵⁴⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270211-9, p.15.

⁵⁵⁰ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269963-0, p. 7.

⁵⁵¹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270042-6, p. 3.

⁵⁵² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270002-7, p. 5.

⁵⁵³ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072058-6, p. 32.

acompanhado de um oficial do Exército e de três soldados. Na saída, recomenda: “Cuida bem dele que é meu amigo. Amigo da onça, com certeza.”

3.3 Solidariedade: alívio na luta pelo ganha-pão

Mas é a aposentadoria compulsória e proporcional, aplicada com base no Artigo 7.º do Ato Institucional N.º 1, a mais comum das violências contra esses trabalhadores. Por meio dele, ficaram suspensas, por um período de seis meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. Conforme o parágrafo 1.º:

Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a Reserva ou reformados por decreto do Presidente da República ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do Governo do Estado, desde que tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.⁵⁵⁴

No âmbito da RVC/RFFSA, a Comissão de Processo Sumário cuida de “eliminar” os que estão engajados, de uma forma ou de outra, nos movimentos da categoria. José Walter instaura, logo no dia 13 de abril, o processo sumário de investigação e nomeia os engenheiros Elzir de Alencar Araripe Cabral, João Firmino Ribeiro Nóbrega e o advogado Francisco Assis Ferreira para apurar os fatos. Na mesma portaria, afasta “preventivamente” os trabalhadores regidos pela Carta Estatutária (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952). Nessa situação, incluem-se 36 ferroviários, dentre os quais três mulheres. Jonas Daniel encabeça a lista, seguido por José Elias Gonzaga, Afonso Bento Bezerra, Francisco Pedro de Sousa, José Pereira de Oliveira, José Maria de Oliveira, José Arimatéa de Lima, Raimundo Ferreira de Melo, Francisco Cláudio Medeiros, Ademar Paulino de Freitas, Antônio Venâncio Barbosa, Antônio Bonifácio Parente, João Licínio da Silva, Raimundo Celestino da Costa, José Holanda Ramos, José Augusto de Araújo Coelho, Raimundo Ferreira, Mirian Telêmaco Ribeiro, Guiomar Augusta Monte Rocha, João Cícero da

⁵⁵⁴ http://www.cpdoc.fgvbr/nov_fatos_imagens/fotos/golpe64/EL64040409_3_5.jpg. Acessado em: 24 mai. 2009.

Silva, Raimundo Nonato de Paiva, Francisco Celso Ribeiro, Benjamim de Sousa Soares, Edmilson Ricarte Cunha, José Joaquim da Silva, Izaías Gomes Monteiro, Amâncio Bezerra de Oliveira, Genaro Barbosa Lima, Raimundo Carioca, Cícero Holanda, Valdeglace Soares Monteiro, Manuel Luiz Fernandes, Elza Costa Barbosa, Francisco das Chagas Soares, Vicente Dias Araújo e José Uzzy Maciel. Quanto aos trabalhadores regulados pela CLT, eles são simplesmente demitidos por José Walter: o ajudante de maquinista Francisco Pereira da Silva, os escriturários Jorge Pereira Nobre e José Alves Terceiro, o técnico em Contabilidade Luiz Moreira Camurça, os engenheiros Guido Fontgalland e Carlos Danilo Castelo Branco, o médico Francisco Odeon Silva e o agente de estação Francisco de Assis Monte Filho.⁵⁵⁵

Poucos dias depois, obrigado a voltar atrás, por força do decreto n.º 53.897, de 27 abril de 1964, que regulamenta os artigos sétimo e décimo do ato institucional de 9 de abril, José Walter assina a portaria n.º 69/SUP, de 1.º de junho de 1964, autorizando o retorno de “todos os servidores que se acham afastados dos serviços, por motivo de terem sido relacionados na prática de atos subversivos”.⁵⁵⁶ Mas a degola promovida por José Walter é apenas adiada por alguns meses e muitos ferroviários são demitidos ou aposentados compulsoriamente, enquanto outros, sabedores da gravidade da situação, não retornam ao trabalho.

Portanto, do “afastamento preventivo” comandado por José Walter ao “ato efetivo”, são aposentados compulsoriamente, em nove de outubro de 1964, o fiscal de movimento de trens Jonas Daniel; os mecânicos José Elias Gonzaga, José Maria de Oliveira, João Licínio da Silva e Valdeglace Soares Monteiro; o escriturário Afonso Bento Bezerra; o inspetor de tráfego ferroviário Francisco Pedro de Souza; o inspetor eletrotécnico José Pereira de Oliveira; os armazenistas José Arimatéia de Lima e Francisco das Chagas Soares; os mestres Francisco Cláudio Medeiros e Ademar Paulino de Freitas; o bombeiro hidráulico Antonio Venâncio Barbosa; os fiscais de tráfego ferroviário Antônio Bonifácio Parente e Edmilson Ricarte Cunha; os agentes de estação Raimundo

⁵⁵⁵ B.P., ano XXVI, n.º 987, 14/04/1964. Fortaleza, p. 168-170. Livro Boletim de Pessoal da RVC/RFFSA, janeiro a junho 1964. Ver também *Diário Oficial da União*, ano CII, n.º 196, 09/10/1964. Capital Federal, p. 9.215. Arquivo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

⁵⁵⁶ B.P., ano XXVI, n.º 996, 16/06/1964. Fortaleza, p. 294. Livro Boletim de Pessoal da RVC/RFFSA, janeiro a junho 1964.

Celestino da Costa, José Holanda Ramos, Francisco Celso Ribeiro e Manuel Luiz Fernandes; e o manobreiro José Joaquim da Silva.

Os demais (José Augusto de Araújo Coelho, Raimundo Ferreira, Mirian Telêmaco Ribeiro, Guiomar Augusta Monte Rocha, João Cícero da Silva, Raimundo Nonato de Paiva, Benjamim de Sousa Soares, Izaías Gomes Monteiro, Amâncio Bezerra de Oliveira, Genaro Barbosa Lima, Raimundo Carioca, Cícero Holanda, Elza Costa Barbosa, Vicente Dias Araújo e José Uzzy Maciel) escapam do pijama antecipado.

Idêntica sorte não têm os escriturários Antônio Batista Viana, João Soares dos Santos; José Maria de Souza e Manuel Sampaio Neto; o chefe de estação Demétrio de Castro Menezes; o ferreiro Fernando Linhares de Souza; o feitor Francisco Carlos de Castro; o feitor de turma volante José Napoleão Ferreira; o auxiliar de maquinista Francisco Xavier de Souza; os agentes de estação José de Souza Ramos e Raimundo Dias de Souza; o mecânico de máquinas José Marques de Souza. Embora não estivessem na lista inicial de José Walter, eles entram na lista da Comissão de Processo Sumário da RVC/RFFSA para serem aposentados compulsoriamente. A comissão confirma também a demissão do agente de estação Francisco de Assis Monte Filho, do ajudante de maquinista Francisco Pereira da Silva, dos escriturários Jorge Pereira Nobre e José Alves Terceiro, dos engenheiros Carlos Danilo Castelo Branco e Guido Fontgalland, livrando apenas Luiz Moreira Camurça e Francisco Odeon Silva.⁵⁵⁷

No fundo, ao promover a investigação sumária, o objetivo é dar base legal às punições com intuito de afastar os ferroviários do seu local de trabalho, tirando-os do ambiente de mobilização dos operários, ou reduzindo-lhes o ganha-pão, numa forma de sinalizar aos que escaparam: comportem-se. Mais ainda, o intento é transformar os trabalhadores em párias, ao quebrar-lhes a identidade de classe, cortar-lhes os laços profissionais e corporativos e extirpar-lhes os vínculos laborais. José Carlos Aguiar Brito percebe a importância desses elementos nas greves dos metalúrgicos no final da década de 1970, em São Bernardo do Campo: “A verdade e a consciência dos fatos

⁵⁵⁷ *Diário Oficial da União*, ano CII, n.º 196, 09/10/1964. Capital Federal, p. 9.209-9215. Arquivo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

são a arma mais importante da classe operária, pois significam a sua identidade.”⁵⁵⁸

Afastados, demitidos, aposentados compulsoriamente, perseguidos e sem perspectivas do trabalho ao qual haviam se dedicado durante longos anos, os ferroviários obrigam-se a ganhar a vida de outra forma, improvisando habilidades em outras profissões ou ocupações informais. Para quem tem um pequeno patrimônio, o jeito é desfazer-se. Ramyses Selvas Braga vende seu Jeep Willys 1954, “com o qual fazia pescarias”, e manda para o matadouro Normana, a vaca pé-duro que fornecia leite para criar os filhos.⁵⁵⁹

Para quem nada tinha, as atividades autônomas ganham *status* de escape para a sobrevivência porque “quem conseguia um emprego, trabalhava uma, duas semanas [...] era dispensado pelo dono da firma, a contragosto, após receber um telefonema sigiloso”.⁵⁶⁰ Raras são as exceções de José Pereira Oliveira, José Elias Gonzaga, Ademar Paulino de Freitas e José Arimatéa de Lima, que encontraram abrigo na EIT, empresa de propriedade do engenheiro Elzir Cabral e do empresário Gerado Rola. Afora isso, a situação fica difícil, em particular para os demitidos de suas repartições: da RVC/RFFSA: Carlos Danilo Castelo Branco, Francisco de Assis Monte Filho, Francisco Pereira da Silva, Guido Fontgalland, Jorge Pereira Nobre, José Alves Terceiro, Lúcio Ricarte Serra;⁵⁶¹ do DCT: Manoel Graciano de Macedo.⁵⁶²

De 1964 até 1966, Francisco Pereira da Silva trabalha como motorista de táxi,⁵⁶³ automóvel adquirido pelos companheiros ferroviários preocupados em garantir-lhe um meio de sobrevivência.⁵⁶⁴ Jorge Pereira Nobre monta uma banqueta, na calçada em frente ao prédio do INSS, na Rua Pedro Pereira, em

⁵⁵⁸ BRITO, José Carlos Aguiar. *A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 24.

⁵⁵⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072070-5, p. 7.

⁵⁶⁰ BATISTA, Demistóclides. *Dias de angústia: notas do exílio*. Rio de Janeiro: Rebento, 1985, p. 77.

⁵⁶¹ *Diário Oficial da União*, ano CII, n.º 196, 09/10/1964. Capital Federal, p. 9215. Arquivo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

⁵⁶² *Diário Oficial da União*, ano CII, n.º 184, 28/09/1964. Capital Federal, p. 8.686. Arquivo do Banco do Nordeste do Brasil. S.A.

⁵⁶³ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269841-3, p. 17.

⁵⁶⁴ Entrevista de Anísio Ferreira de Melo, filho de Raimundo Ferreira Melo, concedida ao autor em 26/02/2009.

Fortaleza, onde “todos os dias, de manhã e de tarde”, passa “a preencher os cartões de funcionários públicos que buscavam benefícios previdenciários”.⁵⁶⁵

Manoel Graciano, o guarda-freios que havia sido posto à disposição do Departamento de Correios e Telégrafos, a partir de junho de 1960, e sumariamente demitido em 28 de setembro de 1964, se vira como corretor. No caso dele, pelo menos, pagar os vencimentos faz parte da pressão exercida sobre os trabalhadores e suas famílias em troca da delação. Dona Lenira Nobre Macedo, a viúva, conta o diálogo com o comandante do 23.º B.C.

Ao falar com ele expliquei-lhe das minhas necessidades e situação financeira, falta de alimentos, leite, massas para meu filho, aluguel atrasado. O comandante, usando deste recurso, me fez uma proposta que conclui ser chantagem emocional e falou assim: se a senhora der uma declaração contra seu marido, mando-lhe pagar os vencimentos dele. Como esposa és a única pessoa quem pode receber. Respondi-lhe: estou em situação precária, preciso do dinheiro para suprir nossas necessidades. Agradeço. Contra o meu marido não tenho nada a declarar e que eu não sabia realmente de nada. O que aconteceu foi inesperado e muito chocante. Daí o comandante fez algumas perguntas, fui liberada e dinheiro nunca recebi.⁵⁶⁶

Aposentado compulsoriamente em 9 de abril de 1964, o armazenista Benedito Marques Teixeira, “para dar o devido sustento aos filhos”, encontra uma saída, primeiramente como sapateiro e depois como relojoeiro,⁵⁶⁷ enquanto Raimundo Santana da Costa, demitido em 20 de agosto de 1967, passa a trabalhar como auxiliar de pedreiro, uma saída que os amigos arranjam-lhe para poder sustentar os dez filhos.⁵⁶⁸ José Duarte, em 1973, é vendedor ambulante.⁵⁶⁹

⁵⁶⁵ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269988-6, p.12.

⁵⁶⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024348-6, p. 20-21.

⁵⁶⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269966-5, p. 4 e p. 14.

⁵⁶⁸ Entrevista de Maria Eliane Costa ao autor, concedida em 31/05/2009.

⁵⁶⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270002-7, p. 45.



Figura 70 - Jorge Pereira Nobre e dona Maria de Jesus festejam o primeiro aniversário do filho primogênito, Francisco Manoel.
Foto cedida por dona Maria de Jesus Guedes Nobre



Figura 71 - Jorge Pereira Nobre discursa na homenagem ao deputado Paulo Sarasate (em pé), observado pelo deputado Wilson Roriz (ao centro) e por José Walter Cavalcante (à direita), que o demitiria logo após o golpe de 1964.
Foto doada ao autor por Nirez.

Sem receber “um centavo da RFFSA, no período de abril a outubro de 1964”, e “em situação de penúria”, com dois filhos pequenos, o também escriturário Afonso Bento Bezerra, segundo relato de sua mulher, obriga-se “ao exercício de outras atividades para a manutenção de nossa família, o que demorou a acontecer devido às seqüelas de sua prisão”.⁵⁷⁰

Neste cenário, não é o mercado o fator determinante quanto “las características, las posibilidades y los limites del trabajo por cuenta propia em sus distintas variantes”, a exemplo do que observam Sabato e Romero em relação à situação dos trabalhadores na Buenos Aires dos anos 1850-1880.⁵⁷¹ Prevalece, no caso dos ferroviários, a circunstância do jogo político, a imposição amarga da conjuntura que os priva do direito elementar ao trabalho.

Um valor que ameniza todas essas agruras reside, de fato, na solidariedade que os ferroviários ou seus familiares recebem em distintas situações. A exemplo das quitandeiras, lavadeiras, padeiras, escravas e forras de São Paulo no século XIX pesquisadas por Maria Odila Dias,⁵⁷² as vítimas da repressão encontram redes de solidariedade sem as quais provavelmente não teriam sobrevivido.

Maria de Jesus Guedes Nobre, viúva de Jorge Pereira Nobre, narra que “só não passamos fome porque os vizinhos nos davam um prato de comida, fomos despejados da casa em que morávamos e fomos morar lá na beira da praia em um barraco que quando chovia a gente ficava todo molhado, foi muito sofrimento”.⁵⁷³

No auto de qualificação e interrogatório, José Elias Gonzaga declara que não tem conhecimento de “uma lista para angariar fundos destinado (*sic*) a auxiliar os colegas que foram presos durante a Revolução” e que “se essa lista circulou na Estrada, não sabe de quem partiu a idéia”.⁵⁷⁴ Mesmo negando, trata-se da evidência de que havia uma ação silenciosa, escondida e solidária para com os trabalhadores perseguidos.

⁵⁷⁰ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270042-6, p. 16.

⁵⁷¹ SABATO, Hilda; ROMERO, Luis Alberto. *Los trabajadores de Buenos Aires: La experiencia del mercado: 1850-1880*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992, p. 15.

⁵⁷² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁵⁷³ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269988-6, p. 24.

⁵⁷⁴ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2006, n.º 04269931-2, p. 19.

José Arimatéa de Lima relata que, quando soube do golpe, saiu de casa, “com medo do que lhe podia acontecer, e vai abrigar-se em casa de amigos”,⁵⁷⁵ enquanto Francisca Soares Monteiro Medeiros, mulher de Francisco Cláudio de Medeiros e com um filho acometido por paralisia infantil, também pede “ajuda aos vizinhos”.⁵⁷⁶ Já Francisca Cândida Bezerra, mulher de Afonso Bento Bezerra, diante da “aflictiva situação”, abandona a casa com os dois filhos e procura “abrigo junto a uma instituição religiosa”.⁵⁷⁷

“Sem um centavo sequer em casa”, Anésia de Oliveira Silva, mulher de João Licínio da Silva, diz: “Foi quando tive que me socorrer com os vizinhos pedia leite para as crianças, pedia os mantimentos para minha alimentação, tendo em vista minha gravidez, chegando até a pedir (por duas vezes, me lembro como se fosse hoje) pão para dar para as crianças maiores”. Dona Anésia, cuja filha mais velha sofrera um acidente aos seis anos, com queimaduras em oitenta por cento corpo, conta:

(...) na época dos fatos minha família era composta de 05 (cinco) crianças todas com idade inferior a 06 (seis) anos e, ainda não bastante, estava, estava grávida de aproximadamente 07 (sete) meses, ou seja, as coisas eram difíceis lá em casa e, em consequência da prisão do meu marido se tornaram ainda mais, pois faltava a figura paterna e a figura do chefe de família do meu lar e no momento em que eu mais necessitava dele (...)⁵⁷⁸

Como se observa, as crianças, os filhos são personagens recorrentes e emergem sempre em situações dramáticas. Na prisão, quando recebe a visita da mulher, do cunhado e do sogro, pouco tempo antes de ser encontrado morto, José Nobre Parente faz um pedido à mulher. As três meninas são sua preocupação primeira: “*Aconteça o que acontecer não se separe de nossas filhas e me tirem daqui (...)*”.⁵⁷⁹ Vítimas diretas das perseguições de que seus pais são vítimas, as crianças mostram o âmago das famílias atingido pela violência institucionalizada aos direitos humanos.

Nas suas histórias “refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa”, Flávio Tavares lembra que no momento mais angustiante

⁵⁷⁵ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270075-2, p. 18.

⁵⁷⁶ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270211-9, p. 18.

⁵⁷⁷ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270042-6, p. 15.

⁵⁷⁸ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270066-3, p. 12.

⁵⁷⁹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04269970-8, p. 4.

de suas torturas, pensou nos filhos e rezou o Pai-Nosso e a Ave-Maria “com o convencimento de que estava morrendo ali. E morri dentro de mim mesmo”, completa. Para ele, “a tortura destruiu os torturados e aniquilou, também, os torturadores ao transformá-los de combatentes militares em verdugos, tornando-lhes o mundo incompreensível”.⁵⁸⁰

Francisca Soares Monteiro Medeiros, viúva de Francisco Cláudio Medeiros, narra:

No décimo sétimo dia de prisão do meu esposo, meu pequenino filho que já vinha alguns dias tendo febre muito alta, foi levado por mim ao hospital. No final, os médicos determinaram que o meu filhinho tinha paralisia infantil. O mundo despencou nas minhas costas. Quase desmaiei de tanto sofrimento, pois meu filho seria deficiente físico. Queria correr para a prisão e contar ao meu marido, pois precisava dele. Achava, inocentemente, que o comandante do Batalhão ia entender a situação e liberar a pessoa de quem eu mais precisava naquele momento.⁵⁸¹

As atribuições de Francisca Lenira Nobre Macedo com a prisão do marido, Manoel Graciano, tem mais uma complicação. O filho Pedro Américo contrai hanseníase: “Meu filho era tão magro, parecia um esqueleto ambulante”, queixa-se a mãe, acrescentando que “para completar a tragédia um dia antes o pai foi assassinado, porque no dia seguinte ele ia fazer as provas para ingressar na Escola Técnica Federal”.⁵⁸²

Em suas lembranças, Ramyses Selvas Braga confessa que “jamais” conseguiu esquecer a humilhação de “deparar com minha companheira sentada no chão sujo de um pequeno compartimento ao pé de uma escada que dava para o ‘sobradinho’ cercada por sete filhos menores, sob a mira de armas de grosso calibre”.⁵⁸³ E José da Silva Palhano, enquanto estava preso, passa pelo “golpe maior sofrido”. Dois filhos, que tinham apenas quatro e dois anos, respectivamente, “morrem pela impossibilidade de sua esposa em proporcionar os cuidados necessários de saúde e alimentação a duas crianças de tão tenra idade”.⁵⁸⁴

⁵⁸⁰ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999, p. 254 e p. 263-264.

⁵⁸¹ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04270211-9, p. 18.

⁵⁸² Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04024348-6, p. 22.

⁵⁸³ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072070-5, p. 4.

⁵⁸⁴ Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 04072054-3, p. 5.

A pesquisa *Brasil Nunca Mais* sintetiza:

Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assenta sobre relações efetivas de parentescos. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.⁵⁸⁵

E esse, certamente, parece ter sido o pior de todos os males causados pela mentalidade do golpe que afligiu não apenas ferroviários, mas diversos segmentos da vida nacional: o sacrifício de uma geração amordaçada em suas lutas; coagida em seus sonhos de classe; reprimida em seu espírito rebelde, como se a declarar, em seu tempo, em seu espaço, a impossibilidade de uma vida livre, eterna utopia da humanidade.

⁵⁸⁵ Arquidiocese de São Paulo. *Brasil... Op. cit.*, p. 43.

Os ferroviários rebeldes

Ademar Paulino de Freitas, o “Cajarana”, mestre eletricitista, nasceu em cinco de julho de 1929, em Pereiro (CE). O filho de Paulino José de Freitas e de Maria do Carmo Lima casou com Elsafan de Castro Freitas, com quem teve seis filhos: Elizamar, Cristina, Ademar Paulino de Freitas Júnior, Luís Carlos, Alexssandro e Ana Paula. Ingressou na RVC em 1951, sendo aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Sofreu torturas físicas e psicológicas. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Reside em Fortaleza (CE), na Rua Pedro Machado, 796, no bairro Damas.

Afonso Bento Bezerra, escriturário, filho de Gabriel Bento da Silva e de Maria dos Prazeres Bezerra. Nasceu em 18 de abril de 1930, em Jaguaratama (CE), e casou-se com a doméstica Francisca Cândida Menezes. Seus filhos são Aury, Amaury, Audir, Auricélio e Afonso Bento Júnior. Admitido na RFFSA em 15 de fevereiro de 1953, foi aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Presidiu a Associação dos Empregados da Estrada de Ferro e integrou a diretoria da União dos Ferroviários do Brasil, na condição de secretário. Passou dez dias preso na DOPS. Morreu em Fortaleza (CE), em 28 de junho de 2003.

Antônio Bonifácio Parente, fiscal de tráfego, natural de Quixeramobim (CE), onde nasceu em 10 de maio de 1923. Seus pais são Francisco Parente e Izidória Nobre Parente. Primo legítimo de José Nobre Parente. Do casamento com Maria José Nessa nasceram cinco filhos: Francisco das Chagas, Maria de Nazaré, Francisco Célio, José Kleber e Maria Nadja. Ingressou na RVC em 1946, sendo aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Preso no antigo GAT, foi transferido para o 23.º BC. Reside na rua Dom Jerônimo, 580, no bairro Otávio Bonfim, em Fortaleza (CE).

Antônio Paulino dos Santos, maquinista, filho de Benedito Gentil dos Santos e de Maria Paulina dos Santos, nasceu em 19 de janeiro de 1909, em Tauá (CE). Casou com Guiomar Ferreira de Carvalho, com quem teve nove filhos: Maria Auxiliadora, Antonio, Antonia, Francisca, Maurio Antonio, Maria José,

José Paulino, Manoel Paulino e Francisco. Passou seis meses preso, entre o 23.º BC e a cadeia pública de Crateús. Morreu em 13 de fevereiro de 1976, em Fortaleza (CE).

Benedito Marques Teixeira, armazenista, nasceu em 18 de agosto de 1928, em Caxias (MA), sendo seus pais Camilo Marques e Florita Marques Teixeira. Casou-se com a doméstica Maria de Lourdes de Jesus e teve oito filhos: Josafá José, Josiel José, Josival José, Josilmar José, Luciene, Lucilene, Liliene e Florita. Líder dos ferroviários no Maranhão, foi aposentado compulsoriamente em nove de abril de 1964. Perseguido, fugiu para Fortaleza, onde sobreviveu como relojoeiro, mas não abandonou a militância política. Membro do PCB, estava ligado à célula responsável pela reorganização do Partido. Dentre suas prisões, passou dois anos detido no IPPS, saindo somente quando foi declarada a anistia. Morreu em 28 de setembro de 1979, aos 51 anos, em Fortaleza (CE). Dona Maira de Lourdes o sepultou na terra natal.

Francisco Carlos Alcantarino, telegrafista aposentado, nasceu em Fortaleza (CE), em 25 de novembro de 1917, filho de Ambrósio Alcantarino e Raimunda Jacinta Alcantarino. Casou-se duas vezes, sendo sua segunda mulher a diarista Rita Gleide Monteiro da Silva. Além de Arquelau e Marcos, teve também uma filha. Ingressou na Rede em 1.º de agosto de 1944, como guarda-freio diarista. “Membro assumido do PCB”. Foi preso na DOPS e no 23.º BC. Morreu em seis de dezembro de 2005, aos 88 anos, em Fortaleza.

Francisco Cláudio Medeiros, o “Sol Quente”, mestre, nasceu em Fortaleza (CE), em 26 de março de 1934. Eram seus pais Deusdedite Medeiros e Marieta Cavalcante Medeiros. Casou-se com a doméstica Francisca Soares Monteiro. Identificado na DOPS, foi preso na 10.ª Região Militar e depois transferido para o 23.º BC. Passou vinte e oito dias nos cárceres, além de ter sido aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Era ele quem tocava a sirene para sinalizar o início das greves. Morreu em 17 de fevereiro de 2003, em Fortaleza.

Francisco Colares de Oliveira, agente de estação, nasceu em 13 de agosto de 1913, em Crateús (CE), do casamento de Antônio Arcelino de Oliveira Freire e Carlota Colares de Penha Oliveira. Casou com Maria Camarino de Oliveira, com quem teve os filhos Maria Aíla, Maria do Socorro, José Wellington, Francisco William, Antônio Arcelino, Fátima Maria, Naíla Maria, Ítala Maria e Clécia Maria. Admitido na RVC em 19 de dezembro de 1935 foi aposentado em 22 de março de 1968. Passou seis meses preso, pena cumprida no 23.º BC e na cadeia pública de Crateús.

Francisco Pereira da Silva, ajudante de maquinista, nasceu em Fortaleza, em dez de setembro de 1928. Era filho de José Pereira da Silva e de Cristina Pereira Gurgel e casou-se com a dona de casa Maria Barbosa de Moraes. Ingressou na RVC/RFFSA em 1959, por concurso, sendo demitido em nove de outubro de 1964. Presidiu o Sindicato dos Ferroviários por dois mandatos e tinha grande prestígio no Pacto Sindical. Militou no PCB desde 1947 e foi preso diversas vezes, tanto no Ceará (Polícia Federal) como em Pernambuco, na Ilha de Itamaracá (Penitenciária Professor Barreto Campelo), onde ficou detido de 1973 a 1975. Morreu em Fortaleza, em três de setembro de 1996, aos 68 anos.

Francisco Silva Araújo nasceu em 24 de dezembro de 1899, filho de Rafael Gonzaga de Araújo e Maria Raimunda da Silva. Casou-se com a doméstica Ana Torres Leitão com quem teve dois filhos: Maria Gerarda e João Batista. Um dos ferroviários presos na cadeia pública de Crateús, cumprindo parte da pena de seis meses no 23.º BC. Aposentado compulsoriamente, morreu em Fortaleza (CE), em 24 de novembro de 1994.

João Farias de Sousa, o “Caboclinho”, aposentado da RVC, nasceu em 2 de novembro de 1900, em Camocim (CE), filho de Francisco Raimundo de Sousa e Vitalina Farias de Sousa. Casou com a doméstica Nelsa Correia e deixou dezessete filhos: José Arteiro, Guaracy, Agliberto, Robson, Francisco Raimundo, Natália, Nélia, Natércia, João, Francisco, Wladimir, Neuton, Roberto Thelman, Luiz Carlos, Francisco Engels, Eunice Mota e Ely. Ingressou na RVC em 1927, aposentando-se na década 1960, quando passou a dedicar-se

exclusivamente ao PCB, partido ao qual se filiou em 1928. Preso duas vezes em 1936 e denunciado ao Tribunal de Segurança Nacional em 1938, voltou à prisão duas vezes em 1964. Foi preso novamente em 1966. Distribuidor do jornal *Novos Rumos*, visitou Cuba e tornou-se um dos mais articulados militantes comunistas do Ceará. Faleceu em Fortaleza (CE), em 24 de maio de 1987, aos 86 anos.

João Licínio da Silva, mecânico de motores a combustão, nasceu em Quixadá (CE), em 1.º de junho de 1925. O filho de José Licínio Silva e de Maria Rodrigues Junior casou-se com a professora Anésia Rodrigues de Oliveira, com quem teve cinco filhos: João Evandro, José Irapuan, Suzana, Francisco Ubirajara e Cristiano. Passou nove dias preso na DOPS e foi aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Morreu em Fortaleza (CE), aos 66 anos, em 22 de março de 1992.

Jonas Daniel, fiscal de movimento de trens, filho de Sérgio Daniel e Firmina Izabel de Souza, nasceu em Redenção (CE), em 14 de janeiro de 1925. Casou com Maria de Nazareth Aguiar, dona de casa, com quem teve três filhos: Aurice Maria, Eduardo Diataí e Gerardo Francisco. Ingressou na RVC em 1944, por concurso, tendo sido aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Presidiu a União dos Ferroviários do Ceará (1962-1964) e integrou o Pacto Sindical. Como membro do PCB, foi chefe de imprensa da *Voz Operária*. Foi preso várias vezes, dentre as quais por ocasião da “Operação Concurso”, realizada para prender pessoas acusadas de pertencer ao PCB. Morreu em Fortaleza (CE), em 28 de julho de 1992, aos 67 anos.

Jorge Pereira Nobre, escriturário, nasceu em 27 de novembro de 1929, em Fortaleza (CE), filho do maquinista Francisco Pereira Nobre e de Maria do Carmo Mendes. Casou-se com a dona de casa Maria de Jesus Guedes, com quem teve seis filhos: Francisco Manoel, João Pedro, Inês, Régis, Jorge Filho e Denise. Ingressou na RVC/RFFSA em 27 de setembro de 1958, sendo demitido em 9 de outubro de 1964. Secretário do Sindicato dos Ferroviários, foi preso em 1961 e recolhido ao 23.º BC por duas vezes, em 1964. Seu nome

chegou a figurar como militante do PCB, mas não era filiado. Filiou-se ao PDT, sendo eleito suplente do Diretório Estadual no Ceará, em 12 de maio de 1985. Morreu aos 68 anos, em 22 de abril de 1998, em Fortaleza.

José Arimatéa de Lima, armazenista, nascido em 8 de janeiro de 1930, em Redenção (CE), é filho de Francisco Pinheiro de Lima e Undecimília Gomes de Lima. Casou-se com Iracema Chaves de Lima, com quem teve quatro filhos: Giana Maria, José Arimatéa, Ricardo e Vinícius. Com Eva Sabino Moreno, teve mais duas filhas: Fabiana e Adriana. Ingressou na RVC em 1.º de março de 1950, sendo aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Foi preso na 10.ª Região Militar, na DOPS e no 23.º BC, Reside na Rua Margarida de Queiroz, 264, bairro Cidade dos Funcionários, em Fortaleza (CE).

José da Silva Palhano, servente, nasceu em 11 de novembro de 1929, em Castelo (PI), filho de João da Silva Matos e de Maria Palhano do Desterro. Casou-se com Maria Augusto Alves Palhano. São seus filhos Maria Esojairam, Antônio Josimar, Francisca Josenilda, Maria Josimar, Maria Lucineide, João Francisco, Maria José, Antônia Joseneide, Antônia, João Neto, Maria da Guia, Jose Neunes , Maira do Desterro, Maria das Graças e João Francisco. Ingressou na RVC em 1.º de junho de 1944. Um dos ferroviários presos na Cadeia Pública de Crateús (CE), é primo do padre José Palhano Saboya, deputado federal eleito em 1962 e cassado em 1964.

José Duarte, o “Raminho”, maquinista, filho de José Mateus e Maria Coimbra Manaia, nasceu em São Pedro de Alba, Conselho de Pena Cova, distrito de Coimbra, Portugal, em 8 de abril de 1907. Casou-se com Isabel Pelegrina Lopes e teve dois filhos: Lead e Joaquim. Ingressou em 1924 no PCB, partido ao qual dedicou longos anos de sua vida, deixando-o na década de 1960 para ajudar a fundar o PC do B. Sua militância, que o levou à prisão trinta e seis vezes, o tornou referência nas obras *Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, e *José Duarte, um maquinista da história*, de Luiz Momesso. Em Fortaleza, ficou preso na Polícia Federal, onde foi torturado, e no IPPS. Neste

último cárcere, liderou uma greve de fome contra o tratamento dispensado aos presos. Morreu aos 82 anos, em 26 de janeiro de 1990, em Tatuapé (SP).

José Elias Gonzaga, o “Catita”, mecânico operador, nasceu em Caucaia (CE), em sete de julho de 1930, filho de Luiz Gonzaga Dias e Felisbela Emídio Dias. Casado com Maria Leda Lima, tem quatro filhos: Alex, Vladimir, Alessandra e Ana Paula. Ingressou na RVC em 1.º de março de 1945 e foi aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Como vice-presidente da União dos Ferroviários, tornou-se um dirigente sindical com forte influência no PCB. Chegou a ser preso quatro vezes – duas vezes no 23.º BC, na DOPS e no GAT. Reside em Fortaleza (CE), na Rua Ametista, 60, bairro Jacarecanga.

José Maria de Oliveira, mecânico operador, natural de Capuan, distrito de Caucaia (CE), nasceu em 13 de dezembro de 1932, filho de Francisco Gaspar de Oliveira e de Joaquina Gaspar de Oliveira. Casou-se com a dona de casa Raimunda Pereira de Araújo, tendo três filhos: Juraci, Juaci e Jamaci. Ingressou na RVC em 13 de junho de 1951, sendo aposentado compulsoriamente em nove de outubro de 1964. Presidiu a União dos Ferroviários do Ceará no biênio 1961-1963, integrou a direção do Pacto de Unidade Sindical e fez parte da direção do PCB no Ceará. Foi preso várias vezes. Morreu em 24 de junho de 1988, aos 55 anos, em Fortaleza (CE).

José Nobre Parente, mecânico, nasceu em Quixeramobim (CE), em 17 de outubro de 1928. Era filho de Francisco Parente e de Amélia Nobre Parente. Casou-se com a dona de casa Francisca Cavalcante Sousa, com quem teve três filhas: Glede, Ruth e Sara. Ingressou na RVC em 1946. Preso pelo Serviço de Segurança da empresa, em 17 de maio de 1966, suspeito de sabotar locomotivas, foi levado para o 2.º Distrito Policial da Secretaria de Polícia do Estado do Ceará, onde apareceu morto três dias depois.

Manoel Graciano de Macedo, guarda, nasceu em 18 de abril de 1927, em Santa Quitéria (CE), filho de Francisco Rufino de Macedo e de Mercedes Graciano de Macedo. Casou-se com a estudante Francisca Lenira Nobre e

teve um filho: Pedro Américo. Ingressou na RVC em 1.º de fevereiro de 1951, como guarda-freios diarista. Em comícios, passeatas e reuniões, acompanhava sempre o sindicalista José de Moura Beleza e o advogado Tarcísio Leitão. A partir de junho de 1960, ficou à disposição do Departamento de Correios e Telégrafos, sendo demitido em 28 de setembro de 1964. Foi preso em 1964, na DOPS e no 23.º BC. Morreu em cinco de março de 1979, aos 51 anos, em Fortaleza (CE), assassinado a golpes de faca, numa briga de trânsito, por Francisco Braga Vieira, versão da polícia a qual a viúva considera falsa.

Raimundo Ferreira de Melo, mecânico caldeireiro, nasceu em Reriutaba (CE), em 26 de março de 1920, filho de Manoel Ferreira de Souza e Alexandrina Ferreira de Melo. Com a dona de casa Maria Excelsa Ferreira, teve 16 filhos: José, Maria das Dores, Aloísio, Anísio, Fernando, Alayson, Antonio, Edilson, Marlene, Vera Lucia, Hélio, Marilene, Marilza, Lucineide, Cesar e Alexandre. Integrou a diretoria do Sindicato dos Ferroviários e era filiado ao PCB, foi preso na DOPS e depois encaminhado para a 10.ª RM, onde sofreu torturas físicas e psicológicas. Faleceu em Fortaleza (CE), em 10 de agosto de 2008.

Raimundo Santana da Costa, agricultor antes de tornar-se auxiliar de artífice, nasceu em 16 de agosto de 1918, em Caucaia (CE), filho de Sebastião Simião da Costa e Noberta Ferreira da Costa. Casou-se com Antônia Rocha do Nascimento, de prendas do lar, com quem teve dez filhos: Maria Madalena, Sebastião, Maria Eliene, José Deusimar, Maria Angélica, Francisco Aroldo, Newton, Fábio, Rogério e Ana Valéria. Ingressou na RVC em três de março de 1950 e chegou ao cargo de mecânico de máquinas. Foi preso na DOPS e na 10.ª RM, sendo demitido compulsoriamente em 20 de março de 1967. Morreu em 23 de julho de 1993, em Fortaleza (CE), aos 75 anos.

Ramyses Selvas Braga, maquinista, nasceu em 25 de maio de 1936, em Fortaleza, filho de Descartes Selvas Braga e de Francisca Valentim Braga. Com a companheira Elizabeth Araujo de Oliveira, teve sete filhos: Álvaro, Marconi, Paulo, Eugênio Pacelli, Simone, Mirian e Iran. Entrou na RVC em 1.º de dezembro de 1959, aposentando-se em 1980. Preso diversas vezes, dentre

as quais a prisão dos militantes do PCB realizada no distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante (CE), conheceu cinco cárceres: 23.º BC, 10.º GO, 10.ª RM, EAM e DOPS. Faleceu em Caucaia (CE), em 21 de maio de 2008, aos 71 anos.

Vicente Dias Araújo, motorista, nasceu em 25 de julho de 1925, em Nova Russas (CE), filho de José Bernardino de Araújo e Antônia Dias de Araújo. Casou-se com Francisca Coriolano e teve seis filhos: Elisabeth, Gildete, Margareth, Marizete, Lytelton e Mary. Em 1966, nos acontecimentos que culminaram com a morte de José Nobre Parente, passou sete dias na DOPS, foi levado para o 23.º BC e torturado, chegando a perder uma unha dos dedos da mão esquerda para confessar sabotagens nas locomotivas e delatar companheiros. Foi demitido compulsoriamente em 20 de março de 1967. Reside em Fortaleza (CE), na rua Teodomiro Castro, n.º 4.118, bairro Álvaro Weyne.

Considerações finais

As viagens inesquecíveis que fiz, em janeiro de 1977, ao Ipu; em agosto de 1978, ao Recife; e a Teresina, em 1979, nos confortáveis trens conhecidos por “Sonho Azul” e “Asa Branca”, cujos vagões eram construídos pelos ferroviários cearenses, proporcionaram minhas primeiras observações com a máquina que contribuiu para acelerar o avanço do capitalismo, provocou mudanças no cotidiano das cidades e das pessoas e tanto despertou a verve de poetas, a sensibilidade de cronistas, a interpretação de historiadores.

Entre o olhar voltado para a aridez da caatinga, para a paisagem de lugares bucólicos, para a miséria das populações rurais ao longo dos caminhos de ferro, ainda jovem, atentei, mesmo que fortuitamente, para aqueles maquinistas e fiscais fardados a andarem entre um carro e outro, como que a garantirem a segurança de uma viagem longa, mas nem um pouco enfadonha. Nas paradas, os agentes de estação; no vagão restaurante, o cozinheiro a mexer nos sabores.

Em larga medida, ocorreu-me algo semelhante ao que se sucedeu a Joaquim Pimenta, sem nenhuma pretensão de comparar-me ao intelectual de Tauá (CE). O semeador de jornais e revistas da Fortaleza do início do século XX impressiona-se não apenas com o “monstro vivo” da locomotiva. Chama-lhe atenção os “homens de boné, o condutor, o maquinista, sujo de carvão, todos os empregados da via férrea”. Para ele, aquela gente tinha aura superior, “com maneiras desenvoltas e distintas”, manifestando um meio urbano mais culto do que o dos Inhamuns, que atiçou a curiosidade do pesquisador norte-americano Billy Chandler.

No meu caso, evidentemente, não havia mais o “sujo de carvão”, pois as velhas marias-fumaças já tinham sido substituídas pelas locomotivas a diesel desde 1963, quando circularam no Ceará as últimas máquinas a vapor. Minhas impressões, além da máquina, fixam-se “naqueles homens”. De certo modo, porque eles remetem a minha rua, a meu bairro, onde trabalhadores da RVC/RFFSA transitam cheios de orgulho da condição de funcionários da Rede,

Todos têm casa própria e renda suficiente para adquirir, lá pelo final da década de 1960, a novidade do aparelho de televisão, por exemplo, quando os filhos de outros trabalhadores – comerciários, garçons, portuários, costureiras,

dentre outros – contentam-se com a televisinhança, até poderem alcançar aquele sonho de consumo.

Pretendo ressaltar, com isso, a ênfase da pesquisa centrada no homem, nos trabalhadores ferroviários, nos sujeitos históricos de presença exponencial no cotidiano de Fortaleza, a partir da implantação dos trilhos por essas bandas do País. Sua participação no processo de formação da classe operária no Ceará é fundamental, rica em ações, dinâmica no diálogo com os demais trabalhadores e outros grupos sociais, rebelde por essência.

A experiência dos ferroviários constrói-se nos locais de trabalho - nas oficinas, nas estações e na via permanente; pontua a cidade com os diferentes espaços de sociabilidade dos quais são protagonistas, a exemplo da centenária Sociedade Beneficente, das vilas operárias, das entidades de representação da categoria e dos clubes sociais ou de futebol; amplia-se nos embates com a empresa e com os governos, em âmbito estadual ou federal; insere-se na política partidária ao incorporar-se ao projeto ideológico de partidos, notadamente o Partido Comunista. Nesse contexto, emergem os sujeitos históricos, operários em interação intensa com sindicalistas e militantes comunistas.

A pesquisa em jornais, arquivos de instituições públicas e em acervos particulares, além da bibliografia de crônicas e romances, revela de forma clara práticas do mundo do trabalho ferroviário, bem como os modos de viver, de divertir-se, as opções de ordem política. Nesse aspecto, penso que o estudo contribui para historiografia do movimento operário no Ceará, além de criar a perspectiva de que parece possível tornar visíveis outras experiências de trabalhadores locais da mesma forma importantes. São muitas as lacunas.

Sua participação nas lutas sociais e no cotidiano da cidade, em temporalidades e contextos diferentes, assume caráter relevante, capaz de quebrar o silêncio a que as elites e os setores médios costumam impingir aos movimentos reivindicatórios. Impulsionados por seu espírito rebelde, rejeitam o espectro da invisibilidade porque acreditam na “grande força operária”, porque mantêm ideais de unidade, porque propugnam pela fraternidade, cantadas nos versos do compositor e sindicalista José Jatahy.

Para chegar a esse universo complexo, engendrado no âmago das lutas dos ferroviários, iniciei este estudo instigado pelo desejo de investigar o

“suicídio” do mecânico José Nobre Parente ocorrido nas prisões da ditadura militar instalada no País com o golpe de 1964. Como mostram as evidências, o operário, na realidade, foi assassinado numa trama que se tornou o fio condutor da minha pesquisa. O “suicídio” de Parente reveste, assim, um acontecimento simbólico da força do Estado contra seus cidadãos, ato claro de intolerância e desrespeito ao cidadão e à vida

Com efeito, a tragédia de aparente repercussão circunscrita a apenas um indivíduo ou a uma família alça o plano coletivo. Está presente nas memórias de contemporâneos de Parente, também perseguidos, presos ou torturados. Ao costurar as teias das violências praticadas pelo Estado que se abatem sobre um simples trabalhador, vêm à tona os métodos empregados pela polícia política mirando os ferroviários como “agentes subversivos”, inimigos contumazes do regime.

Acredito que a pesquisa, nesse ponto, apresenta outra contribuição ao sinalizar a necessidade da abertura transparente do arquivo da DOPS, no Ceará, sem limitações à investigação acadêmica, bem como do Fundo Secretaria da Segurança Pública, ainda disperso e sem organização. Aliás, as dificuldades de acesso pleno aos arquivos, a exemplo do conjunto documental da extinta RVC/RFFSA, funcionam como barreiras à pesquisa historiográfica e, conseqüentemente, à interpretação da história recente do País.

A morte de Parente e o desmantelamento das organizações/mobilização aos ferroviários constituem apenas uma ponta do que esse conjunto de documentos, hoje sob a guarda do Arquivo Público, pode revelar para a história dos trabalhadores cearenses, descortinando futuras pesquisas e criando pontes de diálogo e intercâmbio entre pesquisadores do Ceará e de outros Estados envolvidos com a temática sobre a experiência dos ferroviários brasileiros.

O estudo, da mesma forma, discute a importância da anistia promovida pelo Estado ao reconhecer a perseguição política contra cidadãos, traz à luz documentos ainda inéditos, como o “Manifesto ao Povo Cearense” assinado pela Frente de Mobilização Popular, Pacto Sindical e União Estadual dos Estudantes, e o organograma do PCB elaborado pela Polícia Federal para prender militantes, e revela histórias de combativos operários pelos caminhos de ferro, os ferroviários de uma Fortaleza rebelde.

Fontes

Acervo Associação 64-68 Anistia, Fortaleza-CE

Diário Oficial do Estado do Ceará

IPM – 1964 sobre atividades subversivas no Ceará (Volume n.º 1, volume n.º 2, Livro 3 e Anexo 3)

Manifesto ao Povo Cearense

Acervo Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas

– Brasil, Rio de Janeiro-RJ

Última Hora

Acervo Museu dos Ferroviários, Cedro-CE

Fotografia (figura n.º 4)

Acervo Particular Adelaide Gonçalves, Fortaleza-CE

O Ferroviário

Voz do Gráfico

Acervo Particular do autor, Fortaleza-CE

Diário do Nordeste

Entrevista

Folha de São Paulo

Fotografias (n.º 5, n.º 6, n.º 12, n.º 13, n.º 14, n.º 15, n.º 20, n.º 23 e n.º 25)

Universidade Pública

Acervo Particular José Hamilton Pereira, Fortaleza-CE

RVC Notícias

Fotografias (figuras n.º 7, n.º 8, n.º 9, n.º 10 e n.º 28)

Folder “85 anos de emancipação política do Cedro”

Folder “Cedro-CE – Cidade Ferroviária: Porta de acesso ao ubérrimo Vale do Cariri”

Titulo de sócio proprietário do Ferroviário Atlético Clube (figura n.º 18)

Acervo Particular Rogério de Aguiar Moraes, Fortaleza-CE

Locomotiva (Ano III, Edição Extra, 05/1994; n.º 29, 05/1994; n.º 31, 07/1994)

Entrevistas de ferroviários militantes

Arquivo Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Fortaleza-CE

Livro de Atas das Sessões Ordinárias - 1966

Arquivo Banco do Nordeste do Brasil S.A./Central de Serviços e Documentação
Fortaleza-CE

Diário Oficial da União

Arquivo Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, Fortaleza-CE

Processo 04269963-0/14-07-2004, de Ademar Paulino de Freitas
Processo 04270042-6/14-07-2004, de Afonso Bento Bezerra
Processo 04072072-1/12-03-2004, de Antônio Bonifácio Parente
Processo 04269787-5/30-06-2004, de Antonio Paulino dos Santos
Processo 04269966-5/14-07-2004, de Benedito Marques Teixeira
Processo 04024385-0/27/02/2004, de Edmundo Maia
Processo 04269984-3/14-07-2004, de Francisco Carlos Alcantarino
Processo 04270211-9/14-07-2004, de Francisco Cláudio de Medeiros
Processo 04269783-2/30-06-2004, de Francisco Colares de Oliveira
Processo 04269841-3/06-07-2004, de Francisco Pereira da Silva
Processo 04269977-0/14-07-2004, de Francisco Silva Araújo
Processo 04072073-0/12-03-2004, de João Farias de Sousa
Processo 04270066-3/14-07-2004, de João Licínio da Silva
Processo 04072058-6/10-03-2004, de Jonas Daniel
Processo 04269988-6/14-07-2004, de Jorge Pereira Nobre
Processo 04270075-2/14-07-2004, de José Arimatéa de Lima
Processo 04072054-3/10-03-2004, de José da Silva Palhano
Processo 04270002-7/14-07-2004, de José Duarte
Processo 04269931-2/13-07-2004, de José Elias Gonzaga
Processo 04072097-7/17-03-2004, de José Maria de Oliveira
Processo 04269990-8/14-07-2004, de José Nobre Parente
Processo 04024348-6/19-02-2004, de Manoel Graciano de Macedo
Processo 04024377-0/26/02/2004, de Raimundo Ferreira de Melo
Processo 04072491-3/27-04-2004, de Raimundo Santana da Costa
Processo 04072070-5/12-03-2004, de Ramyses Selvas Braga
Processo 04270054-0/14-07-2004, de Vicente Dias Araújo

Arquivo Instituto Médico Legal, Fortaleza-CE

Arquivo Nirez, Fortaleza-CE

Hino dos Ferroviários

Fotografias (figuras n.º 16, n.º 17, n.º 30, n.º 38, n.º 39 e n.º 71)

Arquivo Rede Viação Cearense/Rede Ferroviária Federal S.A. (RVC/RFFSA)-
Setor de Recursos Humanos, Fortaleza-CE

Boletim de Merecimento – Ano 60, de José Nobre Parente
Boletim de Merecimento – Ano 60, de Raimundo Ferreira de Melo
Certificado de alistamento militar de José Nobre Parente
Livro Boletim de Pessoal: Ano XXVI, B.P. n.º 987, 14/04/1964; B.P. n.º
988, 21/04/1964; B.P. n.º 991, 12/05/1964; B.P. n.º 992, 19/05/1964; B.P.

n.º 993, 26/05/1964; B.P. n.º 994, 02/06/1964; e B.P. n.º 995, 09/06/1964;
Ano XXVII, B.P. n.º 996, 16/06/1964.

Portaria n.º 01, de 12/06/1961, do Departamento de Mecânica
Qualificação funcional de José Nobre Parente
Registro de apuração de tempo de serviço de José Nobre Parente
Registro cronológico dos atos de extranumerários de José Nobre Parente
Relatórios da RVC (1930, 1938 e 1942)
Assentamentos funcionais de ferroviários

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS

Atividades subversivas de Jonas Daniel
Auto de busca e apreensão de “material subversivo” na casa de João
Farias de Sousa
Doc.4 PCB – Organograma do Comitê Central do PCB
Ofício n.º 273/73, de 03/05/1973, do auditor substituto da 10.ª CJM
Ficha de identificação de visitantes aos presos do IPPS (figura n.º 63)
Prontuário de Jonas Daniel (figura n.º 65)
Registro Geral de Jonas Daniel (figura n.º 66)
Relatório confidencial de Aluísio Figueiredo Gomes sobre entrada e saída
de correspondência para presos políticos no IPPS
Xilogravura Anistia Liberdade (figura n.º 62)

Arquivo Superintendência Regional do Trabalho no Ceará, Fortaleza-CE

Carta Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas
Ferroviárias do Estado do Ceará (figura n.º 35)
Cédula única para eleição do Sindicato dos Trabalhadores em
Empresas Ferroviárias do Estado do Ceará (figura n.º 37)
Fichas de Assuntos Diversos
Fichas cadastros do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas
Ferroviárias no Estado do Ceará
Ficha Situação Administrativa do Sindicato dos Trabalhadores em
Empresas Ferroviárias no Estado do Ceará
Fax do presidente do Sindicato dos Ferroviários, José Maia da Silva, ao
delegado regional do Trabalho
Ofícios (n.º 26/78, 19/04/1978, e n.º 096/83, 21/11/1983, do presidente do
Sindicato dos Ferroviários, Mardônio Sampaio, ao delegado regional do
Trabalho)
Portarias (n.º 23, 15/02/1965; n.º 175, 17/12/1965)

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Estado do Ceará

Locomotiva

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel-Setor de Periódicos- Núcleo de Microfilmagem, Fortaleza-CE

Boletim do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité
Boletim Greve do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité, em perspectiva
Correio do Ceará

Gazeta de Notícias
O Povo
Unitário

Centro de Referência e da Memória da História Contemporânea do
Ceará/Instituto Queiroz Jereissati

JD

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil -
CPDOC/FGV

Arquivo Marechal Fernando Setembrino de Carvalho (FSC)

Jornais

Correio do Ceará
Órgãos dos Diários Associados em Fortaleza
Consultado no Setor de Periódicos da Biblioteca Pública Governador Menezes
Pimentel, Fortaleza-CE

Ano LI, n.º 15.560, 11/05/1966; n.º 15.561, 12/05/1966; n.º 15.562, 13/05/1966;
n.º 15.563, 14/05/1966; n.º 15.564, 16/05/1966; n.º 15.565, 17/05/1966; n.º
15.567, 20/05/1966.

Diário do Nordeste
Jornal fundado pelo empresário Edson Queiroz, em 19 de dezembro de 1981.
Consultado no acervo do autor, Fortaleza-CE

Ano XXVII, n.º 9.388, 06/04/2008.

Diário Oficial da União
Consultado no Banco do Nordeste do Brasil S.A./Central de Serviços e
Documentação, Fortaleza-CE

Ano CII, n.º 68, 10/04/1964; n.º 184, 28/09/1964; n.º 196, 09/10/1964.
Ano CIX, n.º 8, 13/01/1971.

Diário Oficial do Estado do Ceará
Consultado nos acervos Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou e na
Perícia Forense do Estado do Ceará, Fortaleza-CE

Ano X, Série 2, n.º 185, 28/09/2007.
Ano XI, Série 2, n.º 12, 17/01/2008.

Folha de S. Paulo
Consultado no Acervo Particular do autor, Fortaleza-CE

Ano 88, n.º 29.175, 17/02/2009.

Gazeta de Notícias

Consultado no Setor de Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza-CE

Ano XXXIX, n.º 11.319, 22/05/1966; n.º 11.320, 23/05/1966.

Ano LIX, n.º 83.067, 09/06/1966.

JD

Jornal fundado por Dorian Sampaio

Consultado no Instituto Queiroz Jereissati/Fundo Blanchard Girão, Fortaleza-CE

Ano I, n.º 140, 07/03/1986.

Locomotiva

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias nos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Paraíba
Consultado no Arquivo do Sindicato, Fortaleza-CE

Ano III, n.º 25, 01/1994; n.º 29, 05/1994; Edição Extra, 05/1994; n.º 38, 02/1995.

Ano IV, n.º 36, 12/1994; n.º 37, 01/1995; n.º 42, 09-10/1995.

O Ferroviário

Jornal da Liga Social de Defesa e Assistências dos Ferroviários da RVC

Consultado no acervo particular de Adelaide Gonçalves, Fortaleza-CE

Edições de 7 de junho de 1946 e 1.º de maio de 1947.

O Povo

Jornal fundado por Demócrito Rocha, em 07/01/1928

Consultado no Núcleo de Microfilmagem do Setor de Periódicos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza-CE

Ano I, n.º 63, 24/03/1928; n.º 64, 26/03/1928; n.º 144, 12/07/1928.

Ano III, n.º 701, 29/08/1930; n.º 702, 30/08/1930; 763, n.º 01/09/1930; n.º 764, 02/09/1930; n.º 765, 03/09/1930; n.º 766, 04/09/1930; n.º 768, 06/09/1930; n.º 769, 08/09/1930; n.º 770, 09/09/1930; n.º 780, 20/09/1930.

Ano XI, n.º 1.975, 27/12/1938.

Ano XIV, n.º 4.678, 28/04/1941.

Ano XXXIV, n.º 10.334, 24/07/1961; n.º 10.360, 26/07/1961; n.º 10.366, 31/08/1961; n.º 10.370, 05/09/1961; n.º 10.373, 09/09/1961.

Ano XXXV, n.º 10.662, 17/04/1962; n.º 10.664, 23/04/1962; n.º 10.666, 25/04/1962; n.º 10.667, 26/04/1962; n.º 10.675, 07/05/1962, n.º 10.697, 01/06/1962.

Ano XXXVII, n.º 11.143, 07/01/1964; n.º 11.161, 29/01/1964; n.º 11.163, 31/01/1964; n.º 11.164, 01-02/02/1964; n.º 11.167, 05/02/1964; n.º 11.169, 06/02/1964; n.º 11.170, 08-09/02/1964; n.º 11.172, 13/02/1964; n.º 11.174, 15-16/02/1964; n.º 11.184, 27/02/1964; n.º 11.185, 28/02/1964; n.º 11.186, 29/02-01/03/1964; n.º 11.205, 23/03/1964; n.º 11.212, 02/04/1964.

Ano XXXIX, n.º 11.841, 20/05/1966; n.º 11.844, 24/05/1966; n.º 11.848, 30/05/1966; n.º 11.849, 31/05/1966; n.º 11.850, 01/06/1966.

Ano XLVI, n.º 13.999, 10/04/1973.

Ano LXVII, n.º 22.601, 12/05/1994.

Ano LXXIX, n.º 25.927, 03/05/2006.

Ano LXXX, n.º 26.503, 04/12/2007.

Ano LXXXI, n.º 26.661, 14/05/2008; e n.º 26.701, 23/06/2008.

RVC-Notícias

Jornal editado pelo Setor de Relações Públicas da RVC/RFFSA
Consultado no Acervo Particular José Hamilton Pereira, Fortaleza-CE

Ano I, n.º 2, 04/1969; n.º 4, 06/1969.

Última Hora

Jornal fundado por Samuel Wainer
Consultado na Coordenadoria de Publicações Seriadas da Fundação Biblioteca Nacional-Coordenadoria de Publicações Seriadas – Brasil (Rio de Janeiro) e no site <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>

Ano XV, n.º 5.069, 23/05/1966 (edição vespertina); n.º 5.070, 24/05/1966 (edição vespertina); n.º 5.071, 25/05/1966 (edição vespertina); n.º 5.072, 26/05/1966 (edição vespertina); n.º 5.075, 30/05/1966 (edição vespertina); n.º 1.871, 01/06/1966 (edição matutina); n.º 1.874, 04/05/1966 (edição matutina).

Unitário

Jornal fundado por João Brígido em 08 de abril de 1908
Consultado no Setor de Periódicos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Fortaleza-CE

Ano XLIII, n.º 32.057, 12/11/1961; n.º 32.059, 15/11/1961.

Entrevistas

Afonso Bento Bezerra, concedida a Rogério de Aguiar Morais

Anísio Ferreira de Melo, concedida ao autor, em 26/02/2009.

Antônio Bonifácio Parente, concedida ao autor, em 24/05/2008.

Francisco Pereira da Silva, concedida a Rogério de Aguiar Morais.

Íris Stela Maria Barbosa Serra, concedida ao autor, em 23/04/2008.

José Alves de Lima, concedida a Rogério de Aguiar Morais.
José Elias Gonzaga, concedida ao autor, em 21/11/2007 e 21/04/2009.
Josival de Jesus Teixeira, concedida ao autor, em 18/02/2009.
Lauro Brígido Garcia, concedida a Rogério de Aguiar Morais.
Luís Ribeiro Martins, concedida ao autor, em 12/11/2008.
Marlene Ferreira de Melo, concedida ao autor, em 26/02/2009.
Maria de Jesus Guedes Nobre, concedida ao autor, em 25/01/2009
Maria de Lourdes de Jesus Teixeira, concedida ao autor, em 18/02/2009.
Maria de Nazareth Aguiar Daniel, concedida ao autor, em 25/01/2009.
Maria Eliene Costa, concedida ao autor, em 31/05/2009.
Waldemar Cabral Caracas, concedida ao autor, em 21/11/2008.

Internet

BESSA, Antonio Telmo Nogueira. *Plano preliminar de reativação do transporte ferroviário de passageiro de médio e longo percursos e de pequenas cargas nas linhas ferroviárias do Estado do Ceará.*
http://www.fiec.org.br/palestras/transporte_ferrov_passag_peq_cargas_telmo_..
.Acessado em: 22 mar 2006.
<http://www.policiaferroviariafederal.com.br/home/index.php>. Acessado em: 7 mai. 2009.
<http://recantodasletras.uol.com.br/visualizar.php?id=44129>. Acessado em: 2 jul. 2009.
http://www.releituras.com/cony_bio.asp. Acessado em: 26 jun. 2008.
<http://www.ufbbrasil.org>. Acessado em: 13 nov. 2008.
<http://www.resistenciakorral.rg3.net/>. Acessado em: 20 abr. 2009.
<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=216>. Acessado em: 29 mar. 2009.
BARROS, Jorge Antonio. *Terror na Rede Ferroviária.*
<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2009/04/18/terror-narede-ferro...>Acessado em: 7 mai. 2009.
http://www.cpdoc.fgvbr/nov_fatos_imagens/fotos/golpe64/EL64040409_3_5.jpg.
Acessado em: 24 mai. 2009.

Discografia

BUARQUE, Chico. *Construção*. In *A arte de Chico Buarque*, v. 2, Polygram, 1975.

HAROLDO, Lobo; SOUZA, Niltinho. *Tristeza*. In *Jair: festa para um rei negro*, Fábrica de Refrescos; Universal Music, 2009.

JATAHY, José. *Hino dos Ferroviários*, s.d.

Filmografia

GERMI, Pietro. *O ferroviário*. Itália, 1956.

HERZOG, Werner. *Fitzcarraldo*. Alemanha; Peru, 1982.

KEATON, Buster; BRUCKMAN, Clyde. *A General*. EUA, 1927.

LOACH, Ken. *The navigators*. Inglaterra; Alemanha; Espanha, 2001.

NEUMANN, Stan. *Idiomas não mentem*. França, 2003.

RATTON, Helvécio. *Batismo de sangue*. Brasil; França, 2006.

SALLES, Walter. *Central do Brasil*. Brasil; França, 1998.

VERHOEVEN, Michael. *Uma cidade sem passado (Das Schreckliche Mädchen)*. Alemanha, 1990.

Leis e decretos

CEARÁ, Lei n.º 13.202, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial do Ceará, Série 2, Ano V, n.º 016, de 23 de janeiro de 2002.

CEARÁ, Lei n.º 6.907, de 1.º de agosto de 2007. Diário Oficial do Ceará, Série 2, Ano X, n.º 185, de 28 de setembro de 2007.

Decreto n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923.

Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (CLT).

Lei Federal n.º 4.572, de 11 de dezembro de 1964.

Revistas

Entrevista

Revista da disciplina de Laboratório de Jornalismo Impresso do curso de Comunicação Social – UFC

N.º 01, 08/1992; e n.º 21, 05/ 2009.

Universidade Pública

Revista da Universidade Federal do Ceará

N.º 40, novembro/dezembro, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1993.

AGUIAR, Oswaldo de. *Massapê em foco: 1898-1968: chegadas à sua história, sob vários aspectos*. Fortaleza: [s.n.], 1969.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

AMADO, Jorge. *O Cavaleiro da Esperança: vida de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

_____. *Os subterrâneos da liberdade*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, v. 3. *A luz no túnel*.

ANDRADE, Margarida. *Onde moram os operários... Vilas operárias em Fortaleza (1920-1945)*. 1990. 309 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia.

AQUINO, Maria Aparecida de et al (org.). *Em busca do crime político*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARARIPE, J. C. Alencar. *A comunicação pelos caminhos de ferro*. In Revista de Comunicação Social, v. 2, Números 1-2. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia-Departamento de Comunicação Social, 1972.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Experiências de resistência ao regime militar (1964-1985)*. In Dimensões – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.º 13, 2001.

ARAÚJO, Paulo Ayrton. *Centenário do 23.º Batalhão de Caçadores (Batalhão Marechal Castelo Branco)*. In Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, v. 103, 1989.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, José Rubens Siqueira (trad.), 1999.

_____. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil nunca mais*. Um relato para a história. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

A TRAGICOMÉDIA de Fortaleza. [S.l.: s.n.], s.d.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Fortaleza de ontem e de hoje*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza/Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

_____. *História do Campeonato Cearense de Futebol: 1903 a 2001*. Fortaleza: Equatorial, 2002.

AZEVEDO, Jandira Carvalho de. *Histórico da R.V.C.* (Rêde de Viação Cearense). Fortaleza: Rêde Ferroviária Federal S.A., 1959.

AZEVEDO, Otacílio de. *Trigo sem joio*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1986.

AZEVEDO, Rubens. *Astronomia no Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, Tomo Especial n.º 8, 1987.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, Léo Schlafman (trad.), 2006.

BANDEIRA, Manoel. *Saudades de Quixeramobim*. In BANDEIRA, Manuel. *Manuel Bandeira: poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993.

BAPTISTA, Demisthóclides. *Dias de angústia: notas do exílio*. Rio de Janeiro: Rebento, 1985.

BARBALHO, Nelson. *Trem da saudade: parada obrigatória: Estação Caruaru*, Companhia de Pernambuco, 1980.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Fortaleza rebelde: sob o sol dos movimentos sociais*. In CHAVES, Gilmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (orgs.). *Ah, Fortaleza!* Fortaleza: Terra da luz, 2006.

BARROSO, Oswald. *Poemas do cárcere e da liberdade*. Fortaleza: Palma, 1979.

BASTOS, Paulo de Mello. *A caixa-preta do golpe de 64: a república sindicalista que não houve*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2006.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. 14. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BEZERRA DE MENESES, Antônio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

BEZERRA, Viviane Prado. *Houve repressão em Sobral? Os arquivos do DOPS e a atividade estudantil nos anos 1960*. In Documentos. Revista do Arquivo

Público do Estado do Ceará - n.º 6. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2009.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BOITO JR., Armando. *Neoliberalismo e corporativismo de estado no Brasil*. In ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boi Tempo, 2002.

BONAVIDES, Anibal. *Diário de um preso político*. Fortaleza: O Povo, s.d.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOORSTIN, Daniel J. *Os descobridores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Fernanda Pinto Rodrigues (trad.), 1989.

BORGES, Raimundo de Oliveira. *A alma encantadora das ruas do Crato*. Crato: s.ed., 2008.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRETAS, Marcos Luiz. *Polícia e polícia política no Rio de Janeiro dos anos 1920*. In Arquivo & História – Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n.º 3, outubro de 1997.

BRÍGIDO, João. *Traçado da estrada*. In CARVALHO, Jáder de. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Terra de sol, 1969.

BRITO, José Carlos Aguiar. *A tomada da Ford: o nascimento de um sindicato livre*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Maria Carmelita Pádua Dias (trad.), 2004.

BURKE, Peter. *O mundo como teatro*. Estudos de Antropologia Histórica. Lisboa: Difel, 1992.

CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CAMPOS, Eduardo. *Agente de primeira classe*. In CAMPOS, Eduardo. *O tropel das coisas: contos*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

_____. *A Fortaleza provincial: rural e urbana – Introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879*. Fortaleza: Secretaria e Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

_____. Eduardo. *Na flor da idade: memórias de infância e adolescência*. Fortaleza: Tukano, 1991.

_____. *TV Ceará: a fábrica de sonhos*. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar, 1999.

CAMPOS, Luiz Arnaldo. *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: Arquivo de Memória Operária-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro de Memória Ferroviária/Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro da Central do Brasil, s.d.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade; Arquivo Público do Estado de São Paulo/SEC, 1997.

_____; KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1997.

CARVALHO, Cid Vasconcelos de. *O trem em Camocim: modernização e memória*. 2001. 180 f. (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará.

CASTRO, Liberal de. *Arquitetura eclética no Ceará*. In FABRIS, Annateresa (org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Universidade de São Paulo, 1987.

_____. *O centenário de Emílio Baumgart*. In *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CIV – Ano CIV, v. 104. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1990.

_____. *A Praça do Ferreira de 1968*. In *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, tomo CV, ano CV, v. 105. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1991.

_____. *Arquitetura do ferro no Ceará*. In *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CVI, ano CVI, v. 106, p. 65. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1992, p. 65.

_____. *Arquitetura do ferro no Ceará*. In DERENJI, Jussara da S. (org.). *Arquitetura do ferro: memória e questionamento*. Belém: Cejup, Universidade do Pará, 1993.

CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Minerva, 1999.

_____. Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC; Museu do Ceará, 2005.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930*. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro (trads.), 1980.

_____. *Lampião, o rei dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Sarita Linhares Barsted (trad.), 1980.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. *Memórias descarriladas: o trem na cidade do Crato*. 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: UFC, 2005.

CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza; IOCE, 1990.

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. *O Ceará e o Presidente Vargas*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1941.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, Sonia Coutinho (trad.), 1986.

_____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das letras, Myriam Campello (trad.), 1992.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas*. In BRUHNS, Heloísa Turini (org.). *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral - memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- DE LUCA, Tânia Regina. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Maria Yedda Linhares (trad.), 1976.
- DEPARTAMENTO Estadual de Imprensa e Propaganda. *O Ceará e o Presidente Vargas*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1941, s.p.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Recordações da casa dos mortos*. São Paulo: Martin Claret, José Geraldo Vieira (trad.), 2006.
- DREIFUSS, Renê Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, VIEIRA, Else Ribeiro Pires et al (trad.), 1981.
- ESTAÇÃO tombada. O Povo. Fortaleza, 19 jan. 2008. Vida & Arte, p. 1.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- FARIAS, Airton de. *Ferrovário: nos trilhos da vitória*. Fortaleza: Livro Técnico, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp; Fundação do Desenvolvimento Educacional, 1994.
- FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.
- FERREIRA FILHO, Norberto. *Coletânea: Crateús, Independência, Nova Russas, Novo Oriente, Tamboril*. Crateús, Aquarela, 1997.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- FILHO, José Capelo. *Patrimônio edificado de Fortaleza*. In: CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (orgs.). *Ah, Fortaleza! 1880-1950*. Fortaleza: Terra da Luz, 2006.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- FREIRE, Alípio et al (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- FREIRE, Luís Ximenes. *Paixão ferroviária*. [S.l.:s.n.], 1984.

FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral*. 2. ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1974.

FROTA, Silvana. *Reritaba ontem e hoje: história e crônicas*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

GALENO, Alberto S. *A praça e o povo: homens e acontecimentos que fizeram história na Praça do Ferreira*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GIRÃO, Blanchard. *Só as armas calaram a Dragão*. Fortaleza: ABC, 2005.

GIRÃO, Raimundo. *Matias Beck: fundador de Fortaleza*. Fortaleza: Instituto do Ceará; Imprensa Oficial do Ceará, 1961.

_____. *Geografia estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

_____. *Fortaleza e a crônica histórica*. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997.

_____. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar. 2000.

_____. *Os municípios cearenses e seus distritos*. Fortaleza: Sudec, 1983.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge (orgs.). *A imprensa libertária no Ceará, 1908-1922*. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. *A imprensa dos trabalhadores do Ceará, de 1862 aos anos 1920*. 2001. 421 f. Tese (Doutorado em História – Universidade Federal de Santa Catarina).

_____. *Ceará socialista: anno 1919*. Edição fac-similar. Florianópolis: Insular, 2001.

_____; BRUNO, Allyson (orgs.). *O Trabalhador Gráfico*. Edição fac-similar. Fortaleza: UFC, 2002.

_____. *Imprensa dos trabalhadores no Ceará: histórias e memórias*. In HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, Beatriz Sidou (trad.), 2006.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, Irene Hirsch; Lólio Lourenço Oliveira (trad.), 2005. _____; *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo Paz e Terra, Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros (trad.), 2000. _____; SCOTT, Joan W. Sapateiros politizados. In HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Waldea Barcelos e Sandra Bedran (trad.), 2000.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Presença, 1973.

HOLANDA, Cristina Rodrigues (org.). *Sala escura da tortura: uma experiência educativa no Museu do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará; Museu do Ceará.

INÁCIO, Inês da Conceição. *A família rememorada: representações do grupo familiar em memórias de militantes comunistas*. In *Família e grupos de convívio* (Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 9 n.º 17, set.88/fev.89).

INSTITUTO, dos Arquitetos do Brasil-Seção CE; ASSOCIAÇÃO dos Docentes da Universidade Federal do Ceará-ADUFC. *Carta de Fortaleza: uma cidade em questão*. Fortaleza, 1992.

JAGUARIBE, Ana. *Labaredas no ar: a rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964)*. 2005, 106 f. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de La memória*. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Global, 2005.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica & vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.

KIRK, Neville. *Cultura: costume, comercialização e classe*. In BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e*

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LANDIM, Mario. *Vaca preta, boi pintado*. Fortaleza: A Fortaleza, 1967.

LEANDRO, José. *Depoimento: minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil*. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores e da Democracia em 1963. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LE PARC et al. *Sala escura da tortura*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar; Museu do Ceará, 2005.

LIMA, Francisco de Assis Silva de; PEREIRA José Hamilton. *Estradas de ferro do Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

LIMA, Joaquim Celso de Lima. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista*. São Paulo: Diniz, 1984.

LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.

LIMA NETO, Ildefonso Rodrigues. *Escrita subversiva: o Democrata, 1946-1947*. 2006. 282 f. Dissertação (Mestrado em História Social – Universidade Federal do Ceará).

LOPES, José Sérgio Leite. *Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária*. In MACHADO DA SILVA, Luís Antonio (org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro*. In BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, Antonio Luigi Negro (trad.), 2004.

LOPES, José Stênio. *Aspectos sociais da vida de Fortaleza*. Clã Revista de Cultura, n. 16 – Ano VII. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1957.

LOPES, Régis; KUNS, Martine. *Frei Tito: em nome da memória*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1981.

LUPPI, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?* São Paulo: Escrita, 1980.

MACEDO, Eurico. *Memórias de um ferroviário*. Bahia: s/e, 1950.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: UFC, 2008.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MARX. *Kommunistisches manifest*. In GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

MAYOL, Pierre. *Morar*. In CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth (trads.), 1996.

MELO, Josemir Camilo de. *A República e a mania ferroviária*. In *Revista do Arquivo Público do Estado do Pernambuco*, n. 42, v. 39, novembro. Recife: Governo do Estado de Pernambuco; Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, Arquivo Publico Estadual, 1989.

MEMÓRIA, Otávio. *A origem da Viação Férrea Cearense*. Fortaleza: Typ. Comercial, 1923.

MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou: crônicas históricas de Fortaleza antiga*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar. *Estudos de comunicação no Ceará*. Fortaleza: Agora, 1985.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2006.

MOMESSO, Luiz. *José Duarte, um maquinista da história*. São Paulo: Oito de Março, 1988.

MÔNICA, Maria Filomena. *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MONTENEGRO, Abelardo F. Soriano Albuquerque: um pioneiro da Sociologia no Brasil. 2. ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1977.

_____. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980.

MORAES, Vicente. *Anos Dourados em Otávio Bonfim: à memória de Frei Teodoro*. Fortaleza: Iuris, 1998.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. *Ferrovários, trabalho e poder*. São Paulo: UNESP, 2008.

MOTA, Leonardo. *Cantadores: poesia e linguagem do sertão cearense*. 5 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

NEGROS *devem superar os brancos este ano*. O Povo, Fortaleza, 14 mai. 2008. Brasil, p. 13.

NETO, Adalberto Coutinho de Araújo. *Entre a revolução e o corporativismo: a experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930*. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História – Universidade de São Paulo).

NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000.

NOBRE, Geraldo S. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

_____. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: Senai/DR-CE-Coordenadoria de Divulgação, 1989.

NOGUEIRA, Alcântara. *Iguatu: memória sócio-histórica-econômica*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In *História e Cultura*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo), n.º 10. São Paulo: Yara Aun Khoury (trad.), Educ, Dez, 1981.

NOSELLA, Paolo. *Porque mataram Santo Dias: quando os baços se unem à mente*. São Paulo: Cortez, 1980.

OLIVEIRA, André Frota. *A estrada de ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de Assis S.; SOUSA, Simone. *O movimento operário cearense na 1ª República*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC, s.d.

OLIVEIRA, José Carlos de (org.). *Oito em um acadêmico: Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Código de Processo Penal, Código Comercial, Código Tributário, Consolidação das Leis Trabalhistas, Código de Defesa do Consumidor, Constituição Federal, índices alfabéticos remissivos e legislação complementar*. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

OLIVEIRA, Papito (org.) *Vozes silenciadas*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

ORIÁ, Ricardo. *Fortaleza: os lugares de memória*. In SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide et al. *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

PAOLI, Maria Célia. *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*. In São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura; Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

PARENTE, Francisco Josênio C. *O Ceará dos "coronéis" (1945-1986)*. In SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide et al. *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de (orgs.). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E- papers, 2007.

PEREIRA, Daniela Márcia Medina. *A próxima estação: trabalho, memória e percursos de trabalhadores aposentados da Ferrovia*. 2004. 152 f. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

- PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, Ângela M. S. Corrêa (trad.), 2007.
- PIETROCOLLA, Luci Gati. *Anos 60/70: a violência e o medo na construção da experiência do exílio e da clandestinidade*. In Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH; Contexto, vol. 16, n.º 31 e 32, 1996.
- PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado: (Tauá – Fortaleza)*. Ed. Fac-similar. Fortaleza: FWA, 2009.
- PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: s.ed, 1950.
- PINTO, Rodrigo M. S. *Do Passeio Público à ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945)*. 2007, 146 f. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.
- PIZA, Edith. *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu...* In GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In Estudos históricos 1989/3 – Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. São Paulo: Cpdoc/FGV, 1988.
- POLICZER, Pablo. *A polícia e a política de informações no Chile durante o Governo Pinochet*. In *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 12, n.º 22, 1998.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993.
- _____. *História e memória do jornalismo cearense*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural-NUDOC; UFC; Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará; Secretaria da Cultura-SECULT, 2004.
- PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. *A cidade dos clubes: modernidade e “glamour na Fortaleza de 1950-1970*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.
- PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeira*. Fortaleza no início do século XX. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, s.d.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão Paulista*. Bauru: Edusc, 2001.

QUEZADO, Ana. Fortaleza nos primeiros tempos da TV: cotidiano, memória e cultura (1958-1965). 2007, 187 f. (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RESOLUÇÕES do 1.º Congresso do Partido Revolucionário Comunista.

RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará: ascensão e declínio – 1922-1947*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Stylus, 1989.

RIBEIRO, Octávio. *Por que eu traí: confissões de Cabo Anselmo*. São Paulo: Global, s.d.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.

SABATO, Hilda; ROMERO, Luis Alberto. *Los trabajadores de Buenos Aires: La experiencia del mercado: 1850-1880*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

SALES, Antonio Bezerra de Menezes. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza: UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

SAMPAIO, Aury. *A estrada que trilhei*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 2008.

SANTA'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero; Programa do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1992.

SANTIAGO, Kleiton Nazareno. *Mutualismo ferroviário na formação da Sociedade Beneficente do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité: Fortaleza 1891 aos anos de 1930*. In *Documentos*. Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará – n.º 6. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade vermelha: a militância comunista nos espaços de trabalhos. Camocim-CE (1927-1950)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

SANTOS, Cláudia Cristina dos. *Pelos trilhos da subversão: história de repressão e resistência dos ferroviários paulistas (1930-1945)*. 2005. 215 f. Monografia (Graduação em História – Universidade de São Paulo).

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, Rosa Freire d'Aguiar (trad.), 2007.

SAVAGE, Mike. *Classe e história do trabalho*. In BATALHA, Cláudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Unicamp, Antonio Luigi Negro (trad.), 2004.

SCHMIDT, Criméia (org.) et al. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos*. IEVE – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. 2. ed. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SILVA, Dionísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

SILVA, José Borzacchiello da. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. *Frades alemães no Otávio Bonfim*. Diário do Nordeste, Fortaleza, 6 abr. 2008. Cultura.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SINHÁ D'AMORA: 40 anos de vida artística. Rio de Janeiro: Eu e você, s.d., reproduções de alguns trabalhos da artista sem numeração.

SOMBRA, Waldy. *A guerra dos panfletos: maloqueiros versus cafinfns*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998.

SOUSA, Simone; PONTE, Sebastião. *Roteiro sentimental de Fortaleza: depoimentos de história oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e Jose Barros Maia*. Fortaleza: UFC-NUDOC/SECULT-CE, 1996.

_____; GONÇALVES, Adelaide et al. *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 237-256.

_____; OLIVEIRA, Francisco de Assis S. *O movimento operário cearense na 1.ª república*. NUDOC/UFC, s.d.

SOUZA, Maria Salete de. *Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades*. In SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE,

Tercia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

SOUZA, Robério Santos. *Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)*. 2007, 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp.

STUDART, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Edição fac-similar, Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

_____. *Datas e factos para a história do Ceará*. Edição fac-similar, Tomo III. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999.

TENCA, Álvaro. *Senhores dos trilhos: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do Curso de Ferroviários da antiga Paulista*. São Paulo: UNESP, 2006.

TEÓFILO, Rodolfo. *A sedição do Juazeiro*. Fortaleza: Terra de sol, 1969.

_____. *A fome/ Violação*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

_____. *Libertação do Ceará: queda da oligarquia Acioly*. Fac-simile edição de 1914. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). Campinas: Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Lólio Lourenço de Oliveira (trad.), 1992.

DODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, Beatriz Perrone-Moisés (trad.), 2003.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *Central do Brasil: a identidade outra vez?* In *Novos Rumos*, ano 14, n.º 31, São Paulo: Instituto Astrogildo Pereira/Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 1999.

TÚLIO, Demitri. *Morto nos porões do Ceará*. *O Povo*, Fortaleza, 3 mai. 2006. Cotidiano, p. 8.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias da saudade: busca e espera no Brasil autoritário*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

VIEIRA, Padre Antônio. *Viajar de trem*. In VIEIRA, Padre Antônio. *Sertão brabo: a terra, o homem e suas angústias*. São Paulo: Brasileira, 1968.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. 3ª ed. Brasília: IPEA, 2001.

WEINSTEN, Barbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, (1920-1964)*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, Luciano Vieira Machado (trad.), 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Tragédia moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, Betina Fischhof (trad.), 2002.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *História judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, SILVA, Lina G. Ferreira da (trad.), 1992.

ANEXOS

Anexo 1

Lei n.º 13.202, de 10 de janeiro de 2002.

Diário Oficial do Ceará, Série 2, Ano V, nº. 016, de 23 de janeiro de 2002.

Reconhece, nos termos que indica, direito à indenização às pessoas detidas por motivos políticos, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica reconhecido, nos termos desta Lei, o direito à indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que haja ficado sob a guarda e responsabilidade de órgãos da estrutura administrativa do Estado do Ceará, ou em quaisquer dependências desses órgãos.

& 1.º. Farão jus à indenização as pessoas que sofreram sevícias que deixaram comprometimento físico ou psicológico, e que o requeiram diretamente no prazo previsto no parágrafo único do Art. 4.º desta Lei, contados da instalação da Comissão Especial de que trata o artigo seguinte, e anteriormente não haja pleiteado ou obtido do Estado ressarcimento por danos físicos ou morais.

& 2.º. VETADO.

& 3.º. Sempre que necessário, a Comissão Especial determinará a realização de perícia para melhor avaliação e fixação do *quantum* da indenização.

Art. 2.º. Fica criada Comissão Especial, a ser constituída pelo Governador do Estado, com a incumbência de receber e avaliar a procedência dos pedidos de indenização fundados nesta Lei, fixando o seu montante, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 5.º.

& 1.º. A Comissão Especial funcionará junto à Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente, que a dotará dos recursos humanos e materiais necessários, podendo ser assessorada por servidores públicos estaduais designados pelo Governador do Estado.

& 2.º. A Comissão será constituída e instalada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei.

& 3.º. O Governo do Estado divulgará amplamente, através de meios de comunicação social, por três dias consecutivos, a data de instalação da Comissão Especial e os prazos contidos nesta Lei para os fins previstos no *caput* do artigo 4.º.

Art. 3.º. A Comissão Especial referida no artigo anterior será composta por 11 (onze) membros, designados pelo Governador do Estado, que indicará, dentre eles, quem irá presidi-la, com voto de qualidade.

Parágrafo único. Deverão compor a Comissão Especial:

I – um representante da Associação dos Ex-presos políticos;

II – um representante da Procuradoria-Geral do Estado;

III – um representante da Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente;

- IV** – um representante da Secretaria da Cultura e Desporto;
- V** – um representante da Secretaria da Administração;
- VI** – um representante da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania;
- VII** – um representante da Secretaria do Governo;
- VIII** – um representante da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;
- IX** – um representante do Ministério Público do Estado
- X** – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará;
- XI** – um representante do Conselho Regional de Medicina.

Art. 4.º. O pedido de indenização fundado nesta Lei, deverá ser encaminhado à Comissão Especial:

I – pela própria pessoa a quem se refere o art. 1.º;

II – em caso de morte do titular, pelas pessoas abaixo indicadas, na seguinte ordem:

a) pelo cônjuge sobrevivente;

b) pelo companheiro ou companheira, definidos pela Lei n. 8.971, de 29 de dezembro de 1994;

c) pelos descendentes; ou,

d) pelos ascendentes.

Parágrafo único. O pedido deverá ser apresentado no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado da data da divulgação referida no & 3.º do art. 2.º, instruído com as informações e documentos necessários à análise do caso.

Art. 5.º. O montante da indenização prevista nesta Lei não será superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nem inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devendo sua fixação levar em conta a extensão e gravidade dos danos sofridos pelo ex-presos, ex-detido ou ex-perseguido político, considerando-se:

I - os danos físicos, psicológicos e de natureza pessoal, inclusive com a existência de invalidez parcial ou permanente;

II – a existência de nexo de causalidade entre os danos e a detenção referida no artigo 1.º desta Lei.

Art. 6.º. A indenização que a Comissão Especial entender devida, nos termos desta Lei, será concedida por decreto do Governador do Estado.

Art. 7.º. O pagamento da indenização prevista nesta Lei, a pessoa que já a tiver obtido judicialmente, em razão de ação movida contra o Estado, ou a que o esteja acionando com essa finalidade, salvo, neste último caso, na hipótese de desistência da ação, com plena quitação ao Estado.

Art. 9.º. O Poder Executivo, no que necessário, regulamentará a presente Lei.

Art. 10.º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 10 de janeiro de 2002.

TASSO RIBEIRO JEREISSATI
Governador do Estado do Ceará

Anexo 2

Lei nº. 6.907, de 01 de agosto de 2007.

Diário Oficial do Ceará, Série 2, Ano X, n.º 185, de 28 de setembro de 2007.

Altera a Lei n.º 13.202, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O & 1.º d art. 2.º da Lei n.º 13.202, de 10 de janeiro de 2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º (*omissis*)

& 1.º A Comissão Especial funcionará junto à Secretaria da Justiça e Cidadania, que a dotará de recursos humanos e materiais necessários, podendo ser assessorada por servidores públicos estaduais, designados pelo Governado do Estado.

Art. 2.º. O art. 3.º da Lei n.º 13.202, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º. A Comissão Especial referida no artigo anterior será composta por 11 (onze) membros, e seus respectivos suplentes, designados pelo governador do Estado, que indicará dentre eles quem irá presidi-la com voto de qualidade:

Parágrafo único. Deverão compor a Comissão Especial:

I – um representante da Associação dos Ex-presos Políticos;

II – um representante da Procuradoria Geral do Estado;

III – um representante da Secretaria da Justiça e Cidadania;

IV – um representante da Secretaria da Cultura;

V – um representante da Secretaria do Planejamento e Gestão;

VI – um representante da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social;

VII – um representante da Casa Civil;

VIII – um representante da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;

IX – um representante do Ministério Público do Estado;

X – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará;

XI – um representante do Conselho Regional de Medicina.

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

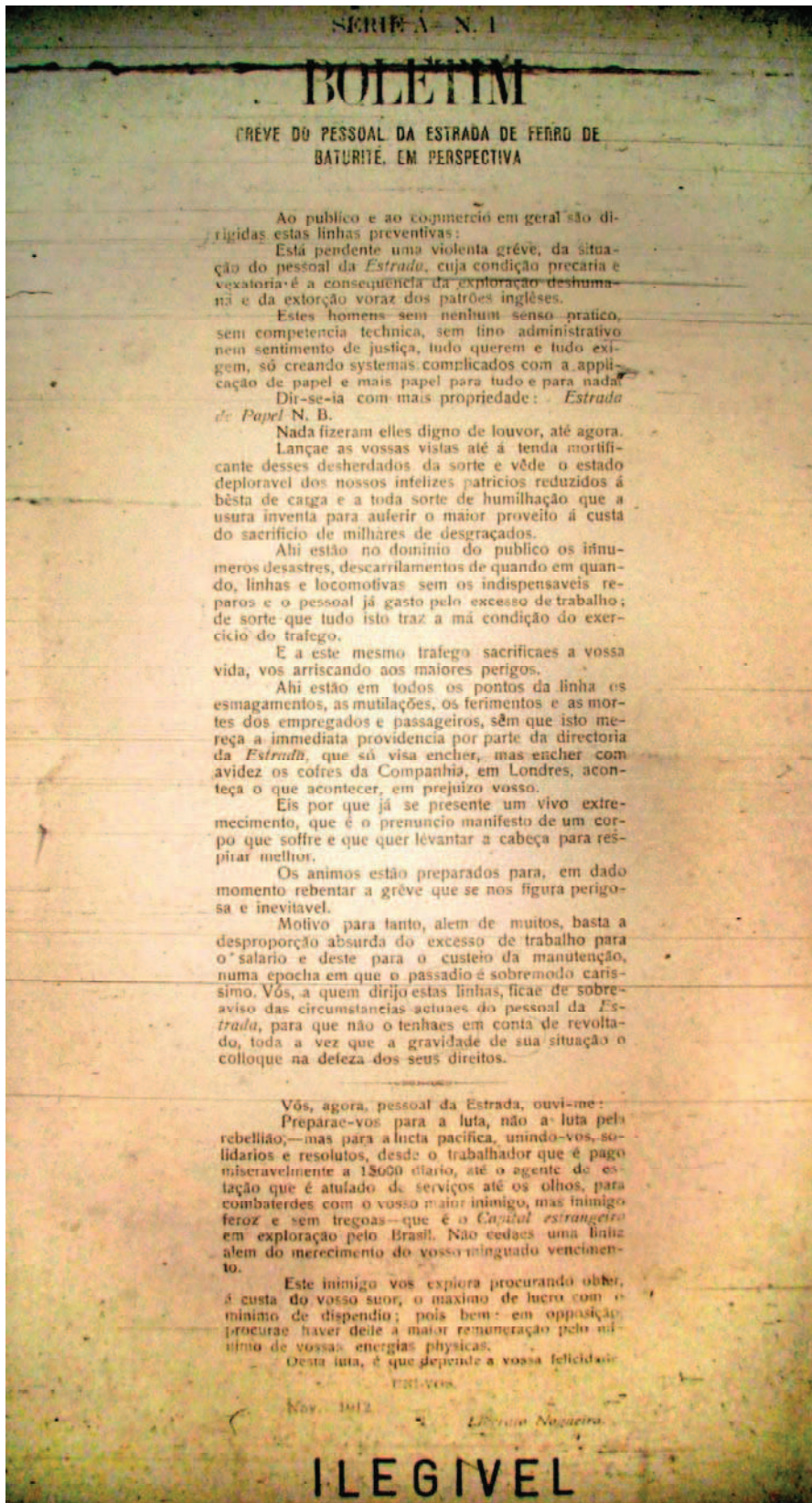
Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 21 de agosto de 2007.

Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO

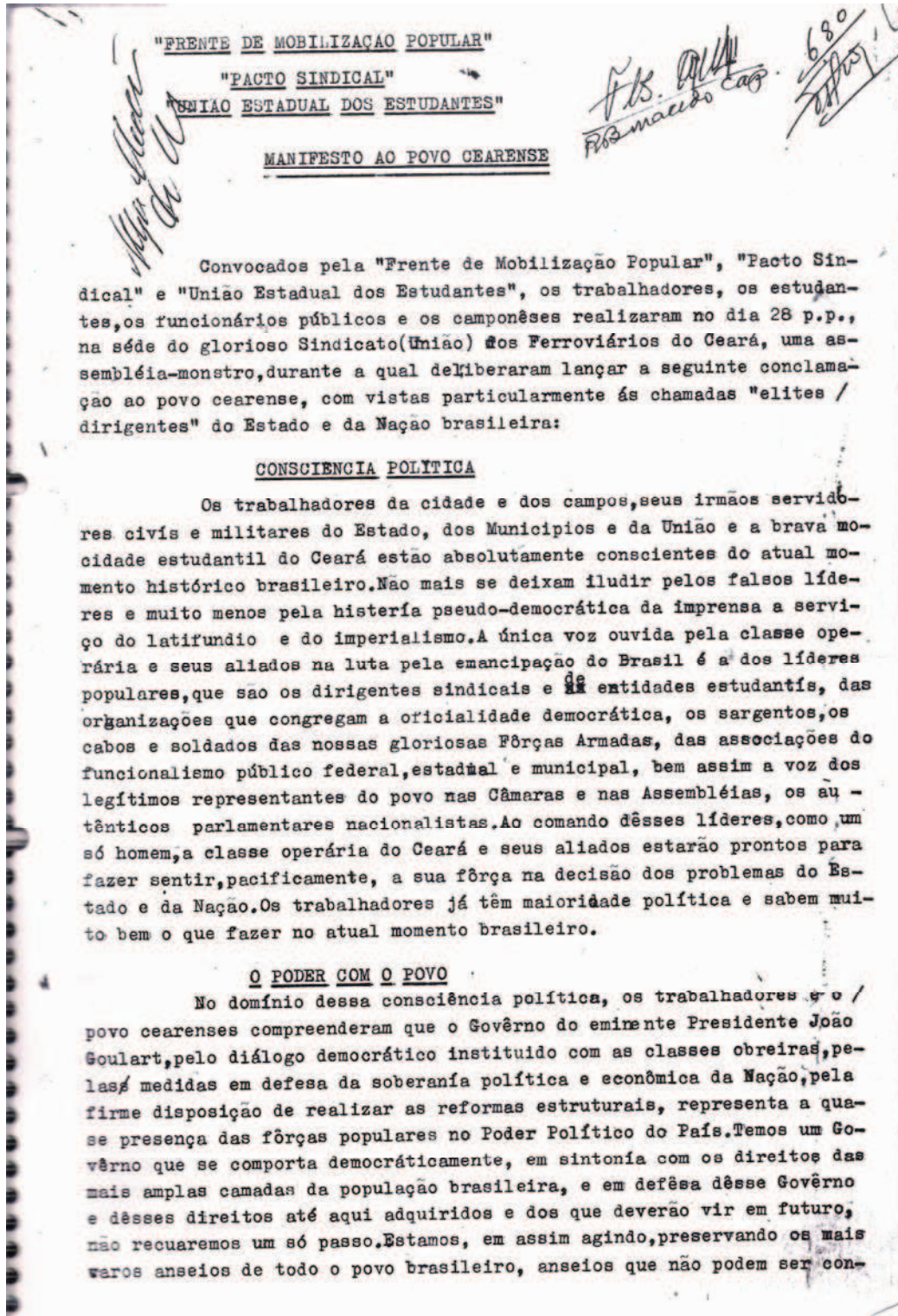
Anexo 3

Boletim Greve do Pessoal da Estrada de Ferro de Baturité, em perspectiva
Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/Núcleo de Microfilmagem



Anexo 4

Manifesto ao Povo Cearense
IPM 1964, v. n.º 02, livro 3, fls. 680 – 682
Arquivo Associação 64-68 Anistia



fundidos com as ambições ilimitadas de alguns militares, os privilegiados que sugam, roubam, e matam os trabalhadores, enquanto entregam a Pátria a seus patões estrangeiros.

UM MINISTÉRIO POPULAR

O primeiro passo que achamos deva ser adotado pelo Presidente João Goulart é a modificação do seu Ministério, colocando nos postos-chaves do Governo homens da integral confiança do povo, para mais ainda caracterizar aquela presença popular na atual administração do País. Não se pôde // mais admitir a política da conciliação com os grupos políticos e econômicos identificados como inimigos dos trabalhadores. Queremos homens como Sergio Magalhães, Leonel Brizzola, Almirante Aragão, Almino Afonso, Almirante Suzano, Paulo de Tarso, Marechal Osório ou de um cearense como Lauro Oliveira Lima e tantos outros patriotas compondo um Ministério á altura das posições democráticas do Presidente João Goulart.

FORA OS "GORILAS"

Para a sua própria sobrevivência e em defesa das instituições democráticas e das liberdades públicas, o Presidente João Goulart precisa, sem mais demora, escoimar dos cargos de chefia das Forças Armadas os elementos / reconhecidamente ligados ao "gorilismo" nacional. O exemplo do sr. Jânio // Quadros é por demais recente para ser esquecido. Não podemos dormir tranquilos com o inimigo partilhando do nosso mesmo teto. A hora exige definições: fora os "gorilas", Presidente! Somente oficiais democratas á frente das // nossas Forças Armadas! O episódio da Marinha durante a Semana Santa e a / memorável homenagem de 5.000 sargentos ontem, no Automovel Clube, ao Presidente da República, são demonstrações incontestes de que a "gorilada" // não conta com a tropa. Não pode, portanto, ter mais comandos. E no próprio episódio da Marinha vimos como numerosos oficiais daquela Arma colocaram-se // ao lado das reivindicações da marujada, cujo líder, o hoje famoso Cabo Anselmo incorpora seu nome á galeria dos mais bravos rílios do povo brasileiro.

CONVOCAÇÃO DA CONSTITUINTE

Está sobejamente provado que o Congresso Nacional, com a sua presente formação, não votará nenhuma das reformas exigidas pela Nação. Dentro da mística da intocabilidade da Constituição (a mesma Constituição que esse mesmo Congresso já tocou e feriu), os latifundiários e tubarões do alto comércio de posse de mandatos comprados a peso de ouro negarão sistematicamente as justas proposições contidas na grande mensagem do Presidente da República, há poucos dias encaminhada ás duas Casas do Congresso.

Assim sendo, a classe operária e seus aliados - os estudantes, os camponeses, os oficiais democráticos, os sargentos, cabos e soldados, os funcionários públicos, enfim, a imensa maioria do povo brasileiro - apoiam a / idéia da imediata convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita com o voto de todos os brasileiros, inclusive os analfabetos, os cabos e soldados. Essa Constituinte daria ao País uma Constituição atualizada, dentro daquilo que o povo, organizado e pacífico, está reclamando a cada momen-

"IMPEACHMENT" OU GOLPE SERÃO REPELIDOS

Fls. 914
Raimundo
cap.
68/2

A reação, desesperada com as últimas medidas adotadas pelo Presidente Goulart, continua manobrando no sentido de conseguir um meio para decretar o "impeachment" do Presidente ou simplesmente dar um golpe nas instituições vigentes. Consideramos remota tal possibilidade, mas se tal viesse pelo menos a ser tentado, a classe operária e seus aliados responderiam à altura, indo, de imediato, à paralização geral da vida do Estado e do País e, posteriormente, aos caminhos mais indicados pela situação. Para nós operários, camponeses, estudantes, funcionários públicos, oficiais nacionalistas, sargentos e soldados do Brasil o mandato de Jango é intocável!

INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA

As áreas mais extremadas da direita já falam até em intervenção estrangeira para "salvar o País do comunismo" - o que equivale a dizer: os traidores querem entregar o Brasil à dominação de uma Nação estrangeira, na tresloucada tentativa de salvar seus privilégios.

O povo brasileiro está consciente e sabe como lutar. Não recua um milímetro nas conquistas até aqui alcançadas. As liberdades públicas, que o Presidente João Goulart manteve e chegou mesmo a ampliar, são irreversíveis. Queremos outras conquistas. Queremos uma Constituição que possa ser cumprida e respeitada. Uma Constituição que corresponda à realidade brasileira. Queremos mais liberdades; a de votar e ser votado, por exemplo, para os sargentos, os cabos e os soldados. Para os analfabetos.

Tudo isso que já conseguimos com muito sacrifícios não poderemos ceder mesmo diante da intervenção indébita que seria solicitada pelas elites do soquete em decomposição. Longinqua tal perspectiva. Mas se visse acontecer, fiquem todos certos. O povo brasileiro, pacífico e ordeiro por índole, reagiria com toda a sua bravura para esmagar qualquer um que tentasse destruir a nossa soberania.

Ao lado das Forças Armadas, com o povo organizado e cioso de sua força, proclamamos hoje com toda a ênfase:

OU FICAR A PATRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL!

Blauclair Girão - Pres. da "Frente de Mobilização

José Jataí - Pres. do Pacto Sindical Popular

Jose Maria Barros Junho - Pela UEE

Jose Maria Barros Junho

Anexo 5

Relação de livros e de objetos apreendidos na casa de João Farias de Sousa, o "Caboclinho Farias", considerados "material subversivo" e constante do auto de busca e apreensão expedido pelo delegado da Ordem Política e Social.

Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS e

Processo da Comissão de Anistia Wanda Sidou, ano 2004, n.º 040072073-0, p. 33-35/Arquivo

AUTO DE BUSCA E APREENSÃO



Aos dezesseis (16) dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará e na casa nº 31, da rua Argemiro Valente, bairro de Aldeota, residência de João Farias de Sousa, vulgo "Caboclinho", onde veio o Agente R-7 - Raimundo Alves de Brito, da Delegacia de Ordem Política e Social, comigo, escrivão, adiante declarado, af, em presença das testemunhas Manoel Moreira Mota, Motorista R-8 e Francisco Alexandrino de Oliveira, Agente R-7, ambos à disposição da subrepartição, pelo referido Agente Raimundo Alves de Brito foi lido ao mencionado morador, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Dr. Delegado da Ordem Política e Social. Pelo referido senhor João Farias de Sousa foi então franqueada a casa, onde foi procedida minuciosa busca, sendo encontrada, em diversos móveis ali existentes, o seguinte material subversivo: quatro (4) livros "obras", primeiro (1º), segundo (2º), terceiro (3º) e quarto (4º) volumes; um (1) livro "Préface e a Revolução Social"; um (1) livro "Blequesis de Cuba"; dois (2) livros "Problemas da Paz Social"; um (1) livro "Fundamentos do Marxismo - Leninismo"; um (1) livro "Revolução em Moscou"; um (1) livro "Stalin"; um (1) livro "Eu vi o traste por dentro"; um (1) livro "Poemas revolucionários"; um (1) livro "Santa Rússia"; um (1) livro "Lenin, sua vida e sua obra"; um (1) livro "Obras completas"; um (1) livro "A Rússia esmagará o Japão"; dois (2) livros "O papel do indivíduo na história"; um (1) livro "A China luta pela liberdade"; um (1) livro "Obras escolhidas"; um (1) livro "Que fazer"; um (1) livro "Pelikobka"; dois (2) livros "Divulgação marxista"; um (1) livro "O Cavaleiro da Esperança"; dois (2) livros "A verdade sobre a religião na Rússia"; um (1) livro "Um passo adiante dois passos atrás"; um (1) livro "A verdade sobre a guerra da Coreia"; um (1) livro "Moscou"; dois (2) livros "A crise geral do capitalismo"; um (1) livro "Cultura soviética"; um (1) livro "A aliança perpétua comunista"; um (1) livro "Os fundamentos do leninismo";



um (1) livro "A origem da vida"; um (1) livro "Trabalho assalariado"; dois (2) livros "Manifesto do Partido Comunista"; um (1) livro "Duas táticas"; um (1) livro "As divergências no movimento comunista mundial"; dois (2) livros "Quem faz as leis no Brasil"; um (1) livro "Pela paz e pela salvação da Espanha"; um (1) livro "Do socialismo utópico ao socialismo científico"; um (1) "Sobre as cifras de controle de desenvolvimento"; um livro "O Papa Negro"; um (1) livro "História do Partido Comunista"; um (1) livro "União Soviética"; um (1) livro "Arrais e fazedor de homens livres"; um (1) livro "México rebelde"; um (1) livro "A Bíblia do nacionalismo"; um (1) livro "Estado nacionalistas"; um (1) livro "Aspectos do capitalismo contemporâneo"; um (1) livro "A ecocên infantil do esquerdismo no comunismo"; um (1) livro "Carlos Marx"; um (1) livro "A origem da vida"; um (1) livro "A história popular da revolução praieira"; um (1) livro "Os problemas de desenvolvimento da URSS"; um (1) livro "O Estado e a Revolução"; um (1) livro "Caminhos da Terra"; um (1) livro "O Início da Idade Média"; um (1) livro "O Marxismo e o problema nacional e colonial"; um (1) livro "Obras esgotadas de Mão Tuc-Tung"; um (1) livro "O Volga desemboca no Mar Cáspio"; um (1) livro "No país dos homens leões"; um (1) livro "História da Idade Média"; um (1) livro "Fundamentos do Marxismo - leninismo"; um (1) livro "Além do Salário"; dez (10) livretos diversos comunistas; uma (1) fotografia com Fidel Castro e Nikita Krushchov; uma (1) fotografia de Lenin; dez (10) revistas "URSS"; cinco (5) revistas "China Ilustrada"; seis (6) jornais "Novos Rumos"; uma revista "Ferroviária"; dois (2) boletins da Embaixada de Cuba no Brasil; três (3) revistas "Informações de Cuba"; uma (1) revista "Líderes do proletariado e do povo"; uma revista "Soviéticas"; uma revista "uma (1) revista "Los trabajadores los sindicatos"; uma revista "Juventude del mundo"; uma (1) revista "Obra revolucionária"; uma (1) revista "Cuba jamás capitulará";

(3)

COLEÇÃO
PAG 35
2

uma (1) revista "Getiwald"; uma (1) revista "Iura"; uma (1) revista "saude Pública na URSS"; uma (1) revista "Rumo as Estrelas"; uma (1) revista "Con Los pebles de la tierra"; uma revista "N.S. Kruschev"; um (1) quepi da Milícia Cubana; uma (1) fotografia da instalação de Partido Comunista no Ceará, na qual se estampa ao alto uma fotografia de Luiz Carlos Prestes; uma (1) fotografia tirada no aeroporto de Recife na qual se assinada com o numero 1, João Farias de Sousa e nº 2, Inêsilva Braga Teixeira; uma (1) fotografia de Congresso dos Ferreiros em Campinas, São Paulo; uma (1) fotografia de propaganda eleitoral de Anibal Benavides; um (1) folheta de alfabetização espanhola; uma (1) flâmula de uma organização cubana com as seguintes dizes: "Ira. Plenaria Nacional de La Anap - Anap - La Habana Mayo 16-17-1961; uma caderneta com talões para pagamento de refeições em Cuba; uma credencial para ingresso num congresso de camponeses em Cuba; duas (2) pastas contendo material de congresso nacional dos ferroviários realizado em Campinas, São Paulo em 1955; e um (1) passaporte sob nº 432823, pertencente a João Farias de Sousa. Nada mais havendo, encerre e presente que, depois de lido e achado conforme, é assinada pelo executor da busca e pelas testemunhas. Eu, João A. Augusto, Escrivão, escrevi e subscrevo.

Executor

1a. Testemunha

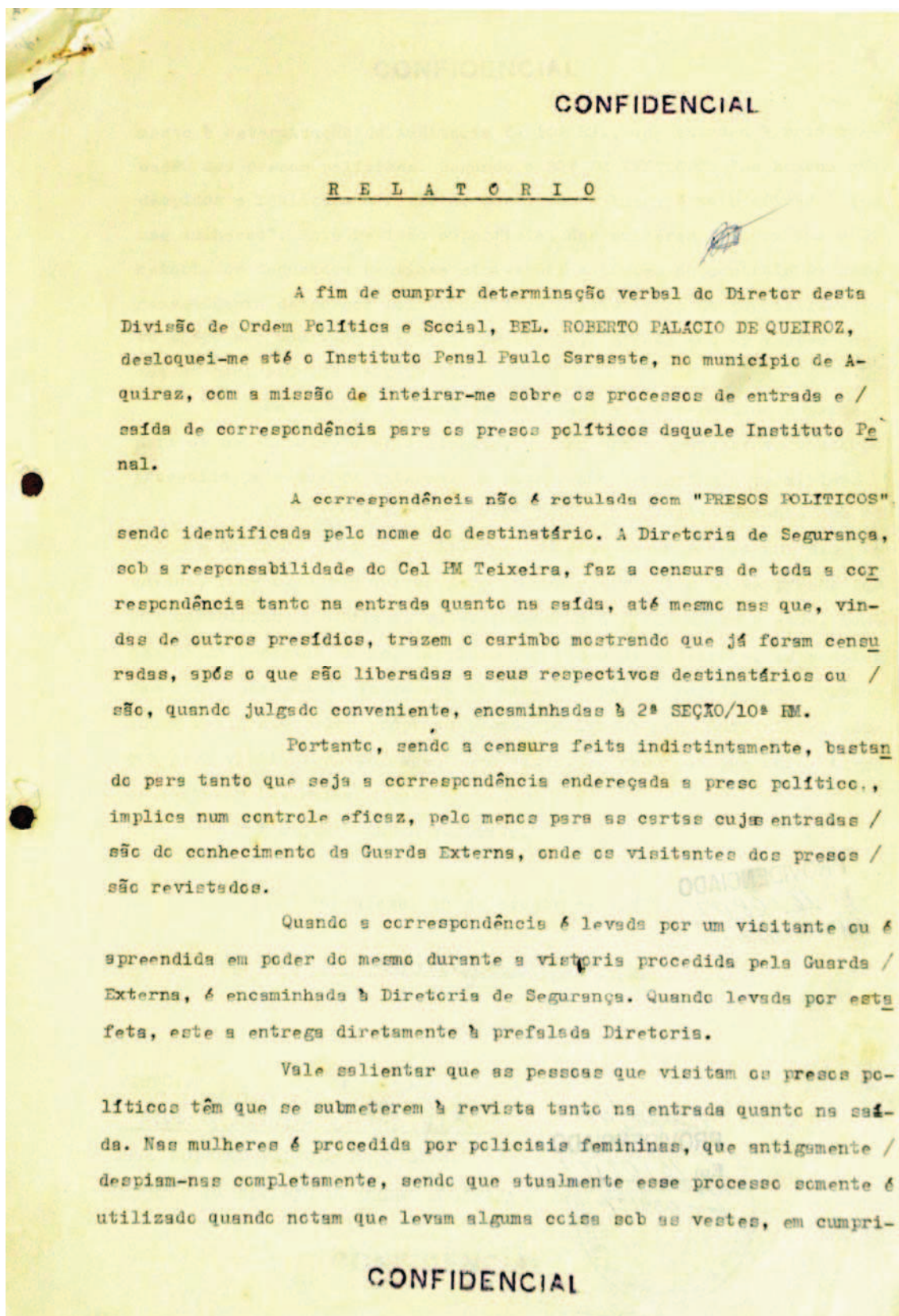
2a. Testemunha

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO
 Protocolo 903
 Data 23/05/103
 Folha 15
 AUTENTICAÇÃO

 do Arquivo Público do Estado

Anexo 6

Relatório confidencial "sobre os processos de entrada e saída de correspondência para presos políticos" do Instituto Penal Paulo Sarasate.
Arquivo Público do Estado do Ceará/Fundo DOPS



CONFIDENCIAL

- 02 -

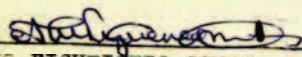
mento à determinação da Auditoria da 10ª RM., que stendeu à reinvidi-
cação dos presos políticos. Segundo o SGT PM EVERARDO, "os homens são
despidos e realizada a revista, por isso, a busca é mais eficaz que
nas mulheres". Esta revisão superficial das mulheres fez com que a Di-
retoria de Segurança sentisse sérias dificuldades no controle da cor-
respondência de presos políticos, face a existência da possibilidade
de poder ser ocultado até mesmo um envelope grande sob as vestes de
uma mulher, sem que se perceba.

Os jornais e revistas, cujs entrada é permitida somente /
para os de circulação oficializada, sofrem somente uma breve vistoria
procedida pela Guarda Externa. Os livros não tem entrada permitida.

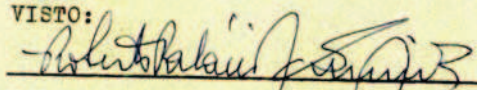
As visitas aos presos políticos são feitas somente aos sá-
bados e domingos e, como estive fazendo este levantamento num dia de
sábado, pude observar que as pessoas que vão visitar esses presos têm
uma carteirinha e todss as vezes preenchem a ficha anexa a este. Tam-
bém colhi o cartaz anexo, imprimido em tipos de madeira e, em seguida
passado o sistema de impressão da madeira, para o papel. Esse traba-
lho é realizado pelos próprios presos políticos, os quais distribuem/
com seus visitantes. Acrescente-se ainda, que observei que esses tipos
de cartazes têm ssida livre.

E o que tenho a informar.

Fortaleza, 15 de agosto de 1.977.


ALUISIO FIGUEIREDO GOMES - Comissário Chefe do SI/
DOPS/SSP/CE.

VISTO:


BEL. ROBERTO PALACIO DE QUEIROZ

DIRETOR DA DIVISÃO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL/CE



CONFIDENCIAL